

ONGs: UM PERFIL

CADASTRO DAS FILIADAS À
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ONGs (ABONG)



LEILAH LANDIM

LECTICIA LIGNEUL COTRIM

ABONG
ISER

ONGs: UM PERFIL
CADASTRO DAS FILIADAS À
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGs (ABONG)

ONGs: UM PERFIL

CADASTRO DAS FILIADAS À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS (ABONG)

LEILAH LANDIM

LECTICIA LIGNEUL COTRIM

ABONG

ISER

São Paulo
1996

Copyright

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 684 - Itaim Bibi - São Paulo - SP - CEP: 04530-001
Tel.: 55 11 829.9102 - Fax: 55 11 822.6604 - E.mail abong@ax.apc.org

NÚCLEO DE PESQUISAS DO ISER - Coordenador Rubem César Fernandes
Rua Ipiranga, 108 - Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22231-120
Tel.: 55 21 205.0398 - Fax: 55 21 205.8035

CONSELHO DIRETOR DA ABONG

Diretoria Executiva

Silvio Caccia Bava
(PÓLIS) - Presidente

Maria Emília Lisboa Pacheco
(FASE Nacional) - Secretária Executiva

Sérgio Haddad
(AÇÃO EDUCATIVA) - Tesoureiro

Vandevaldo Nogueira
(CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE)

Sonia Corrêa
(IBASE)

Magnólia Said
(ESPLAR)

Maria Irony Bezerra
(CEDAC)

Benno Asseburg
(CECA)

Representantes Regionais

Vera Tavares
(SPDDH)

Normando Batista
(CECUP)

Dilma Felizardo
(CEBRAIOS)

Maurício Lissovsky
(ISER)

Diva Moreira
(CASA DANDARA)

Nalu Faria
(SOF)

Conceição Paludo
(CAMP)

Iara Pietricovsky de Oliveira
(INESC)

Fátima Schrader
(GSP)

PARTICIPARAM DESTE TRABALHO:

Teresa Serrano Barbosa
(ISER) - Informática

Paulo Martins
(ISER) - Digitador

Karin Louise F. Neves
(ABONG) - Apoio Operacional

Rosângela D.O. da Paz
(ABONG) - Assistente da Diretoria

Ofélia Ferreira da Silva
(ABONG) - Assessora de Comunicação

Iume Taga Tamoto
(ABONG) - Secretária

Neusa Maria Dias
(ABONG) - Revisão

Projeto Gráfico e Produção Gráfica
A 4 Mãos Ltda.

Editoração Eletrônica
Tanara de Souza Vieira/A 4 Mãos

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Graphos

SUMÁRIO

Apresentação	VII
Introdução.....	IX
Fichas de ONGs filiadas à ABONG	XXI
Lista de endereços das ONG filiadas a partir de junho de 94 e das ONGs que não enviaram as respostas dos questionários em tempo hábil.	205
Índice das ONGs filiadas à ABONG, por sigla.	209
Índice das ONGs filiadas à ABONG, por Região e Unidade da Federação	213
Índice das ONGs filiadas à ABONG, por área temática predominante, público principal e/ou projetos, atividades específicas	216

APRESENTAÇÃO

Silvio Caccia Bava
Presidente

É com o maior prazer que a ABONG torna público o perfil das suas ONGs associadas depois de um longo trabalho de pesquisa, que sofreu interrupções por falta de recursos para a impressão deste cadastro. Agora podemos passar a atender em melhores condições a demanda crescente por informações de redes de ONGs, órgãos públicos, agências internacionais de cooperação, pesquisadores acadêmicos e uma infinidade de outras instituições.

Os dados constantes deste cadastro foram coletados no ano de 1994. Os endereços das ONGs associadas foram atualizados para 1996. Com a crise financeira que as ONGs atravessaram em 1995 é provável que existam algumas alterações nas informações aqui apresentadas, especialmente no que se refere ao número de técnicos em cada instituição. As ONGs que se associaram à ABONG depois de realizada a pesquisa têm o seu nome e endereço constando nesta publicação, ficando seus dados para

serem apresentados numa nova futura edição deste cadastro.

Esta iniciativa, que contribui para produzir a própria identidade da ABONG, é da primeira Diretoria de nossa entidade, sob a presidência de Jorge Eduardo Saavedra Durão, em parceria com o Instituto de Estudos da Religião - ISER. As responsáveis pela pesquisa e pela qualidade dos resultados a que chegamos são as nossas companheiras Leilah Landim e Letícia Ligneul Cotrim, às quais agradecemos a dedicação e o esforço que tornou possível a elaboração deste trabalho. Também agradecemos a Karim Louise Neves pela sua dedicação nos trabalhos de secretaria.

Foi de fundamental importância o apoio financeiro da Inter-American Foundation, que muito agradecemos. Este cadastro, distribuído às ONGs associadas e agências de cooperação que atuam no Brasil, está à disposição de todos os interessados na sede da ABONG.

INTRODUÇÃO

NOTAS PARA UM PERFIL DAS ONGS¹

Leilah Landim

Quando resolvemos partir para esse trabalho, nossas intenções iam além da elaboração de um simples catálogo, no sentido comum de manual de consulta com informações pragmáticas e de uso imediato. Este objetivo, claro, era fundamental, mas queríamos também coletar e apresentar ao leitor dados que contribuíssem para uma compreensão do que significa esse fenômeno “ONG”, no Brasil.

Daí que enviamos às associadas da ABONG um extenso questionário abordando temas os mais variados, como as suas atividades e conformação institucional, seu orçamento e fontes de recursos, a profissão e as funções exercidas por seus quadros, sua história, seus ideários. Agradecemos à paciência dos que nos responderam e ainda enviaram materiais anexos sobre suas instituições, possibilitando-nos a construção de um banco de dados sobre ONGs de todo o Brasil, bem como de um acervo de *folders*, listas de publicações e vídeos, recortes de jornais e outras fontes de informação que geralmente se encontram dispersas e têm circulação dirigida, por canais alternativos. Foram retirados desses dados os perfis contidos no catálogo.

Essas informações nos permitiram também apresentar aqui uma primeira abordagem quantitativa, de caráter basicamente descritivo, sobre algumas características desse conjunto. Foram obtidas a partir de questionários respondidos por 145 entidades, de um universo de 164 enviados.² Essas organizações acham-se espalhadas por todas as regiões do país, seguindo o perfil das associadas à ABONG (veja-se listagem por unidade da Federação contida nessa publicação). Vale observar que a existência de dois estudos anteriores, com universos, enfoques e metodologias semelhantes, permitiu que se estabelecessem algumas interessantes comparações no tempo.³

QUAL O ESTATUTO JURÍDICO DAS ONGS?

Sabemos que ONG — Organização Não Governamental — não é termo definido em lei, mas sim uma categoria que vem sendo socialmente construída em tempos recentes, usada para designar um conjunto de entidades com características peculiares e reconhecidas pelos seus próprios agentes, pelo senso comum ou pela opinião pública.

1 A pesquisa que deu origem a esse texto foi realizada em co-autoria com Leticia Cotrim, a quem devo idéias e sugestões valiosas. O resultado final dessas “notas”, no entanto, é de minha responsabilidade.

2 A ABONG possui no momento 225 associadas. Foram enviados questionários, no entanto, apenas para as 164 que compunham o quadro de sócias à época da coleta de dados (até março de 1994). Dentre essas últimas, 145 enviaram respostas em tempo útil para a apuração das informações — compondo, então, nosso universo estatístico. Observe-se que não há uma perfeita superposição entre os dados contidos nos perfis apresentados e as informações com as quais trabalhamos estatisticamente. Isso se deve à defasagem, no tempo, da obtenção desse conjunto de informações: algumas foram consideradas apenas para os perfis.

3 Ver *Sem Fins Lucrativos — As Organizações Não Governamentais no Brasil*, Leilah Landim (org.), Rio de Janeiro, ISER, 1988; e *ONGs anos 90 — A opinião dos dirigentes brasileiros*, Rubem Cesar Fernandes e Leandro Piquet Carneiro, Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisas do ISER, 1991. Ambos os trabalhos foram realizados com universos de entidades da mesma natureza que, em grande parte — sobretudo no último caso — se superpõem.

Sendo entidades civis sem fins lucrativos, as ONGs, para efeitos de enquadramento legal, podem constituir-se quer como associações, quer como fundações (Art. 16 do Código Civil brasileiro). Preferem, no entanto, a primeira forma, a qual não implica na existência de um patrimônio prévio, nem de um instituidor: cerca de 95% das ONGs são registradas como associações civis sem fins lucrativos, sendo apenas 5 as fundações, ou seja, 3,4% do universo.⁴

Perguntamos sobre os registros junto a órgãos governamentais que permitem a entidades sem fins lucrativos a obtenção de incentivos fiscais e outros benefícios, para além das imunidades e isenções de que são automaticamente sujeito: Declarações de Utilidade Pública e/ou registro no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social, ex CNSS — Conselho Nacional de Serviço Social). Apesar de terem o benefício público como ponto central de seus objetivos, atividades e justificativas de existência, nunca se constituindo voltadas apenas para seus próprios membros, é pequeno o número de ONGs que possuem os registros a que virtualmente faz jus, pela lei, esse tipo de entidade. Como se vê pela Tabela 1, apenas 19,3% dentre elas possuem registro no CNAS (como se sabe, palco recente de ações moralizadoras e de cassações de registros de entidades filantrópicas, na esteira dos movimentos anti-corrupção via Orçamento Nacional). E só 14 entidades, ou 9,7% dentre elas, possuem o registro de Utilidade Pública Federal. Esses números apontam, antes de mais nada, para a relativa debilidade de laços constituídos por esse conjunto de entidades, através de sua curta história, com o Estado, fundamentalmente a nível Federal.

Como mostra também a Tabela 1, o número de registros aumenta, conforme o âmbito político-administrativo se localiza: 24% possuem registro de Utilidade Pública Estadual e 46 entidades, ou 31,7% do universo, possuem o registro Municipal. Evidencia-se, aí, uma história de construção de relações institucionais e de reconhecimento social em âmbito mais localizado, por parte das ONGs, bem como a maior tendência à acumulação de relações de

TABELA 1 — ONGS, POR OBTENÇÃO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA OU REGISTRO NO CNAS *

Utilidade Pública Federal	14	9,7%
Utilidade Pública Estadual	35	24,1%
Utilidade Pública Municipal	46	31,7%
Registro no CNAS	28	19,3%

* Admitidas respostas múltiplas

cooperação com órgãos governamentais a nível estadual ou municipal.

No entanto, esse número relativamente reduzido de registros no CNAS, ou de reconhecimento de Utilidade Pública (regidos por legislação ultrapassada, que remonta ao período getulista) indica também a existência de um conjunto de obstáculos legais e burocráticos para que as ONGs tenham acesso a esses benefícios.

Não existe nessa antiga lei o reconhecimento do estatuto próprio das ONGs, “*de seu caráter público como agentes democráticos do desenvolvimento social, econômico e político*”, como é colocado em documento da ABONG.⁵ Essa Associação, juntamente com outros setores da sociedade civil, desenvolveu nesse sentido, em 1993, gestões junto ao Ministério do Bem Estar Social, movimento que culminou com um reordenamento jurídico-institucional (sanção da nova Lei Orgânica de Assistência Social — LOAS, em dezembro de 1993, entre outras medidas), ampliando-se o conceito de entidade de assistência social, o qual passa a incorporar as ONGs que atuam na defesa e garantia de direitos. “*Amplia-se assim a definição de modo a abarcar muitas das atividades desenvolvidas pelas ONGs no sentido do enfrentamento da pobreza, da integração dos excluídos ao mercado de trabalho e da promoção da garantia dos chamados mínimos sociais*”, conforme texto do documento da ABONG mencionado.

4 Segundo dados da Secretaria da Receita Federal para 1991, apenas 5,8% das entidades registradas como sem fins lucrativos no Brasil são fundações. Considerando-se que parte desse universo é composto por fundações instituídas por órgãos públicos — portanto, organizações para-estatais — pode-se concluir que a pequena porcentagem de fundações entre essas ONGs não é discrepante do que ocorre para o resto do universo não governamental e sem fins de lucro, no Brasil (que, segundo a mesma fonte, abrangia cerca de 190.000 entidades).

5 Relatório de Atividades — Associação Brasileira de ONGs — janeiro a dezembro de 1993. Rio de Janeiro, ABONG, 1993 (mimeo).

Embora haja ainda incertezas com relação à vigência, na prática, dessas modificações (que, no sentido também da eliminação de instrumentos tradicionais de clientelismo político, incluem a extinção do CNSS e a criação, a partir de fevereiro de 1994, do CNAS), tudo indica que o quadro estatístico apresentado acima poderá transformar-se na medida em que o reconhecimento do caráter público e não lucrativo da ação das ONGs se traduza em um maior acesso, para essas entidades, aos benefícios previstos na legislação quanto às entidades de educação e assistência social. Vale acrescentar que a ABONG, junto a outras entidades civis, continua desenvolvendo iniciativas no sentido de promover uma nova regulação das relações entre o Estado e as entidades privadas sem fins lucrativos no Brasil, através de reformas institucionais e legais que possibilitem maior transparência e controle — sobretudo pela sociedade — dessas relações.

ORIGENS

Como já tem sido estudado, as ONGs começam a existir em anos de regime militar. Acompanham, assim, um padrão característico da sociedade brasileira, onde o período autoritário convive com a modernização do país e com a gestação de uma nova sociedade organizada, baseada em ideários de autonomia em relação ao Estado, num contexto em que sociedade civil tende a se confundir, por si só, com oposição política. As ONGs constroem-se e se consolidam na medida em que se constrói e fortalece um amplo e diversificado campo de associações civis, a partir sobretudo dos anos 70 — processo que caminha em progressão geométrica pelas décadas de 80 e 90. As ONGs fazem parte desse processo e representam um papel no seu desenvolvimento.

Quanto a isso, as datas de fundação das associadas à ABONG são reveladoras, impressionando o quanto são recentes. A Tabela 2 mostra que praticamente 60% dentre essas entidades foram legalmente fundadas a partir de 1985. E 15,4% dentre elas são novíssimas, tendo sido criadas a partir dos anos 90. O universo das mais antigas — o que significa fundação nos anos 70 — compõe-se de 21% do conjunto. Por essa época, o grau de informalidade era mais baixo, a tendência à institucionalização crescendo a partir dos anos 80, como mostra a defasagem entre fundações “de fato” e “legais”.

TABELA 2 — ONGS SEGUNDO A DATA DE FUNDAÇÃO DE FATO E LEGAL

Data de fund.	de fato %	legal %
1961-1969	7,1%	4,9%
1970-1979	20%	16,8%
1980-1984	18,6%	18,9%
1985-1989	38,6%	44,1%
1990-1994(fev.)	15,7%	15,4%
TOTAL	100%	100%

(Base=143)

Uma leitura desses dados informada pelas histórias das entidades (vejam-se os relatos sobre as respectivas origens) vai revelar que nessas “pioneiras” 20% estão as que surgem mais próximas às igrejas cristãs na sua vertente “popular”, as que então se ligam fundamentalmente aos movimentos comunitários, de bairros, de periferia e sindicais. Como já tem sido analisado, esses são os primeiros “Centros de Educação Popular”, ou “de assessoria e apoio”, que surgem congregando agentes cristãos de movimentos de igreja pré e pós-64 — neste caso, das pastorais populares inspiradas pela Teologia da Libertação — bem como gerações de militantes marxistas do pós-64, misturando ideários onde Paulo Freire era também referência básica. Embora esses primeiros tempos já estejam longe — as mudanças de conjuntura política nos últimos trinta anos fazem com que o tempo pese mais — uma olhada nos perfis das entidades mostra que a Igreja Católica continuou representando um papel significativo, quanto à origem dos quadros das ONGs.

No entanto, não apenas os temas e alianças no trabalho dessas entidades se renovam; como juntam-se a esses agentes, cada vez mais e em novas entidades, ativistas de outras trajetórias, com questões renovadas. As ONGs mais recentes são mais secularizadas e diversificadas quanto às suas origens, atividades e objetivos, seguindo a fragmentação e pluralidade dos movimentos sociais contemporâneos.

Ficam para ser analisados os dados qualitativos contidos nos perfis aqui apresentados. Mas uma primeira leitura nos permite apontar para a variedade de situações encontradas na fundação

das ONGs. São diversas as instituições das quais saem pessoas ou grupos para fundar uma nova entidade, geralmente continuando atividades e projetos já empreendidos: além das igrejas, também são significativos os vindos de universidades (como professores e estudantes de institutos de pesquisa, ou de trabalhos de extensão comunitária), assim como de órgãos governamentais; encontram-se exemplos de gente vinda de entidades beneficentes, assessorias parlamentares, blocos de carnaval, partidos, etc. Muitas entidades nascem da fragmentação de outras ONGs, através por exemplo de processos de especialização em alguma atividade. A militância anterior em movimentos sociais é também uma constante, estando nas raízes da iniciativa para criar uma entidade: movimentos como o sindical, o de moradores, o ambientalista, o feminista, o negro, o de homossexuais, ou mesmo a recente campanha contra a fome são exemplos de espaços onde se gestam agentes, idéias e interações variadas, bases para a criação de organizações especializadas em lidar com problemas sociais. Questões com sentido de emergência, como a da AIDS, ou das crianças de rua, também provocam o nascimento de entidades dispostas a enfrentá-las através de iniciativas de caráter experimental ou alternativo.

As motivações alegadas para a criação de uma instituição formal são diversas, mas coincidem nas idéias de autonomia, flexibilidade organizativa e profissionalização que a fórmula "ONG" evoca. Grupos de cristãos que por motivos diversos desejam autonomizar-se com relação à estrutura eclesiástica; técnicos que trabalham em órgãos governamentais e reclamam de suas limitações político-burocráticas para realizar determinado projeto (é comum se encontrar o argumento de necessidade de "espaços mais amplos" para a realização de um determinado trabalho); grupos de ativistas de um dado movimento que buscam um espaço onde possam criar assessorias especializadas em assuntos específicos... São vários os trajetos que levam às ONGs como espaço peculiar de atuação, segundo os relatos de seus agentes e conforme é sugerido por uma leitura dos perfis contidos nesse volume.

O LOCAL E O GLOBAL

Já se comentou que as ONGs *"são pequenas e poucas de recursos, mas pretendem agir sobre os mais amplos objetivos"* (Fernandes e Piquet, 1991, p.22). A julgar pelos dados que obtivemos,

as ONGs de fato pretendem um amplo alcance, em termos do âmbito espacial de suas atividades.

Indagadas sobre essa questão, cerca de 40% das entidades respondeu que atua a nível nacional, número que impressiona, dadas as suas dimensões institucionais.

A pergunta, para maior precisão quanto à natureza da intervenção, admitiu respostas múltiplas (por exemplo, a entidade pode combinar uma atuação em âmbito nacional quanto a algumas atividades — como publicações ou campanhas — a uma atuação em âmbito local quanto a outras — como implantação de creches em bairros periféricos). Nesse sentido, a concentração de respostas deu-se no nível estadual: 47% das organizações delimitam dessa forma a extensão de suas atividades. Seguem-se a delimitação municipal — 38% — e, finalmente, as que declararam ter atuação local — 29%. Observe-se ainda que somente 6,9% das ONGs declararam ter atuação apenas localizada. Quatro dentre elas acrescentaram o âmbito regional às opções contidas no questionário (e uma respondeu ter atuação em âmbito internacional).

Comparando esses dados com os obtidos há sete anos atrás, para um universo de organizações análogo, vemos que houve transformações significativas na amplitude espacial do trabalho das ONGs. Uma pesquisa realizada com 243 entidades, em 1987 (Landim, 1988, p.29), mostrava uma inversão nos números: a maioria das ONGs — 55% dentre elas — afirmava atuar apenas a nível local. Uma minoria — 13,4% — respondeu ser nacional seu âmbito de atuação, e 31% atuavam a nível regional/estadual. Ou seja, tudo indica que de meados dos anos 80 para cá as atividades das ONGs deixaram de ter um caráter predominantemente localizado, para buscar expansão e expressão mais ampla. Essas entidades que nasceram em tempos de autoritarismo e voltadas para uma atuação discreta, junto a grupos nas bases da sociedade, souberam transformar suas práticas em novos tempos de democratização, buscando visibilidade e projeção regional ou nacional (ou mesmo internacional), sem deixar de atuar em âmbito mais localizado. Essas mudanças devem ser vistas também à luz da crescente diversificação por que passa o universo das ONGs, caracterizado cada vez mais por uma pluralidade de temas, objetivos, agentes. Entramos,

aqui, na questão — que vem sendo também analisada em outros estudos — das atividades das ONGs, e de seu público-alvo.

O QUE FAZEM: PALAVRAS E ATOS

Os projetos através dos quais as ONGs concretizam sua atuação são extremamente diversificados. No entanto, as concepções gerais através das quais definem o sentido dessas atividades guardam homogeneidade e apontam para horizontes comuns.

a) Palavras. Perguntamos às entidades sobre as palavras-chave pelas quais definem suas atividades, pedindo que as numerassem por grau de importância. Obtivemos assim uma classificação que nos revela as categorias e percepções que essas ONGs têm do que fazem.

A Tabela 3 nos dá o conjunto de atividades escolhidas como prioritárias — as que mereceram o número um, para cada entidade. A Tabela 4 trabalha com as 5 primeiras atividades vistas como mais importantes, para cada ONG (ou seja, todas as que mereceram números entre 1 e 5).⁶

TABELA 3 — ONGS, SEGUNDO ATIVIDADE PRINCIPAL

Atividade	nº entidades	%
Assessoria	50	41,2%
Educ. popular	18	14,7%
Educ. p/ a cidadania	17	14,1%
Pesquisa/análise	9	7,4%
Informação	6	4,9%
Campanhas/denúncias	5	4,2%
Capacitação	4	3,3%
Educação política	3	2,5%
Outras	9	7,5%
Total	121	100%

TABELA 4 — ONGS, SEGUNDO AS 5 PRINCIPAIS ATIVIDADES *

Atividade	nº entidades	%
Assessoria	88	72,7%
Capacitação	68	56,2%
Educ. p/ cidadania	60	49,5%
Pesquisa/análise	53	43,0%
Educação Popular	48	39,6%
Campanhas/denúncias	38	31,4%
Informação	34	28,1%
Cursos	31	25,6%

* Respostas múltiplas
(Base: 121)

Assessoria e educação/capacitação: reiteram-se as principais categorias pelas quais as ONGs definem os seus trabalhos, repetindo-se os resultados de pesquisas feitas desde meados dos anos 80. Segue-se a pesquisa, combinada com informação; e a atuação em termos massivos através de campanhas e denúncias — o que não deixa de ser um trabalho educativo, formador de opinião e de consciência. Esses resultados permitem pensar em algumas transformações recentes na direção dos trabalhos das ONGs, mantendo-se no entanto a continuidade básica do seu caráter eminentemente educativo, em sentido amplo, tanto ao nível de ações localizadas como de formação de opinião pública; tanto ao nível técnico quanto político: como tem sido frequentemente definido, exercitam uma “pedagogia política”.

Assessoria, como os números revelam, vem sendo através dos anos o termo definidor por excelência dessa prática educativa. Evoca apoio e serviços prestados a algo (grupos, organizações, iniciativas) exterior e autônomo com relação a quem os presta. Como tem sido dito, para além da transmissão pura e simples de conhecimentos e qualificações técnicas, está aí em jogo o estabelecimento de relações de cumplicidade entre as partes — o assessor e o assessorado — baseadas em laços de confiança e em propósitos comuns.

6 Uma parcela das entidades preferiu não classificar as palavras-chave quanto a graus de prioridade, o que indica uma não especialização, ou uma imbricação entre as diferentes atividades. Foram consideradas aqui apenas as respostas “corretamente” numeradas — método aplicado em outras tabulações semelhantes citadas nesse trabalho.

Caso agregássemos todas as respostas para educação veríamos que 31,2% das ONGs a escolheu como atividade principal. No entanto, os números revelam aqui uma novidade: o crescimento em importância da ideia de educação para a cidadania, convivendo — ou substituindo — a tradicional educação popular, palavra-chave para indicar a especificidade com que se criaram essas instituições através dos anos 70-80, marca de sua distinção. Se o “popular” não deixa de ser uma referência forte no mundo das ONGs, surge e se afirma cada vez mais o “cidadão”, apontando para a ênfase na atuação dentro dos marcos de construção e fortalecimento de uma “sociedade civil”.

É interessante acrescentar que, indagadas sobre as palavras definidoras dos temas com que trabalham, cidadania mereceu o primeiro lugar tanto em termos de frequência de menções por entidade (83,4% do universo, ou 121 ONGs, a mencionaram), como também foi a mais citada, enquanto “tema número um” (29 entidades, ou 20% do universo, mencionou cidadania como seu tema principal). E o segundo lugar, dentre os temas, também nesses dois casos, coube coerentemente a educação.⁷

Embora pesquisa seja atividade também tradicionalmente realizada entre as ONGs, os dados revelam uma tendência clara ao crescimento de sua importância (por exemplo, se comparados às informações para 1987), não sendo sem consequências o fato de que essa categoria aparece com destaque na lista das “número um” e de que 53 entidades — ou 43% do universo — a colocou entre suas cinco prioridades. Tudo indica que essas entidades vêm se qualificando para o trabalho de produção teórica, podendo-se observar que crescem seus laços com as universidades — não apenas através de programas em colaboração, mas também através do crescente número de profissionais que transitam entre esses dois campos institucionais. Quanto a isso é interessante observar que, diante de uma outra pergunta de opinião sobre as áreas nas quais as ONGs consideram ter reconhecimento social, as universidades mereceram o segundo lugar: 52,4% das entidades as mencionaram (perdem apenas para os

setores organizados da sociedade civil, com 84% de menções).⁸

Mas nas ONGs a pesquisa se alia, ou se completa, com um movimento voltado “para fora” de intervenção na sociedade, o que é sugerido pela opção seguinte: a produção de conhecimento viria complementada pela informação. Se não é frequente como primeira opção, vemos no entanto que 28% das entidades a coloca entre as suas cinco prioridades.

Uma vista de olhos nos perfis das entidades é reveladora dessa junção entre educação, pesquisa e informação: é rara a ONG que não publica periódicos, livros, cartilhas ou manuais (esses últimos, por exemplo, são publicados por 64% dentre elas) — bem como é surpreendente a produção de vídeos (43% das entidades os realizam).

A relevância dada pelas ONGs às campanhas e denúncias (31,4% das entidades as mencionaram entre as cinco atividades principais) aponta também para uma novidade que não aparece em pesquisas anteriores. Embora as ONGs tenham se constituído com forte vocação para uma atuação no campo da política, o investimento na mobilização da opinião pública, no *lobby*, na defesa no espaço público de interesses difusos, é especialidade desenvolvida progressivamente sobretudo a partir dos anos de democratização, quando as ONGs saem dos trabalhos moleculares e de pouca visibilidade. Esse tipo de atuação pressupõe o desenvolvimento da habilidade, por parte das ONGs, em estabelecer interações, parcerias, formas de comunicação e cooperação com setores os mais diversificados na sociedade, ampliando seu leque de interações e dando nova qualidade ao seu tradicional papel de multi-mediadoras sociais. Exemplos recentes, a nível nacional, são dados pela atuação das ONGs em campanhas e movimentos plurais como o Movimento pela Ética na Política ou, sobretudo, a Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida.

Um dado interessante aqui revelado é o de que 81,4% das ONGs — 118 entidades — afirmou já ter sido objeto de notícias na imprensa, o que

7 Quanto à frequência dos temas trabalhados, os cinco mais citados a seguir são, em ordem decrescente (respostas múltiplas): políticas públicas; movimentos sociais; direitos humanos; meio ambiente; e gênero — todos mencionados por mais de 80 entidades.

8 As opções a seguir são, por ordem decrescente de importância: igrejas (50%); órgãos públicos (44%); partidos (38%); opinião pública (24%).

diversidade traz, ao mesmo tempo, a marca dos valores universalizantes da cidadania.

Ao contrário do que foi visto quanto aos objetivos gerais, contidos nas palavras-chave definidoras daquilo que fazem as ONGs, impressionam aqui as novidades das informações apuradas, caso as comparemos com pesquisa análoga realizada em 1987 (ver Landim, 1988, p.42). Em primeiro lugar, as ONGs mudam do campo para a cidade, ou melhor, inverte-se a tradicional predominância que teve, até meados dos anos 80, a sua atuação em meios rurais (na pesquisa referida acima, a primeira categoria de destinatários era a de "camponeses/trabalhadores rurais", com 44,3% de indicações). Como se vê pela Tabela 5, das oito frequências principais apenas os dois últimos itens — sindicatos rurais e pequenos produtores — referem-se a um contexto rural: é apenas entre 20 e 23% o número de entidades que os assinala como uma das cinco primeiras opções.

Movimentos urbanos e associações de moradores/movimentos de bairro são, ao contrário, itens apontados por uma quantidade significativa de ONGs — 52,4% e 46,6%, respectivamente — como instâncias para as quais dirigem seus trabalhos. E pode-se pressupor que o trabalho com crianças e adolescentes dá-se predominantemente em torno a questões urbanas.

E é sobretudo uma grande novidade a generalização, entre as ONGs, do trabalho com crianças

TABELA 5 — ONGS, SEGUNDO AS 5 PRINCIPAIS CATEGORIAS DE PÚBLICO ATINGIDO *

Público-alvo	no. entidades	%
Crianças e/ou adolescentes	79	63,7%
Movimentos urbanos	65	52,4%
Ass. moradores/mov. bairro	58	46,6%
Mulheres	52	41,9%
Outras ONGs	32	25,8%
Público em geral	28	22,5%
Sindicatos rurais	28	22,5%
Pequenos produtores	26	20,9%

* Admitidas respostas múltiplas
(Base: 124)

e adolescentes: 79, ou 63,7% do universo pesquisado respondeu ser essa uma das suas 5 principais categorias de beneficiários (quando era praticamente total a sua ausência, há poucos anos atrás). Isso certamente aponta, por um lado, para a flexibilidade que têm as ONGs de sensibilização e ação imediata com relação a questões sociais emergentes na cena nacional, incluindo-as em suas prioridades. Por outro lado, vemos aproximarem-se do universo das ONGs várias entidades que se dedicam a trabalhos considerados pelo senso comum como assistenciais, as quais por suas origens e alianças distanciavam-se desse conjunto mais "politizado": os discursos e os objetivos da ação social tradicional também vêm se transformando no sentido da busca de cidadania e justiça social.

Causa surpresa, igualmente, o peso que assume o trabalho na área das questões de gênero — com mulheres — assumido por 42% das ONGs desse universo, o que revela ter se ultrapassado a fase em que esse tema era restrito às entidades feministas, com seus circuitos específicos de comunicação e ação (apenas 14% dessas entidades declararam ser mulher sua primeira opção, quanto a público-alvo).

O fato das ONGs terem seu próprio campo como universo de ação — um quarto dentre elas atua para outras ONGs — pode revelar o estabelecimento de redes de trocas e prestações de serviços mútuos, coadunando-se também com todo um movimento no sentido do fortalecimento institucional e da assunção de um protagonismo próprio e autônomo por essas entidades na sociedade (a pesquisa de Fernandes e Piquet mencionada já havia chegado a conclusões semelhantes).

Movimentos urbanos, crianças e adolescentes, mulheres, sindicatos e trabalhadores rurais, público em geral: as ONGs não abandonam suas referências classistas, sindicalistas e as dadas pelos movimentos populares; porém, combinam essas questões a outros problemas emergentes, sobretudo nas áreas urbanas, em que estão em jogo, na maior parte das vezes, questões como a discriminação, a violência, a exclusão da cidadania. É o caso das crianças e adolescentes e das mulheres, que sinaliza para vários outros grupos e setores que não estão entre os mais frequentes, mas crescem no peso total das ações.

RECURSOS MATERIAIS: QUANTO E DE ONDE

As ONGs, tomadas em seu conjunto, mantêm o padrão — já observado em outras pesquisas — de estratificação interna: se observarmos os seus orçamentos, há muitas “pequenas” e poucas “grandes”, em um modelo piramidal, conforme mostra a Tabela 6.

Quase a metade das entidades — 44,5% dentre elas — possuem orçamentos inferiores ou iguais a US\$ 100.000 (e cerca de 17% estão na faixa inferior a US\$ 30.000). Uma outra considerável parcela de ONGs tem orçamentos na faixa entre US\$ 100.000 e US\$ 500.000: somam 43,7% do universo. Apenas 11,8%, portanto, possuem orçamentos superiores a US\$ 500.000, sendo que somente três dentre as 126 entidades que compõem esse universo ultrapassam os US\$ 2.000.000 anuais.

Em uma comparação com as faixas orçamentárias no ano de 1990, conforme a pesquisa de Fernandes e Piquet mencionada, temos algumas modificações nesses últimos três anos: as

TABELA 6 — ONGS SEGUNDO FAIXA DE ORÇAMENTO EM 1993.

Menos de US\$30.000	16,7%
De US\$30.001 a US\$100.000	27,8%
De US\$100.001 a US\$500.000	43,7%
De US\$500.001 a US\$1.000.000	5,6%
De US\$1.000.001 a US\$2.000.000	4,0%
De US\$2.000.001 a US\$3.000.000	1,5%
Acima de US\$3.000.000	0,8%
Total	100%

(Base=126)

menores e as maiores tendem a diminuir em número, enquanto que as de tamanho médio aumentam.

Essa ligeira “democratização” no conjunto das ONGs, segundo seus orçamentos, expressa-se nos seguintes dados: em primeiro lugar, a faixa

orçamentária que mais cresce, quanto ao número de entidades aí situadas, é a que vai de 100 a 500 mil dólares. Se em 1990, 23,5% das ONGs aí se colocavam, em 93 esse número cresce para 43,7%. As que estão entre 500 mil e um milhão de dólares também crescem um pouco — passam de 3,9% para 5,6% do universo.

Por outro lado, há uma sensível diminuição da “base da pirâmide” já que, se em 1990 as entidades de orçamento inferior a 30 mil dólares representavam 23,5% do conjunto, agora representam apenas 16,7%. E também no topo, vemos que as entidades com mais de um milhão de dólares anuais representam em 1993 6,4% do conjunto, ao passo que em 1991 representavam 7,7%.

Em resumo, aumenta o número de entidades com orçamentos entre 100 mil e um milhão de dólares (sobretudo até 500 mil), diminuindo as menores e as maiores.

Essa melhor distribuição de recursos entre o conjunto das ONGs não vem acompanhada de um crescimento significativo em seu valor global. Tomando um universo de 121 entidades cujos valores orçamentários para 1993 puderam ser computados por essa pesquisa, esses somam pouco mais de 31 milhões de dólares.⁹ Se compararmos com os 28 milhões apurados em 1990, para um universo de 102 entidades, houve até uma pequena queda relativa dos recursos disponíveis.

E de onde provêm esses recursos? Aqui não há grandes surpresas: como se sabe, as Agências Internacionais de Cooperação Não Governamental são responsáveis pela maioria deles, fazendo parte constitutiva da história das ONGs e de sua possibilidade de existência e crescimento. Uma compreensão dessas redes internacionalizadas de financiamento deve passar por uma história das relações iniciadas e progressivamente construídas entre agentes dos “Centros de Educação Popular” surgidos nos anos 70 e os agentes de entidades internacionais de “ajuda ao Terceiro Mundo” de países europeus, do Canadá e também dos Estados Unidos, onde — no caso do universo aqui considerado — as igrejas cristãs representam um papel de peso.

9 Foi retirada do universo, para efeito desse cálculo, a FIDENE, uma exceção por ser de caráter universitário e ter um orçamento de cerca de 15 milhões de dólares.

Como nos mostra a Tabela 7, somados os recursos das ONGs para 1993, os vindos de fontes internacionais são responsáveis por cerca de 83% do montante global. Em primeiríssimo lugar, vêm as parcerias com agências também não governamentais em seus países: as Agências Internacionais de Cooperação Não Governamental são responsáveis por nada menos que 76% desses recursos. Seguem-se, em escala bem menor, as Multilaterais e as Bilaterais (3,8% e 3,2%, respectivamente), revelando que as ONGs, mesmo a nível internacional, têm desenvolvido poucas alianças com entidades oficiais de governo.

Impressiona a quantidade de instituições internacionais com as quais as ONGs brasileiras mantêm relações de cooperação: quanto ao conjunto aqui apresentado, são cerca de 170 entidades de diversos países. As respostas aos questionários nos permitem concluir que o padrão dessa cooperação é o da diversificação de parcerias: as entidades de apoio costumam dividir seus recursos entre vários projetos, em diferentes ONGs. Claro, por seu lado, as ONGs estabelecem estratégias de parcerias diversificadas, tendo cada uma delas várias entidades como doadoras de seus recursos.

De resto, a Tabela 7 nos mostra que ainda são relativamente precárias as alianças das ONGs com o mundo empresarial e com as fundações, no país: os dois juntos compõem 3% dos recursos disponíveis. Também não contam expressivamente com doações individuais. No entanto, a falta de dados mais consistentes e globais sobre o peso do apoio por parte de empresas e fundações, bem como a importância da doação individual, no financiamento do vasto universo das entidades sem fins lucrativos brasileiro, faz com que não se possa ter uma avaliação relativa do significado desses números.

A tradição das ONGs de distância com relação ao Estado parece não ter sido superada nos tempos de democratização, ao menos no que tange à obtenção de recursos (certamente, se levássemos em conta a existência de projetos em cooperação, os números seriam bem mais elevados): somente 3,2% de seus fundos provêm de órgãos governamentais.

Comparado com fundações, empresas e doações, é significativo, no entanto, o peso relativo das vendas de serviços e produtos no orçamento

TABELA 7 — ONGS, SEGUNDO FONTES DE RECURSOS EM 1993

Fontes de recursos	%
Ag. Internac. Coop. Não Govern.	75,9%
Venda de produtos/serviços	6,9%
Ag. Coop. Multilateral	3,8%
Ag. Coop. Bilateral	3,2%
Órgãos bras. de governo	3,2%
Doações individuais	2,4%
Empresas	1,8%
Fundações nacionais	1,2%
Outras	1,4%
TOTAL	100%

global das ONGs — quase 7%. Levando-se em consideração que essas entidades cresceram razoavelmente distantes do mercado, esse número surpreende e aponta para virtualidades que podem crescer em importância nos próximos anos. Vale lembrar ainda que em umas poucas entidades é significativo o peso das mensalidades de associados — o que não tem relevância enquanto item específico, no cômputo geral aqui realizado.

Em resumo, as ONGs estão inseridas em uma razoável rede de relações institucionais, nacionais e sobretudo internacionais, onde podem forjar-se cooperações esporádicas e pontuais, mas também, e sobretudo, alianças e parcerias mais elaboradas e duradouras, através de canais Norte-Sul por onde circulam não apenas moedas, mas também idéias, afinidades e modelos de atuação comuns.

PESSOAS MOBILIZADAS PELOS TRABALHOS

O quadro de funcionários contratados das 138 entidades que responderam a essa questão é de 1702 pessoas. Além disso, há 578 prestadores de serviços e 214 estagiários. As ONGs mobilizam, também, uma quantidade considerável de trabalho voluntário: foram mencionados ao todo 699 voluntários envolvidos, em disponibilidades de tempo diversas em seus trabalhos, sendo que 55 dentre eles são cooperantes internacionais. Ou seja, as ONGs de nossa amostra mobilizam 3.193 pessoas em seu funcionamento institucional e na

execução de suas atividades. A Tabela 8 permite uma visualização desses números.

TABELA 8 — ONGS, POR NÚMERO DE PESSOAS TRABALHANDO

Contratados	1702
Estagiários	214
Prest. Serviços	518
Vol. Internacionais	55
Vol. Nacionais	644
TOTAL	3193
Base=138 ¹⁰	

Trabalham, portanto, com uma média de 23 pessoas envolvidas em suas atividades, sendo a das contratadas 12 pessoas por entidade. No entanto, a média oculta o fato de que a distribuição de ONGs segundo o número de funcionários permanentes acompanha a estratificação interna do universo: 67,6% das entidades possui menos de 10 funcionários contratados, ao passo que apenas 5 entidades possuem mais de 60 funcionários.

As ONGs revelaram-se espaços de trabalho propícios à participação feminina: há 55% de mulheres entre os seus quadros, contra 45% de homens. Esse perfil não é comum no campo tradicional da formulação e da assessoria política. No entanto, é conhecido o peso da presença feminina tanto em trabalhos do tipo assistencial, quanto nas bases de movimentos e organizações que se constroem através dos anos 70 e 80 (como nos movimentos comunitários em bairros periféricos, nas associações de moradores, nas CEBs — Comunidades Eclesiais de Base — etc.). A maioria feminina nas ONGs certamente reflete esses fenômenos. Vale lembrar também que esses dados são coerentes com o peso das mulheres enquanto público-alvo dos trabalhos dessas entidades, conforme se colocou acima.

No entanto, também no campo das ONGs essa predominância feminina não se reproduz a nível da composição de suas diretorias. Examinando

os nomes dos 588 diretores mencionados em 145 entidades, vê-se que há 390 homens e apenas 198 mulheres, ou seja, essas compõem cerca de 33% do total dos postos de direção. E se retirarmos do conjunto as 17 entidades “feministas”, a estatística piora: nas outras 128 ONGs, apenas 27% dos diretores são do sexo feminino. Claro, apesar de revelarem desigualdades de posição, esses números tornam-se menos negativos se os compararmos com outros campos institucionais (como o empresarial, o sindical, o das igrejas, etc.).

Finalmente, vale observar que, além do corpo de agentes envolvidos em seus trabalhos e dos grupos com que se relacionam diretamente na sociedade, as ONGs também mobilizam um conjunto de colaboradores sob a forma de associados, de funções e tipos de relações variadas com a instituição (pagam anuidades ou mensalidades, participam de algumas de suas atividades, participam de algumas decisões institucionais, etc.). Dentre as 145 entidades, 70,3% declarou ter associados, somando um número de 8.424 pessoas que acompanham suas atividades e se aliam aos seus objetivos.

A ELABORAÇÃO DOS PERFIS

Os perfis apresentados nesse catálogo foram elaborados a partir de consultas aos questionários respondidos pelas associadas à ABONG. Uma parte das informações aí divulgadas — como datas de fundação, âmbito de atuação, número de funcionários ou voluntários — foram reproduzidas ao pé da letra a partir do que os questionários enviados nos davam.¹¹

As faixas orçamentárias também foram calculadas segundo os totais apresentados nos questionários, para 1993. Quando estes vinham em cruzeiros — ou cruzeiros reais — foram convertidos em dólares pelo valor do mês de julho de 93. E as porcentagens quanto às fontes de financiamento foram por nós calculadas a partir dos valores absolutos apresentados nos questionários, para cada item.

¹⁰ Não foi considerada nesse universo a FIDENE, que possui mais de 700 funcionários.

¹¹ Ressalte-se que para efeito de simplificação dos perfis, incluímos os estagiários — em sua grande maioria, não remunerados — na categoria de voluntários

As atividades e os beneficiários foram transcritos das respostas dadas aos questionários, mantendo-se as palavras-chave aí indicadas. Apenas, quando essas envolviam muitos itens, escolhemos os apontados como principais. O mesmo tipo de seleção — com as inevitáveis arbitrariedades — deu-se quanto às publicações e vídeos, já que quase sempre as suas listas eram extensas.

Pedimos nos questionários que cada entidade descrevesse cinco projetos ilustrativos de seus trabalhos. Dentre esses, escolhemos três que nos parecessem expressivos quanto aos objetivos propostos e estivessem descritos com clareza, para figurar no perfil — e nesse caso foi também inevitável algum grau de subjetividade de nossa parte, correndo-se o risco da escolha não coincidir com a que seria considerada mais adequada pela entidade. No entanto, acreditamos que o erro não pode ser grande, já que escolhemos três entre os cinco sugeridos.

Finalmente, quanto a origens e objetivos, adotamos os seguintes critérios: a partir das respostas

discursivas fornecidas nesses respectivos itens, partimos para a elaboração de resumos, ou a realização de copidesques, que mantivessem o estilo do texto enviado, atendo-nos o máximo possível às formulações contidas nos questionários. Não houve — como é de praxe em catálogos com informações instrumentais — a intenção de uniformizar numa mesma linguagem os dados fornecidos, mas sim manter as particularidades de cada formulação. Quanto a isso — e no sentido de fornecermos respostas mais completas — frequentemente recorremos a materiais enviados em anexo, ou a vários itens do questionário. E desde já nos desculpamos quanto a possíveis erros de interpretação e tradução das extensas informações que nos foram passadas.

Enfim, como se vê, procuramos apresentar ao leitor — além de um cadastro — algumas histórias que possam dar cor e carne a esse ponderável conjunto de agentes e entidades chamadas de ONGs que, sendo privadas, atuam na esfera pública, dedicando-se nos últimos vinte, ou vinte e cinco anos, ao enfrentamento de questões políticas e sociais de peso na sociedade brasileira.

FICHAS DE ONGS FILIADAS À ABONG

AÇÃO CRISTÃ PRÓ GENTE

Sigla/nome curto: PRÓ GENTE

Responsáveis para contato: LAURIE MILLER / TEREZINHA CAMARGO/ ELIENA BARROS

Endereço: QNN 31, módulos E e F, área especial — 72.225-310 — Ceilândia — DF

Tel:(061) 585-3711

1. Data de fundação: 1971 (de fato), 1973 (legal).

2. Origem: na década de 70, as igrejas evangélicas de tradição reformada passavam por mudanças com relação ao engajamento dos cristãos nas questões sociais. Um grupo de presbiterianos, metodistas e luteranos reuniu-se no intuito de buscar alternativas para uma atuação voltada para a sociedade. Com uma visão ecumênica e preocupado com a população excluída do Distrito Federal, esse grupo fundou a Ação Cristã Pró Gente como um instrumento para concretizar seus objetivos junto aos mais carentes.

3. Objetivos gerais: contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano e para o fortalecimento das organizações populares autônomas.

4. Âmbito de atuação: local, Ceilândia Norte.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 20

6. Número de voluntários: 6

7. Faixa orçamentária: entre US\$50.000.00 e US\$100.000.00

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 56%;
- b) departamentos sociais das igrejas irmãs do exterior: 39%;
- c) venda de serviços: 4,1%;
- d) doações individuais: 0,9%.

9. Atividades principais: educação popular .

Projetos ilustrativos:

a) PROJETO JOGO DA VIDA: promoção de práticas esportivas, eventos culturais, festas e bailes, em torno dos quais se trabalha a organização, a segurança e a defesa contra a violência, os laços de amizade e vizinhança, o respeito ao bem coletivo ou público, o combate ao uso de drogas. Este projeto atinge 200 jovens entre 14 e 25 anos. Há duas pessoas dedicadas ao projeto e educadores voluntários;

b) PROJETO PRODUZINDO, CRIANDO, BRINCANDO: oficina de produção de papel reciclado e trabalhos em serigrafia. Atende a 60 meninos e meninas. Há duas pessoas envolvidas no projeto;

c) PROJETO COZINHA COMUNITÁRIA: preparação de refeições diárias, pelos próprios meninos e meninas, em regime de escala. Oferece noções básicas de cozinha industrial, capacitação no manejo e preparo dos alimentos com aproveitamento integral. Atende a 200 meninos e meninas. Há um orientador dedicado ao projeto.

10. Beneficiários principais: crianças e jovens adolescentes, mulheres e movimento urbano local.

11. Publicações principais: produz materiais didáticos para o trabalho, sendo os mais importantes: *Ceilândia ontem, hoje, amanhã e Remédios caseiros.*

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Sigla/nome curto: AFINCO

Responsáveis para contato: Recife — MARIA DAS DORES SILVA / São Paulo — ANNA CYNTHIA DE OLIVEIRA

Endereço: Pça. Prof. Barreto Campello, 1121 — Torre — 52.111-561 — Recife — PE

Tel: (081) 228-3094

Fax: (081) 228-4389

Observação: O Núcleo de São Paulo foi fechado.

1. Data de fundação: 1990 (de fato), 1988 (legal).

2. Origem: a idéia da criação da AFINCO nasceu no Centro de Cultura Luis Freire no Recife, no decorrer de seu processo de reorganização institucional. Nessa oportunidade, o núcleo idealizador da AFINCO convenceu-se de que a necessidade de especialização administrativa para o segmento não-governamental era generalizada. Constituiu-se então a entidade, autônoma, para prestar serviços de consultoria a outras ONGs.

3. Objetivos gerais: desenvolver a área administrativa e financeira das ONGs como parte do fortalecimento institucional. Capacitar seus dirigentes e o quadro administrativo no aperfeiçoamento técnico para garantir o cumprimento das exigências legais e normativas. Habilitar as ONGs a responder com agilidade e transparência às necessidades internas de informações gerenciais e à demanda de informações externas, seja do Estado, da opinião pública ou das entidades com as quais se realizam convênios.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 6

6. Número de voluntários: 1

7. Faixa orçamentária: Entre US\$50.000.00 e US\$100.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 76%;
- b) venda de serviços: 24%.

9. Atividades principais: assessoria administrativa e jurídica; capacitação de pessoal.

Projetos ilustrativos:

a) contrato triangular entre a AFINCO, uma fundação internacional e as ONGs GELEDÉS (Instituto da Mulher Negra — São Paulo) e Centro das Mulheres do Cabo (Região Metropolitana do Recife), para assessoria pelo prazo de um ano. O trabalho implicou auditoria operacional (diagnóstico institucional com levantamento de possíveis falhas administrativas e recomendações); assessoria contábil (elaboração de plano de contas, controles internos contábeis e financeiros); assessoria organizacional (distribuição do trabalho administrativo e plano de cargos); assessoria para controles de secretaria (correspondência, arquivos, estoque e compras).

b) auditorias para o GAIPA, BA (Grupo de Apoio ao Índio Pataxó) e a Rede Mulher, SP.

c) assessoria na área contábil e de controles internos para o Centro Josué de Castro, PE; reforma do Estatuto Social do GTPOS SP (Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual); consultoria no fechamento do Balanço Anual/1992 para o CAATINGA, Ouricuri, PE (Centro de Assessoria aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas).

10. Beneficiários principais: outras ONGs e entidades sem fins de lucro, em geral.

11. Publicação principal: encarte em convênio com a ABONG sobre a legislação que afeta as ONGs: *Saiba como evitar armadilhas e cumprir a lei.*

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Sigla/nome curto: AGEN

Responsáveis para contato: CARLOS NIEBEL / CLAUDIO OLIVER / FIRMINO SANTOS NETO / DERMI AZEVEDO

Endereço: Av. Ipiranga, 1267, 8º andar — 01.039-000 — Centro — São Paulo —, SP

Endereço eletrônico: agen@ax.ibase.br

1. Data de fundação: 1986 (de fato), 1986 (legal).

2. Origem: a AGEN foi idealizada por um pequeno grupo ecumênico que trabalhava no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), em São Paulo, e que fazia parte do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Por um lado, percebia-se a necessidade de canais de denúncia e informação sobre violações desses direitos. Por outro lado, no campo das igrejas — tanto católica como protestantes — ampliavam-se as limitações relativas à participação dos cristãos nas questões sociais. A partir daí nasceu a Agência, com a proposta de compartilhar informações sobre a realidade social dentro do campo ecumênico e também junto à mídia nacional e internacional.

3. Objetivos gerais: pesquisar, editar e publicar informações alternativas dos movimentos sociais; apoiar a causa da paz, da justiça e do desenvolvimento sustentável; promover a democratização da informação e da comunicação.

4. Âmbito de atuação: nacional e internacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 5

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$50.000,00 e US\$100.000,00

8. Fontes de recursos:

a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 82%;

b) venda de serviços e assinaturas de revista: 18%.

9. Atividades principais: informação e comunicação.

Projetos ilustrativos:

a) PROJETO INFORMAÇÃO ALTERNATIVA: publicação da revista semanal *Véspera*, dedicada a informar lideranças dos movimentos sociais;

b) PROJETO AGEN/FAX: boletim diário, em língua inglesa, para as agências de cooperação internacional e assinantes institucionais;

c) PROJETO NEWS FROM BRAZIL: boletim semanal de notícias, por via eletrônica, para ONGs do Brasil e do exterior.

10. Beneficiários principais: camadas médias, militantes partidários, outras ONGs, movimentos urbanos organizados, sindicatos rurais e urbanos e opinião pública em geral.

11. Publicações principais: periódicos *Véspera*, semestral, *Agên/Fax*, diário e *News from Brazil*, semestral.

ASSESSORIA A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA

Sigla/nome curto: AS-PTA

Responsáveis para contato: JEAN MARC VON DER WEID / SILVIO GOMES DE ALMEIDA

Endereço: Rua da Candelária, 9, 6º andar — 20.091-020 — Centro — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021)253-8317

Fax: (021)233-8363

Endereço eletrônico: aspta@.ax.ibase.org.br

Observação: Além da sede nacional possui mais seis escritórios regionais.

1. Data de fundação: 1983 (de fato), 1989 (legal).

2. Origem: originalmente o AS-PTA foi um projeto de Tecnologias Alternativas abrigado na FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Em 1989 passa a se constituir como entidade autônoma. Hoje, o AS-PTA faz parte de uma ampla rede de entidades (Rede Nacional PTA que reúne 20 instituições atuando em 11 estados da Federação), a qual se firmou em resposta à crise do modelo de desenvolvimento predominante.

3. Objetivos gerais: trabalhar na geração e difusão de tecnologias e métodos alternativos de produção agrícola em apoio aos movimentos populares no campo brasileiro, em uma perspectiva agroecológica. Fortalecer a organização dos pequenos produtores. Desenvolver conhecimentos técnicos e científicos no domínio agroecológico. Promover a participação popular. Lutar pela implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 28

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$500.000,00 e US\$1.000.000,00

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 88,6%;
- b) agências internacionais de cooperação governamental: 11,4%.

9. Atividades principais: assessoria técnica em produção e comercialização agrícola.

Projetos ilustrativos:

a) PROJETO AGROSSILVICULTURA: construção de um modelo para a preservação da biodiversidade na Mata Atlântica do Sul da Bahia. Foi desenvolvido um centro de demonstração e treinamento em agrossilvicultura. Atinge trabalhadores dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia através da Rede PTA. Há seis pessoas dedicadas a esse projeto;

b) PROJETO REDE PTA: consolidação e expansão da Rede no Estado do Paraná. Atende a pequenos agricultores do Sudoeste, Centro-Oeste e Centro-Sul do Paraná. Há sete pessoas dedicadas a esse projeto;

c) PROJETO MANEJO DE ÁGUA NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO: levantamento de programas públicos existentes; formulação de propostas de intervenção; sistematização de experiências de agricultores; oficina de métodos de trabalho; acompanhamento da implantação de novas tecnologias. Atende a lideranças de organizações de agricultores, técnicos de ONGs que atuam no meio rural, técnicos de órgãos estaduais. Há seis pessoas trabalhando nesse projeto.

10. Beneficiários principais: técnicos agrícolas, pequenos produtores, sindicatos rurais.

11. Publicações principais: periódico *Alternativas: cadernos de agroecologia* (anual); *Atualização em agroecologia* (trimestral). O AS-PTA publica também inúmeros manuais, cartilhas e livros dentro de seu universo temático, além de uma significativa produção de vídeos.

ASSESSORIA 5, PESQUISA E ESTUDOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Sigla/nome curto: ASSESSORIA 5

Responsáveis para contato: MARIA AUGUSTA AMARAL / ILKA MORENO

Endereço: Rua Henrique Dias, 292 — 50.070-140 — Derby — Recife — PE

Tel: (081)221-4433

1. Data de fundação: 1986 (de fato), 1989 (legal).

2. Origem: a Assessoria 5 formou-se a partir da experiência de seus técnicos junto a crianças, famílias e funcionários de creches municipais, beneficentes e comunitárias do Recife, no sentido de desenvolver uma concepção que considera a creche como um amplo espaço educativo.

3. Objetivos gerais: consolidar as creches como espaços educativos; capacitar o trabalhador de creches como educador; articular os diversos segmentos da sociedade civil e do Estado ligados à questão de creches; participar na formulação de políticas para a infância e adolescência; realizar estudos e pesquisas que fundamentem a atividade e forneçam subsídios para a formulação de políticas públicas nesse domínio.

4. Âmbito de atuação: municipal, área metropolitana do Recife.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 7

6. Número de voluntários: uma voluntária internacional.

7. Faixa orçamentária: US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos:

a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 93%;

b) agências multilaterais de cooperação: 7%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania, capacitação, assessoria e pesquisa na área da educação pré-escolar.

Projetos ilustrativos:

a) PROJETO PILOTO: realização de oficinas de trabalho, reuniões, cursos e assessorias aos integrantes de 14 creches. Em uma delas o trabalho atinge também as famílias. Estão dedicadas a esta atividade quatro pessoas;

b) PROJETO CRECHE EM PERNAMBUCO: cadastramento e análise do trabalho desenvolvido nas creches sem fins de lucro organizadas pela comunidade, na periferia do Recife e do Vale do Ipojuca. Neste projeto trabalham três pessoas;

c) PROJETO POLÍTICAS PÚBLICAS: seminários e cursos para pessoal de creches comunitárias e participantes do Movimento Pró-Creche, com o objetivo de acompanhar as políticas públicas para a criança. Atividade realizada em conjunto com outras três ONGs. Estão envolvidas neste trabalho três pessoas.

10. Beneficiários principais: crianças, mulheres, participantes de movimentos urbanos e educadores.

11. Publicação principal: —

ASSESSORIA DE URBANIZAÇÃO POPULAR

Sigla/nome curto: ARRUAR

Responsáveis para contato: GERALDO SANTOS MARINHO / MILTON BOTTER / RUBÉN OSCAR PECCHIO VERGARA

Endereço: Rua Dona Anunciada, 188 — 52011-100 — Graças — Recife — PE

Tel: (081) 222-0810

Fax: (081) 222-0810

Endereço eletrônico: arruar@ax.ibase.org.br

1. Data de fundação: 1987 (de fato), 1989 (legal).

2. Origem: nasceu como um projeto do Centro Teotônio Vilela (ver neste volume), na expectativa de constituir um espaço complementar para diversas ONGs que atuavam no campo da questão urbana. A idéia central foi oferecer um corpo técnico aos movimentos de bairro, capaz de orientar discussões e avaliações de projetos urbanísticos apresentados pela municipalidade, bem como desenvolver propostas alternativas a partir das demandas das organizações populares.

3. Objetivos gerais: defender a cidadania; assessorar os movimentos sociais no tocante à temática urbana; discutir e avaliar políticas públicas no setor.

4. Âmbito de atuação: Região Metropolitana do Recife.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 9

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos:

a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 72,5%;

b) venda de serviços: 27,5%.

9. Atividades principais: assessoria, pesquisa e capacitação no campo da questão urbana.

Projetos ilustrativos:

a) formulação de diretrizes e instrumentos para projetos de urbanização de favelas no Recife. Atende aos habitantes das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Há oito pessoas na atividade;

b) PROJETOS DE URBANIZAÇÃO: significam desenvolver e acompanhar o programa de urbanização, integrando ações de regularização jurídica e infra-estrutura urbana.

- Projeto Beirinha: atende a 500 famílias moradoras do local. Há quatro pessoas no projeto;
- Projeto Entra a Pulso: atende a 1.000 famílias moradoras no local. Há oito pessoas no projeto.

c) GACIP — FÓRUM DE REFORMA URBANA: acompanhamento do processo de formulação e implementação de legislação urbanística e políticas públicas urbanas do Executivo Municipal. Atende a lideranças dos movimentos sociais e público em geral. Há cinco pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: associações de moradores, movimentos urbanos e de bairro, favelados, funcionários dos governos municipais da área metropolitana.

11. Publicações principais: —

ASSESSORIA & PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

Sigla/nome curto: ASPLANDE

Responsáveis para contato: MARA FERREIRA / FERNANDO CUNHA

Endereço: Rua Machado de Assis, 24, sl. 105 — 22.220-060 — Flamengo — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021)225-0259

Fax: (021)225-0259

Endereço eletrônico: asplande@ax.ibase.org.br.

1. Data de fundação: 1992 (de fato), 1992 (legal).

2. Origem: a entidade nasceu a partir do trabalho desenvolvido por funcionários do Estado, durante oito anos, no município de Paracambi, RJ, aplicando a "Metodologia de Planejamento para o Desenvolvimento Integral e Harmônico". Os limites da ação do poder público indicaram a necessidade de buscar um espaço alternativo, motivação que deu origem à AS-PLANDE.

3. Objetivos gerais: contribuir para a promoção do desenvolvimento através da aplicação de uma "Metodologia de Planejamento para o Desenvolvimento Integral e Harmônico".

4. Âmbito de atuação: local, em Paracambi, RJ; eventualmente, estadual (RJ e PE).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: —

6. Número de voluntários: 12 nacionais e um internacional.

7. Faixa orçamentária: —

8. Fontes de recursos: —

9. Atividades principais: assessoria e educação popular.

Projetos ilustrativos:

a) PROJETO TV-POPULAR: dirigido aos movimentos sociais rurais e urbanos. Duas pessoas estão envolvidas na atividade;

b) PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO DA BANANA: atende a grupos de mulheres da área de Paracambi. Há uma pessoa responsável pelo trabalho;

c) PROJETO CURSO DE METODOLOGIA PARA A UFPE: trata-se de um contrato realizado pela Universidade de Pernambuco, que visa divulgar a metodologia de trabalho da AS-PLANDE.

10. Beneficiários principais: pequenos produtores, associações de moradores, movimentos de bairro.

11. Publicações principais: periódico bimestral, *Boletim Asplande informa*. Produz também vídeos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA

Sigla/nome curto: ABRA

Responsáveis para contato: LUIS CARLOS GUEDES PINTO/MAYLA YARA PORTO/MARIA ORLANDA PINASSI

Endereço: Cândido Gomide, 333 — 13.070-200 — Jardim Guanabara — Campinas — SP

Tel: (0192)42-6590

Fax: (0192)42-7993

Endereço eletrônico: abracamp@ax.ibase.org.br

Caixa postal: 1396

1. Data de fundação: 1967 (de fato e legal).

2. Origem: a inspiração para a fundação da ABRA surgiu da constatação da necessidade de um núcleo independente, interdisciplinar e não partidário que pudesse cobrar a implementação da legislação agrária em vigor na época, principalmente o Estatuto da Terra. Após a sua fundação, a ABRA passou a congrega um grupo de intelectuais, técnicos, estudantes, profissionais liberais, lideranças comunitárias e sindicais, trabalhadores, além de interrelacionar-se com um grande número de entidades de apoio aos movimentos sociais rurais. A ABRA conta hoje com 546 sócios em todo o território nacional.

3. Objetivos gerais: trabalhar para a concretização da reforma agrária, contribuir para elevar o padrão de vida da população rural e urbana, melhorando a produção e a distribuição de alimentos e produtos agrícolas, aumentando as possibilidades de emprego, contendo a deterioração ambiental e assegurando o respeito aos direitos fundamentais do homem, bem como apoiando a consolidação do processo de democratização do país e a construção da cidadania.

4. Âmbito de atuação: nacional

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 7

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$50.000.00 e US\$100.000.00

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 92%;
- b) venda de materiais e serviços: 7%;
- c) doações individuais: 1%.

9. Atividades principais: informação e assessoria no campo da reforma agrária.

Projetos ilustrativos:

a) PROJETO DE FORMAÇÃO DE TRABALHADORES SOCIAIS: análises e estudo sistemático da questão agrária e agrícola. Está dirigido a pessoas que tenham condições de intervir eficazmente nos diversos níveis da vida social e política. Há três pessoas dedicadas ao projeto;

b) PROJETO BANCO DE DADOS E CENTRO DE INFORMAÇÕES: banco de dados sobre reforma agrária e política agrária que compila, sistematiza e armazena informações jurídicas e sócio-econômicas para atendimento ao público em geral. Há três pessoas dedicadas;

c) PROJETO DE APOIO A ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA: capacitação e apoio à produção e comercialização de alimentos em terras de assentamento. Há duas pessoas dedicadas.

10. Beneficiários principais: pequenos produtores; assalariados rurais; trabalhadores sem-terra; universitários e estudantes em geral.

11. Publicações principais: periódico bimestral *Revista Reforma Agrária*.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS

Sigla/nome curto: ABIA

Responsáveis para contato: RICHARD PARKER / JANE GALVÃO / HERBERT DE SOUZA (BETINHO)

Endereço: Rua Sete de Setembro, 48, 12º andar — 20.050-000 — Centro — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 224-1654

Fax: (021) 224-3414

Endereço eletrônico: abia@ax.apc.org.br

Internet: <http://www.ibase.org.br:80-abia>

1. Data de fundação: 1986 (de fato), 1987 (legal).

2. Origem: a ABIA foi fundada a partir da iniciativa voluntária de pesquisadores, artistas, profissionais de saúde, autoridades civis e religiosas e participantes de grupos comunitários, em adesão e apoio ao projeto do sociólogo Herbert de Souza (Betinho), diretor do IBASE (onde a ABIA funcionou inicialmente). A filosofia da ABIA, desde sua criação, tem sido o entendimento da AIDS como uma doença que diz respeito não somente à ciência médica, mas envolve a sociedade como um todo, exigindo respostas globais baseadas na solidariedade e em ações interdisciplinares. As medidas para a prevenção e combate à epidemia são uma questão de saúde pública, educação básica, informação pelos meios massivos de comunicação, saneamento, fiscalização de bancos de sangue, cuidados com lixo hospitalar e muitas outras questões que envolvem políticas públicas e pressão social sobre o Estado.

3. Objetivos gerais: reunir, sistematizar e divulgar informações precisas, atualizadas e cientificamente fundamentadas sobre a epidemia HIV/AIDS; produzir informação preventiva para diferentes grupos sociais (crianças de rua, mulheres, operários, adolescentes, usuários de drogas, homens com prática homossexual); fornecer assessoria a grupos da sociedade civil, empresas, escolas, universidades, sindicatos, associações comunitárias, igrejas, órgãos de comunicação social, prefeituras e outras ONGs, com vistas a apoiar o desenvolvimento de campanhas de prevenção e infor-

mação adequadas às realidades locais; trabalhar em rede com outras instituições nacionais e internacionais ampliando o alcance das campanhas; acompanhar criticamente as políticas públicas elaborando propostas para o enfrentamento da epidemia; desenvolver ativamente a solidariedade enquanto resposta à epidemia em todas as suas dimensões, em permanente defesa dos direitos humanos.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 41

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$500.000.00 e US\$1.000.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 82,5%;
- b) agências internacionais de cooperação governamental: 6,5%;
- c) agências multilaterais de cooperação: 1%;
- d) órgãos de governo: 2%;
- e) fundações nacionais: 1%;
- f) empresas: 5,5%;
- g) venda de produtos e serviços: 0,5%;
- h) doações individuais: 1%.

9. Atividades principais: informação; pesquisa; campanhas; denúncias e atividades educativas (palestras, elaboração de materiais didáticos, vídeos, capacitação de pessoal e assessorias).

Projetos ilustrativos:

a) assessoria e capacitação, em empresas públicas e privadas, na elaboração e implementação de programas de prevenção e assistência a portadores de HIV/AIDS. Há quatro pessoas responsáveis pelo programa, que é autofinanciado;

b) PROJETO VIVA A VIDA: capacitação de profissionais da rede pública de ensino, para desenvolvimento de programas de prevenção na comunidade escolar. Há duas pessoas na atividade;

c) Serviço de prevenção da AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis no Rio de

Janeiro e em São Paulo. Há duas pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: a opinião pública em geral e, especificamente, portadores de HIV e suas famílias; homens homossexuais; mulheres; favelados; operários; associações de moradores; sindicatos; estudantes; professores e empresários.

11. Publicações principais: periódicos *Boletins ABLA* e *Ação Anti-Aids*. Produz manuais, cartilhas e livros, entre os quais destacam-se: *O que é a AIDS*; *Sangue: 12 informações e A AIDS e a escola*. Há uma extensa lista referente à produção de vídeos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Sigla/nome curto: ABRAPIA

Responsáveis para contato: LAURO MONTEIRO FILHO / VANIA IZZO DE ABREU

Endereço: Rua Pinheiro Machado, 39 — 22.231-090 — Laranjeiras — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021)553-8181

Fax: (021)552-5829

1. **Data de fundação:** 1989 (de fato), 1988 (legal).
2. **Origem:** um grupo de profissionais da área da saúde que trabalhava no Serviço de Pediatria do Hospital Souza Aguiar (instituição pública no RJ) mobilizou profissionais de outras áreas, como juristas e educadores, formando uma equipe de voluntários com a finalidade de promover estudos e agir em casos de violência contra crianças e adolescentes. Diante da constatação da gravidade da situação de violência e injustiça social a que são submetidas as crianças e adolescentes brasileiros, decidiram fortalecer e institucionalizar a iniciativa criando a ABRAPIA.
 - c) cooperação internacional governamental: 5,5%;
 - d) cooperação multilateral: 1,5%;
 - e) empresas: 0,3%;
 - f) venda de serviços: 0,1%;
 - g) doações individuais: 1,3%.
3. **Objetivos gerais:** a defesa dos direitos da criança e do adolescente.
4. **Âmbito de atuação:** o atendimento às crianças violentadas é realizado no plano estadual. A denúncia e a informação, em todo o território nacional.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 41
6. **Número de voluntários:** 5
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$ 300.000.00 e US\$ 400.000.00
8. **Fontes de recursos:**
 - a) órgãos de governo: 3%;
 - b) cooperação internacional não-governamental: 88,3%;
 - c) cooperação internacional governamental: 5,5%;
 - d) cooperação multilateral: 1,5%;
 - e) empresas: 0,3%;
 - f) venda de serviços: 0,1%;
 - g) doações individuais: 1,3%.
9. **Atividades principais:** denúncia, informação, atendimento médico, jurídico e psicológico; prevenção da violência.

Projetos ilustrativos:

 - a) PROJETO S.O.S. CRIANÇA: atendimento a crianças e adolescentes (0 a 18 anos) vítimas da violência doméstica. Trabalho preventivo junto a comunidades: escolas, hospitais, postos de saúde, etc. Estão dedicadas ao projeto 15 pessoas;
 - b) PROJETO NAC, NÚCLEO DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO: presta informação continuada sobre os direitos da criança e do adolescente através de ação na própria comunidade em Rio Pequeno, Jacarepaguá, RJ. Há cinco pessoas dedicadas a essa atividade;
 - c) PROJETO DE INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO: edição de material informativo de prevenção da violência contra crianças e adolescentes. Trabalho junto à mídia: rádio, TV, jornais, objetivando informar sobre a situação de risco para crianças e adolescentes e formas de preveni-la. Cursos, palestras, seminários para público em geral e grupos específicos como por exemplo alunos formandos da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Há dez pessoas dedicadas a essa atividade.

10. Beneficiários principais: crianças e adolescentes.

11. Publicações principais: periódico bimestral *Jornal da Abrapia* e materiais didáticos,

entre os quais se destacam: *Guia de orientação para professores*; *Guia de orientação para profissionais da saúde*; *Guia de orientação para serviços de saúde e acompanhantes de crianças e adolescentes*.

ASSOCIAÇÃO CIVIL GREENPEACE

Sigla/nome curto: GREENPEACE BR

Responsáveis para contato: ROBERTO KISHINAMI

Endereço: Rua dos Pinheiros, 250/32 — 05422-000 — Pinheiros — São Paulo — SP

Tel: (011) 851-2972 e (011) 853-9545

Fax: (011) 881-4940

Observação: Tem mais dois escritórios no Brasil, além de sua sede no Rio

1. Data de fundação: 1991 (de fato), 1990 (legal).

2. Origem: a GREENPEACE do Brasil nasceu da GREENPEACE Internacional, na fase de preparação à ECO 92. A implantação da GREENPEACE no Brasil beneficiou-se, portanto, de sua marca forte e de seu reconhecimento no plano internacional. Isso facilitou sua inserção e seu trabalho com questões ambientais no país, podendo contar com uma receptividade positiva na mídia brasileira e em manifestações da opinião pública, o que repercutiu no número de sócios atingido pela organização nesses primeiros tempos. A GREENPEACE do Brasil tem 2.600 sócios mantenedores, com uma contribuição média anual de US\$20,00.

3. Objetivos: promover a proteção e preservação da natureza e do meio ambiente em geral, incluindo a fauna, a flora e os recursos naturais não renováveis, através de: pesquisa e monitoramento científico; organização e promoção de atividades educacionais e eventos (conferências, seminários, demonstrações e outras atividades públicas); cooperação com outras organizações com objetivos similares; promoção para a adoção e efetiva aplicação de legislação pertinente e procedimentos judiciais e administrativos conexos; publicações de materiais concernentes ao objeto da associação.

4. Âmbito de atuação: internacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 23

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$500.000,00 e US\$1.000.000,00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências não-governamentais da cooperação internacional (Greenpeace Internacional): 93,5%;
- b) venda de produtos: 2,6%;
- c) doações individuais: 3,9%.

9. Atividades principais: preservação ambiental; atividades educativas relacionadas (capacitação, palestras, etc.); informação; campanhas e denúncias.

Projetos ilustrativos:

a) CAMPANHA ANTI-NUCLEAR: procura deter a expansão da indústria nuclear no Brasil através de denúncias sobre os riscos de seu uso e o alto custo de produção. Destinada ao público em geral; tem duas pessoas responsáveis;

b) CAMPANHA DE FLORESTAS: combate ao corte predatório de madeiras na Amazônia e às atividades de desflorestamento e poluição realizados pelas indústrias de celulose na Mata Atlântica. Para o público em geral; a campanha conta com três responsáveis;

c) CAMPANHA CONTRA O COMÉRCIO DE RESÍDUOS TÓXICOS: combate ao comércio de resíduos tóxicos através de *lobby* para mudanças na legislação sobre o tema e denúncias de irregularidades. Para o público em geral; a campanha conta com duas responsáveis.

10. Beneficiários principais: o público em geral.

11. Publicações principais: *Boletim GREEN-PEACE* (trimestral). Publica manuais e folhetos, entre os quais destacam-se: *O comércio internacional de lixo tóxico*; *Protegendo a*

camada de ozônio com a geladeira verde; *O corte predatório do mogno*. Há alguns livros disponíveis, tais como: *A política nuclear no Brasil* e *Aquecimento global: relatório Greenpeace*. Produz vídeos, como: *Mogno: estudos da devastação* e *Greenpeace Brasil*.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR INTEGRAL PAULO ENGLERT

Sigla/nome curto: AMEPPE

Responsáveis para contato: GUY JORGE RUFFIER / BAHIGE SHAHIA / IVANY FRANCISCA SILVA

Endereço: Av. Amazonas, 641, 8º andar, conj. B, C e D — 30.180-000 — Centro — Belo Horizonte — MG

Tel: (031)201-4466

Fax: (031)201-9485

1. **Data de fundação:** 1987 (de fato e legal).
2. **Origem:** a AMEPPE teve origem no Movimento Fé e Alegria, obra educacional com propósitos evangelizadores, promovida pela Companhia de Jesus e que possui uma estrutura regionalizada. Seguindo uma política de descentralização, alguns regionais, desde sua constituição, criavam entidades autônomas com diretoria e estatuto próprios. Foi assim que em Minas Gerais um grupo de participantes de movimentos populares criou a AMEPPE, um regional autônomo do Movimento Fé e Alegria. Esse grupo atuava principalmente na região industrial através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), e dos Movimentos pelo Transporte Coletivo e para a Educação. Atendendo a uma demanda do Movimento de Luta Pró-Creche, a AMEPPE foi-se especializando na assessoria às creches e na capacitação de seus responsáveis e professores.
3. **Objetivos:** desenvolver atividades de assessoria e pesquisa na área da educação popular, voltadas para a criança e o adolescente, priorizando a garantia dos direitos sociais e a definição e implantação de políticas públicas, o fortalecimento das organizações populares, a melhoria dos serviços e a qualificação de educadores de creches.
4. **Âmbito de atuação:** estadual.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 24
6. **Número de voluntários:** —
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$1.000.000.00 e US\$2.000.000.00.
8. **Fontes de recursos:**
 - a) cooperação internacional não-governamental: 80,9%;
 - b) órgãos de governo: 8%;
 - c) fundações nacionais: 1,8%;
 - d) doações individuais: 2,4%;
 - e) doações da arquidiocese e do MEB: 6,9%.
9. **Atividades principais:** assessoria e pesquisa em educação.

Projetos ilustrativos:

 - a) PROJETO FORMAR: assessoramento direto às creches através de cursos de formação; criação de bibliotecas ambulantes; estímulo às diversas formas de linguagem. Destina-se a educadores de creche e pré-escola. Há três pessoas dedicadas;
 - b) PROJETO CIDADANIA NAS ONDAS DO RÁDIO: programa de políticas públicas, no rádio, voltado para a defesa da criança e do adolescente, em parceria com a arquidiocese e as instituições Visão Mundial e Fé e Alegria. Há seis pessoas envolvidas na atividade;
 - c) PROJETO ACONTECER: cursos em parceria com a universidade e outras ONGs, destinados a profissionais de creches, centros infantis e órgãos públicos, sobre pré-escola e administração de creches.
10. **Beneficiários principais:** educadores, pais, lideranças do Movimento Pró-Creche.
11. **Publicações principais:** periódico semestral *Educação popular: cadernos*.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO DA BAHIA

Sigla/nome curto: ANAÍ-BA

Responsáveis para contato: JOSÉ AUGUSTO SAMPAIO / LUCIA MASCARENHAS / ROSA COSTA

Endereço: Rua Borges dos Reis, 46, sl.5 H — 40.223-000 — Rio Vermelho — Salvador — BA

Tel: (071)247-0464

Fax: (071)235-5836 (vizinho)

1. **Data de fundação:** 1979 (de fato), 1982 (legal).
2. **Origem:** a ANAÍ-BA surgiu a partir da iniciativa de profissionais e estudantes da área de antropologia e sociologia, sensíveis à causa dos povos indígenas. Na década de 70 as denúncias sobre a degradação dos territórios indígenas e sobre a situação de vida dos índios provocaram o nascimento de inúmeras entidades de apoio às lutas desses povos — entre elas a ANAÍ-BA.
3. **Objetivos gerais:** reconhecer e respeitar a autonomia cultural e o direito à autodeterminação dos povos indígenas; apoiá-los em sua luta pela sobrevivência através da recuperação e garantia da inviolabilidade e da demarcação permanente e coletiva de suas terras e pelo uso exclusivo dos recursos naturais nelas existentes; assessorar grupos indígenas e pessoas e grupos que com eles estejam trabalhando; acompanhar a política indigenista oficial criticando, denunciando e propondo, sempre no sentido da defesa dos direitos dos povos indígenas; informar à opinião pública nacional e internacional sobre a situação desses povos; promover a defesa do meio ambiente e do patrimônio ecológico das terras e ecossistemas a elas articulados; articular-se a associações ou organizações que tenham objetivos semelhantes.
4. **Âmbito de atuação:** estadual.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 3
6. **Número de voluntários:** 12
7. **Faixa orçamentária:** abaixo de US\$50.000.00.
8. **Fontes de recursos:** agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.
9. **Atividades principais:** assessoria e informação sobre a causa dos povos indígenas.

Projetos ilustrativos:
a) PROJETO RECONTANDO A HISTÓRIA DO ÍNDIO NO BRASIL: pesquisa sobre o tratamento da questão indígena nas salas de aula; cursos para professores; exibição de vídeos; palestras e espetáculos de arte. Destina-se a professores e alunos. Há quatro pessoas na atividade.
10. **Beneficiários principais:** povos indígenas; professores e estudantes.
11. **Publicações principais:** periódico quadrimestral *Boletim da ANAÍ-BA*. Publica também cartilhas e livros, dentre os quais se destacam: *A luta Pataxô HàHãHai: notas sobre a história e a situação da reserva Paraguassu-Caramuru* e *Os povos indígenas na Bahia*.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO SOLO URBANO

Sigla/nome curto: ANSUR

Responsáveis para contato: ANTONIO SILVESTRE LEITE / ARY VANAZI / LUCIVANDA MOURA

Endereço: Praça da Sé, 184, sala 902 — 01001-000 — Centro — São Paulo — SP

Tel: (011)604-7484

Fax: (011) 604.7572

E.mail: ansur.@ax.apc.org.br

1. Data de fundação: 1984 (de fato), 1987 (legal).

2. Origem: em 1984, período em que ocorreram várias ocupações de terras em áreas urbanas, agentes de pastoral, lideranças de movimentos sociais e alguns profissionais solicitaram à CPT (Comissão Pastoral da Terra) a criação de um departamento urbano. Foi então organizado um encontro nacional para pessoas e entidades dedicadas à questão da legalização de terras urbanas e o direito à moradia. Em 1985, realizou-se novo encontro no qual foi criada a Articulação Nacional do Solo Urbano, origem da ANSUR. Em 1990, com a consolidação do Movimento Nacional de Moradia e a criação da Central de Movimentos Populares considerou-se a necessidade de transformar a ANSUR, nascida como articulação, em entidade de assessoria aos movimentos urbanos, pela terra para morar. A ANSUR tem Coletivos de Sócios, organizados em nove estados da federação (RS, SC, SP, MT, MG, AM, BA, PI, GO).

3. Objetivos gerais: prestar assessoria às organizações populares apoiando o seu fortalecimento na luta pela democratização do espaço nas cidades. Formar pessoal para atuar nesse sentido. Incentivar a articulação de movimentos pela moradia. Empenhar-se na luta pela reforma urbana. Estudar internamente a questão urbana através de seminários, pesquisas, estudos.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 7

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$50.000,00 e US\$100.000,00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: assessoria, capacitação e educação para a cidadania.

Projetos ilustrativos:

a) assessoria e acompanhamento ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia, no plano nacional (à coordenação do Movimento) e em vários estados. Formação e capacitação de pessoal através de cartilhas, seminários e cursos;

b) edição e distribuição do jornal *Solo urbano*, com uma tiragem de 5.000 exemplares;

c) atuação específica com relação a políticas públicas: análise e propostas sobre as políticas habitacional e urbana.

10. Beneficiários principais: movimentos urbanos e de bairros, associações de moradores, favelados e público em geral.

11. Publicações principais: periódico trimestral *Jornal solo urbano* e *Boletim quem é quem na reforma urbana*.

ASSOCIAÇÃO PARA PROJETOS DE COMBATE À FOME

Sigla/nome curto: ÁGORA

Responsáveis para contato: MAURO DUTRA

Endereço: SCLN 210, Bl. C, sl.215 a 218 — 70.862-530 — Brasília — DF

Tel: (061)347-4914 e 347-4515

Fax: (061) 347-9002

Endereço eletrônico: agora@ax.ibase.org.br

1. **Data de fundação:** 1992 (de fato), 1993 (legal).
2. **Origem:** a Ágora surgiu da preocupação com os crescentes índices de fome e miséria no país. Foi idealizada por pessoas da iniciativa privada no DF, que distribuíam sopa à população carente. Juntaram-se ao projeto outras pessoas advindas da universidade; de partidos políticos de centro-esquerda e de movimentos sociais.
3. **Objetivos gerais:** promover debates, estudos e troca de experiências sobre a questão da desnutrição, da fome, da produção agrícola, da qualidade e do consumo de alimentos e sobre alimentação alternativa. Formular propostas globais de combate à fome. Apoiar iniciativas de distribuição de alimentos. Exercer pressão nos meios políticos que resultem no encaminhamento de projetos de combate à fome. Analisar as políticas governamentais de abastecimento e alimentação.
4. **Âmbito de atuação:** nacional.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 3
6. **Número de voluntários:** 2
7. **Faixa orçamentária:** menos de US\$50.000.00.
8. **Fontes de recursos:** empresas e doações individuais: 100%.
9. **Atividades principais:** assessoria, pesquisa e análise sobre a questão da fome; promoção de campanhas e divulgação de informações.

Projetos ilustrativos:
 - a) PROJETO ALIMENTAÇÃO ALTERNATIVA: levantamento de recursos para o financiamento de uma cozinha experimental na Comunidade do Lixão da Estrutural. Há uma pessoa dedicada ao projeto;
 - b) divulgação da campanha "Ação da Cidadania" no Distrito Federal. Uma pessoa tem atendido a essa atividade;
 - c) PROJETO CONSEA: formulação de propostas e participação na gestão da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Duas pessoas têm se dedicado a essa atividade.
10. **Beneficiários principais:** populações carentes e opinião pública em geral.
11. **Publicações principais:** —

ASSOCIAÇÃO SEDUP — SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Sigla/nome curto: SEDUP

Responsáveis para contato: MARIA DINALVA MARIANO/ SEVERINO R. DO NASCIMENTO/ MARIA DO SOCORRO B. DA SILVA

Endereço: Praça Monsenhor Walfredo Leal, 74 — 58.200-000 — Centro — Guarabira — PB

Tel: (083) 271-1231

Fax: (083) 271-1231

Caixa postal: 17

1. Data de fundação: 1981 (de fato), 1991 (legal).

2. Origem: o SEDUP nasceu como um serviço da Diocese de Guarabira, dentro do objetivo de assessorar as pastorais e os movimentos populares do Brejo Paraibano. Tem-se proposto a implementar atividades como a formação de lideranças (sindicais, de oposições sindicais, de movimentos populares); o apoio a campanhas salariais, como a dos canavieiros; o apoio a lutas dos trabalhadores em geral, na busca de fazer valer os direitos humanos para os excluídos da sociedade. Em 1991 o SEDUP desligou-se formalmente da diocese, passando a se constituir uma associação com personalidade jurídica própria.

3. Objetivos gerais: promover os direitos humanos e a conquista de uma cidadania plena para as classes populares, através de atividades de cunho educativo, formativo e organizativo.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 8

6. Número de voluntários: 3

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 76,5%;
- b) fundações nacionais: 23,5%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania e educação popular; assessoria, capacitação e pesquisa.

Projetos ilustrativos:

a) **ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:** formação e capacitação dos alfabetizadores, visita aos grupos, articulação com outras entidades que trabalham na mesma área. Atende a trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos e população carcerária. Há uma pessoa responsável pelo programa;

b) **PROJETO LUTAS DE BAIRRO E GERAÇÃO DE RENDA:** pesquisa, reuniões, cursos e troca de experiências, teatro popular e visitas a grupos de moradores da periferia que trabalham na economia informal e em pequenos projetos de geração de renda. Há duas pessoas na atividade;

c) **PESQUISA SOBRE O RESGATE HISTÓRICO DO SINDICALISMO NO BREJO PARAIBANO:** reuniões, cursos com dirigentes sindicais e pesquisadores, estudos, análise de entrevistas e sistematização dos dados. Há uma pessoa responsável por esta pesquisa.

d) **CRIANÇAS E ADOLESCENTES:** programa de rádio, seminários, reuniões, palestras e debates para atendimento de conselheiros municipais (para a infância e a adolescência) e a sociedade civil. Há duas pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: analfabetos; sindicatos, assalariados e pequenos produtores rurais; participantes de projetos de geração de renda e membros de movimentos de bairro; crianças; outras ONGs.

11. Publicações principais: SEDUP produz vídeos, entre os quais destacam-se: *A palha da cana*; *Dessa luta eu não fujo* (relato sobre a luta da mulher); *Até quando ?*; *Bagaço de cana*; *Viva a mulher dessa nação ?*; *De pés na terra e Educação é...*

CAMPANHA NACIONAL DE DEFESA E PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Sigla/nome curto: CNDDA

Responsáveis para contato: ORLANDO VALVERDE / HENRIQUE MIRANDA / IRENE GARRIDO FILHA

Endereço: Rua Araújo Porto Alegre, 71, 10º andar — 20.030-010 — Centro — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021)220-6772 e (021) 262-5734

Fax: (021)236-2708

Observação: Possui mais três escritórios filiados em Manaus, Belém e São Luís.

1. Data de fundação: 1967 (de fato), 1979 (legal).

2. Origem: foi criada para combater o Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos, elaborado pelo Hudson Institute de Nova York. Teve origem no Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional — CEDPEN. A Campanha continuou atuando enquanto entidade, desenvolvendo outras atividades ao longo do tempo.

3. Objetivos gerais: lutar em defesa e pelo desenvolvimento da Amazônia; realizar estudos sobre a problemática da Amazônia com o objetivo de elaborar um "Projeto Amazônia". Efetuar ampla e intensiva divulgação e propaganda de suas conclusões de modo a, conscientizando o maior número de compatriotas, mobilizá-los e organizá-los, através das formas e ações mais adequadas à consecução dos seus princípios.

4. Âmbito de atuação: nacional, com relação à mobilização da opinião pública. Estadual (RJ) é regional (Amazônia) através dos núcleos na região.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: —

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: —

8. Fontes de recursos: contribuição de sócios: 100%.

9. Atividades principais: estudo, informação e organização de campanhas em defesa da Região Amazônica.

Projetos ilustrativos:

a) obteve o arquivamento do Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos;

b) realizou congressos e seminários sobre a Amazônia que redundaram na criação de núcleos da CNDDA na região;

c) realizou ação pública contra os exploradores de carvão vegetal na Amazônia para produção de gusa.

10. Beneficiários principais: a opinião pública.

11. Publicação principal: periódico bianual *A Amazônia brasileira em foco*.

CASA DA MULHER DO NORDESTE

Responsáveis para contato: ANA MARIA DE FARIAS LIRA

Endereço: Rua Dr. Napoleão Laureano, 40 C — 50.720-020 — Madalena — Recife — PE

Tel: (081)227-0531

- 1. Data de fundação:** 1980 (de fato e legal).
- 2. Origem:** a Casa da Mulher do Nordeste emergiu do Movimento Feminista na década de 80, efetivando a criação de um espaço para denunciar a violência contra a mulher, divulgar informações e pesquisas, sensibilizar a sociedade para pôr fim às desigualdades e injustiças sociais. Após três anos de atuação junto às mulheres das camadas populares, a instituição deu preferência a apoiar projetos de produção, priorizando em sua ação educativa a busca de independência econômica como forma de luta pela libertação das mulheres.
- 3. Objetivos gerais:** contribuir para a promoção e inserção da mulher na produção de bens e serviços econômicos e culturais, bem como intermediar sua distribuição. Desenvolver direta ou indiretamente trabalhos comunitários com grupos de mulheres. Estudar, pesquisar, discutir e divulgar temas relacionados com a mulher. Promover cursos, seminários, conferências, organizar e/ou participar de congressos regionais, nacionais e internacionais sobre a mulher.
- 4. Âmbito de atuação:** estadual, principalmente nos municípios do Recife (Bairros de Água Fria, Córrego do Euclides e Ibura) e Camaragibe, Serinhaém, Tacara TV, Pesqueira e Bom Jardim.
- 5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 8
- 6. Número de voluntários:** dois nacionais e um internacional.
- 7. Faixa orçamentária:** menos de US\$50.000.00.
- 8. Fontes de recursos:** —
- 9. Atividades principais:** educação popular; projetos de geração de renda.

Projetos ilustrativos:
a) ATIVIDADE DE ASSESSORIA ÀS MULHERES DE ARACÁ, CAMARAGIBE, PE: trabalho em sistema cooperativo, junto a mulheres de famílias rurais ou domésticas da localidade, para aumentar a renda familiar, aproveitando matéria-prima de fábricas de tecido e vestuário. As mulheres fabricam redes, tapetes, bolsas, etc. O grupo está tendendo a criar uma organização autônoma;

b) PROJETO PEIXE: atinge mulheres da região da Barragem de Carpina. Trata-se da criação de peixes em açudes associada à criação de porcos e marrecos e ainda ao plantio de hortas caseiras e mandioca para fabricação de farinha;

c) atividade de estruturação de uma unidade de produção na localidade de Timbi para tapeceiras que dependiam de fábricas e intermediários para a comercialização de seus produtos. Foi criada a Associação de Tapeceiras que realiza vendas diretas ao consumidor e cria capital de giro.
- 10. Beneficiários principais:** mulheres, jovens, crianças.
- 11. Publicações principais:** periódico trimestral *Jornal da casa*.

CENTRO ACOTIRENE DE FORMAÇÃO POPULAR

Sigla/nome curto: ACOTIRENE

Responsáveis para contato: LUCIENE MARIA DE MESQUITA LIMA / EDNA ROSÂNGELA NOBRE

Endereço: Rua Prof. Ernane F. Magalhães, 545 — 57.032-150 — Mangabeira — Maceió — AL

Tel: (082)328-1913 (residencial para recados)

1. Data de fundação: 1992 (de fato), 1993 (legal).

2. Origem: o Centro Acotirene nasceu a partir do esforço de grupos de pessoas (vindas das igrejas, da universidade e de órgãos públicos) e de movimentos populares existentes em Maceió (Sem-Teto, Meninos e Meninas de Rua, Comissão de Bairros e Comissão Lagoa Mor). Com o apoio de algumas ONGs de Pernambuco (EQUIP, CENAP e FASE PE), criou-se um espaço para contribuir para o fortalecimento e a articulação das diversas experiências de organização popular existentes na cidade. O Centro Acotirene é recém-fundado e está em período de montagem de sua infra-estrutura e condições de sustentação.

3. Objetivos gerais: contribuir para a organização e fortalecimento dos movimentos populares em Alagoas, tendo em vista a ampliação da cidadania e a democratização da sociedade.

4. Âmbito de atuação: municipal (Maceió). Eventualmente, atua no plano regional, nos estados de Sergipe, Paraíba e Pernambuco.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: —

6. Número de voluntários: 5.

7. Faixa orçamentária: tendo sido fundado legalmente em 1993, ainda não possui nenhum financiamento.

8. Fontes de recursos: —

9. Atividades principais: educação popular e para a cidadania, capacitação e assessoria.

Projetos ilustrativos:

a) FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS (dirigentes e educadores populares): atingiu, em 1993, 150 pessoas;

b) PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: acompanhamento pedagógico para alfabetizadores e encontros com alfabetizandos. Realizam-se também oficinas de produção de materiais didáticos. Atende a educadores, jovens e adultos analfabetos da periferia;

c) ATIVIDADE COM RELAÇÃO ÀS MULHERES: com recursos das próprias participantes do movimento, têm sido organizadas discussões sobre as relações de gênero e a identidade feminina, avaliando-se a possibilidade da criação de oficinas para geração de renda.

10. Beneficiários principais: movimentos urbanos, associações de moradores, Movimento Sem-Teto, Movimento de Mulheres.

11. Publicação principal: —

CENTRO ALTERNATIVO DE CULTURA

Sigla/nome curto: CAC PA

Responsáveis para contato: FREDDY SERVAIS

Endereço: Rua D. Romualdo de Seixas, 1905 — 66.055-200 — Umarizal — Belém — PA

Tel: (091)223-5228 e (091) 222-1883 Ramal 34

Fax: (091)222-9503

1. Data de fundação: 1991 (de fato), 1990 (legal).

2. Origem: a idéia nasceu de um grupo de universitários, profissionais, intelectuais e membros da Ordem Jesuíta da Capela de Lourdes. Visavam criar um centro universitário que pudesse estabelecer uma ligação entre o mundo acadêmico e a maioria do povo marginalizado do processo sócio-econômico.

3. Objetivos gerais: contribuir para o desenvolvimento de estudantes e profissionais, levando-os a compreender sua responsabilidade sócio-política. Realizar estudos e pesquisas científicas alternativas contribuindo para a solução concreta dos problemas que afetam o povo. Prestar assessoria para a melhoria das condições sócio-econômicas e culturais da população.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: oito e mais dois técnicos de nível superior cedidos pela Secretaria Estadual de Educação.

6. Número de voluntários: 5

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000,00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 93,9%;
- b) doações individuais: 5%;
- c) aluguel de imóveis: 1,1%.

9. Atividades principais: capacitação e pesquisa aplicada.

Projetos ilustrativos:

a) pesquisa de campo sobre as condições de trabalho dos professores de escolas públicas de primeiro grau em Belém e atuação em políticas públicas nessa área. Atinge sobretudo profissionais da educação e professores. Envolve o trabalho de seis pessoas;

b) capacitação de comunicadores do movimento popular, através de treinamentos e seminários para a produção de impressos. Envolve o trabalho de três pessoas;

c) manutenção de um centro de documentação com processamento de informação para atendimento de estudantes, profissionais e outras entidades. Envolve o trabalho de uma pessoa.

10. Beneficiários principais: estudantes, profissionais liberais, professores.

11. Publicação principal: periódico bimestral *Boletim informativo estalo*.

CENTRO BRASILEIRO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE — CASA DE PASSAGEM

Sigla/nome curto: CASA DE PASSAGEM

Responsáveis para contato: ANA M^{te} P. DE VASCONCELOS/ M^{te} DAS GRAÇAS B. PIRES/ MARILEIDE A. DO NASCIMENTO

Endereço: Rua Arnóbio Marques, 432 — 50.100-130 — Recife — PE

Tel: (081)222-1471 e (081) 222-3849

Fax: (081) 231-1449

Observação: Possui três escritórios filiados.

1. Data de fundação: 1989 (de fato e legal).

2. Origem: as fundadoras da Casa de Passagem — uma advogada, uma psicanalista, uma professora universitária e uma pedagoga — vinham de experiências profissionais em instituições tais como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Brigada em Defesa da Mulher e o Lar, entidade do Recife, exercendo atividade clínica, o magistério universitário, ou atuando no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Em 1986, a partir de um convite do então prefeito Jarbas Vasconcelos, uma dessas pessoas assumiu a responsabilidade de atender às crianças de rua, como presidente da Legião Assistencial do Recife. Nessa oportunidade e em conjunto com as demais profissionais, constatou-se a ausência de atendimento específico para adolescentes de baixa renda. Em 1989, acreditando na possibilidade de resgate da dignidade das meninas de rua do Recife e Olinda, essas profissionais resolveram criar a Casa de Passagem, em conjunto com as próprias meninas, estabelecendo com elas contato individual e pioneiro. A Casa de Passagem acredita que as meninas de rua constituem um grupo social com papel importante como ator político perante a sociedade.

3. Objetivos gerais: fortalecer a organização das adolescentes mulheres para que possam atuar na sociedade reivindicando seus direitos de cidadãs. Realizar formação e capacitação de lideranças.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 43

6. Número de voluntários: 16 nacionais e um internacional.

7. Faixa orçamentária: entre US\$300.000.00 e US\$400.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não governamental: 41%;
- b) agências internacionais de cooperação governamental: 49%;
- c) fundações nacionais: 5,5%;
- d) venda de produtos e serviços: 3,5%;
- e) doações individuais: 1%.

9. Atividades principais: capacitação de pessoal para trabalho com adolescentes; informação e pesquisa; denúncia de violências e campanhas de esclarecimento.

Projetos ilustrativos:

a) atendimento a adolescentes marginalizadas com apoio psicológico, alimentar, médico e oficinas pedagógicas e de arte. Atende a meninas de rua e meninas prostituídas. Há oito pessoas na atividade;

b) atendimento a adolescentes através de cursos profissionalizantes (corte e costura, cozinha industrial, artesanato) e criação de um espaço para venda de produtos e geração de renda. Há cinco pessoas na atividade;

c) atividades de capacitação:

PROJETO ADOLESCÊNCIA, GÊNERO E CIDADANIA: for-

mação de multiplicadores de informações capazes de repassar noções de saúde, sexualidade, gênero e cidadania para adolescentes em comunidades de baixa renda. Há quatro pessoas na atividade;

PROJETO DROGAS: capacitação de 18 adolescentes sobre o tema das drogas, através de oficinas de teatro, habilitando-os a repassar informação para outros adolescentes nas comunidades de baixa renda. Há duas pessoas na atividade;

CENTRO DE CAPACITAÇÃO: formação de lideranças comunitárias, pessoal de organismos de governo e de outras ONGs, para aprimoramento ou implantação de trabalho de atendimento

especializado para adolescentes mulheres. Há dez pessoas dedicadas ao Centro.

10. Beneficiários principais: adolescentes em geral, sobretudo do sexo feminino; educadores e responsáveis por programas de atendimento à criança e à adolescência.

11. Publicações principais: jornal *Boca a boca*; jornal *Boquinha*; manuais e cartilhas, entre os quais destacam-se o *Catálogo de saúde* (MIP), o informe do Primeiro Encontro de Meninas e Meninos de Rua *Foi porque o amor valeu*. Produz também livros e vídeos.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO

Sigla/nome curto: CEBRAP

Responsáveis para contato: JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI

Endereço: Rua Morgado Mateus, 615 — 04.015-902 — 'Vila' Mariana — São Paulo — SP

Tel: (011)574-0399

Fax: (011)574-5928

Endereço eletrônico: cebrap@cr-sp.rnp.br

1. Data de fundação: 1969 (de fato), 1969 (legal).

2. Origem: o CEBRAP foi fundado por um grupo de intelectuais que procuravam um espaço independente de produção científica em um período em que as universidades sofriam sérias limitações por parte do regime autoritário. Seu objetivo foi, desde o início, realizar pesquisas e estudos especializados no campo das ciências sociais, procurando manter um perfil acadêmico de respeitabilidade, tendo um compromisso com a igualdade social e a democracia e caracterizando-se pela tolerância e abertura para o pluralismo social e político. O CEBRAP possui 76 sócios, distribuídos em duas categorias: os fundadores e pesquisadores convidados.

3. Objetivos gerais: desenvolver as ciências sociais no Brasil e produzir um conhecimento que possa contribuir para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, desempenhando papel de relevo no aprofundamento da caracterização econômica, social e política do país.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 52

6. Número de voluntários: 3

7. Faixa orçamentária: entre US\$200.000.00 e US\$300.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) órgãos de governo: 41%;
- b) agências internacionais de cooperação não-governamental: 40%;
- c) agências multilaterais de cooperação: 19%.

9. Atividades principais: pesquisas, estudos e assessoria técnica no campo das ciências sociais.

Projetos ilustrativos:

a) **VIOLÊNCIA E "VIRAÇÃO"** — UM ESTUDO SOBRE JOVENS DE RUA: estudo dos meninos de rua que não freqüentam escola, estão excluídos da força de trabalho e vivem à margem da sociedade, investigando como se opera a sociabilidade da violência que combina estar fora do circuito normal de socialização, ter carência de recursos materiais e viver na "viração". Há duas pessoas dedicadas à pesquisa que atende a instituições que trabalham com crianças;

b) **SAÚDE REPRODUTIVA DA MULHER NEGRA NO BRASIL:** estudo que visa contribuir para a melhoria do grau de consciência da população negra sobre seus direitos, colocando a seu alcance informações e dados sobre sua própria realidade. A atividade visa também preparar pesquisadoras negras. Atinge as comunidades negras e entidades e instituições que lidam com a temática do negro. Há cinco pesquisadores envolvidos no trabalho;

c) **PROGRAMA INTERNACIONAL DE TREINAMENTO EMPOLÍTICAS PÚBLICAS:** preparação de profissionais das ONGs em políticas públicas, na expectativa de que venham a reforçar as organizações civis. Atende a profissionais das ONGs e está sendo desenvolvido por três pessoas do CEBRAP.

10. Beneficiários principais: opinião pública em geral.

11. Publicações principais: revista quadrimestral *Novos estudos Cebap* e um volume significativo de obras.

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO DA SAÚDE SOCIAL

Sigla/nome curto: CEBRAIOS

Responsáveis para contato: MARIA DILMA FELIZARDO FERREIRA/ TÂNIA MARIA REBOUÇAS/ LUCIANA ARAÚJO

Endereço: Praça Marechal Deodoro, 38 — 59.014-520 — Tirol — Natal — RN

Tel: (084)221-4711

Fax: (084)211-2128

1. Data de fundação: 1991 (de fato e legal).

2. Origem: o CEBRAIOS nasceu por iniciativa de um grupo de mulheres do Rio Grande do Norte, profissionais interessadas nos problemas sociais de seu estado e preocupadas sobretudo com a educação, a saúde, a informação e a deficiência das políticas públicas estaduais, com relação às meninas de rua e à mulher. Suas fundadoras partiram da própria experiência anterior com crianças na Casa de Passagem (ONG de Recife), no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e na FEBEM.

3. Objetivos gerais: contribuir para a construção de uma sociedade democrática, através da informação sobre a saúde. Fortalecer a cidadania, através do apoio e assessoria aos movimentos sociais organizados e do estímulo à implementação de políticas públicas com a participação dos cidadãos. Desenvolver atividades de capacitação de agentes de saúde e orientadores em educação sexual que atuem junto aos setores populares visando à prevenção. Incentivar a pesquisa, o estudo e o debate da realidade social do Rio Grande do Norte, do Nordeste e do Brasil em geral, especialmente no que toca às políticas de governo nas áreas da saúde e da assistência social para a criança e o adolescente.

4. Âmbito de atuação: municipal.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 9

6. Número de voluntários: 9

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) órgãos de governo: 45%;
 - b) agências internacionais de cooperação não-governamental: 44%;
 - c) agências multilaterais de cooperação: 1,5%;
 - d) agências internacionais de cooperação governamental: 8%;
 - e) doações individuais: 1,5%;
- OBS. Recebem também doações em alimento.

9. Atividades principais: educação popular e para a cidadania; denúncias e informação.

Projetos ilustrativos:

a) PROJETO CASA RENASCER: casa de referência para meninas que sobrevivem nas ruas e na prostituição, em uma faixa etária de oito a dezessete anos. A Casa — que funciona em regime aberto — oferece pela manhã a escola alternativa até que as meninas possam ser encaminhadas para a rede pública. À tarde existe oficina de costura. Para a oficina, as mães, quando localizadas, também são convidadas. Além disso, ainda existe uma oficina de teatro orientada por um artista. Algumas meninas (20, em média) moram na Casa. Há seis pessoas envolvidas no projeto;

b) ATIVIDADE DE SAÚDE PREVENTIVA: reuniões comunitárias nas casas de prostituição e nos bairros da periferia de Natal, palestras, informação e campanhas sobre educação sexual, doenças sexualmente transmissíveis — especificamente a AIDS — e distribuição de preservativos. Há duas pessoas responsáveis pela atividade;

10. Beneficiários principais: meninas de rua e familiares, mulheres em geral, prostitutas, opinião pública.

2007-2008-09-01 00:00:00

CENTRO D. HELDER CÂMARA DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL

Sigla/nome curto: CENDHEC

Responsáveis para contato: MARGARITA BOSCH GARCIA / MARCELO OLIVEIRA / JOSÉ OSMAR P. DA SILVA

Endereço: Rua Gervásio Pires, 740 — 50.050-070 — Boa Vista — Recife — PE

Tel: (081)231-3654 e (081)222-0378

Fax: (081)222-6177

Endereço eletrônico: cendhec@ax.ibase.org.br

1. **Data de fundação:** 1990 (de fato), 1989 (legal).
2. **Origem:** mudanças de orientação pastoral na Arquidiocese de Olinda e Recife, por ocasião da substituição de D. Helder Câmara (por ter alcançado o limite de idade para o exercício de seu mandato como Arcebispo) e a morte prematura de seu auxiliar D. José Lamartine Soares, provocaram o encerramento de dois organismos: a Comissão Justiça e Paz de Olinda e Recife e o ITER — Instituto de Teologia de Recife. Nesse contexto, as pessoas que trabalhavam nestas instituições decidiram dar continuidade ao trabalho de defesa e promoção dos direitos humanos e de reflexão teológica a partir das condições de vida do homem comum. Organizaram-se de modo autônomo fundando o CENDHEC e tomando a si as bandeiras de luta de D. Helder Câmara: direito à vida, à cidadania e à fé. A entidade tem 60 sócios.
3. **Objetivos gerais:** defesa dos direitos humanos, especialmente a defesa técnico-jurídica de crianças e adolescentes vítimas e infratoras; educação comunitária para o aprendizado e o exercício concreto de defesa dos direitos coletivos e difusos, através da auto-gestão no que toca às necessidades básicas (educação, moradia, posse da terra urbana); ocupação de espaços públicos institucionais para influir na elaboração e controle das políticas públicas; articulação com outras instituições — governamentais e ONGs, nacionais e internacionais — para prestar serviço de qualidade à população e para que se construa coletiva e solidariamente um novo modelo de sociedade: democrática e ética, na qual os cidadãos controlem as políticas públicas.
4. **Âmbito de atuação:** estadual.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 31.
6. **Número de voluntários:** —
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$200.000.00 e US\$300.000.00.
8. **Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 80%;
 - b) agências multilaterais de cooperação: 12%;
 - c) órgãos de governo: 6,5%;
 - d) doações individuais: 1,5%.
9. **Atividades principais:** defesa de direitos humanos.

Projetos ilustrativos:

 - a) DISQUE CIDADANIA: plantão de atendimento jurídico a crianças e adolescentes vítimas de violência, aos quais se atribui ato infracional. Atende a crianças e adolescentes da Região Metropolitana de Recife. Há 24 pessoas na atividade;
 - b) DIREITO À CIDADANIA: assessoria às Comissões Paritárias e Deliberativas de Legalização e Urbanização — COMUL's — no processo de regularização fundiária e planos das Zonas de Interesse Social — ZEIS. Atende a associações de moradores de regiões que abrigam 10.000 famílias. Há oito pessoas trabalhando na atividade que é realizada em convênio com a Empresa de Obras do Recife — URB;

c) CURSOS: Educação para os Direitos, capacitação para o domínio dos instrumentos de defesa dos direitos coletivos e difusos (especialmente educação e saúde); atinge 5.000 pessoas, 10 unidades escolares e 12 organizações populares de base. Há nove pessoas dedicadas à atividade. Capacitação, seminários e acompanhamento ao trabalho dos Conselhos Municipais de Direitos das Crianças e Adolescentes; dirigido a policiais civis e militares, a 15 Conselhos Municipais, a Fóruns Estaduais e estudantes de Direito (há cinco pessoas responsáveis pelas atividades). Cursos de aprofundamento teológico para lideranças populares

comunitárias. Atende: comunidades, pastores e lideranças (há seis pessoas dedicadas à atividade).

10. Beneficiários principais: crianças e adolescentes, favelados, associações de moradores e movimentos urbanos em geral.

11. Publicações principais: *Cadernos Cendhec* (trimestral) e *Folha da palavra* (semanal). Publica também manuais e cartilhas, entre os quais se destacam: *Educação para todos*; *Vale a pena a pena de morte?*; *O papel da reflexão teológica em um Centro de Defesa de Direitos Humanos*.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO

Sigla/nome curto: CMC

Responsáveis para contato: EFIGÊNIA DE OLIVEIRA/SILVIA CORDEIRO/SINFOROSA NUNES DA CRUZ

Endereço: Rua Pe. Antônio Alves, 20 — 54.500-000 — Centro — Cabo de Santo Agostinho — PE

Tel: (081)521-0785

Fax: (081)521-0040

1. Data de fundação: 1984 (de fato e legal).

6. Número de voluntários: —

2. Origem: as fundadoras do CMC vinham de experiências no movimento sindical, no movimento de mulheres e no movimento estudantil. A proposta de criar o CMC teve a adesão de 500 sócias, entre as mulheres do município do Cabo. A origem e o desenvolvimento do CMC estão diretamente ligados ao processo de democratização, o qual contribuiu para definir os valores que inspiraram tanto a criação como a evolução do CMC: compromisso com as necessidades e reivindicações, por parte das camadas populares, por melhores condições de vida; crença de que a mobilização e a participação políticas são instrumentos fundamentais no processo de organização dos setores menos favorecidos; a convicção da urgência da criação de programas específicos para atender às demandas imediatas da população, sobretudo das mulheres.

7. Faixa orçamentária: —

8. Fontes de recursos: —

9. Atividades principais: educação, atendimento à saúde, geração de renda, assessoria jurídica e outras atividades, todas elas voltadas para a defesa dos direitos da mulher.

Projetos ilustrativos:

a) PROGRAMA DE SAÚDE: atendimento ginecológico para prevenção do câncer cérvico-uterino, atendimento pediátrico; informações e um trabalho educativo de orientação para o planejamento familiar e reprodutivo. Voltado para mulheres, adolescentes e crianças, envolve 19 pessoas da entidade, dedicadas ao trabalho. Em 92, o serviço atendeu a 1.600 mulheres entre 14 e 79 anos;

b) PROGRAMA DE GERAÇÃO DE RENDA: acompanhamento a quatro grupos produtivos, dois deles na periferia urbana (produção de artesanato) e dois na área rural (estímulo e informação para a produção agrícola — hortas, cultivo de fruteiras, roças de mandioca; e para a criação — peixes, galinhas, porcos). Atende a mulheres. Há 11 pessoas dedicadas a essa atividade;

c) PROGRAMA DE APOIO: consta de atendimento e acompanhamento de mulheres às delegacias, ao Instituto Médico Legal, encaminhamentos de processos no campo civil e penal, convites a entrevistas com o agressor e outras medidas necessárias. (Em 92, foram atendidos 50 casos de mulheres com queixas de espan-

3. Objetivos gerais: lutar pela defesa dos direitos da mulher; lutar pela organização e conscientização das mulheres para assegurar sua maior participação na sociedade; realizar pesquisas e estudos relativos aos problemas específicos das mulheres; realizar cursos, seminários, palestras e debates sobre as questões que afetam a vida da família na sociedade; orientar as mulheres no que se refere à sua saúde; prestar assistência jurídica no que se refere aos direitos da mulher e da família.

4. Âmbito de atuação: municipal.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 50

camento, lesões corporais, estupro, atentado ao pudor, humilhação e um caso de estupro seguido de morte). Além disso, desenvolvem-se atividades de esclarecimento nesse campo através de debates e atos públicos sobre a violência. Atende a mulheres e há duas pessoas dedicadas à atividade;

d) CRECHE LAR DA CRIANÇA: o CMC mantém uma creche na qual se realiza trabalho educativo amplo, em convênio com órgão do Governo

Federal. A creche atendeu em 92 a 500 crianças de 0 a 6 anos, 20 adolescentes e 16 mães.

10. Beneficiários principais: mulheres e crianças.

11. Publicações principais: *Jornal da mulher* e *Agenda da mulher*. Produz vídeos, entre os quais se destacam: *8 de março — dia da mulher* e *Sítio das mulheres — Juçara*.

CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA

Sigla/nome curto: CEDAC

Responsáveis para contato: MARIA IRONY BEZERRA DA SILVA/ARTHUR MESSIAS DA SILVEIRA.

Endereço: Rua Benjamin Constant, 108 — 20.241-150 — Glória — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021)242-9693 e (021) 231-0263

Fax: (021)222-2527

Endereço eletrônico: cedac@ax.ibase.org.br

Caixa postal: 1816

1. Data de fundação: 1979 (de fato e legal).

2. Origem: o CEDAC surgiu a partir da iniciativa de um grupo de participantes de organizações populares urbanas, do movimento sindical e de pastorais sociais. Embora o CEDAC não identifique uma outra instituição que lhe tenha dado origem, seus fundadores foram, respectivamente, membros do Movimento Mundial de Trabalhadores Cristãos, do Pontifício Conselho para os Leigos, da Comissão Nacional de Pastoral Operária, do Sindicato de Metalúrgicos de Porto Alegre, da JOC, de oposições sindicais e da Federação das Associações de Moradores. Em 1979, os setores organizados da sociedade civil intensificavam sua luta pela redemocratização do país. Os canais de expressão, participação e organização da sociedade encontravam-se bloqueados. Naquela conjuntura, considerou-se a propriedade de criar uma entidade que respondesse à necessidade de formação, articulação e organização dos trabalhadores. O CEDAC tem 49 sócios que funcionam como extensão da entidade em oito estados da Federação (RS, SC, MG, RJ, PE, PB, CE, PI), engajados nos movimentos sociais urbanos.

3. Objetivos gerais: contribuir no processo de construção da democracia, através da educação para o exercício da cidadania. Promover a formação sistemática de lideranças dos movimentos sociais para que sejam capazes de apresentar alternativas políticas ao atual modelo de desenvolvimento. Apoiar iniciativas de grupos, associações e movimentos que visam transformar as condições de vida das clas-

ses populares, tornando-as sujeito coletivo do processo de desenvolvimento.

4. Âmbito de atuação: nacional; no Rio de Janeiro, mais intensa nos municípios de Nova Iguaçu, Itaguaí, Angra dos Reis, Resende e Barra Mansa; e nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Piauí, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 24

6. Número de voluntários: cinco colaboradores nacionais e um voluntário internacional.

7. Faixa orçamentária: entre US\$200.000.00 e US\$300.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 80%;
- b) contribuições das comunidades com as quais trabalha (transporte, refeições, pagamento de cursos, etc.): 20%.

9. Atividades principais: educação popular, política e para a cidadania; capacitação de pessoal; publicações; e apoio a projetos de geração de renda.

Projetos ilustrativos:

a) ATIVIDADE DE APOIO À PRODUÇÃO COMUNITÁRIA PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: atinge moradores de favelas e bairros populares (80% mulheres e 20% homens). Fabrica produtos tais como: bolsas, roupas infantis e para adul-

tos, roupa íntima; salgadinhos, pão e macarrão; panos de prato e bordados; bonecas de pano; vassouras; blocos e lajes pré-fabricadas para construção de casas. São 21 grupos funcionando em regime de autogestão, economicamente independentes, gerando uma renda em torno de um salário mínimo, em média, por cada participante. A atividade ultrapassou os objetivos econômicos propostos e tem desdobrado, por exemplo, na criação de núcleos organizados em favor de creches comunitárias, bibliotecas comunitárias e projetos de coleta selecionada de lixo. Há três pessoas dedicadas a essa atividade;

b) **FORMAÇÃO PARA EDUCADORES POPULARES EM ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS:** cursos, seminários, encontros e intercâmbio de experiências entre educadores, atingindo professores com nível de instrução de primeiro, segundo e terceiro graus, dispostos a se engajarem no trabalho de alfabetização. Há dois responsáveis dedicados

a essa tarefa, que já pode inscrever em seus resultados o funcionamento de 50 salas de aula por parte da iniciativa de educadores formados no projeto. Destaca-se a experiência de Campos, RJ, onde o governo municipal assumiu a infra-estrutura do trabalho, bem como os salários dos professores;

c) **ATIVIDADE DE FORMAÇÃO DA CIDADANIA COM GRUPOS DE MULHERES:** trata-se de uma pesquisa participante com mulheres de favelas e bairros populares. Há duas pessoas acompanhando essa atividade.

10. Beneficiários principais: mulheres, operários, grupos de produção comunitária e pastorais populares.

11. Publicações principais: periódico trimestral *Mutações sociais* e periódico mensal *Carta da conjuntura*, além de manuais, cartilhas e livros.

CENTRO DE AÇÃO CULTURAL

Sigla/nome curto: CENTRAC

Responsáveis para contato: RAIMUNDO AUGUSTO DE OLIVEIRA / SÔNIA MARINHO / NERIZE RAMOS

Endereço: Rua Getúlio Vargas, 431 — 58.101-200 — Centro — Campina Grande — PB

Tel: (083)341-2800

Caixa postal: 151

- 1. Data de fundação:** 1986 (de fato), 1988 (legal).
- 2. Origem:** o CENTRAC foi criado por um grupo de professores e estudantes da Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande. A idéia inicial foi possibilitar um trabalho institucionalizado que contribuísse para a formação política dos trabalhadores da região, apoiando-os em sua própria organização. Os fundadores do CENTRAC foram anteriormente participantes seja do movimento estudantil, seja de atividades pastorais.
- 3. Objetivos:** desenvolver nos grupos populares e sindicais a necessidade de maior qualificação para sua intervenção. Ajudar esses grupos na compreensão da História do país e de seu papel como atores sociais. Oferecer instrumentos para o pensar e agir dos grupos sociais marginalizados para que possam assumir sua cidadania e buscar condições de uma vida digna: direito ao transporte, à moradia, à saúde e ao bem-estar social. Pensar a cidade e o município como espaços coletivos de resgate da cidadania.
- 4. Âmbito de atuação:** municipal, extensivo às áreas próximas de Campina Grande.
- 5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 10
- 6. Número de voluntários:** um internacional.
- 7. Faixa orçamentária:** menos de US\$50.000.00.
- 8. Fontes de recursos:** agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.
- 9. Atividades principais:** educação popular e para a cidadania.

Projetos ilustrativos:
 - a) PROJETO CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: formação de lideranças populares; apoio à articulação de suas organizações e iniciativas. Atinge 30 dirigentes de movimentos populares. Há duas pessoas dedicadas ao projeto;
 - b) PROJETO DE FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES: formação em administração e planejamento para sindicalistas rurais e urbanos (40 sindicalistas). Há três pessoas dedicadas ao projeto;
 - c) PROJETO DE ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL: trabalho de informação, através de cursos e seminários, para estimular os grupos populares a intervir na formulação, aprovação e elaboração de emendas para o orçamento público do município. Há duas pessoas encarregadas da atividade.
- 10. Beneficiários principais:** sindicalistas rurais e urbanos, jovens, mulheres e integrantes dos movimentos urbanos em geral.
- 11. Publicações principais:** produz manuais e cartilhas, entre os quais se destacam os *CADERNOS de educação de base*; *As lutas do povo trabalhador* e *Cidadania e políticas públicas*. Produz também vídeos.

CENTRO DE APOIO A PROJETOS COMUNITÁRIOS

Sigla/nome curto: CAPC

Responsáveis para contato: TEREZA CRISTINA DE ALBUQUERQUE/MÁRIO DE ALBUQUERQUE/NAZARÉ ANTERO

Endereço: Rua Dona Leopoldina, 827 — 60.110-000 — Centro — Fortaleza — Ceará

Tel: (085)252-4750

1. Data de fundação: 1989 (de fato e legal).

2. Origem: o CAPC originou-se de um conjunto de projetos que se faziam isoladamente: creches, geração de emprego e renda, assessoria sindical, direitos da mulher. Um grupo de pessoas partilhando idéias semelhantes e ligadas a essas atividades decidiu criar a entidade, no sentido de fortalecer e potencializar seus trabalhos dentro de um ideário de atuação em prol de um Brasil soberano e socialmente justo.

3. Objetivos: lutar pela erradicação da miséria física e intelectual e pela afirmação da cidadania para todo o povo brasileiro, em especial para as crianças, adolescentes e mulheres. Lutar contra a violência em todos os níveis.

4. Âmbito de atuação: regional (Ceará e Rio Grande do Norte).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 8

6. Número de voluntários: 1

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos: —

9. Atividades principais: educação para a cidadania; capacitação de profissionais de creches e educadores de adolescentes.

Projetos ilustrativos:

a) cursos de capacitação para crecheiras, em convênio com a Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Ceará, para 380 profissionais;

b) PROJETO VIVA UMA GESTAÇÃO CONSCIENTE: acompanhamento de gestantes através de oficinas que atendem a um total de 500 mulheres; cursos de alfabetização através do Projeto Conquistando a Cidadania, que atende a 40 mulheres, em convênio com o governo do estado;

c) ASSESSORIA NO ATENDIMENTO A ADOLESCENTES: cursos de formação para membros de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (260 pessoas), em convênio com as prefeituras e oficinas de capacitação para educadores de adolescentes (140 pessoas), também em convênio com prefeituras municipais.

10. Beneficiários principais: crianças, adolescentes, mulheres, educadores.

11. Publicações principais: *Agenda CAPC*, anual; manuais e cartilhas, entre os quais se destacam: *Creches — organização e administração*; e *Creches — jogos e brincadeiras*. Produção também de vídeos, como por exemplo: *Mulheres em cena contra a opressão*.

CENTRO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO SOCIAL

Sigla/nome curto: CADTS

Responsáveis para contato: MARIA SUELI BUSS DE SOUZA

Endereço: Rua Antônio Hermont, 107 — 25.525-640 — São Mateus — S. João de Meriti — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021)756-0451

Caixa postal: 79.380

- 1. Data de fundação:** 1985 (de fato), 1984 (legal).
- 2. Origem:** em 1973, em uma metalúrgica, um grupo inicial de quatro operários resolveu conversar informalmente sobre o trabalho, aproveitando um tempinho curto, após o jantar. O número de interessados foi crescendo e a necessidade de um espaço maior estava cada vez mais presente. Foram então sendo criados outros núcleos de aprendizagem em Agostinho Porto, São João de Meriti, Pavuna, Costa Barros, Del Castilho, Periquitos e Guadalupe. Finalmente, em 1984, foi formado o CADTS como um espaço alternativo de luta contra o desemprego, a desqualificação profissional e a favor da união entre os trabalhadores.
- 3. Objetivos:** promover a autonomia, fraternidade e solidariedade entre os trabalhadores, visando à consolidação de um projeto de sociedade onde se possa viver em justiça e com dignidade. Desenvolver junto a jovens e adultos trabalhadores atividades de aprendizagem profissional e de preparação para o trabalho, conforme seus interesses e necessidades. Promover uma prática efetiva de autogestão. Servir como espaço de reflexão, debates e criação cultural entre os trabalhadores, colocando à disposição destes os meios e condições disponíveis para sua realização.
- 4. Âmbito de atuação:** municipal.
- 5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 13
- 6. Número de voluntários:** os operários aprendizes, ao terminar sua formação, voltam ao CADTS podendo prestar apoio voluntário em atividades institucionais.
- 7. Faixa orçamentária:** entre US\$50.000.00 e US\$100.000.00.
- 8. Fontes de recursos:** agências de cooperação internacional não-governamental: 100%.
- 9. Atividades principais:** formação geral e capacitação profissional; educação para a gestão coletiva; planejamento e avaliação; criação de oficinas.
- 10. Beneficiários principais:** trabalhadores do campo e da cidade e seus filhos.
- 11. Publicações principais:** o CADTS contribui com matérias para o jornal local da Associação dos Trabalhadores da Baixada Fluminense. Produz também materiais para capacitação, entre os quais destacam-se: *Manual do eletricitista instalador* e *Manual das máquinas elétricas*.

CENTRO DE ARTICULAÇÃO DAS POPULAÇÕES MARGINALIZADAS

Sigla/nome curto: CEAP/RJ

Responsáveis para contato: LUIZ CARLOS A. GOMES/CARLOS ALBERTO I. DOS SANTOS/WILLMANN DA S. ANDRADE

Endereço: Rua da Lapa, 200, sl. 809 — 20.021-180 — Lapa — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 224-6771 e (021) 252-2302

Fax: (021) 232-6249

1. Data de fundação: 1989 (de fato e legal).

2. Origem: o CEAP teve origem no movimento popular.

3. Objetivos gerais: fortalecimento da democracia e promoção da cidadania.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 23

6. Número de voluntários: 62

7. Faixa orçamentária: entre US\$200.000.00 e US\$300.000.00.

8. Fontes de recursos: —

9. Atividades principais: defesa dos direitos da criança e do adolescente; combate ao racismo e à violência; promoção da mulher e pesquisas sobre violência urbana.

Projetos ilustrativos:

CAMPANHAS: contra o extermínio de crianças e adolescentes; pela abolição do trabalho infantil; contra a esterilização de mulheres; em defesa das meninas.

10. Beneficiários principais: população de baixa renda; populações marginalizadas; população negra.

11. Publicações principais: revista *Pixote* e jornal *Sim da vida*.

CENTRO DE ASSESSORIA À AUTOGESTÃO POPULAR

Sigla/nome curto: CAAP

Responsáveis para contato: LEONARDO PESSINA / ANA LUIZA DE LYRA VAZ

Endereço: Alameda Francisco Alves, 37 — 09.090-790 — Jardim — Santo André — São Paulo — SP

Tel: (011) 412-8406

Fax: (011) 412-0841

1. Data de fundação: 1990 (de fato e legal).

2. Origem: o CAAP foi fundado como resultado da parceria entre os movimentos sociais urbanos do ABCD (conjunto de municípios que formam a concentração industrial em São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema) e da capital. Esses movimentos — formados sobretudo em torno das necessidades de abastecimento e alimentação, agricultura orgânica, atendimento ao menor de rua e habitação — manifestavam a necessidade de uma assessoria técnica comprometida com as comunidades de baixa renda. Hoje, o CAAP constitui-se em uma referência técnica e política importante para os movimentos que se articulam na União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.

3. Objetivos: capacitar as comunidades para a autogestão política, técnica, administrativa e social, financeira e organizacional. Prestar assessoria aos movimentos que se dedicam à mudança das políticas habitacionais, lutando pela participação popular na sua elaboração. Assessorar o poder público na formulação e implantação de políticas, programas e projetos habitacionais para setores de baixa renda. Incentivar políticas públicas de caráter autogestionário. Elaborar programas de educação popular, geração de renda, meio ambiente, desenvolvimento econômico e urbano, integrando-os aos programas habitacionais.

4. Âmbito de atuação: estadual (especialmente na região da Grande São Paulo), nacional (no

apoio à criação de uma União Nacional de Movimentos de Moradia).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 14

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$50.000.00 e US\$100.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) órgãos de governo: 30%;
- b) agências internacionais de cooperação não-governamental: 70%.

9. Atividades principais: assessoria técnica e educação popular para a organização de comunidades.

Projetos ilustrativos:

a) ASSESSORIA TÉCNICA E ACOMPANHAMENTO EDUCATIVO PARA A CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS: programas de construção, em regime de mutirões autogestionários. Em Santo André são 238 unidades habitacionais, atingindo-se 238 famílias (1.000 pessoas aproximadamente). Em São Bernardo são 100 unidades, envolvendo 450 pessoas e em Volta Redonda, RJ, 330 unidades, envolvendo 1.500 pessoas. Essas atividades fazem-se através de convênios tripartites entre a comunidade, órgãos públicos e o CAAP. No caso de São Bernardo, além da construção das casas, realiza-se uma atividade para geração de renda (serralheria);

b) ASSESSORIA TÉCNICA E POLÍTICA À UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA, DE SÃO PAULO, PARA A

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS HABITACIONAIS. A UMM atinge milhares de famílias sem-terra, faveladas e moradoras de cortiços no Estado de São Paulo. Há duas pessoas dedicadas à atividade;

c) pesquisa junto a comunidades de favelados para verificar a correlação entre a melhoria habitacional obtida e a melhoria nas condições econômicas das famílias. Atinge famílias dos conjuntos habitacionais em construção e funcionários de órgãos públicos que acompanham o trabalho. Há quatro pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: famílias sem-teto, favelados, moradores de cortiços, movimentos urbanos em geral e funcionários de órgãos públicos da área habitacional.

11. Publicações principais: manuais e cartilhas, entre os quais se destaca: *Como cair fora do BNH e construir casas por mutirão*. Publicou também um livro: *A força da mulher na construção de 50 casas na Associação Comunitária de São Bernardo* e um vídeo: *Mutirão do Jardim Industrial*.

CENTRO DE ASSESSORIA AO MOVIMENTO POPULAR

Sigla/nome curto: CAMPO

Responsáveis para contato: CHRISTIAN CAMERMAN

Endereço: Rua Paulino Fernandes, 77 — 22.260-050 — Botafogo — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021)275-4037

Fax: (021) 275-4793

1. Data de fundação: 1986 (de fato), 1987 (legal).

2. Origem: o CAMPO foi fundado por um grupo de pessoas da igreja e da universidade, que resolveram unir esforços para apoiar trabalhos de base, o que não estava sendo possível em suas instituições de origem.

3. Objetivos: apoiar iniciativas populares na área da educação, geração de renda e profissionalização.

4. Âmbito de atuação: estadual (RJ), e eventualmente em São Paulo.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 9

6. Número de voluntários: dois internacionais.

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 98%;
- b) doações de empresas: 1%;
- c) venda de serviços: 1%.

9. Atividades principais: formação profissional e assessoria.

Projetos ilustrativos:

a) CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA FAVELA DA ROCINHA: cursos de instalador elétrico, inglês, datilografia e computação. Atende aproximadamente a 130 jovens. Há duas pessoas trabalhando na atividade;

b) CENTRO COMUNITÁRIO CORAÇÃO DE MARIA EM SÃO GONÇALO: constituído por uma creche e um espaço para reforço escolar. Atende no momento, a 70 crianças. Há duas pessoas dedicadas ao projeto;

c) BRINQUEDOTECAS: organização de quatro brinquedotecas (duas na Rocinha, uma em São Paulo, e uma na Baixada Fluminense). Há uma pessoa dedicada ao projeto, que atende a 300 crianças;

d) Trabalha com grupos de mulheres (reforço escolar, grupo de geração de renda, grupo de lixo) e apóia a Associação Metalúrgica do Jardim Catarina, em São Gonçalo, realizando cursos profissionalizantes e acompanhando um grupo de geração de renda (20 jovens).

10. Beneficiários principais: jovens, crianças, associações de moradores e movimentos urbanos em geral, mulheres.

11. Publicação principal: livro *Direito da criança*.

Sigla/nome curto: CAATINGA

Responsáveis para contato: EVALDA TORRES/ MAURICIO LINS AROUCHA

Endereço: Sítio Lagoa do Urubu s/n — Fazenda Urtigas — 56.200-000 — Ouricuri — PE

Tel: (081) 874-1258

Fax: (081) 874-1567

Caixa postal: Nº 03

1. Data de fundação: 1986 (de fato), 1988 (legal).

2. Origem: o CAATINGA originou-se como parte do Projeto Tecnologias Alternativas (ver AS-PTA). A partir de transformações institucionais desse projeto, a equipe técnica da região de Ouricuri formou uma entidade autônoma, tendo como uma de suas finalidades principais atender à demanda do movimento sindical rural da região relativa às questões de produção e comercialização de seus produtos. Até então, predominava no Semi-Árido um tipo de intervenção governamental que não levava em conta a ótica dos trabalhadores rurais.

3. Objetivos gerais: contribuir para a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento socialmente justo, ecologicamente sustentável e com participação popular; elaborar políticas públicas adequadas à situação econômica, social e ambiental do Semi-Árido brasileiro, bem como lutar junto com outras ONGs e movimentos sociais para a implantação dessas políticas; fortalecer a luta dos trabalhadores, através do desenvolvimento de uma atuação que combine ações gerais de abrangência nacional e internacional, com aquelas localizadas no nível municipal e de microrregiões.

4. Âmbito de atuação: regional, Semi-Árido Nordeste (Estados de PE, MA, PI, CE, PB, AL e BA).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 42

6. Número de voluntários: 7

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) órgãos de governo: 5%;
- b) agências internacionais de cooperação não-governamental: 95%.

9. Atividades principais: criar, difundir e implantar programas de desenvolvimento agroecológico; educar para a adoção de tecnologias alternativas.

Projetos ilustrativos:

a) PROGRAMA DE APICULTURA: formação, capacitação e acompanhamento de grupos comunitários, fornecimento de materiais e equipamentos. Atende à 92 famílias. Há três pessoas dedicadas ao projeto;

b) PROGRAMA ÁGUA: pesquisa, capacitação, disseminação de tecnologias alternativas e obtenção de financiamentos específicos para projetos de captação e armazenamento de água. Atende a 180 famílias de trabalhadores rurais. Há três pessoas dedicadas à atividade;

c) PROGRAMA SEMENTES: capacitação para a implantação de bancos comunitários de sementes e empréstimo de sementes crioulas. Atende a 175 famílias de trabalhadores rurais. Há duas pessoas dedicadas a esse trabalho;

d) programa de melhoramento de sistemas de criação animal (atende a 100 famílias); escola adaptada ao meio rural (atende a 258 famílias).

10. Beneficiários principais: pequenos produtores trabalhadores rurais e suas famílias, analistas e administradores públicos.

11. Publicações principais: periódico bimestral *Siriema* e a série de cartilhas *Como fazer*.

CENTRO DE ASSESSORIA E ESTUDOS URBANOS

Sigla/nome curto: CIDADE

Responsáveis para contato: MARTA PEDREIRA CHEZZI / HELGA CORRÊA / SÉRGIO BAIERLE

Endereço: Rua Vieira de Castro, 141 — 90.040-320 — Santana — Porto Alegre — RS

Tel: (051)330-6756

Fax: (051)330-6756

Endereço eletrônico: cidade@ax.ibase.br

1. **Data de fundação:** 1987 (de fato), 1988 (legal).
2. **Origem:** a idéia de criar o CIDADE surgiu em 1987, quando as ocupações de conjuntos habitacionais e as demandas por saneamento básico e transporte público levaram os movimentos sociais a reivindicar o apoio de técnicos comprometidos com suas lutas. A partir de então, com o apoio do Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul, profissionais de várias áreas e lideranças comunitárias passaram a se reunir, até que em 1988 realizou-se a assembléia de fundação da entidade. O CIDADE possui sócios mantenedores que sustentaram totalmente a entidade até 1990, quando foi obtido apoio da cooperação internacional.
3. **Objetivos gerais:** assessorar as organizações populares no acesso à informação e orientação técnica qualificada. Estimular o desenvolvimento de novas formas de produção do conhecimento. Realizar pesquisas tendo como diretriz o aprofundamento de temas de interesse dos movimentos populares. Manter contato com órgãos de pesquisa, universidades, entidades afins e organizações do movimento popular, buscando a troca de experiências e de conhecimento. Divulgar através de publicações, seminários, cursos, palestras, o conhecimento e as experiências acumuladas. Acompanhar sistematicamente as políticas públicas e a ação das organizações populares no âmbito das questões urbanas.
4. **Âmbito de atuação:** município de Porto Alegre e região metropolitana.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 5
6. **Número de voluntários:** cinco nacionais.
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$50.000,00 e US\$100.000,00.
8. **Fontes de recursos:** agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.
9. **Atividades principais:** assessoria, pesquisa e divulgação de informações sobre questões urbanas.

Projetos ilustrativos:
 - a) REFORMA URBANA: acompanhamento e discussão do Plano Diretor e das Leis Complementares às Constituições Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal. Subsídios às iniciativas populares de participação na gestão da cidade;
 - b) HABITAÇÃO: participação na proposta de criação de um fundo nacional para a moradia popular. Acompanhamento da política municipal de regularização fundiária e projetos de cooperativas. Debate das políticas e tecnologias alternativas;
 - c) TRANSPORTE: consolidação de séries históricas do custo do transporte em Porto Alegre. Acompanhamento da evolução do preço do transporte e comparação deste com outros gastos e rendimentos (por exemplo o salário mínimo). Estudo da metodologia de cálculo tarifário adotada em Porto Alegre e acompanhamento crítico das políticas oficiais. Estudo de alternativas

de financiamento para o transporte público urbano.

10. Beneficiários principais: movimentos sociais urbanos e de bairro, associações de moradores e conselhos populares.

11. Publicações principais: os periódicos *De olho na cidade*, trimestral e *CADERNOS da cidade*. Publicou também uma cartilha chamada: *Defenda a posse de seu terreno*.

CENTRO DE APOIO MULTIPROFISSIONAL

Sigla/nome curto: CAMP

Responsáveis para contato: NATALÍCIO SANTOS CORREA / CONCEIÇÃO PALUDO

Endereço: Rua Villamil, 98 — 90.840-190 — Santa Tereza — Porto Alegre — RS

Tel: (051)233-4101/231-7523

Fax: (051)233-4101

Endereço eletrônico: campprs@ax.apc.br

1. Data de fundação: 1983 (de fato e legal).

2. Origem: a década de 80 caracterizou-se por uma efervescência de movimentos e organizações populares em todo o Brasil. No Rio Grande do Sul, nesse período, surgiram movimentos de sem-terra, de luta contra o desemprego, as Centrais Sindicais, novos partidos, pastorais especializadas como a da Terra e Operária, Movimento Estudantil, organizações de luta contra as barragens, a ANAMPOS, movimentos de acampados, etc. A maior parte desses movimentos não tinha existência jurídica. Verificou-se a necessidade de criar uma entidade institucionalizada que apoiasse essas organizações. O grupo de religiosos e religiosas, estudantes e colaboradores em geral, que ajudava os movimentos informalmente, criou então o CAMP, que passou a ser uma referência efetiva para as organizações populares no estado. O CAMP possui 43 sócios colaboradores, entre amigos do CAMP e ex-funcionários que participam de sua assembléia.

3. Objetivos gerais: contribuir para a construção de uma sociedade justa, fraterna, democrática, socialista; para o fortalecimento do campo democrático e popular; realizar um trabalho educativo que articule metodologicamente as dimensões técnica e política, formativa e informativa; assessorar as organizações populares para que tenham condições de apontar propostas para seus problemas e para a construção de novas alternativas de desenvolvimento econômico e social, tornando-se elas próprias educadores coletivos e espaços de irradiação de novas formas de sociabilidade.

4. Âmbito de atuação: regional (RS, SC, PR).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 17

6. Trabalho voluntário: 11 nacionais.

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 98%;
- b) venda de produtos e serviços: 2%.

9. Atividades principais: educação popular e assessoria para as organizações populares.

Projetos ilustrativos:

a) capacitação de dirigentes sindicais e populares através de assessoria e produção de materiais pedagógicos, para o gerenciamento, planificação e elaboração de seus projetos. Há três pessoas dedicadas à atividade;

b) acompanhamento a moradores da periferia urbana e à Coordenação da Pró-Central de Movimentos Populares RS, nas questões relativas às lutas por moradia. Há duas pessoas dedicadas à atividade;

c) oficinas temáticas sobre as questões de gênero para mulheres trabalhadoras. Há uma pessoa dedicada à atividade.

10. Beneficiários principais: movimentos sociais urbanos (moradores de periferia, favelados, sem-teto), sindicatos urbanos e rurais, pequenos produtores, mulheres.

11. Publicação principal: informativo e resenha de imprensa: *Mercosul ou nossa integração ?* (quadrimestral); publica também a série *Debate popular*; o *Boletim informativo da dívida externa* e produz inúmeros vídeos.

CENTRO DE ATIVIDADES COMUNITÁRIAS DE SÃO JOÃO DE MERITI

Sigla/nome curto: CAC RJ

Responsáveis para contato: URI MACHADO / SÉRGIO BONATO / MARIA LUIZA MORAES

Endereço: Rua da Prata, 797 — 25.550-560 Coelho da Rocha — São João de Meriti — RJ

Tel: (021) 751-8369 e (021) 756-4618

Fax: (021) 751-8369

1. Data de fundação: 1986 (de fato), 1987 (legal).

2. Origem: sindicalistas brasileiros, com a colaboração de outras ONGs (CEDAC e IDACO) e através de contatos com a CFDT (Confederação Francesa de Trabalhadores) constataram a possibilidade de realizar, em parceria com entidades francesas, uma ação conjunta em prol do desenvolvimento social no Brasil. Iniciou-se assim o processo de constituição desta ONG, contando com a participação de lideranças do movimento popular de São João de Meriti, priorizando-se ações na área da saúde e educação da população marginalizada. O CAC situa-se numa área doada de 4.000m², onde funciona um posto de saúde, uma escola comunitária e um parque gráfico.

3. Objetivos gerais: produzir propostas alternativas para intervenção em políticas públicas na área da saúde e da educação. Assessorar movimentos populares. Organizar grupos em torno do tema das alternativas de sobrevivência. Formação prática e teórica de professores.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 5

6. Número de voluntários: um nacional e um internacional.

7. Faixa orçamentária: US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 52,1%;
- b) agências de cooperação multilateral: 44,2%;
- c) órgãos de governo: 3 %;
- d) venda de serviços e produtos: 0,7%.

9. Atividades principais: educação popular para a cidadania; prestação de serviços na área de saúde e educação formal.

Projetos ilustrativos:

a) **EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DA BAIXADA:** há três turmas em funcionamento atendendo a 75 crianças. Utiliza-se a pedagogia construtivista. Há cinco profissionais envolvidos na atividade, que é patrocinada pela Embaixada da França e pela Secretaria Estadual de Educação.

b) **MEDICINA ALTERNATIVA:** *tai-chi-chuan, shiat-su, do-in* e orientação para o uso de medicamentos naturais. Atinge 60 pessoas entre crianças e adultos da comunidade. Um médico dedica-se à atividade;

c) formação de professores na pedagogia construtivista, teórica e praticamente. Em 1983, passaram pelos cursos 80 professores. Há três pessoas envolvidas na atividade.

10. Beneficiários principais: crianças, associações de moradores, analfabetos, idosos, lideranças comunitárias e sindicais.

11. Publicações principais: —

CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Sigla/nome curto: CACES

Responsáveis para contato: HILDÉSIA MEDEIROS / MARIA CLAUDIA FERREIRA DA SILVA

Endereço: Rua Álvaro Alvim, 48, grupo 1009/1011 — 20.031-010 — Centro — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 262-6490

Fax: (021) 240-5192

Endereço eletrônico: caces@ax.ibase.org.br

1. **Data de fundação:** 1988 (de fato), 1987 (legal).
2. **Origem:** os fundadores do CACES, ativistas em movimentos sociais diversos (mulheres em sua maioria) vinham de um trabalho comum enquanto assessores parlamentares de uma vereadora do Município do Rio de Janeiro. No decorrer dessa experiência — e dado o caráter do espaço parlamentar onde ela se dava — depararam com uma série de limitações em sua proposta comum de desenvolver ações que servissem como referência para os setores organizados da sociedade civil. Com o final do mandato, decidiram colocar em prática as concepções de atuação que os uniam através de outros canais, criando para isso o CACES.
3. **Objetivos gerais:** promover estudos e pesquisas e elaborar publicações nas áreas cultural, econômica, social, religiosa e ambiental. Desenvolver projetos, atividades e eventos nos campos da capacitação de pessoal, comunicação e geração de renda/emprego. Assessorar e prestar serviços de consultoria a grupos do movimento social e a entidades em geral, no campo específico de sua competência e experiência.
4. **Âmbito de atuação:** estadual.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 12
6. **Número de voluntários:** uma voluntária nacional.
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$50.000,00 e US\$100.000,00.
8. **Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 50%;
 - b) agências multilaterais de cooperação: 50%.
9. **Atividades principais:** educação para a cidadania; capacitação e assessoria a grupos populares.

Projetos ilustrativos:

 - a) ATIVIDADE DE GERAÇÃO DE RENDA: beneficiamento de produtos agrícolas (banana e goiaba); cultivo e beneficiamento de ervas (medicinais e temperos), utilizando-se técnicas não poluentes. Atinge grupos de pequenos produtores rurais, sobretudo mulheres. Há seis pessoas dedicadas à atividade;
 - b) OFICINA COMUNITÁRIA DE CORTE E COSTURA: atende a mulheres e tem como finalidade a geração de renda. Há duas pessoas responsáveis pela atividade;
 - c) PROJETO BANDA RENASCER: trabalho educativo através da música, com grupos de crianças e adolescentes de uma favela do Rio de Janeiro. Há uma pessoa dedicada à atividade.
10. **Beneficiários principais:** mulheres, crianças e jovens, pequenos produtores e participantes de associações de moradores.
11. **Publicações principais:** *Agenda mulher negra — 89 e Agenda mulher — 90.*

CENTRO DE CRIAÇÃO DE IMAGEM POPULAR

Sigla/nome curto: CECIP

Responsáveis para contato: CLAUDIUS CECCON / DINÁH PROTÁSIO FROTTÉ / HUGO LIGNEUL

Endereço: Lgo. de S. Francisco de Paula, 34, 4º andar — 20051-070 — Centro — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 224-3812 e (021) 224-4565

Fax: (021) 224-3812 e (021) e (021) 224-4565

Endereço eletrônico: cecip@ax.ibase.org.br

Observação: Tem um escritório filiado em Nova Iguaçu, Município do Estado do Rio de Janeiro.

1. Data de fundação: 1986 (de fato e legal).

6. Trabalho voluntário: —

2. Origem: o CECIP foi criado por um grupo de profissionais de diversas áreas, interessados em elaborar materiais educativos acessíveis a amplas camadas da população. Entre seus fundadores, há especialistas em comunicação visual, humorismo e educação, com trajetórias que passam pela fundação de outras ONGs (como o IDAC, em Genebra, juntamente com Paulo Freire) e de trabalhos com igrejas. Propondo a utilização do vídeo em uma síntese de educação e comunicação, funda-se como um projeto experimental de produção de vídeo popular — seu laboratório mais importante — o qual vem-se modificando ao longo dos anos de acordo com diferentes desafios que a prática coloca. Inicia-se em 1986, com a cobertura institucional do ISER e sob o nome de ISER VÍDEO, para logo após registrar-se de forma independente enquanto CECIP.

7. Faixa orçamentária: entre US\$300.000.00 e US\$400.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação internacional: 63,5%;
- b) agências multilaterais de cooperação internacional: 3%;
- c) venda de materiais e serviços: 33,5%.

9. Atividades principais: educação popular através da imagem; pesquisas, treinamentos, consultorias, produção de vídeos e publicações.

Projetos ilustrativos:

a) TV MAXAMBOMBA: em funcionamento na Baixada Fluminense, especialmente em Nova Iguaçu. Apresenta um programa mensal em que informação, humor, ficção, música e documentários são apresentados diariamente nas praças com um telão montado sobre uma Kombi. Com o objetivo de espelhar a realidade da região, abre espaço para a voz e a imagem dos moradores locais, mostrando o valor e a criatividade de seus artistas, fazendo refletir sobre a vida cotidiana, as questões sociais, os direitos de cidadania e como exercê-los. A TV Maxambomba oferece também a oportunidade de oficinas de aprendizagem de utilização do vídeo pelos movimentos populares;

b) PROJETOS ESPECIAIS: são realizados dentro dos temas saúde, meio ambiente e direitos da cidadania, utilizando-se a metodologia “prática — pesquisa — produção de materiais”. Criam-se vídeos e materiais educativos que divertem e

3. Objetivos gerais: criar materiais educativos com qualidade, atendendo a uma demanda crescente da maioria da população por informações que ajudem a construir uma visão da realidade em que vive, a propor mudanças necessárias e a participar ativamente na sua implementação, fortalecendo o processo democrático.

4. Âmbito de atuação: local, em termos de sua atuação direta (Município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense). Nacional, através da produção de vídeos e publicações.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 21.

ao mesmo tempo informam sobre temas complexos, como a AIDS, a legislação ambiental, a revisão constitucional, por exemplo;

c) EDUCAÇÃO AMBIENTAL: realização de dois cursos, um sobre Gerenciamento Ambiental e outro sobre Poluição Ambiental, dirigidos à população em geral e em especial para agentes comunitários.

10. Beneficiários principais: opinião pública em geral e lideranças comunitárias.

11. Publicações principais: o CECIP produz publicações de vários tipos, entre as quais se destacam: *Situações de risco para crianças e adolescentes*; *A lei em suas mãos*; *Aplicando a lei*; *Sistema de educação ambiental*; *Todos pela educação no município*; *Um desafio para cidadãos*; *Lugar de criança é na escola*; e *Resource Package for Curriculum Planners* em três volumes, em convênio com GPA/WHO (Organização Mundial da Saúde).

CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE

Sigla/nome curto: CCLF

Responsáveis para contato: ALDENICE TEIXEIRA / EDUARDO HOMEM / VANDEVALDO NOGUEIRA

Endereço: Rua 27 de Janeiro, 181 — 53.020-020 — Carmo — Olinda — PE

Tel: (081)429-3444

Fax: (081)429-4881

Endereço eletrônico: clf@ax.ibase.br

1. Data de fundação: 1972 (de fato e legal).

2. Origem: o CCLF foi fundado pelo então deputado federal Marcos Freire com o objetivo de criar um espaço aberto às iniciativas dos produtores culturais de Olinda e Recife e como um centro de discussão e elaboração política de oposição ao regime militar. Em 1977 foi adquirida a casa que sedia o Centro e que permitiu maior dinamismo a suas iniciativas. Em 1981, teve início o primeiro projeto institucional propriamente dito: apoio e assessoria jurídica a posseiros e ocupantes de terrenos urbanos.

3. Objetivos gerais: sensibilizar a opinião pública em geral e a sociedade civil organizada para o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos, pela universalização dos direitos à educação, informação, justiça e segurança.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 70

6. Número de voluntários: um voluntário internacional em tempo parcial.

7. Faixa orçamentária: entre US\$500.000.00 e US\$1.000.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 39%;
- b) agências de cooperação multilateral: 51%;
- c) venda de produtos (vídeos): 10%.

9. Atividades principais: o CCLF dedica-se à educação para a cidadania, informação da opinião pública, realiza campanhas, faz denúncias e pressão junto ao poder público, sobretudo em torno de questões relativas à educação e à segurança pública.

Projetos ilustrativos:

a) TV VIVA: produz e exhibe vídeos em locais públicos da área metropolitana do Recife, em escolas e associações. Destina-se ao esclarecimento da opinião pública e sobretudo às populações carentes;

b) atividades na área da justiça e segurança pública: o CCLF atua no monitoramento do sistema de justiça e segurança, acompanhando-o criticamente em contatos frequentes com os órgãos que o constituem. Apresenta propostas para a melhoria dos serviços e as discute com a população e com o poder constituído no Estado de Pernambuco. Há também acompanhamento de casos judiciais para comunidades carentes, até a conclusão do inquérito e interposição de ações exemplares de violência institucional;

c) na área da educação o CCLF assessoria a coordenação de escolas alternativas para a definição de critérios para o credenciamento das escolas. Capacita seus integrantes para a qualificação do movimento no processo de formulação de políticas públicas no setor educacional. Realiza também oficinas de leitura sensibilizando educadores/leitores. Dinamiza bibliotecas escolares através da concepção de uma educação baseada na literatura com alfabetizadores da rede alternativa e pública, estudantes de pedagogia e moradores de bairros populares.

10. Beneficiários principais: movimento urbano, estudantes, crianças, presidiários, educadores, políticos, juizes e funcionários do governo na área judiciária e da educação.

11. Publicações principais: produz uma bibliografia expressiva de cartilhas e manuais para acompanhamento de seu trabalho e sobretudo vídeos.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO

Sigla/nome curto: CDDHBR

Responsáveis para contato: RICARDO GOUVÊA CORRÊA/ITAMAR SILVA/ELIANA A. C. ATHAYDE

Endereço: Av. Beira Mar, 216 — sala 701 — 20.021-060 — Centro — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021)262-3406

Fax: (021)262-3536

Observação: Tem mais dois escritórios filiados.

1. Data de fundação: 1986 (de fato), 1987 (legal).

2. Origem: os fundadores do Centro (técnicos, advogados, arquitetos, lideranças comunitárias de favelas) possuíam experiência antiga tanto no movimento de favelas quanto em pastorais da Igreja Católica, aí incluídas as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Em resposta a uma análise do contexto social/político/eclesial, avaliaram ser oportuna a criação de uma organização não-governamental, como desdobramento da experiência adquirida. A análise feita apontava para o horizonte das ONGs pela profissionalização e autonomia que esse tipo de entidade torna possível, sem a perda do compromisso social.

3. Objetivos gerais: divulgar, garantir e implantar os direitos fundamentais da pessoa humana, no contexto da população empobrecida das favelas e ruas do Estado do Rio de Janeiro.

4. Âmbito de atuação: estadual; em casos pontuais atua nacionalmente.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 49

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000,00 e US\$200.000,00.

8. Fontes de recursos:

a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 70%;

b) agências multilaterais de cooperação: 10%;

c) órgãos de governo: 17%;

d) doações individuais: 3%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania e educação popular; assessoria; capacitação e informação.

Projetos ilustrativos:

a) atividades de educação não formal com crianças e adolescentes em oito favelas cariocas (arte, esporte e lazer, teatro). Atinge diretamente 500 crianças e adolescentes. Há 26 pessoas dedicadas ao trabalho em tempo parcial;

b) ADVOCACIA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: assessoria jurídica à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, tanto em sua aplicação, quanto em sua viabilização (criação de conselhos municipais, tutelares, etc.). Há oito técnicos e dois estagiários dedicados ao trabalho;

c) TERRA E HABITAÇÃO: assessoria a grupos populares na criação e implantação de projetos de construção de moradias por auto gestão (cooperativas e mutirões) e assessoria jurídica em questões fundiárias. Há 14 pessoas dedicadas à atividade, incluindo estagiários, em tempo parcial;

d) PROJETO GIRASSOL: trabalho de rua com moradores, meninos e meninas de rua, na área da Central do Brasil. Há duas pessoas dedicadas ao projeto.

10. Beneficiários principais: crianças, moradores e crianças de rua, favelados, movimentos urbanos e de bairro.

11. Publicações principais: produz manuais e cartilhas, entre os quais se destacam: *Cooperativa habitacional de Nova Holanda; Criança adolescente e o ato infracional: que fazer ?; Oficina de direitos; Mora-*

dia, experiências com participação popular. Publicou também um livro: *Favelas: mudanças ocorridas nas suas organizações comunitárias nos últimos dez anos.*

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS

Sigla/nome curto: CDDH De Petrópolis

Responsáveis para contato: JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA JÚNIOR / MARIA DA GLÓRIA GUERRA

Endereço: Rua Monsenhor Bacelar, 400 — 25.685-110 — Centro — Petrópolis — RJ

Tel: (0242) 42-2462 e (0242) 43-4156

Fax: (0242) 43-0772

Endereço eletrônico: cddhpt@ax.ibase.br

Caixa postal: 90.581

Cep: 25.621-970

1. Data de fundação: 1979 (de fato e legal).

2. Origem: o CDDH surgiu com um grupo de pessoas que se solidarizou com operários que foram demitidos de uma fábrica que havia falido em Petrópolis. Ao mesmo tempo, o grupo fez campanha para recolher donativos e apoiar os metalúrgicos em greve no ABC paulista. De lá para cá, esse grupo continuou a realizar ações de apoio ao movimento popular.

3. Objetivos gerais: lutar pela plena vigência dos direitos humanos na sociedade, buscando sempre fazer com que o sujeito coletivo dessa realização seja constituído pelos que hoje são excluídos da sociedade.

4. Âmbito de atuação: nacional (informações), predominando as ações em nível estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 15

6. Número de voluntários: 1

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000,00 e US\$200.000,00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 95%;
- b) doações individuais: 5%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania e assessoria aos movimentos populares urbanos. Informações, denúncias de violações dos direitos humanos e assessoria jurídica.

Projetos ilustrativos:

a) ATIVIDADE DE ACESSORIA JURÍDICA A COMUNIDADES DE BAIXA RENDA E ENTIDADES DO MOVIMENTO POPULAR: ajuizamento e acompanhamento de questões coletivas; proposições e seguimento da legislação e políticas públicas. Há duas pessoas dedicadas à atividade;

b) acompanhamento de um programa de educação ambiental; reflorestamento de encostas em comunidades de baixa renda e reciclagem de lixo. Atende às comunidades de baixa renda; escolas e associações de moradores. Este projeto realiza-se em uma área onde havia risco permanente de deslizamentos de terra. Há duas pessoas dedicadas à atividade;

c) ATIVIDADES EDUCATIVAS: acompanhamento à organização de comunidades, ao movimento de moradia, formação de cooperativas populares de habitação para pessoas sem-teto, comunidades de baixa renda e movimento popular em geral; produção de material didático informativo (vídeos e folhetos) promoção de cursos, oficinas, seminários e debates; e Programa Arco-Íris da Alegria, que consiste em atividades de arte-educação e teatro de rua.

10. Beneficiários principais: movimentos urbanos, sem-teto, favelados e público em geral.

11. Publicações principais: o CDDH produz inúmeros manuais e cartilhas, entre os quais se destacam: *Em defesa da vida*; *Como aproveitar o lixo*; *Vamos defender nossos direitos* e *De olho nas eleições*. Produz também livros e vídeos.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR

Sigla/nome curto: CDHMP

Responsáveis para contato: ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE / MARIA DAS GRAÇAS SILVA

Endereço: Rua Vigário Bartolomeu, 635, sl. 606/607 — 59.023-900 — Centro — Natal — RN

Tel: (084)221-5932

Fax: (084)221-5932

(084) 221-3375 (BBS - Direitos Humanos e Cultura) **Endereço eletrônico:** cdhmpopular@ax.ibase.br

Caixa postal: 2741 Ag. Princesa Isabel

1. **Data de fundação:** 1986 (de fato e legal).
2. **Origem:** o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular surgiu a partir da experiência acumulada por seus fundadores na prestação de serviços de assessoria jurídica, política e sindical à Arquidiocese de Natal, através de sua Comissão Justiça e Paz. A partir de determinado momento, a linha da ação pastoral começou a se transformar em um sentido divergente do adotado por esse grupo de assessores, que se baseava na Teologia da Libertação. Em função de sua experiência, coesão e consciência da necessidade de continuidade do trabalho, essa equipe decidiu criar uma entidade civil independente que lhe permitisse ampliar a atuação para além das fronteiras da arquidiocese — bem como assumir um caráter ecumênico que possibilitasse novas alianças. Hoje, as relações com a arquidiocese são de parceria em torno da mesma causa — a defesa dos direitos humanos — porém com total autonomia.
3. **Objetivos gerais:** promoção e difusão dos direitos humanos.
4. **Âmbito de atuação:** municipal (Natal e Grande Natal); informações e divulgação, em âmbito nacional.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 13
6. **Número de voluntários:** 3
7. **Faixa orçamentária:** menos de US\$50.000.00.
8. **Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 88%.
 - b) venda de produtos e serviços: 12%.
9. **Atividades principais:** educação para a cidadania, pesquisa e informação da opinião pública; cursos; palestras; campanhas e produção de vídeos.

Projetos ilustrativos:

 - a) PROGRAMA DE FORMAÇÃO nas comunidades da Cidade da Esperança e Vila de Ponta Negra sobre políticas de segurança pública. Há quatro pessoas dedicadas à atividade;
 - b) ORGANIZAÇÃO DO COMITÊ EM DEFESA DA VIDA, fórum de várias entidades da sociedade civil, articulado em torno da defesa dos direitos humanos. Há quatro pessoas na atividade, as mesmas que realizam o trabalho comunitário sobre segurança pública;
 - c) BANCO DE DADOS informatizado sobre violência criminalizada, a partir dos jornais diários de circulação estadual. Há duas pessoas organizando o banco.
10. **Beneficiários principais:** público em geral, movimentos urbanos e de bairros, sindicatos urbanos, estudantes e camadas médias.
11. **Publicações principais:** boletim *Memória popular*. O Centro produz inúmeros vídeos.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO

Sigla/nome curto: CPV

Responsáveis para contato: NAZARENO SPOSITO AFFONSO / ROBERTO LOPES DA FONSECA

Endereço: Rua Prof. Sebastião Soares de Faria, 27, 2ª Andar — 01.317-010 — Bela Vista — São Paulo — SP

Tel: (011) 285-6288

Caixa postal: 65.107

Cep: 01390-970

1. Data de fundação: 1969 (de fato), 1973 (legal).

2. Origem: o CPV (sigla que então significava Centro de Pastoral Vergueiro) originou-se no Bairro Jardim da Saúde, a partir do trabalho dos paroquianos daquela comunidade atendida por padres da Ordem Dominicana. Tinha por objetivo a formação dos leigos em geral e de lideranças comunitárias. O êxito da iniciativa transcendeu a paróquia e em 1973 foi criado o CPV, estruturado como instituição autônoma. De lá para cá ampliou-se o trabalho de documentação, passando-se também por atividades como cursos de madureza, formação sindical, produção audio-visual e de publicações. Paralelamente, um acervo documental para acompanhar este trabalho vinha sendo cuidadosamente organizado. No final dos anos 70, o CPV teve um papel de destaque no apoio ao Movimento contra a Carestia e ao ressurgimento do movimento sindical. Finalmente, foi afirmando sua especialização em documentação, a qual mantém até hoje.

3. Objetivos gerais: coletar a documentação produzida pelos movimentos sociais e devolvê-la de forma sistematizada objetivando fortalecer a formação e a organização dos trabalhadores. Repassar aos movimentos, entidades sindicais e populares e outras ONGs a experiência técnica em documentação.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 12.

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000 e US\$200.000,00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 68%;
- b) venda de serviços e produtos: 32%.

9. Atividades principais: documentação e assessoria.

Projetos ilustrativos:

a) ATIVIDADES RELATIVAS À ENTRADA DE DOCUMENTOS NO SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO: coleta de documentos, classificação, sistematização, informatização e estocagem, a partir de 10.000 fontes de informação das igrejas e dos movimentos populares e sindicais, regularmente contatadas. Há quatro pessoas dedicadas;

b) ATIVIDADES DE SAÍDA DO SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO: devolução sob a forma de dossiês, cadernos, levantamentos bibliográficos específicos, pesquisas documentais, consultas, atendendo a um conjunto de 6.000 usuários dos movimentos populares, movimentos sindicais, igrejas e pesquisadores, além das publicações abaixo mencionadas. Há oito pessoas dedicadas;

c) LIVRARIA POPULAR: divulgação e distribuição de publicações produzidas por movimentos sociais e ONGs, seleção e distribuição de obras de grandes editoras. A livraria tem um cadastro de 10.000 usuários entre movimentos populares, sindicais, igrejas, partidos e ONGs. Há uma pessoa responsável.

10. Beneficiários principais: movimentos sociais, igrejas, partidos, pesquisadores, estudantes, ONGs.

11. Publicações principais: boletim quinzenal *Quinzena* (resenha de textos e artigos) e boletim *E agora?* (entrevistas e experiências dos movimentos sociais, coletadas por um grupo de ONGs (FASE, POLIS, SOF e CPV).

CENTRO DE EDUCAÇÃO E ACESSORAMENTO POPULAR

Sigla/nome curto: CEAP RS

Responsáveis para contato: VANDERLÉIA DARON / JOSÉ CLADEMIR DARON / ELMAR SAUER

Endereço: Rua Senador Pinheiro, 304, 3º andar — 99.070-220 — Rodrigues — Passo Fundo — RS

Tel: (054)313-6325

Fax: (054) 313-6325

Caixa postal: 576

1. Data de fundação: 1987 (de fato e legal).

2. Origem: a partir de um colóquio internacional de educação popular realizado na década de 80 em Passo Fundo, alguns professores, religiosos (Congregação dos Missionários da Sagrada Família) e sindicalistas da região do Planalto, profissionais liberais (advogados e arquitetos) começaram a pensar na criação de um centro de educação popular que contribuísse com assessoria para a construção de organizações populares e sindicais fortes, autônomas, democráticas e combativas na região. Visava-se também dispor de um espaço físico para encontros, reuniões, seminários e cursos dos movimentos sociais e populares. A Ordem dos Missionários da Sagrada Família colocou à disposição o espaço físico onde hoje funciona o CEAP. Durante o processo de encontros que antecederam a fundação, o CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional de Porto Alegre) acompanhou o grupo fundador prestando-lhe assessoria.

3. Objetivos gerais: através do trabalho de educação popular, contribuir com a construção de organizações populares fortes, autônomas, democráticas, para superar as injustiças e ajudar a estabelecer uma sociedade humanizada.

4. Âmbito de atuação: estadual, prioritariamente na região norte do estado.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 8

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 80%;
- b) fundo próprio: 20%.

9. Atividades principais: assessoria e prestação de serviços aos movimentos populares da região e do estado.

Projetos ilustrativos:

- a) capacitação em planejamento e gestão para dirigentes sindicais rurais e urbanos, através de seminários e acompanhamento. Há uma pessoa responsável;
- b) atividades de mobilização: apoio à formação da Pró-Central dos Movimentos Populares no estado — que consistiu em ampla mobilização popular tendo como um dos saldos positivos a construção de uma escola pública na periferia de Passo Fundo — e às reivindicações da sociedade na área da saúde, pela implantação do SUS (Sistema Único de Saúde) no estado;
- c) Apoio técnico através da prestação de serviços e uso da infra-estrutura. Há disponibilidade para uso dos movimentos sociais da região, dos seguintes serviços: biblioteca, videoteca, espaço para reuniões, seminários, equipamentos, e um banco de dados sobre a realidade regional em formação.

10. Beneficiários principais: movimento urbano em geral, associações de moradores, pequenos produtores, sindicalistas urbanos e rurais, mulheres e jovens.

11. Publicações principais: cartilhas e manuais destacando-se a *Cartilha pró-central de movimentos populares* (em conjunto com o próprio Movimento Pró-Central e o CAMP).

CENTRO DE EDUCAÇÃO E ACESSORIA POPULAR

Sigla/nome curto: CEDAP

Responsáveis para contato: ELIZABETE ROSSIM / JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS / PAOLA RIZZA OLIVEIRA

Endereço: Rua José de Alencar, 713 — 13.013-040 — Centro — Campinas — SP

Tel: (0192) 32-2528

Fax: (0192) 32-2528

Caixa postal: 1768

Endereço eletrônico: cedap@ax.ibase.org.br

CEP: 13.001-970

1. Data de fundação: 1988 (de fato), 1987 (legal).

2. Origem: o CEDAP foi fundado a partir da dissolução de uma outra entidade de assessoria, o CESAP (Centro de Serviço e Assessoria Popular). Alguns sócios fundadores do atual CEDAP fizeram parte da equipe de educação popular da entidade extinta e de movimentos sociais da região como a Assembléia do Povo, os Grupos de Mulheres da Periferia, a Associação de Moradores de Favelas, a Pró-Central de Movimentos Populares, o Movimento de Transportes e a Pastoral de Juventude. Tendo constatado que a existência de uma instituição voltada para o apoio aos movimentos populares em geral continuava sendo um serviço importante, deram seguimento à experiência adquirida anteriormente. As assessorias para a área sindical já não se faziam necessárias visto que os sindicatos possuíam, em sua maioria, suas próprias entidades de assessoramento.

3. Objetivos gerais: contribuir com processos de defesa da vida; contribuir para a construção da democracia; assessorar os movimentos sociais nos aspectos organizacionais e educacionais.

4. Âmbito de atuação: municipal até 1992 e nacional a partir de 1993.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 10

6. Número de voluntários: 10

7. Faixa orçamentária: entre US\$50.000.00 e US\$100.000.00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: educação popular e para a cidadania, através de assessorias e cursos.

Projetos ilustrativos:

a) PROGRAMA DE ACESSORIA ÀS ORGANIZAÇÕES POPULARES através de cursos, seminários e debates. Destina-se a lideranças dos movimentos sociais em geral (quatro pessoas são responsáveis), à organização de mulheres (duas pessoas são responsáveis) e aos educadores (uma pessoa é responsável);

b) PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES, ALUNOS, PAIS E FUNCIONÁRIOS DE ESCOLAS, apoiado financeiramente por prefeituras da região, objetivando a construção coletiva de um projeto pedagógico de educação popular nas escolas e o fortalecimento da relação da escola com a comunidade. Há quatro pessoas dedicadas à atividade;

c) PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM PUBLICAÇÕES: cursos específicos de comunicação e expressão para lideranças de movimentos sociais. Há uma pessoa dedicada ao programa.

10. Beneficiários principais: participantes e lideranças dos movimentos urbanos e de bairros em geral, associações de moradores e grupos de mulheres.

11. Publicações principais: manuais e cartilhas, entre os quais se destacam: *Cadernos de formação CEDAP*; e a série *Lutas populares no Brasil*.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR D. JOÃO BATISTA DA MOTA

Sigla/nome curto: CECOPES

Responsáveis para contato: MARINELY SANTOS MAGALHÃES

Endereço: Rua Sete de Setembro, 289 — 29.015-000 — Centro — Vitória — ES

Tel: (027)223-7871

Fax: (027)222-5276

1. **Data de fundação:** 1984 (de fato e legal).
2. **Origem:** o CECOPES surgiu principalmente por iniciativa de membros das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) da região da grande Vitória, vários deles também engajados nos movimentos populares e sindicais. Algumas alterações na linha de trabalho da igreja local, aliadas à preocupação de alguns com a necessidade de maior investimento no trabalho de formação de lideranças, motivou o grupo para a criação de uma entidade que se consagrasse a essa atividade de modo mais permanente. Desde 1982 essa proposta passou a aglutinar várias pessoas através de reuniões e seminários, onde foi possível observar também as experiências de centros de educação popular de outros estados.
3. **Objetivos gerais:** contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais, na perspectiva da educação popular, através de programas de formação de lideranças, acompanhamento às organizações, assessorias e produção de materiais educativos.
4. **Âmbito de atuação:** estadual.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 7
6. **Número de voluntários:** 5
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$50.000.00 e US\$100.000.00.
8. **Fontes de recursos:** agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.
9. **Atividades principais:** educação popular e para a cidadania através de programas de formação de lideranças.

Projetos ilustrativos:
a) atividades de assessoria e educação realizadas recentemente: contribuição ao debate preparatório ao plebiscito de 21/04/93 sobre forma e sistema de governo, incluindo-se a produção de um livreto explicativo (tiragem 3.000 exemplares) e atingindo 14 municípios da região. E assessoria à preparação do I Congresso Nacional de Movimentos Populares: constou de apoio e mobilização para as seis plenárias municipais realizadas e o credenciamento de 37 delegados do estado;

b) atividades de capacitação para planejamento em entidades sindicais, a partir de demanda crescente.
10. **Beneficiários principais:** movimentos urbanos, associações de moradores, sindicatos urbanos e rurais.
11. **Publicações principais:** cartilhas e manuais, entre os quais se destacam: *Federação estadual dos movimentos populares; Constituinte e participação popular; Grandes projetos industriais no Espírito Santo; Reforma urbana; Constituindo uma escola democrática; É tempo de eleições e Forma e sistema de governo.*

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO TRABALHADOR RURAL

Sigla/nome curto: CENTRU

Responsáveis para contato: MANUEL RAIMUNDO SILVA/MANUEL B. SILVA NETO/NATANAEL VICENTE FERREIRA

Endereço: Rua Rio Jaboatão, 102 — 50.721-520 — Torrões — Recife — PE

Tel: (081)228-4992

Fax: (081) 228-5421

Observação: Opera através de núcleos em Natal, RN; João Pessoa, PB; uma equipe em Salvador, BA, e duas subsedes estaduais: em Recife, PE e Imperatriz, -MA.

1. Data de fundação: 1980 (de fato e legal).

2. Origem: o CENTRU teve origem nos sindicatos rurais, cooperativas e movimentos de igreja. Possui 14 sócios fundadores, trabalhadores rurais.

3. Objetivos gerais: contribuir para a formação e educação dos trabalhadores rurais, no sentido de que esses se transformem em agentes de mudança das condições de vida de sua própria classe. Prestar assessoria educativa no campo técnico, administrativo, econômico, jurídico e político a associações civis e comunitárias de trabalhadores rurais, sindicatos e cooperativas, visando melhorar a qualidade de suas atividades sociais.

4. Âmbito de atuação: nacional, predominando a atuação no Estado de Pernambuco.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 12

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: educação popular e assessoria em política agrária e sindical, agri-

cultura alternativa e preservação do meio ambiente.

Projetos ilustrativos:

a) encontros e contatos frequentes de um, dois ou três dias, reunindo trabalhadores rurais, pequenos produtores e grupos de mulheres do meio rural, sobre temas como política agrária e agrícola, desenvolvimento rural, agricultura orgânica, meio ambiente e saúde. Trata-se do acompanhamento e apoio às organizações de trabalhadores rurais e pequenos produtores nas seguintes localidades do Estado de Pernambuco: na Zona da Mata, municípios de Palmares, Água Preta e Joaquim Nabuco; no Agreste, municípios de Pombos e Lajedo; no Sertão, municípios de Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Flores, Itapetim, Jabitacá;

b) apoio ao engajamento de trabalhadores rurais na pequena produção, objetivando a sua resistência e permanência no campo;

c) desenvolvimento de trabalhos na área sindical, para a mudança de diretorias descomprometidas com a classe trabalhadora.

10. Beneficiários principais: trabalhadores rurais, pequenos produtores, mulheres trabalhadoras rurais.

11. Publicações principais: —

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR

Sigla/nome curto: CECUP

Responsáveis para contato: NORMANDO BATISTA SANTOS/ÉRICO ROSA TORRES/SONIA SOUZA COUTINHO

Endereço: Rua Chile, 22, Ed. Bráulio Xavier, sl.1506 — 40.020-000 — Centro — Salvador — BA

Tel: (071)321-2604

Fax: (071)321-2604

Caixa postal: 2042

1. **Data de fundação:** 1978 (de fato), 1982 (legal).
2. **Origem:** o CECUP nasceu de uma articulação informal chamada Trabalho Conjunto dos Bairros, que reunia associações de moradores, a Federação dos Bairros e entidades de classe. Os membros do Trabalho Conjunto realizaram um levantamento de necessidades junto à população e observaram uma demanda freqüente pela abertura de turmas de alfabetização de adultos, o que levou um grupo de educadores a iniciar um trabalho de capacitação de alfabetizadores. Esse processo evoluiu para a formação de escolas populares e de assessoria para educadores. Em 1982, na época da institucionalização, abriram-se outras áreas de atividades, como a defesa da criança e do adolescente; a saúde comunitária; a educação ambiental e a cultura, através do teatro popular, do teatro de bonecos, da capoeira, da dança, do esporte, do lazer e da organização de um cine-vídeo clube.
3. **Objetivos gerais:** desenvolver trabalhos de educação popular que promovam a integração do elemento humano em sua comunidade, valorizando sua própria cultura e elevando seu grau de saber; executar cursos de capacitação de monitores de alfabetização de adultos; desenvolver ações educativas de saúde capacitando pessoas da localidade para atendimento de primeiros socorros; promover e patrocinar atividades artísticas e culturais, estimulando a criatividade e a participação da comunidade.
4. **Âmbito de atuação:** estadual.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 26
6. **Número de voluntários:** —
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.
8. **Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 82,5%;
 - b) agência de cooperação multilateral: 0,5%;
 - c) fundações nacionais: 14,5%;
 - d) venda de produtos (publicações): 2,5%.
9. **Atividades principais:** educação popular, alfabetização de adultos e promoção de atividades culturais.

Projetos ilustrativos:

 - a) assessoria pedagógica às escolas comunitárias que atendem crianças, jovens e adultos dos bairros populares. Há 11 pessoas dedicadas à atividade;
 - b) implantação de postos de saúde comunitários para a prevenção da AIDS, prevenção da gravidez precoce na adolescência, prevenção ao uso de drogas, junto a crianças e jovens dos bairros populares. Há seis pessoas dedicadas à atividade;
 - c) PROGRAMA MORANDO, VIVENDO E APRENDENDO NOS BAIRROS: atendimento a crianças e jovens da periferia através de esporte, lazer e recreação. Há três pessoas dedicadas à atividade.
10. **Beneficiários principais:** associações de moradores, favelados, crianças e adolescentes.
11. **Publicações principais:** *Cadernos de educação popular* e *Jornal Ogunhê*.

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Sigla/nome curto: CEPO

Responsáveis para contato: ELTON SCAPINI / VITOR HOLLAS / JOÃO CARLOS ZOTTIS

Endereço: Rua Espírito Santo, 164 — 99.700-000 — Centro — Erechim — RS

Tel: (054) 522-1504

Fax: (054) 522-1504

Caixa postal: 941

1. **Data de fundação:** 1985 (de fato), 1986 (legal).
2. **Origem:** o CEPO foi criado por pessoas que participavam de um grupo ligado à Igreja (Grupo Paulo VI) e por integrantes de movimentos sociais populares. No início de sua existência, baseava sua atuação na prestação de serviços aos movimentos: produção de impressos; empréstimo de material pedagógico; atendimento jurídico aos projetos populares, visando contribuir para o fortalecimento dos mesmos. Posteriormente o CEPO passou a realizar atividades de assessoria aos movimentos sociais e populares.
3. **Objetivos gerais:** subsidiar os trabalhadores no que se refere às formas e sistemas de organização da produção e relações de trabalho, visando à melhoria de suas condições de vida. Contribuir na organização popular e subsidiar a elaboração de projetos alternativos de políticas de saúde, educação e moradia. Subsidiar o conhecimento dos trabalhadores no campo da cultura e da organização social.
4. **Âmbito de atuação:** regional (Alto Uruguai, em 26 municípios ao norte do Estado do Rio Grande do Sul).
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 11
6. **Número de voluntários:** dois voluntários nacionais em tempo integral.
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$50.000.00 e US\$100.000.00.
8. **Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.
9. **Atividades principais:** educação popular, assessoria e capacitação.

Projetos ilustrativos:

 - a) capacitação em gestão e planejamento; em formas organizacionais; em comunicação popular; em metodologia de trabalho e cultura popular. Há quatro pessoas dedicadas ao projeto;
 - b) acompanhamento das políticas públicas de saúde, moradia e educação para atendimento sobretudo dos moradores de bairros populares. Há uma pessoa dedicada ao projeto;
 - c) BANCO DE DADOS: elaboração e documentação sobre conjuntura brasileira, projetos de desenvolvimento para a região e outros temas. Atende aos usuários do CEPO em geral. Há duas pessoas dedicadas ao trabalho.
10. **Beneficiários principais:** assalariados urbanos e rurais, moradores de bairros populares, jovens, estudantes e mulheres.
11. **Publicações principais:** *Elementos para análise de conjuntura.*

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE

Sigla/nome curto: CEPIS

Responsáveis para contato: CARLOS LIGHTSFEJN/RUBENS PAULUCA

Endereço: Rua Ministro Godoy, 1484 — 05.015-900 — Perdizes — São Paulo — SP

Tel: (011) 864-6162

Fax: (011) 873-2314

1. Data de fundação: 1977 (de fato e legal).

2. Origem: um grupo de pessoas do Instituto Sedes Sapientiae ligado à Ordem das Cônegas de Santo Agostinho, com a participação de universitários, leigos e religiosos que atuavam junto aos movimentos sociais, criou o CEPIS. Tinham como objetivo atender à formação de agentes populares e assessores para a organização de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e grupos diversos na 'periferia' de São Paulo, em um momento da vida brasileira de retomada da mobilização dos movimentos populares e pastorais.

3. Objetivos gerais: buscar o crescimento da organização dos trabalhadores e de sua participação nos rumos de nosso país e na melhoria de suas condições de vida.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 9

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$50.000,00 e US\$100.000,00.

8. Fontes de recursos:

a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: educação popular, capacitação, assessoria para a formação e organização dos trabalhadores.

Projetos ilustrativos:

a) PROGRAMAS DE FORMAÇÃO RURAL E URBANA: para o Movimento dos Sem-Terra; para a Central de Movimentos Populares e Movimento de Moradia do Embu, na zona sul de São Paulo;

b) capacitação de alfabetizadores de adultos para atendimento à periferia de São Paulo;

c) cozinha e padaria comunitárias da Associação de Trabalhadores Santo Dias, atendendo a jovens e adultos desempregados do Embu.

10. Beneficiários principais: movimentos sociais urbanos, analfabetos, sem-terra e sem-teto, sindicatos urbanos e rurais;

11. Publicação principal: *Textos de apoio e Cadernos de educação popular.*

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Sigla/nome curto: CEDEC

Responsáveis para contato: AMÉLIA COHN/PEDRO JACOBI/REGIS DE CASTRO ANDRADE/TULLO VIGEVANI

Endereço: Rua Airosa Galvão, 64 — 05.002-070 — Água Branca — São Paulo — SP

Tel: (011)871-2966

Fax: (011)871-2123

Endereço eletrônico: cedec@eu.ansp.br

1. Data de fundação: 1976 (de fato e legal).

2. Origem: o CEDEC foi fundado por professores das universidades paulistas, ativistas das lutas pelos direitos civis e humanos, com o intuito de consolidar um espaço plural de debates sobre a realidade brasileira no contexto autoritário e da construção da democracia no Brasil. As atividades do CEDEC se concentraram nas questões fundamentais da institucionalização da democracia e da participação popular na ampliação da cidadania. O trabalho desenvolvido, desde o início, se concentra em torno de pesquisas, publicações, seminários, documentação, grupos de estudo e assessorias. O trabalho foi realizado a partir da ótica dos direitos sociais e políticos, sobre temas tais como: violência policial e justiça; movimentos sociais urbanos; movimento sindical e agrário; políticas públicas e sociedade civil.

3. Objetivos gerais: realizar estudos e pesquisas sobre a realidade social, política, econômica e cultural do Brasil. Consolidar um espaço plural de debates sobre a realidade brasileira e latino-americana. Realizar seminários, encontros, um programa de publicações (revista e boletins) e assessorias junto à comunidade.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 35

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$200.000.00 e US\$300.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não governamental: 71%;
- b) agências multilaterais de cooperação: 23,5%;
- c) órgãos de governo: 5,5%.

9. Atividades principais: pesquisa e publicações.

Projetos ilustrativos:

a) estudo sobre o lugar do poder legislativo no sistema político brasileiro. Consta de várias atividades, tais como pesquisa, seminários e publicações. Atende a membros do poder legislativo, do executivo, instituições da sociedade civil em geral e instituições acadêmicas. Absorve sete pesquisadores;

b) estudo sobre gestão local, descentralização e políticas públicas, também englobando pesquisa, seminários e publicações para público mais ligado a prefeituras, movimentos sociais, instituições da sociedade civil e acadêmicas. Conta com oito pesquisadores;

c) pesquisa sobre qualidade de vida e condições ambientais na cidade de São Paulo. Destinada a órgãos públicos, instituições acadêmicas, ONGs e movimentos sociais. Conta com quatro pesquisadores.

10. Beneficiários principais: outras ONGs, movimentos urbanos, professores, empresários, membros de partidos políticos e estudantes.

11. Publicações principais: revista quadrimestral *Lua nova* e outros periódicos: *Informações CEDEC*, *Participação e saúde*, *Cadernos CEDEC*, além de extensa lista de livros.

CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHO E DE APOIO AO TRABALHADOR

Sigla/nome curto: CETRA

Responsáveis para contato: ANTÔNIO PINHEIRO DE FREITAS/FRANCISCO URIBAM XAVIER DE HOLANDA

Endereço: Travessa Pará, 12 sl. 705 a 708 — 60.025-120 — Centro — Fortaleza — Ceará

Tel: (085) 231-1226 e (085) 231-1693

Fax: (085) 231-1056

Caixa Postal: 1496

1. Data de fundação: 1978 (de fato), 1981 (legal).

2. Origem: o CETRA nasceu a partir de experiências de assessoria jurídica a trabalhadores rurais.

3. Objetivos gerais: prestar assistência jurídica a organizações comunitárias e sindicais, particularmente nas áreas do direito agrário e trabalhista. Prestar assessoria em atividades de formação para lideranças comunitárias e direções sindicais. Elaborar e difundir informações de interesse para o movimento popular. Colaborar com a organização livre, independente e autônoma dos trabalhadores e com o desenvolvimento de suas iniciativas e lutas.

4. Âmbito de atuação: duas regiões do Estado do Ceará: Itapipoca (compreende os municípios de Itapipoca, Itarema, Itapagé, Trairi e Amontada) e Sertão Centro-Sul (compreende os municípios de Senador Pompeu, Solanópolis, Irapuan Pinheiro, Acopiara, Pedra Branca, Cariús, Mombaça e Milhã).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 15

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$50.000,00 e US\$100.000,00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania e assessoria jurídica a trabalhadores rurais.

Projetos ilustrativos:

a) PROGRAMA DE APOIO À ORGANIZAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS: atividades educativas e culturais em toda a região trabalhada pelo CETRA. Em 92, o CETRA atendeu a um número total de 434 mulheres distribuídas em 30 grupos, em 24 localidades distintas, situadas em seis municípios;

b) PROGRAMA DE APOIO À ORGANIZAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS: atividades educativas e culturais em toda a região trabalhada pelo CETRA. Em 92, o CETRA atendeu a um número total de 434 mulheres distribuídas em 30 grupos, em 24 localidades distintas, situadas em seis municípios;

c) PROGRAMA DE APOIO À PEQUENA PRODUÇÃO: atendimento e apoio ao desenvolvimento social e econômico de 11 áreas desapropriadas para fins de reforma agrária, nas quais há contingentes de assentados. São ensinados cultivos com possibilidades econômicas de comercialização e presta-se assessoria na obtenção de financiamento para transporte da produção. Tem sido uma atividade difícil de manter pela precariedade total de recursos.

10. Beneficiários principais: trabalhadores rurais, pequenos produtores, jovens e mulheres das áreas rurais.

11. Publicações principais: manuais e cartilhas entre os quais se destacam: *Evolução do capitalismo no campo*; *Professora rural, sua luta e organização*; *A nova lei da reforma agrária*; *O que é monarquia, república, parlamentarismo e presidencialismo?*.

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL

Sigla/nome curto: CEAS BA

Responsáveis para contato: CLAUDIO PERANI

Endereço: Rua Aristides Novis, 101 — 40.210-630 — Federação — Salvador — Bahia

Tel: (071)247-1232

1. Data de fundação: 1967 (de fato e legal).

2. Origem: conforme a orientação da Companhia de Jesus em toda a América Latina, em 1963 alguns jesuítas que trabalhavam em movimentos de Ação Católica e sociais decidiram reunir-se periodicamente para uma reflexão comum. Em 1967, constituiu-se o CEAS como grupo de reflexão, com a função de elaborar adaptações da doutrina social cristã para responder à realidade do Nordeste. Em 1969 começaram os cursos sobre a problemática social para estudantes e profissionais e deu-se início à revista *Cadernos do Ceas*. Nessas atividades, aos poucos, participaram leigos que vieram efetivamente integrar a equipe. Em 1971 deu-se a mudança mais determinante da evolução da entidade, que passou a abrir espaços para pessoas comprometidas com trabalhos populares. Daí em diante, houve uma contínua procura de maior adesão às exigências das bases, o que forçou uma mudança de métodos educativos e influenciou a temática da revista. Essa mudança implicou uma disponibilidade maior para encontros e assessorias diretas a trabalhadores do campo e da cidade, diminuindo-se os seminários e cursos. A conjuntura de transição que exigiu novas definições das equipes de assessoria levou o CEAS a optar pelos setores mais marginalizados, como por exemplo, os invasores, as lavadeiras, os trabalhadores rurais assalariados, etc.

3. Objetivos gerais: analisar a realidade brasileira denunciando formas de opressão e desigualdades sociais, acompanhar a luta dos setores populares por liberdades democráticas e

melhores condições de vida, apoiando e favorecendo suas iniciativas para a superação da miséria e da exploração, na direção de uma sociedade mais justa e humana, de real participação democrática. O CEAS não pretende criar movimentos próprios, mas está a serviço dos grupos, movimentos e organizações que favorecem o crescimento, a responsabilidade e a participação das classes populares.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 12

6. Número de voluntários: 9

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 83%;
- b) venda de produtos (assinaturas da revista): 8%;
- c) doações individuais: 9%.

9. Atividades principais: análise da realidade brasileira; educação popular e para a cidadania; assessorias aos movimentos e organizações populares dos setores mais marginalizados da sociedade.

Projetos ilustrativos:

- a) apoio à organização da Associação de Lavadeiras (5.000 mulheres) através de visitas e reuniões. Há duas pessoas dedicadas à atividade;

b) assessoria a três escolas comunitárias e professoras de outras unidades de ensino, beneficiando as crianças e suas famílias. Há três pessoas na atividade;

c) atendimento e assessoria a assalariados rurais da região do cacau, café e cana. Apoio à mobilização de bóias-frias. Há quatro pessoas dedicadas à atividade.

10. Beneficiários principais: assalariados rurais e sindicalistas, lavadeiras, favelados e crianças.

11. Publicações principais: *Cadernos do Ceas*, bimestral.

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL

Sigla/nome curto: CEAS URBANO

Responsáveis para contato: MARIA JOSÉ ALBUQUERQUE

Endereço: Rua Gervásio Pires, 741, 1º Andar — 50.050-070 — Boa Vista — Recife — PE

Tel: (081)222-3808

Fax: (081) 222-6177

1. Data de fundação: 1976 (de fato e legal).

2. Origem: o CEAS URBANO originou-se de um grupo informal relacionado com a Igreja e os movimentos de base, mantendo estreitas ligações com o CEAS da Bahia. Estimulado pela entidade baiana, o grupo consolidou-se como uma assessoria autônoma que hoje desenvolve um trabalho social na área urbana do Recife. A consolidação do CEAS URBANO foi simultânea à transição do sistema político brasileiro da década de 80. Impulsionado pelas significativas alterações no conjunto da sociedade civil o CEAS abriu seu espaço aos novos atores sociais que começavam a ocupar a cena histórica brasileira, criando condições para o exercício da democracia: os movimentos sociais populares. Esses movimentos, até então esparsos, começam a agir coletivamente na busca de maior expressão política, libertando-se das práticas tradicionais baseadas na tutela e na cooptação.

3. Objetivos gerais: contribuir com a organização das classes populares em sua luta pela cidadania e conquista dos direitos sociais urbanos. No sentido histórico da entidade, o objetivo é o fortalecimento da democracia.

4. Âmbito de atuação: municipal (Recife e região metropolitana).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 9

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$ 200.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não governamental: 99,5%;
- b) recursos próprios: 0,5%.

9. Atividades principais: assessoria, formação e capacitação para os setores informais e movimentos urbanos.

Projetos ilustrativos:

a) ACOMPANHAMENTO AO PREZEIS (Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social, de iniciativa do poder público): significa monitorar as atividades desenvolvidas pelo PREZEIS; acompanhamento de Comissões de Urbanização, Legalização, Orçamento e Finanças; apoio à Coordenação do Fórum PREZEIS; pesquisa nas áreas ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) sobre a migração. Essa atividade atinge a população das 17 áreas ZEIS, entidades do movimento popular e assessores de outras entidades. Há duas pessoas dedicadas à atividade;

b) PROJETO LINHA DE CRÉDITO: pesquisa sobre a gestão de unidades produtivas associativas, inseridas no setor informal na cidade do Recife; assessoria a grupos comunitários; cursos de autogestão; seminários sobre linha de crédito para a pequena produção. Há três pessoas dedicadas à atividade;

c) CICLO DE FORMAÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA HABITACIONAL: consta de encontros e seminários sobre o desenvolvimento da cidade e os mecanismos de regulamentação, as políticas habitacionais e fontes de recursos, experiências em programas alternativos de habita-

ção e urbanização e canais institucionais de participação. Há duas pessoas dedicadas à atividade.

10. Beneficiários principais: população de baixa renda

11. Publicações principais: *Linha de crédito* — informativo bimestral, destinado aos pequenos produtores do setor informal,

além de manuais e cartilhas entre os quais se destacam: *A Lei dos Prezeis — Manual para liderança*; *Prezeis: um processo de participação na formação da cidade*; *Lei do uso e ocupação do solo*; *Cartilha do trabalhador artesão*; *Fazendo a coisa certa*; *Questões para a formação dos trabalhadores informais*. O CEAS urbano produz também vídeos.

CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO NEGRO DO PARÁ

Sigla/nome curto: CEDENPA

Responsáveis para contato: ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS/EDILAMAR DOS ANJOS CONCEIÇÃO/EDMUNDO PARENTE

Endereço: Rua dos Timbira — Passagem Paulo VI, 244 — 66.045-520 — Cremação — Belém — Pará

Tel: (091) 224-3280

Caixa postal: 947

- 1. Data de fundação:** 1980 (de fato), 1981 (legal).
- 2. Origem:** o CEDENPA considera que sua origem remonta aos primeiros anos de organização do Movimento Negro no país, em finais da década de 70, anos da chamada distensão política. Um conjunto de acontecimentos, sucessivos no tempo, tornaram-se referência para o grupo criador da entidade, sobretudo o encontro preparatório para a fundação do Memorial Zumbi (em Alagoas, na Serra da Barriga, em 1980). A partir desse momento de articulações o CEDENPA passou a existir, tendo sido legalizado no ano seguinte.
- 3. Objetivos gerais:** lutar de forma organizada contra o racismo, preconceitos e discriminações que se manifestem de modo explícito ou disfarçado, na sociedade, contra o segmento afro-brasileiro. Estimular a auto-valorização desse segmento, tentando neutralizar os efeitos do racismo que provoca um nível significativo de auto-rejeição; estimular a luta pelas oportunidades iguais em todos os setores sociais (busca da cidadania plena). Articular-se com outros segmentos oprimidos, para a mudança estrutural da sociedade.
- 4. Âmbito de atuação:** municipal (Belém e outros municípios do estado onde haja associações de negros, sobretudo em áreas de remanescentes de quilombos).
- 5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 19
- 6. Número de voluntários:** 14
- 7. Faixa orçamentária:** menos de US\$50.000.00.
- 8. Fontes de recursos:** a escola Ori de Erê recebe uma pequena ajuda da Secretaria de Educação. As demais atividades estão sendo mantidas por cotas dos membros do Movimento Negro.
- 9. Atividades principais:** combate ao racismo; assessorias ao Movimento Negro; escola; produção de cartilhas e materiais didáticos; denúncias; campanhas e pressão sobre os parlamentares.
Projetos ilustrativos:
 - a) em convênio com a Secretaria Estadual de Educação, o CEDENPA tem quatro pessoas acompanhando o trabalho da Escola Ori de Erê, (nível pré-escolar e primeira série do primeiro grau);
 - b) ATIVIDADES DE PRESSÃO SOBRE O LEGISLATIVO: inclusão de alguns dispositivos sobre o combate ao racismo na Constituição Estadual; interferência na luta pela não apresentação de emenda na Constituição Federal, prejudicial ao segmento negro; apoio em outras questões na área do legislativo, relativas à questão racial; trabalho de divulgação na imprensa sobre denúncias, atividades realizadas e promoções;
 - c) ATIVIDADES CULTURAIS: manutenção do programa Axé Pará — a voz negra na cultura, na Rádio Cultura do Estado, há quatro anos; apoio e participação em ensaios e exposições do Bloco Afro Axé Dudú; manutenção de grupos de

capoeira e dança; apoio e organização de eventos (Terceiro Centenário da Morte de Zumbi dos Palmares, que ocorrerá em 95, comemorações dos dias um e 13 de maio, Projeto Zumbi 300 anos, Dia da Consciência Negra — 20 de novembro).

10. Beneficiários principais: população negra em geral, sobretudo crianças,

mulheres, grupos umbandistas e estudantes.

11. Publicações principais: *O Pixaim*, semanário de circulação restrita, e manuais e cartilhas entre as quais se destacam: *Raça negra*; *A luta pela liberdade*; *Noções sobre a vida do negro no Pará*.

CENTRO DE ESTUDOS E INFORMAÇÕES CRECHEPLAN

Sigla/nome curto: CRECHEPLAN

Responsáveis para contato: SILVIA M.P. CARVALHO / ELZA DE OLIVEIRA / MARIA HELENA DA ROCHA

Endereço: Rua Purpurina, 287 — 05.435-030 — São Paulo — SP

Tel: (011) 210-5249

Fax: (011) 210-5249

1. Data de fundação: 1986 (de fato), 1987 (legal).

2. Origem: o CRECHEPLAN é a concretização de uma idéia de alguns profissionais oriundos de várias áreas de formação (psicopedagogia, nutrição, enfermagem e serviço social), com longa experiência de trabalho em creches de órgãos públicos e que isoladamente questionaram sua prática profissional e a prática institucional estabelecida. O trabalho desenvolvido por esses profissionais, quer na direção, implantação, coordenação ou supervisão de redes de creches municipais, aliado a subsídios técnicos fornecidos em grande parte pelo núcleo de pesquisa sobre creches da Fundação Carlos Chagas, forneceu aos participantes do grupo a base e os elementos para a reformulação de sua prática e conseqüentemente a adoção de novas concepções a respeito de creches. Com o duplo objetivo de sistematizar a prática profissional dentro dessa nova concepção e oferecer assessoria a profissionais e grupos interessados, criou-se CRECHEPLAN. A entidade possui 113 sócios mantenedores.

3. Objetivos gerais: contribuir para a formação e capacitação dos profissionais de creche e demais pessoas interessadas. Prestar assessoria e consultoria junto a entidades da sociedade civil, da administração pública local, estadual e federal e aos movimentos populares responsáveis por programas de creche. Desenvolver projetos na área de implantação, planejamento, execução e avaliação de programas de creche. Constituir-se em canal de comunicação, intercâmbio e socialização de informações. Realizar, promover ou participar de estudos, análises e pesquisas. Editar, publi-

car e distribuir publicações próprias ou de terceiros.

4. Âmbito de atuação: municipal (São Paulo).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 19

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: —

8. Fontes de recursos: recebe recursos de empresas, dos sócios e da venda de produtos e serviços.

9. Atividades principais: assessoria para organização, implantação e manutenção de creches; formação de pessoal.

Projetos ilustrativos:

a) **ATIVIDADE DOCENTE:** cursos abertos, de 30 horas, para capacitação de educadores, professores e técnicos de creches e pré-escola. Atividade autofinanciada, com oito pessoas dedicadas a ela. Cursos fechados, de 12 horas, em municípios do interior e de outros estados, a pedido das entidades e órgãos públicos solicitantes, para educadores de creches. Também autofinanciados, envolvem oito pessoas;

b) **ASSESSORIA:** orientação para implantação de creches e/ou programas pedagógicos e capacitação de professores da rede pública;

c) com apoio do Instituto C&A de Desenvolvimento Social, realiza-se um programa de implantação de projeto pedagógico em 13 entida-

des dos municípios de São Paulo e Osasco, envolvendo técnicos, diretores e educadores.

10. Beneficiários principais: diretores, técnicos, educadores e profissionais de creches, além das crianças.

11. Publicações principais: *CRECHEPLAN boletim informativo*, trimestral. Livros: *Subsídios para propostas pedagógicas para crianças de 0 a 3 anos*; *Creche urgente: de 0 a 4 anos*. Produz também vídeos.

CENTRO DE ESTUDOS E PASTORAL DO MIGRANTE

Sigla/nome curto: CEPAMI

Responsáveis para contato: PE. QUELMINO COSTA / ALCEU BERNARDI / MOACIR CALÇA / MARI CELLA

Endereço: Rua das Pedras, 299 — 78.958-000 — Migrante — Ji-paraná — RO

Tel: (069)421-1835

Fax: (069)421-1835

Caixa postal: 131

1. Data de fundação: 1987 (de fato e legal).

2. Origem: a Congregação Religiosa Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos trabalha em 22 países do mundo, atendendo a migrantes. Os fundadores do CEPAMI, ligados a ela, participaram anteriormente do Centro Estadual do Migrante de São Paulo e do Serviço de Pastoral do Migrante. Na década de 80, fortes correntes migratórias internas deslocaram-se para Rondônia sendo então criada a instituição para atender a essa realidade.

3. Objetivos gerais: defender os migrantes; assessorar a diocese e os movimentos locais.

4. Âmbito de atuação: regional (Estados de Rondônia e Mato Grosso).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 4.

6. Número de voluntários: um voluntário nacional.

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania e informação para migrantes.

Projetos ilustrativos:

a) ENCONTROS DE MIGRANTES: reuniões nas quais se trabalha a causa das migrações, discute-se a

questão da terra, as leis e os direitos que afetam os migrantes. Em 1993, a equipe responsável, deu maior atenção às áreas novas. Dirigiu-se para Mato Grosso onde há acampados e novas frentes de colonização. Foi também ao Acre, onde há refluxo migratório causado pelo abandono em que se encontram os migrantes em Rondônia;

b) FESTIVAL DO MIGRANTE: atividade cultural que se organiza em pequenos festivais nas localidades e um festival estadual. Reúne migrantes em geral, jovens, artistas populares. Em julho de 1993, o tema central do festival foi: *Migração e moradia — onde morar?* Houve participação de 32 concorrentes para o concurso de canções. É uma atividade auto-financiada;

c) POUSADA DO MIGRANTE: acolhida para migrantes por um período de tempo determinado, fornecendo-lhes abrigo, alimentação e orientação.

10. Beneficiários principais: populações migrantes.

11. Publicações principais: jornal trimestral *O migrante*. Manuais e Cartilhas entre os quais se destacam: *Partilha para encontro de migrantes; Rondônia, sonho de um povo explorado; Pesquisa sobre tendências da migração em Rondônia (1990) e Realidade das famílias migrantes do Acre*. Publicou um livro: *Migrantes amazônicos*. Produz vídeos.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA LEOPOLDINA

Sigla/nome curto: CEPEL

Responsáveis para contato: VICTOR VALLA / ROSELY MAGALHÃES DE OLIVEIRA / CRISTINA EITLER

Endereço: Rua Uranos, 1496, salas 401 e 402 — 21.060-070 — Olaria — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 590-1998

Fax: (021) 590-1998

1. **Data de fundação:** 1988 (de fato e legal).
2. **Origem:** profissionais da Escola Nacional de Saúde Pública desenvolveram uma pesquisa sobre as condições de vida da população do subúrbio da Leopoldina, a relação com grupos populares organizados e a presença de órgãos governamentais na localidade. Os resultados apontaram para um número muito grande de organizações populares e muitas lutas nunca registradas. Apontaram também para a existência de profissionais preocupados com as péssimas condições de vida de uma grande parcela da população. O CEPEL nasceu a partir da iniciativa das pessoas que trabalharam na pesquisa, de pessoas dos movimentos sociais e de profissionais locais comprometidos com processos de transformação. Propôs-se que o CEPEL tivesse a função de desenvolver pesquisas a partir do ponto de vista das organizações populares, que capacitasse tecnicamente os setores organizados da sociedade civil, que fosse um centro de informações alternativo onde houvesse espaço para o monitoramento das ações do estado no tocante aos serviços públicos e, que fosse capaz de registrar a memória popular da região.
3. **Objetivos gerais:** construir e manter um sistema de informações para os setores populares organizados da região da Leopoldina; construir e manter um centro de memória das lutas populares locais; capacitar tecnicamente integrantes dos setores populares organizados sobre assuntos relacionados com educação e saúde, através de debates e publicações; realizar pesquisas e assessorias.
4. **Âmbito de atuação:** local (bairro da Leopoldina).
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 12
6. **Número de voluntários:** 8.
7. **Faixa orçamentária:** menos de US\$50.000.00.
8. **Fontes de recursos:** agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.
9. **Atividades principais:** informação, documentação da memória local e pesquisa.

Projetos ilustrativos:
a) PESQUISAS: distribuição desigual do saneamento básico (água, esgoto, lixo) nas favelas da Leopoldina; condições físicas e pedagógicas de 32 das 90 escolas municipais sediadas no bairro; reconstrução histórica da ocupação local e do processo de urbanização; levantamento dos investimentos feitos pelo estado, em obras públicas, no local. As pesquisas envolvem os usuários, respectivamente: associações de moradores e moradores das favelas; professores, pais, alunos; escolas públicas;

b) BANCO DE DADOS ALTERNATIVO SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DO BAIRRO DA LEOPOLDINA: programa permanente de organização, sistematização, e informatização dos dados de fontes diversas e dos resultados das pesquisas. Aberto aos grupos organizados e ao público em geral;

c) PAPO DAS SEIS: atividade aberta à população que vem reunindo, uma vez por mês; uma média de 30 pessoas para debater assuntos de interesse da população, com convidados de fora do bairro (vereadores, deputados, chefes de divisão do serviço público, participantes de movimentos sociais, etc.

10. Beneficiários principais: associações de moradores e membros de movimentos de bairro; profissionais da saúde, favelados.

11. Publicações principais: *Se liga no sinal*, bimestral. Publica manuais e cartilhas como por exemplo: *Se liga gente!* e *O dengue está aí!* Produz também vídeos.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO

Sigla/nome curto: CJC

Responsáveis para contato: JOSÉ ARLINDO SOARES

Endereço: Rua Dom Bosco, 779 — 50.070-070 — Boa Vista — Recife — PE

Tel: (081) 423-2800

Fax: (081) 423-5242

1. Data de fundação: 1979 (de fato e legal).

2. Origem: em 1979, o Brasil saía de um período autoritário prolongado, com grande prejuízo para o debate de idéias. Dentro desse contexto, o CJC nasceu pela iniciativa de um grupo de pessoas preocupadas com o destino do Nordeste brasileiro e com um compromisso com a mudança e a transformação da realidade do país. Eram pessoas oriundas da universidade, de órgãos de planejamento regional e profissionais liberais de diversas áreas do conhecimento. A esse grupo juntaram-se outros brasileiros que estavam no exterior por motivos políticos e que, movidos pelos mesmos interesses, aderiram ao projeto. Por ocasião de sua volta ao país, a proposta institucional que vinha sendo desenvolvida aqui consolidou-se. Foram definidos os contornos de uma atuação regional dedicada prioritariamente à pesquisa. Mais tarde, o Centro passou a agir também na área da intervenção social, numa perspectiva de contato direto com a realidade, apoiando atividades de assessoria e capacitação aos movimentos e organizações populares e sindicais. O CJC possui 67 sócios fundadores, efetivos e colaboradores.

3. Objetivos gerais: estimular a produção de conhecimento através do estudo, da pesquisa e da intervenção social, pela melhoria das condições de vida da população masculina e feminina, pela proteção do meio ambiente e para o fortalecimento das organizações da sociedade civil. Privilegiar estudos e intervenções relativas à superação das causas da fome e da desnutrição, em uma perspectiva de sustentabilidade. Contribuir para o fortalecimento das or-

ganizações dos pescadores e dos pequenos produtores urbanos e rurais, assessorando-os técnica e organizativamente, gerando subsídios para a formulação de políticas públicas que levem em conta suas necessidades e direitos. Estimular a capacitação tanto dos movimentos sociais quanto dos organismos de governo no que se refere à formulação de políticas sociais.

4. Âmbito de atuação: regional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 40

6. Número de voluntários: 29

7. Faixa orçamentária: entre U\$ 500.000,00 e U\$ 1.000.000,00

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 63%;
- b) agências internacionais de cooperação governamental: 11,5%;
- c) agências multilaterais de cooperação: 25,5%.

9. Atividades principais: assessoria, capacitação, pesquisas e análise da realidade brasileira e regional.

Projetos ilustrativos:

a) PEQUENA PRODUÇÃO E PESCA ARTESANAL: projeto que visa contribuir para o incremento da produção e da produtividade da pesca e da agricultura de pequenos produtores. Implica apoio à geração, implantação e difusão de tecnologias apropriadas; fortalecimento do tra-

balho da mulher pesqueira; influências nas políticas públicas do setor. Há seis pessoas dedicadas à atividade, que conta com apoio do IBAMA;

b) ESTUDOS, PESQUISAS E CAPACITAÇÃO: sobre condições de vida e trabalho de crianças e adolescentes; gênero e condições de vida; políticas públicas urbanas. O processo de pesquisa implica a obtenção de resultados que fundamentam a capacitação de setores tais como: Movimento Pró-Creche, Federação e Associações de Moradores, Associação de Pequenos Produtores Urbanos, grupos de mulheres e profissionais que trabalham com a temática relativa a gênero. Há seis pessoas na pesquisa sobre criança; 12 em políticas públicas e quatro em gênero e condições de vida;

c) ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: articulação institucional, fórum de debates, elaboração de propostas para políticas públicas para

o setor. Atende a trabalhadores e pequenos produtores rurais do Nordeste, sindicatos e federações de trabalhadores rurais. Há uma pessoa dedicada à atividade, que está em fase de negociação para realizar-se em convênio com a ASSOCENE (Associação de Cooperativas do Nordeste), a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura) e a FETAPE (Federação de Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco).

10. Beneficiários principais: pescadores e comunidades pesqueiras; mulheres, crianças e adolescentes; micro-empresários e pequenos produtores; movimentos sociais urbanos em geral; sindicatos e federações de trabalhadores rurais.

11. Publicações principais: *Caderno informativo — políticas públicas*, (quadrimestral) e uma extensa lista de manuais, cartilhas, livros e vídeos.

CENTRO DE ESTUDOS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR

Sigla/nome curto: CEPEPO

Responsáveis para contato: THADDEUS JUDE SCANLON / GEERTRUIDA WESTERVELD / MATHEUS OTTERLOO

Endereço: Travessa 25 de Junho, 215A — 66.075-510 — Guamá — Belém — PA

Tel: (091)249-2720

Fax: (091)249-2246

Endereço eletrônico: cepepo@ax.ibase.br

Caixa postal: 0301

CEP: 66.017-970

1. Data de fundação: 1980 (de fato), 1978 (legal).

2. Origem: em 1978, uma freira e uma psicóloga criaram um projeto na periferia de Belém chamado Escola para o Povo. O Projeto envolvia pessoas ligadas ao Centro Comunitário do bairro. O grupo começou a desenvolver também atividades com mulheres para fazer um trabalho artesanal cujo produto (materiais didáticos), revertia para a Escola. No entanto, uma crise dividiu o grupo e o projeto acabou. Essa crise foi devida à dificuldade de separar os objetivos do trabalho social, dos objetivos de uma parcela do grupo, militantes partidários, que se utilizavam desse trabalho. Porém, o núcleo inicial não desistiu. Junto com outras pessoas, e constatando que seu trabalho continuava necessário, fundaram um coletivo informal de voluntários que foi chamado CEPEPO, institucionalizado posteriormente.

3. Objetivos gerais: estabelecer relações com grupos e organizações populares de base, de modo a manter constante intercâmbio cultural, científico e de experiências sociais comunitárias; realizar e promover estudos e levantamentos da realidade na qual o CEPEPO se insere como um dos atores sociais no universo dos movimentos populares; produzir materiais escritos e audiovisuais no sentido de colaborar com os movimentos populares.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 6

6. Número de voluntários: 2

7. Faixa orçamentária: entre US\$50.000,00 e US\$100.000,00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental:100%.

9. Atividades principais: educação popular e produção de materiais didáticos e informativos.

Projetos ilustrativos:

a) apoio à participação popular no Plano Diretor de Ananindeua (município da Região Metropolitana de Belém). Consiste no levantamento de necessidades, na promoção de reuniões e seminários e na elaboração de materiais informativos, envolvendo 106 entidades e organizações locais. Há duas pessoas dedicadas à atividade;

b) apoio ao processo de construção da Associação Popular de Consumo (APC) que objetiva a compra e a venda de peixes da Ilha de Marajó. Consiste na sistematização permanente do processo, encontros, seminários e atividades administrativas. Participam oito entidades populares e pessoas de quatro bairros. Há duas pessoas dedicadas ao acompanhamento desta atividade;

c) cursos sobre como organizar o trabalho de base, para lideranças de movimentos populares. Com metodologia específica e dinâmica de grupos, os resultados dos cursos são posteriormente transformados em folhetos impressos e devolvidos aos participantes. Esses dois cursos destinaram-se a representantes de 13 ocupações de terrenos urbanos. Há quatro pessoas dedicadas à atividade de cursos.

10. Beneficiários principais: movimentos urbanos e de bairros e associações de moradores.

11. Publicação principal: o CEPEPO produz inúmeros vídeos em convênio com outras entidades.

CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISA E PLANEJAMENTO

Sigla/nome curto: CENPLA

Responsáveis para contato: AMÉRICA C. PIRES

Endereço: Av. N. Sra. de Copacabana, 920 — Apto 602 — 22.060-000 — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 235-7538

1. Data de fundação: 1970 (de fato e legal).

2. Origem: o CENPLA atual teve origem em um pequeno escritório de planejamento e avaliação de projetos, fundado em 1970, composto por uma equipe constituída por sociólogos e teólogos. Em 1981, foi refundado, transformando-se em sociedade civil sem fins lucrativos, com o objetivo de dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela sociedade anterior.

3. Objetivos gerais: apoiar através de seus programas, as comunidades beneficiárias no planejamento e execução de políticas de desenvolvimento local. Entende-se por desenvolvimento local um processo que possibilita a existência de regiões sustentáveis e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e do meio ambiente, associada à participação e o reconhecimento da cidadania dessas populações. Esta perspectiva de trabalho implica também em articulações entre regiões e abertura de canais de intercâmbio e de políticas comuns em contextos mais amplos.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 3

6. Número de voluntários: nove nacionais e um internacional.

7. Faixa orçamentária: entre US\$50.000.00 e US\$100.000.00.

8. Fontes de recursos: —

9. Atividades principais: educação para a cidadania; assessoria; pesquisa e capacitação da comunidade para o planejamento de seu desenvolvimento.

Projetos ilustrativos:

a) ATIVIDADES COM GRUPOS DE MULHERES E PARA A MULHER: pesquisa *Retratos falados da violência contra a mulher* (há oito pessoas na atividade); seminários sobre os direitos da mulher (há duas pessoas dedicadas à atividade); oficinas para a organização das mulheres em ações geradoras de renda, na área rural e pesqueira do Estado do Rio (há três pessoas dedicadas à atividade);

b) CASA DO FUTURO: em convênio com a AS-PLANDE (Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento) o CENPLA participa da coordenação do programa Casa do Futuro que consiste na formação de redes de pessoas e instituições públicas e privadas que querem contribuir para o desenvolvimento integral e harmônico da população. Com metodologia própria, as atividades se organizam nas áreas da habitação, educação, trabalho, lazer, saúde, cultura, comunicação, meio ambiente e consumo;

c) PROGRAMA DE ARTE E CULTURA POPULAR: oficinas para a organização de artistas populares e a comercialização de seus produtos.

10. Beneficiários principais: mulheres, pequenos produtores, artesãos, jovens e público em geral.

11. Publicações principais: manuais e cartilhas entre os quais se destacam: *Doenças nunca mais!; Como está o seu grupo?; Comunicação — para quê?; Métodos anti-concepcionais.*

CENTRO DE INTEGRAÇÃO E FORMAÇÃO INTEGRAL

Sigla/nome curto: CIFICA

Responsáveis para contato: RUBENS DE SOUZA RUFINO / IVONE SIQUEIRA / ZELINDA HAVEROTH

Endereço: Rua Trombos, 17 — 78.058-470 — Planalto — Cuiabá — MT

1. Data de fundação: 1991 (de fato), 1992 (legal).

2. Origem: um grupo de adolescentes interessadas em ter um trabalho que lhes rendesse alguns trocados decidiu partir para a confecção e a venda de tapetes de retalhos, juntamente com uma senhora preocupada com os problemas do bairro. Com o decorrer do tempo, o grupo foi aumentando e diversificando seu artesanato, ao mesmo tempo em que se conseguiram algumas máquinas velhas através da Pastoral do Menor. Vai ficando clara a necessidade de se conseguir maior estabilidade para o grupo, e opta-se pela criação de uma entidade com personalidade jurídica própria. Surge então o CIFICA, cujas fundadoras haviam participado anteriormente do Movimento Fé e Alegria. As irmãs salesianas do Colégio Sagrado Coração de Jesus, colocaram à disposição do Centro, uma casa adequada às necessidades atuais, onde funciona a sede. Pessoas da comunidade, comprometidas com as necessidades sociais, têm colaborado com o Centro.

3. Objetivos gerais: desenvolver um trabalho na área da prevenção social, evitando a marginalidade de crianças e adolescentes. Promover um trabalho de educação integral e produtiva; propiciar a formação para uma atividade econômica que permita ao adolescente competir no mercado de trabalho, nessa sociedade desigual. Complementar a educação escolar, empenhando-se para a formação de valores coletivos.

4. Âmbito de atuação: local, (Bosque da Saúde).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 4

6. Número de voluntários: quatro estagiárias/voluntárias da Universidade Federal de MT.

7. Faixa orçamentária: —

8. Fontes de recursos: recebem recursos de agências internacionais de cooperação não-governamental, de órgãos de governo e levantam doações através da organização de bazares e eventos.

9. Atividades principais: formação profissional e atendimento a meninas adolescentes.

Projetos ilustrativos:

FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES: atende a 75 adolescentes, através de cursos de corte e costura, bordado e crochê, organizados em dois períodos. Os cursos estão mantidos em parte pela venda dos produtos confeccionados pelas alunas. Paralelamente desenvolve-se uma atividade de educação para a cidadania, de acompanhamento do desempenho escolar além da organização de programas de lazer. A atividade atinge também as famílias das adolescentes. As oito pessoas que trabalham no CIFICA participam desta atividade.

10. Beneficiários principais: meninas adolescentes na faixa etária entre 7 e 17 anos, provenientes de famílias de baixa renda.

11. Publicações principais: —

CENTRO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA E ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Sigla/nome curto: CIPES

Responsáveis para contato: ROBERTO RODRIGUES / MARLENE ABE / LÁZARO DE ARAÚJO / NILDE SOUZA

Endereço: Travessa Antônio Barreto, 1154 — 66.060-020 — Bairro de Fátima — Belém — PA

Tel: (091)246-0280

Fax: (091)246-0280

1. Data de fundação: 1979 (de fato), 1982 (legal).

2. Origem: as fundadoras do CIPES participaram anteriormente de entidades voltadas para ações de cunho social na área dos direitos humanos, como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana em Belém (IECLB). No período em que se instalava o processo de redemocratização do país, quando abriram-se espaços para o surgimento de grupos com propostas para viabilizar projetos sociais, criou-se o CIPES com apoio financeiro de agências de cooperação internacional. O apoio externo exigia uma institucionalidade que contribuiu para tornar públicas atividades antes informais e de pouca visibilidade.

3. Objetivos gerais: realizar, patrocinar e promover pesquisas e estudos relativos a questões sociais; cursos, conferências, seminários, mesas-redondas e conclaves, destinados à formação dos interessados; estabelecer relações com os movimentos populares e de base, de modo a manter constante intercâmbio cultural, científico e de experiências sociais comunitárias.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 7

6. Número de voluntários: 2

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000,00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 64,5%.
- b) venda de serviços: 35,5%.

9. Atividades principais: assessoria aos trabalhadores rurais e urbanos; apoio a suas organizações de base; comunicação e informação, através de imprensa alternativa.

Projetos ilustrativos:

a) **ESTAÇÃO DE MERCADO** : comercialização de produtos de pequenos produtores rurais, vendidos sem intermediários aos trabalhadores organizados nos sindicatos da indústria alimentícia do Pará e do Amapá. A atividade envolve acordos coletivos com as empresas onde se concentram os trabalhadores, ações de natureza educativa para a organização e esclarecimento dos usuários do serviço, a elaboração de impressos didáticos e trabalho junto à grande imprensa. A iniciativa está atendendo, em média, a 300 trabalhadores/semana. Há três pessoas dedicadas à atividade;

b) **PESQUISA DE MERCADO**, continuada, sobre preços de produtos alimentícios em Belém, capital do estado, que são repassados ao interior, com o objetivo de garantir o nível de preços nos supermercados municipais. Essa pesquisa é feita em convênio com uma empresa mineradora;

c) **ASSESSORIAS**: assessoria técnico-sindical aos trabalhadores rurais do sudeste do Pará; assessoria ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR de Tucuruí); apoio ao trabalho das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), e ao trabalho

social da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil).

10. Beneficiários principais: sindicatos rurais e urbanos, operários e pequenos produtores.

11. Publicações principais: periódico mensal *O desnutrido*. Produz ainda, manuais e cartilhas entre os quais se destacam: UHT (*Usina Hidroelétrica de Tucuruí*) — *Energia negativa: entenda esse projeto* e *Acordos coletivos*.

CENTRO DE INVESTIGAÇÕES SOCIAIS E SOLIDARIEDADE AOS MOVIMENTOS POPULARES

Sigla/nome curto: CISMOP

Responsáveis para contato: IZALENE TIENE / RENATO SIMÕES / HELENE GATIEN

Endereço: Rua Dr. Quirino, 1733B — 13.015-082 — Centro — Campinas — SP

Tel: (0192)34-9611

Fax: (0192)34-9611

1. Data de fundação: 1992 (de fato), 1991 (legal).

2. Origem: o CISMOP nasceu de um grupo de católicos (leigos, padres e freiras) atuantes desde os anos 70 nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), nas oposições sindicais e nos movimentos populares e de mulheres, bem como na luta partidária. O CISMOP tem 40 sócios, não contribuintes, engajados em grupos de trabalho.

3. Objetivos gerais: resgatar experiências significativas para o desenvolvimento da organização popular da região potencializando as diversas frentes de trabalho; enfrentar os desafios dos anos 90 através de pesquisa, assessoria e formação de pessoal.

4. Âmbito de atuação: municipal (Campinas e região adjacente).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 3

6. Número de voluntários: 8

7. Faixa orçamentária: entre US\$50.000,00 e US\$100.000,00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 88,5%;
- b) doações dos movimentos populares e sindicatos: 11,5%.

9. Atividades principais: assessoria, informações, documentação, cursos, pesquisas e produção de material didático.

Projetos ilustrativos:

a) BANCO DE DADOS: hemeroteca (recortes de jornais) para a produção de dossiês sobre a conjuntura e políticas sociais. Atende a seis sindicatos e 15 sociedades de amigos de bairro. Há duas pessoas dedicadas à atividade. É atividade mantida com recursos próprios;

b) PESQUISA SOBRE EMPRESAS ALEMÃS DA REGIÃO: estudos sobre as políticas dessas empresas, os quais resultam em dossiês e boletins sobre as condições de trabalho nas mesmas. Faz parte de um intercâmbio entre sindicatos do Brasil e da Alemanha. Atende a um público de trabalhadores metalúrgicos de Campinas. Há uma pessoa dedicada à atividade;

c) TRABALHO COM MULHERES: pesquisa sobre a participação feminina em sindicatos (faz parte de uma assessoria ao Coletivo de Mulheres Sindicalistas). Participam 15 sindicatos. Há cinco pessoas trabalhando na atividade. O CISMOP também tem programas de formação de lideranças femininas (15 grupos, distribuídos em quatro regiões do município);

d) curso de formação para cristãos sobre o tema FÉ E COMPROMISSO SOCIAL (para 32 participantes em 1993). Há quatro pessoas dedicadas aos cursos.

10. Beneficiários principais: operários, mulheres, movimento sindical do meio popular, movimentos eclesiais.

11. Publicações principais: manual *Sobre mulheres* e dossiês: *Políticas sociais na Região de Campinas (saúde, educação, criança e adolescente, habitação)*; *Perfil da mulher*; *Empresas* e *Revisão constitucional*.

CENTRO DE PESQUISA E ACESSORIA

Sigla/nome curto: ESPLAR

Responsáveis para contato: MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA / MAGNÓLIA A. SAID

Endereço: Rua Princesa Isabel, 1271 — 60.015-061 — Fortaleza — Ceará

Tel: (085) 221-1324 e (085) 252-2410

Fax: (085) 252-2410

Endereço eletrônico: esplar@ax.ibase.org.br

Observação: Possui um escritório filiado em Tauá (CE) e um Centro de Treinamento e Pesquisa Experimental em Madalena (CE)

- 1. Data de fundação:** 1974 (de fato e legal).
- 2. Origem:** o ESPLAR, organizado inicialmente como um escritório de prestação de serviços (Escritório de Pesquisa, Planejamento e Assessoria em Desenvolvimento Rural), nasceu da necessidade — detectada por alguns profissionais comprometidos com atividades de apoio a pequenos produtores rurais — de encontrar um espaço de atuação técnico-político fora das instituições do estado. As primeiras atividades da entidade foram de assessoria e avaliação de projetos sociais desenvolvidos por uma paróquia e duas dioceses. O ESPLAR tem 17 sócios entre fundadores e efetivos.
- 3. Objetivos gerais:** contribuir no processo de construção de uma sociedade justa, democrática, solidária e respeitadora do meio ambiente, através da produção de conhecimentos e de ações de intervenção social direcionadas para o apoio à organização independente e autônoma das classes trabalhadoras e dos movimentos populares, étnicos, raciais e de gênero. Para o período 92/94, o ESPLAR estabeleceu objetivos específicos relativos ao triênio: apoiar a luta dos trabalhadores rurais, especialmente os pequenos produtores, pela efetivação de novas formas de incorporação econômica e técnica, na busca de novas formas de organização política e participação democrática na sociedade, no sentido de ampliar sua capacidade de intervenção como força social, em defesa de sua cidadania e seus interesses.
- 4. Âmbito de atuação:** regional, nos estados do CE, PB, PE. Atua de forma intensiva nos municípios de Tauá e Canindé. Tem presença significativa em mais sete municípios cearenses (Crato, Independência, Itapipoca, Madalena, Parambu, Senador Pompeu e Tamboril). Eventualmente, atende aos demais 18 municípios do estado.
- 5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 45
- 6. Número de voluntários:** quatro voluntários internacionais.
- 7. Faixa orçamentária:** entre US\$300.000.00 e US\$400.000.00.
- 8. Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não governamental: 92%;
 - b) agências internacionais de cooperação governamental: 6%;
 - c) órgãos de governo: 1%;
 - d) venda de produtos e serviços: 1%.
- 9. Atividades principais:** assessoria, pesquisa e capacitação técnico-política.

Projetos ilustrativos:

 - a) PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ORGANIZAÇÕES POPULARES: assessorias, formação e capacitação, estudos, pesquisas, elaboração de projetos, acompanhamento e atividades de articulação. Abordam-se temas tais como: gestão, política organizacional, questões de gênero, pedagogia para alfabetizadores de adultos e

lideranças, técnicas de alfabetização. O público atendido por este programa é de pequenos produtores rurais e pessoal dos sindicatos, cooperativas, associações, grupos informais, técnicos de outras ONGs e do estado. Há dez pessoas trabalhando na atividade;

b) PROGRAMA DE PROPOSTAS AGROECOLÓGICAS PARA O SEMI-ÁRIDO NORDESTINO: pesquisas e elaboração de projetos; formação e capacitação; difusão de tecnologias e assessorias. Abordam-se temas tais como: sistemas agrossilvopastorais; sistemas de produção vegetal e animal; recuperação, preservação de recursos genéticos; beneficiamento de produtos vegetais e animais. Atinge pequenos produtores, pessoal de sindicatos rurais, técnicos de outras ONGs e do estado. Há 12 técnicos trabalhando no programa;

c) PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: acompanhamento, elaboração de propostas, formação, capacitação e assessoria a instituições governamentais. Abordam-se temas tais como: patenteamento dos seres vivos e lei das paten-

tes, recursos genéticos, recursos hídricos. Este programa desenvolve também linhas especiais de educação rural e alfabetização de adultos; legislação agrária e agrícola; planejamento e crédito rural; mercado e comercialização além de organizar atividades específicas em torno das questões de gênero. Atinge pequenos produtores rurais, pessoal das prefeituras municipais, técnicos de outras ONGs e do estado.

10. Beneficiários principais: pequenos produtores, pessoas das organizações rurais, mulheres, técnicos de outras ONGs e de organismos do estado.

11. Publicações principais: revista anual *Tecnologias alternativas* e ainda um conjunto de *Cadernos de formação* para acompanhamento dos programas de capacitação em agroecologia e alfabetização de adultos. Publica também cartilhas, entre as quais se destacam: *Formação sindical*; *Manejo ecológico do algodoeiro Mocó*; *Planejamento e gestão*. Produz também vídeos.

CENTRO DE PROJETOS DA MULHER

Sigla/nome curto: CEMINA

Responsáveis para contato: MADALENA GUILHON / RITA ANDRÉA / THAÍS CORRAL

Endereço: Rua Álvaro Alvim, 21 — 16º andar — 20.031-010 — Centro — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 285-7510

Fax: (021) 556-3383

Endereço eletrônico: redelh@ax.ibase.br

1. Data de fundação: 1990 (de fato), 1989 (legal).

2. Origem: o CEMINA nasceu do trabalho de suas atuais diretoras junto ao Movimento Feminista do Brasil, praticamente desde que este surgiu. A dedicação efetiva à militância feminista exigia a profissionalização para permitir uma contribuição mais continuada no intuito de favorecer o desenvolvimento das mulheres. O diagnóstico de investir na área da comunicação, especificamente em rádio, tem-se mostrado correto dada a falta de veículos massivos para a transmissão das idéias do movimento de mulheres no país.

3. Objetivos gerais: realizar projetos de incentivo ao desenvolvimento do movimento de mulheres; veicular as idéias que o norteiam; difundir suas atividades e ampliar o público atingido, até agora, pelo mesmo.

4. Âmbito de atuação: municipal (Rio de Janeiro), tendo também participação em atividades de âmbito nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 8

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$50.000 e US\$100.000.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não governamental: 20% ;
- b) agências multilaterais de cooperação: 80%.

9. Atividades principais: apoio ao movimento feminista através do rádio.

Projetos ilustrativos:

a) PROGRAMAS DE RÁDIO: produção do programa *Fala mulher* no horário de 9:00 às 10:00 AM, desde 1988, apresentado através de duas emissoras — Rádio Guanabara e Rede Bandeirantes de Rádio. Há duas pessoas em tempo integral e quatro em tempo parcial, dedicadas à atividade. Produção do programa *Mulheres, meio ambiente e desenvolvimento* que consta de séries especiais e *spots* radioeducativos em cassetes, realizados em convênio com outras quatro ONGs (IDAC, CACES, COMULHER, REDE MULHER). Essa programação é distribuída para 50 emissoras a nível nacional. Há quatro pessoas dedicadas ao trabalho;

b) CAPACITAÇÃO PARA TRABALHO DE RÁDIO: cursos para grupos de mulheres do meio popular para a utilização do rádio. Há uma pessoa dedicada à atividade;

c) ATIVIDADES NO NÍVEL INTERNACIONAL: pesquisa em educação ambiental sobre o tema — *Transformative learning through environmental education*, com uma pessoa dedicada à tarefa, e organização do I Encontro Latino-Americano Contra a Violência Doméstica e Sexual para a Rede Latino-Americana contra a violência doméstica.

10. Beneficiários principais: mulheres.

11. Publicações principais: o CEMINA produziu o vídeo *Mão na massa*.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES

Sigla/nome curto: CETAP

Responsáveis para contato: VALMOR PASE / LAURO A. FOSCHIERA / JAIME WEBER

Endereço: Caixa postal 616 — Cep: 99.001-970 — Passo Fundo — RS

Tel: (054) 315-1864

Fax: (054) 315-1864

1. **Data de fundação:** 1986 (de fato e legal).
2. **Origem:** em 1986 realizou-se em Passo Fundo o I Encontro Estadual de Agricultura Alternativa. Participaram desse Encontro vários representantes de movimentos sociais, instituições, técnicos e estudantes interessados em agricultura alternativa. Com o objetivo de fortalecer a pequena produção, constituindo-se em um instrumento de resgate, experimentação e difusão de tecnologias alternativas; os movimentos sociais e populares de Passo Fundo resolveram assumir a proposta de criação do CETAP. A entidade possuiu 40 sócios fundadores que compõem a sua assembléia geral.
3. **Objetivos gerais:** desenvolver ensaios, experimentação e demonstração em tecnologias alternativas para a pequena produção rural; contribuir no desenvolvimento e implantação de sistemas de produção adequados às condições sócio-culturais, econômicas e ecológicas, visando eliminar problemas sociais e ambientais causados pelos “pacotes” convencionais; possibilitar a formação e capacitação de pequenos agricultores e técnicos em tecnologias alternativas, através de cursos e seminários no próprio CETAP e nas comunidades; contribuir para o desenvolvimento das organizações populares do campo e seus respectivos movimentos.
4. **Âmbito de atuação:** estadual, sobretudo na Região Norte do Estado e no Município de Bagé.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 19
6. **Número de voluntários:** dois estagiários.
7. **Faixa orçamentária:** —
8. **Fontes de recursos:** —
9. **Atividades principais:** capacitação e experimentação em agricultura alternativa a serviço dos pequenos produtores, priorizando a preservação ambiental.
10. **Beneficiários principais:** pequenos produtores, jovens e mulheres do meio rural atingidos por barragens, lavradores sem terra, sindicatos rurais.
11. **Publicações principais:** periódico trimestral *Agricultura alternativa* e cartilhas, entre as quais destacam-se: Cartilha do sal mineral; Cartilha do milho; Cartilha do crédito rural.

CENTRO DE VIDA INDEPENDENTE DO RIO DE JANEIRO

Sigla/nome curto: CVI

Responsáveis para contato: ROSANGELA BERMAN BIELER

Endereço: R. Marquês de S. Vicente, 225 (Estac. da PUC) — 22.451-041 — Gávea — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 239-6547

Fax: (021) 239-6547 R. 39

- 1. Data de fundação:** 1989 (de fato e legal).
- 2. Origem:** o CVI nasceu de um grupo de ativistas do Movimento de Defesa dos Direitos de Pessoas Portadoras de Deficiência Física que vinham atuando juntos há cerca de 20 anos. Percebendo o esvaziamento das associações de luta devido à falta de atenção direta ao indivíduo e à não renovação das lideranças, o grupo buscou adaptar o modelo internacional de "Centros de Vida Independente" às necessidades brasileiras. O CVI-RJ constituiu-se em um centro de informação, formação e serviço, gerenciado por portadores de deficiência (totalidade da diretoria e maioria do corpo técnico). É o primeiro no gênero na América Latina e a partir dele fundaram-se o CVI Paulista e o de Macaé (nos últimos dois anos).
- 3. Objetivos gerais:** formar e informar os portadores de deficiência física, seus familiares, técnicos e comunidade em geral, de forma a promover a cidadania, qualidade de vida, integração social e independência. Difundir o conceito de vida independente, prestar serviço direto aos portadores de deficiência, promover a cidadania do grupo alvo. A filosofia do CVI-RJ baseia-se na combinação dos recursos técnicos com a experiência vivencial, utilizando-se em sua equipe pessoas portadoras de deficiência.
- 4. Âmbito de atuação:** nacional, predominando a cidade do Rio de Janeiro.
- 5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 12
- 6. Número de voluntários:** 10 nacionais e um internacional.
- 7. Faixa orçamentária:** abaixo de US\$50.000.00.
- 8. Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não governamental: 75,5%;
 - b) órgãos de governo: 20,5%;
 - c) venda de serviços: 4%.
- 9. Atividades principais:** informações, prestação de serviços e educação para a cidadania, voltado especificamente para portadores de deficiência física.

Projetos ilustrativos:

 - a) BANCO DE DADOS: compilação e disseminação de informações sobre deficiência e ligação com o Movimento Internacional de Vida Independente, a Rede Ibero Americana de Centros de Informação sobre Deficiências (RICID) e a Mobility Internacional (rede que está voltada para o turismo e intercâmbio de jovens com deficiências). Atende aos portadores de deficiência, suas famílias, técnicos e a comunidade. Há quatro pessoas trabalhando na atividade informativa;
 - b) FORMAÇÃO: curso para "conselheiros de pares", instrutores em "Peer Counseling" para o atendimento a portadores de deficiência. Há quatro pessoas dedicadas aos cursos. Capacitação para o trabalho, prontidão, e colocação profissional de deficientes. Há cinco pessoas dedicadas à atividade;

c) INTERVENÇÃO SOCIAL PARA ACESSIBILIDADE: esclarecimento e campanha para a adoção de padrões de acesso e eliminação de barreiras, convenientes aos portadores de deficiência física no meio urbano. Inclui assessoria em arquitetura específica para solucionar esse tipo de questão. Atende aos portadores de deficiência, aos idosos e à comunidade. Há três pessoas dedicadas ao trabalho.

10. Beneficiários principais: portadores de deficiência física, suas famílias, técnicos e opinião pública em geral.

11. Publicação principal: jornal *SuperAção* (trimestral), além de manuais e cartilhas, entre os quais se destacam: *Manual de sexualidade após a lesão medular*; *Mídia e deficiência — manual de estilo*; *Prontidão para o trabalho: deficiência física, auditiva, visual*; *Paralísia cerebral*; *Gerentes*. Produziu também um livro: *Ética e legislação: os direitos das pessoas portadoras de deficiência no Brasil*.

CENTRO DOS DIREITOS HUMANOS DE JOINVILLE

Sigla/nome curto: CDHJ

Responsáveis para contato: IRMA KNISS / REMY HOFSTATTER / VALDIR SCHAFFER

Endereço: Rua São Paulo, 936 — 89.202-200 — Bucarein — Joinville — SC

Tel: (0474) 22-9198

Fax: (0474) 32-9019

Caixa postal: 90

Cep: 89.201-970

Observação: Possui 120 sócios, filiados a partir de sua integração nos movimentos sociais

1. **Data de fundação:** 1979 (de fato e legal).
2. **Origem:** o CDHJ nasceu de um grupo de militantes cristãos participantes da CEB "Cristo Ressuscitado" e da Pastoral Operária, na periferia de Joinville. Um acidente de trabalho que provocou a morte de um operário mobilizou o grupo para criar uma entidade de defesa e promoção dos direitos humanos, inspirada nos valores fundamentais do homem e do Evangelho. Além desse motivo imediato, o mesmo grupo vinha percebendo o crescente desrespeito aos direitos humanos, principalmente com os operários em Joinville que, além de ser a maior cidade do estado, é o polo industrial mais importante de Santa Catarina. Desde seu início, o CDHJ é composto por pessoas de várias confissões religiosas, constituindo-se em um núcleo ecumênico de trabalho social.
3. **Objetivos gerais:** divulgar e defender os direitos individuais e coletivos que constam da Constituição Brasileira, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e outros documentos pertinentes. Promover a formação política e realizar atividades tais como palestras, pesquisas, publicações sobre os direitos humanos e sua aplicação. Buscar solução para a eliminação das injustiças revelando as violações dos direitos humanos e suas causas, de forma a permitir a aplicação da lei e da justiça.
4. **Âmbito de atuação:** regional, nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 3
6. **Número de voluntários:** —
7. **Faixa orçamentária:** abaixo de US\$20.000.00.
8. **Fontes de recursos:** agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.
9. **Atividades principais:** defesa dos direitos humanos fundamentais.
Projetos ilustrativos:
 - a) AÇÃO JUDICIAL DE PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO: apoio aos prestamistas e reuniões em cada loteamento para organização das lideranças. Há 10.000 famílias, moradoras dos lotes urbanos, em situação irregular. Trabalham na atividade a assessoria jurídica e mais seis pessoas. A atividade é mantida pelos prestamistas que pagam o serviço da assessoria jurídica;
 - b) PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE JOINVILLE: reuniões nos bairros, seminário com assessoria específica, elaboração de cartilha. Atende aos participantes de associações de moradores. Há cinco pessoas trabalhando na atividade;
 - c) CDHJ organizou um seminário sobre Violência Institucionalizada, com representantes da sociedade civil, dos movimentos sociais de Joinville, membros dos governos Municipal e Estadual e o Comando da Polícia Militar.
10. **Beneficiários principais:** operários, pessoas sem teto, associações de moradores, participantes do Movimento Urbano.
11. **Publicações principais:** *Boletim informativo interno* (trimestral), manuais e cartilhas, entre os quais se destacam: *A luta pela moradia em Joinville; Defenda a posse de seu terreno; Presos e seus direitos; Direitos sociais na Constituição.*

CENTRO ECUMÊNICO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

Sigla/nome curto: CEADe

Responsáveis para contato: ORLANDO ISAAC KALIL FILHO/ STENIO IRIARTE EL-ALBANY/ENILSON ROCHA SOUZA

Endereço: Rua da Graça, 164 — 40.080-410 — Graça — Salvador — BA

Tel: (071) 336-6795

Fax: (071) 336-7085

Caixa postal: 041

1. Data de fundação: 1984 (de fato e legal).

2. Origem: o CEADe é representante, no Brasil, do ECLOF (Fundo Ecumênico de Empréstimos às Igrejas), entidade européia surgida após a Segunda Guerra Mundial, tendo como objetivo fornecer empréstimos para a reconstrução de prédios pertencentes a igrejas — casas paroquiais, escolas, centros de atendimento, etc. Concluída essa atividade — e com os bons resultados de relações baseadas em empréstimos — o ECLOF estendeu sua ação aos países do Terceiro Mundo, apoiando atividades comunitárias e de geração de renda, criando-se, então, o CEADe no Brasil. Sua fundação está vinculada ao interesse crescente dos movimentos populares em realizar também, ao lado de suas iniciativas políticas e organizacionais, atividades de geração de renda. O CEADe teve o apoio da CESE (ver neste volume) desde o início.

3. Objetivos: financiar pequenos projetos comunitários de geração de renda; crédito popular; empréstimos.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 3

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: —

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental e ONGs brasileiras.

9. Atividades principais: empréstimos a pequenos projetos comunitários.

Projetos ilustrativos:

O CEADe trabalha especificamente com empréstimos financeiros para pequenos projetos comunitários de geração de renda e financiamentos, também sob a forma de empréstimos, para ONGs que necessitam de aquisição de equipamentos. Como exemplos de apoio que o CEADe realizou:

a) apoio a uma Cooperativa de Crédito Popular em Valente, BA: a Cooperativa conseguiu captar, em três anos, depósitos de trabalhadores rurais que formaram um fundo para capital de giro, para a comercialização de seus produtos, correspondente a US\$120.000,00. O CEADe, reconhecendo a capacidade da Cooperativa na captação de fundos internos, apoiou a sua institucionalização;

b) apoio a um grupo de mulheres negras que montaram uma confecção de roupas no estilo "afro", a partir de avaliação de não haver produção industrial similar e de haver integração da atividade na realidade cultural da área;

c) apoio à Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia de Salvador para a ampliação da escola local e construção de um posto de saúde comunitário, a partir de avaliação de que o sistema de empréstimos e o projeto de geração de renda apresentam bons resultados quando a comunidade está bem organizada.

10. Beneficiários principais: organizações populares com projetos de geração de renda e ONGs.

11. Publicações principais: —

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Sigla/nome curto: CEDI

Observação: O CEDI, até 1994, funcionou com dois escritórios, um no Rio e outro em São Paulo. A partir de 1995, a Assembléia Geral do CEDI, através de um processo amadurecido durante dois anos, decidiu pelo desdobramento da instituição em três novas ONGs, autônomas, que guardarão entre si a afinidade de ter constituído durante 20 anos uma ação comum: Ação Educativa, Instituto Sócioambiental e Koinonia. As duas primeiras são associadas à ABONG.

1. **Data de fundação:** 1974 (de fato e legal). Data de encerramento: 1994.
2. **Origem:** O CEDI foi constituído em 1974 como organização sucessora do CEI - Centro Ecumênico de Informação. Fundado em 1965 por pastores e leigos protestantes com um posicionamento ecumênico que iria marcar toda a trajetória institucional, o CEI funcionava informalmente publicando um periódico (CEI) que atendia ao público das igrejas evangélicas de pensamento progressista e alinhados na perspectiva da Teologia da Libertação. Em 1974, com o prenúncio do processo de abertura democrática, considerou-se a propriedade de uma instituição formal, aberta ao público. Entre 1974 e 1980 o CEDI concentrou suas atividades na assessoria às diversas pastorais especializadas, principalmente da Igreja Católica. No início da década de 80, o CEDI reestruturou-se em cinco programas permanentes: Assessoria à Pastoral; Povos Indígenas do Brasil; Educação e Escolarização Popular; Movimentos Camponeses e Igrejas; Memória e Acompanhamento do Movimento Operário.
3. **Objetivos gerais:** A construção da democracia através do fortalecimento e desenvolvimento autônomo dos movimentos sociais e populares em uma perspectiva de respeito à diversidade, baseada em sua proposta ecumênica.
4. **Âmbito de atuação:** nacional.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviços:** 86
6. **Número de voluntários:** —
7. **Faixa orçamentária:** US\$ 2.000.000,00.
8. **Fontes de recursos:**
 - a) Agências internacionais de cooperação não governamental: 92%.
 - b) Órgãos de governo: 1,5%.
 - c) Venda de produtos e serviços: 6,5%.
9. **Atividades principais:** Assessorias, pesquisas, documentação e informação, produção de publicações e vídeos.
10. **Beneficiários principais:** Público das igrejas em geral; educadores e movimentos de alfabetização; sindicatos rurais e populações atingidas por barragens; movimento sindical urbano; povos indígenas; opinião pública.
11. **Publicações principais:** O CEDI manteve uma longa trajetória na área de publicações, destacando-se a revista mensal Tempo e Presença, que continuará existindo sob a responsabilidade da Koinonia, uma das ONGs novas.
12. **ONGs derivadas do CEDI e filiadas à ABONG:**
 - a) **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação.**
Responsável para contato: Sérgio Haddad
Endereço: Av. Higienópolis, 901 — 01238-001 São Paulo, SP
Tel. (011) 825-5544 **Fax** (011) 8257861
E-mail: acaoeducativa@ax.apc.org.br.
(Vide página 95)
 - b) **Instituto Sócioambiental**
Responsáveis para contato: Carlos Alberto Ricardo, João Paulo R. Capobianco.
Endereço: Avenida Higienópolis, 901 — 01238-001 São Paulo, SP
Tel. (011) 825-5544 **Fax** (011) 825-7861
E-mail: socioamb@ax.apc.org.
(Vide página 96)

AÇÃO EDUCATIVA - ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO

Sigla/nome curto: Ação Educativa

Responsáveis para contato: SÉRGIO HADDAD, SECRETÁRIO EXECUTIVO

Endereço: Avenida Higienópolis, 901 - 01238-001 - Higienópolis - São Paulo, SP

Tel: (011) 825 5544

Fax: (011) 825 7861

Endereço eletrônico: acaoeducativ@ax.apc.org.

1. Data de fundação: 7 de maio de 1994.

2. Origem: Ação Educativa é uma das entidades sucessoras do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI); é herdeira da experiência acumulada do seu programa de Educação e Escolarização Popular (EEP).

3. Objetivos gerais: apoiar e promover programas educativos e ações visando o envolvimento da sociedade com as questões educacionais e da justiça tendo em vista a construção da democracia e a promoção da solidariedade, da justiça social e do desenvolvimento sustentável.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 19 permanentes, 5 assessores e pesquisadores temporários, 27 estagiários.

6. Número de voluntários: além da Diretoria (5 pessoas) que desempenha sua função sem nenhum tipo de remuneração, diversas pessoas prestam serviços voluntários eventuais, os quais não são contabilizados.

7. Faixa orçamentária: R\$ 500 a R\$ 600 mil/ano.

8. Fontes de recursos: em 1995: agências de cooperação internacional 80%, governo federal 8%, organizações da sociedade civil 7%, beneficiários (governos municipais) 4%, publicações e outros serviços 1%.

9. Atividades principais: assessoria, pesquisa e informação no âmbito da educação e juventude.

Áreas temáticas e projetos ilustrativos

- **Ações coletivas e políticas públicas:** apoia grupos populares em sua demanda pela efetivação e ampliação de direitos educativos.

Desenvolve projetos sobre as questões em torno das quais se disputam e definem as orientações políticas e educacionais. Projetos em andamento: Participação popular na gestão escolar; acompanhamento das ações de organismos multilaterais no campo educacional.

- **Educação básica de jovens e adultos:** reúne projetos voltados para a educação básica de jovens e adultos. Projetos em andamento: políticas de educação básica de jovens e adultos; formação de educadores e subsídios pedagógicos.

- **Juventude:** cultura, trabalho, educação. Contribui para a expressão e organização de grupos juvenis e subsidia a formulação de políticas dirigidas aos jovens. Projetos em andamento: Rede de informações e base de dados sobre a juventude; Sensibilização e formação de agentes para o trabalho com juventude; solidariedade entre jovens.

- **Comunicação e documentação:** documentação e produção de informações sobre as temáticas de Ação Educativa. O setor mantém banco de dados bibliográficos e edita materiais sobre educação e juventude; viabiliza a publicação de artigos de colaboradores em veículos especializados e atende a demandas de informação.

10. Beneficiários principais: educadores(as) de base que participam de programas educativos comunitários, planejadores e pesquisadores educacionais, membros de associações civis que atuam junto aos sistemas escolares.

11. Publicações principais: boletim mensal sobre educação e juventude.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Sigla/nome curto: ISA

Responsáveis para contato: CARLOS ALBERTO RICARDO E JOÃO PAULO CAPOBIANCO

Endereço: Avenida Higienópolis, 901 - 01238-001 - Higienópolis - São Paulo, SP

Tel: (011) 825 5544

Fax: (011) 825 7861

Endereço eletrônico: socioamb@ax.apc.org

Escritório Brasília: SHIS - Qd. 11 - Bloco K - sobre loja 65 - 71625-500 - Brasília - DF

Telefone: (061) 248.24.39 (061) 248.54.12 — Fax: (061) 248.64.20 — E.mail: isadf@ax.apc.org

Base de São Gabriel da Cachoeira: Caixa Postal 21 - 69750-000 - AM

Telefone: (092)471.11.56 — E.mail: isasgc@ax.apc.org

1. **Data de fundação:** 22 de abril de 1994
2. **Origem:** O Instituto Socioambiental é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais. Incorporou o patrimônio material e imaterial de 20 anos de experiência do *Programa Povos Indígenas no Brasil*, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI 1989/94), de Brasília.
3. **Objetivos gerais:** Defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Produz estudos, pesquisas, desenvolve projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental e protejam a diversidade cultural e biológica do país.
4. **Âmbito de atuação:** Nacional e Amazônia Latino-americana
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 45
6. **Número de voluntários:** 24 permanentes
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$ 1.500.000 e US\$ 2.000.000/ano
8. **Fontes de recursos:** a) agências internacionais de cooperação: 50%, b) parcerias com outras organizações não governamentais: 20%, c) fundos públicos nacionais: 10%, d) fontes privadas nacionais: 8%, d) prestação de serviços e venda de produtos: 12%.
9. **Atividades principais:** Documentação e informação, formação e capacitação, cartografia e sensoriamento remoto, inventários e perícias, consultorias e serviços, campanhas, ações judi-

ciais e assessoria jurídica, monitoria de políticas públicas, formulação e gerenciamento de projetos, conservação ambiental, e recuperação de áreas degradadas.

O Instituto privilegia ações globais que articulem projetos de caráter demonstrativo e programas de trabalho, combinando diversas modalidades e planos de atuação (local/regional/nacional/global). Sua comunidade de interesses atua através de coalizões e parceria no Brasil e no exterior, em cooperação com organizações não governamentais, movimentos sociais, instituições de ensino e pesquisa, igrejas, agências de governo, fundações e empresas.

10. Beneficiários principais: Em termos específicos: comunidades e organizações indígenas das bacias do Rio Negro (Amazonas) e do Rio Xingu (Pará e Mato Grosso), em projetos em andamento; e, comunidades e organizações de pequenos agricultores, pescadores artesanais e quilombolas da bacia do Rio Ribeira de Iguape (São Paulo), em projetos a serem iniciados. Setores especializados de formuladores de políticas e multiplicadores de opinião de diferentes instituições públicas e privadas, sobretudo no eixo São Paulo-Brasília e nas regiões de concentração programática. Quadros permanentes de ONGs e organizações populares do campo socioambiental.

Em termos gerais: comunidades, grupos, movimentos, associações, organizações e instituições, sobretudo da sociedade civil brasileira, nos níveis local, regional e nacional. Redes nacionais e internacionais de ONGs.

11. Publicações principais: boletim *Parabólicas* (mensal), publicação *Aconteceu Povos Indígenas no Brasil* (1994/95, no prelo), dossiês temáticos, cenários cartográficos e publicações diversas.

CENTRO ECUMÊNICO DE EVANGELIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA

Sigla/nome curto: CECA RS

Responsáveis para contato: ONEIDE BORSIN / ILDO B. GASS / WALTER FENSKRSEIFER / BENNO ASSEBURG

Endereço: Rua Paraná, 818 — 93.120-020 — Scharlau — São Leopoldo — RS

Tel: (051) 568-2548

Fax: (051) 568-2548

Endereço eletrônico: ceca@ax.apc.org.br

Caixa postal: 1075

CEP: 93121-970

Observação: Possui também um escritório filiado em Florianópolis/SC (ver ficha)

1. Data de fundação: 1973 (de fato), 1983 (legal).

2. Origem: o CECA surgiu em Caxias do Sul, em 1973, em um contexto em que os espaços de articulação da sociedade civil inexistiam. Foi um momento de resistência e de trabalho silencioso, de serviço à pastoral e às CEBs, dedicado à formação de agentes de pastoral e à produção e distribuição de material alternativo, especialmente de catequese. Em 1983 a sede foi mudada para São Leopoldo e se constituiu juridicamente como entidade civil, de caráter eclesial, assumindo uma dimensão ecumênica, através da incorporação de pessoas de igrejas evangélicas. Nesse momento, deu suporte ao CEBI (Centro de Estudos Bíblicos) e passou a integrar em sua prática o estudo de questões bíblicas. Em 1987 adotou o nome atual, Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria. Em 1989, construiu sua sede própria junto com o CEBI. Em 1990, decidiu-se realizar uma reestruturação interna, objetivando priorizar a formação como atividade principal, adequando a composição da equipe à nova situação. O CECA possui 112 sócios contribuintes. Ainda em 1990, em apoio a um grupo com objetivos semelhantes em Santa Catarina, criou o Núcleo do CECA SC, de Florianópolis.

3. Objetivos gerais: assessorar movimentos populares e atividades pastorais das igrejas cristãs; criar condições para a formação teológica e metodológica dos agentes de pastoral, capacitando-os a animar e aprofundar a vivência do Evangelho em suas comunidades; organi-

zar, sistematizar, distribuir materiais vindos das pastorais e dos movimentos populares, assim como produzidos por outras entidades, que abordem temas de teologia pastoral e metodologia da ação; elaborar e divulgar estudos, análises e subsídios sobre evangelização, participação popular e questões sócio-políticas que possam oferecer instrumentos à ação pastoral das bases; articular e participar com outras entidades na reflexão e ação comuns, na organização e assessoria aos movimentos populares; desenvolver intercâmbio com entidades e movimentos afins da América Latina.

4. Âmbito de atuação: nacional, predominando os Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 14

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não governamental: 95,5%;
- b) venda de produtos e serviços: 3,5%;
- c) contribuição dos sócios: 1%.

9. Atividades principais: o CECA dedica-se à assessoria teológico-pastoral e à educação popular e para a cidadania.

Projetos ilustrativos:

a) PROGRAMA SOBRE ECUMENISMO: cursos, seminários e assessorias sobre temas tais como igrejas, religiosidade e cultura, pentecostalismo e outros. Atende a religiosos e religiosas, leigos cristãos de várias denominações, jovens, participantes de movimentos religiosos, e pessoas interessadas na questão ecumênica. Há quatro responsáveis pela atividade;

b) APOIO ÀS PASTORAIS POPULARES: cursos de formação sobre pastoral popular; assessoria continuada ao Centro Diocesano do Mundo do Trabalho da Diocese de Santa Cruz do Sul e pesquisa sobre Pastoral Urbana. Atende a agentes de pastoral e lideranças leigas da pastoral popular de várias denominações. Há seis pessoas dedicadas à atividade;

c) APOIO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES: formação de educadores populares (em teatro, metodologia do trabalho popular, metodologia para a análise da conjuntura); assessoria continuada aos educadores das escolas lassalistas da periferia; assessoria continuada ao Coletivo de Formação dos Movimentos Sociais de Santa Maria; atuação junto ao Movimento de Moradia de São Leopoldo (Campanha contra a Fome e pela Vida); estudo e pesquisa sobre metodologia da educação popular. Há cinco pessoas dedicadas à atividade.

10. Beneficiários principais: agentes de pastoral de diversas denominações, lideranças de movimentos populares e paroquianos.

11. Publicações principais: *Ceca informa (mensal)*. Produz também manuais, cartilhas e livros.

CENTRO ECUMÊNICO DE EVANGELIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA

Sigla/nome curto: CECA SC

Responsáveis para contato: JORGE ESTEVES DA SILVA

Endereço: Rua Felipe Schmidt, 390, sl. 701 — 88.010-001 — Centro — Florianópolis — SC

Tel: (0482) 24-0576

Endereço eletrônico: ceca@npd.ufsc.br

Observação: O CECA SC é o núcleo catarinense do CECA RS.

1. **Data de fundação:** 1990 (de fato e legal).
2. **Origem:** os fundadores do CECA vêm de diversas experiências anteriores: de uma entidade criada em Florianópolis em 1984 — Centro de Documentação e Informação Popular —, que durou três anos e desapareceu por falta de recursos; de um grupo de militantes da pastoral de Santa Catarina; e de representantes de setores populares e intelectuais da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Para tanto, tiveram apoio do CEBI SC (Centro de Estudos Bíblicos), do CEBI RS e do CECA RS. O CECA SC constituiu-se como um núcleo catarinense do CECA RS (ver ficha).
3. **Objetivos gerais:** fortalecer a sociedade, apoiando e impulsionando a construção de um novo modelo de desenvolvimento que respeite o meio ambiente e integre a justiça social e a participação.
4. **Âmbito de atuação:** prioritariamente municipal (Florianópolis), atuando também em alguns outros municípios do Estado de Santa Catarina.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviços:** 9
6. **Número de voluntários:** 15
7. **Faixa orçamentária:** menos de US\$50.000,00.
8. **Fontes de recursos:** agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. **Atividades principais:** educação para a cidadania; assessoria aos movimentos sociais urbanos.

Projetos ilustrativos:

a) CAJUP — CENTRO DE APOIO JURÍDICO POPULAR: assessoria jurídica especializada para causas coletivas da população de Florianópolis e municípios vizinhos. Há duas pessoas trabalhando na atividade;

b) ATIVIDADES DE FORMAÇÃO: curso para monitores de oficinas populares nas questões de gênero. Há uma pessoa na atividade. QUARTA DA CRIATIVIDADE: dirigida para crianças e adolescentes, constando de atividades de teatro, confecção de papel artesanal e sexualidade. Há um responsável. Projeto de artes integradas, constando de oficinas deslocadas para diversas localidades, para crianças, adolescentes e adultos, funcionando com apoio de quatro voluntários;

c) DIAGNÓSTICO SÓCIO-AMBIENTAL DA ILHA DE SANTA CATARINA: debates, reuniões e visitas a instituições para coleta de dados. É um projeto em fase de implantação. Há uma pessoa responsável.

10. **Beneficiários principais:** movimentos urbanos e de bairro, jovens e crianças.

11. **Publicações principais:** *Boletim informativo CECA SC* (mensal).

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA

Sigla/nome curto: CFÊMEA

Responsáveis para contato: GILDA CAIBRAL / GUACIRA DE OLIVEIRA / IÁRIS RAMALHO CORTÊS

Endereço: SCN Quadra 6, Bloco A, Edifício Venâncio 3000 sl.602 — 70.718-900 — Brasília — DF

Tel: (061) 225-1664

Fax: (061) 225-2336

E.mail: cfemea@ax.ibase.org.br

1. Data de fundação: 1992 (de fato), 1989 (legal).

2. Origem: o CFÊMEA foi fundado por militantes feministas ex-integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher — CNDM. Convencidas de que o Movimento Feminista deveria ter um interlocutor junto ao Congresso Nacional, as fundadoras do CFÊMEA acreditavam na importância da independência desse diálogo, considerando que um organismo de governo não seria adequado para cumprir esse papel. Dentro dessa perspectiva, criaram a instituição com o propósito de dar continuidade ao trabalho desenvolvido durante a Assembléia Nacional Constituinte e também às atividades realizadas anteriormente através do Brasília Mulher, grupo feminista local.

3. Objetivos gerais: lutar por uma legislação igualitária e pela cidadania plena para homens e mulheres.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 12

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000,00 e US\$200.000,00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não governamental: 76,5%;
- b) agências governamentais de cooperação internacional: 23,5%.

9. Atividades principais: assessorar e informar sobre questões de gênero; apoiar reivindicações do Movimento Feminista, principalmente junto ao Congresso Nacional.

Projetos ilustrativos:

a) DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA: acompanhamento dos projetos relativos à mulher, no Congresso Nacional; informação às organizações de mulheres sobre o processo legislativo e assessoria aos parlamentares nas questões de gênero. Atende a 1800 organizações de mulheres. A instituição permanece em disponibilidade para os 583 parlamentares e seus 250 assessores legislativos. Há cinco pessoas na atividade;

b) GUIA DOS DIREITOS DA MULHER: coleta de dados, seleção e sistematização de normas legais e jurisprudências relativas à mulher, edição e publicação do Guia. Destina-se às organizações de mulheres e interessados em geral. Há dez pessoas encarregadas do trabalho e sete consultores especializados disponíveis;

c) PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE DIREITOS DA MULHER: realiza-se entre 24 parlamentares considerados formadores de opinião. É uma pesquisa exploratória e quantitativa cujos resultados visam influir, sobretudo, no conjunto dos parlamentares do Congresso Nacional. Pretende atender também às organizações de mulheres. Há cinco pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: organizações de mulheres; congressistas; público em geral.

11. Publicações principais: *Revista fêmea* (mensal). Publica também a última página do Jornal do DIAP intitulada *Mulher trabalhadora...uma redundância*; o *Guia dos direitos da mulher* e algumas obras tais como: *Pensando nossa cidadania — propostas para uma legislação não discriminatória*; *As mulheres no congresso revisor*; e *Os direitos da mulher — o que pensam os parlamentares*.

CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS

Sigla/nome curto: CENTRO GASPAR GARCIA

Responsáveis para contato: LUIZ TOKUZI KOHARA/MICHAEL MARY NOBIM/CARLOS TOSSATO KIYOMOTO

Endereço: Rua Guaporé, 335 — 01.109-030 — Ponte Pequena — São Paulo — SP

Tel: (011) 228-8604

- 1. Data de fundação:** 1984 (de fato), 1988 (legal).
- 2. Origem:** o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos foi fundado por agentes de pastoral (da Pastoral de Moradia da Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos) e por pessoas dedicadas ao trabalho social (membros da OAF-Organização do Auxílio Fraterno; de CLAMOR — Direitos Humanos para o Cone Sul e da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração). O grupo trabalhava na área central da cidade de São Paulo, junto à população de rua (catadores de papelão, sem-teto e vítimas da violência urbana). Sua motivação foi a necessidade de uma infra-estrutura adequada para apoio às atividades desenvolvidas e maior qualificação profissional para a atuação na área da moradia e do combate à violência. O Centro possui 40 sócios compondo sua assembléia geral.
- 3. Objetivos gerais:** formação e apoio à organização de catadores de papelão e dos moradores de rua do centro de São Paulo, visando garantir à população mais pobre o justo direito de morar e a superação da segregação da qual são vítimas; lutar pela implantação de políticas sociais que atendam aos interesses das camadas populares; denunciar toda e qualquer violação dos direitos humanos, articulando as diversas formas de luta, buscando junto com a população saídas concretas e viáveis para a situação de abandono em que foi colocado um número impressionante de carentes, em nosso país.
- 4. Âmbito de atuação:** local (centro da cidade de São Paulo).
- 5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 10
- 6. Número de voluntários:** 7
- 7. Faixa orçamentária:** entre US\$50.000.00 e US\$100.000.00.
- 8. Fontes de recursos:** órgãos de governo, agências internacionais de cooperação não-governamental, doações individuais.
- 9. Atividades principais:** assessoria e assistência a catadores de papelão e pessoas sem-teto; assessoria nos temas de moradia e trabalho.

Projetos ilustrativos:
 - a) TRABALHO NOS CORTIÇOS:** educação e assessoria jurídica à população moradora de cortiços. Apoio à formação de associações de defesa de seus direitos. Há cinco pessoas na atividade;
 - b) CASA DE CONVIVÊNCIA:** atende a catadores de papelão, sem-teto e moradores de rua. Serve de apoio à organização da Associação Nacional dos Catadores de Papelão. Há quatro pessoas na atividade, que é realizada em convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo;
 - c) ATIVIDADES DE FORMAÇÃO:** estudos, debates com órgãos públicos, seminários e assessorias para lideranças de movimentos sociais e agentes de pastoral em geral e especificamente para o Movimento de Moradia. Há quatro pessoas na atividade.
- 10. Beneficiários principais:** catadores de papelão, moradores de cortiços, moradores e meninos e meninas de rua, agentes de pastoral e lideranças de movimentos sociais.
- 11. Publicações principais:** *Boletim informativo* (8 por ano). Publicou um manual sobre Direitos dos moradores de cortiços.

CENTRO JOÃO XXIII DE INVESTIGAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

Sigla/nome curto: CIAS/IBRADES

Responsáveis para contato: MARCELLO DE CARVALHO AZEVEDO/ ANTÔNIO JOSÉ MARIA DE ABREU

Endereço: Rua Bambina, 115 — 22.251-050 — Botafogo — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 286-8522

Fax: (021) 266-6157

Endereço eletrônico: cias@ax.ibase.org.br

Observação: É um sócio colaborador da ABONG

1. Data de fundação: 1966 (de fato e legal).

2. Origem: nas décadas de 50 e 60, a Congregação de Jesus fundou vários Centros semelhantes ao João XXIII por toda a América Latina, com o propósito de abrir espaços de contato e diálogo entre o estudo e a ação social. Entre os fundadores do CIAS havia um reitor da PUC (Pontifícia Universidade Católica), gente saída da CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil) e de Círculos Operários. Em 1968, por incumbência da CNBB, (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) o Centro assume também o IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social), entidade anexa à CNBB, distinta do CIAS porém não separada dele. Ambas as entidades funcionam no mesmo prédio e as equipes são praticamente as mesmas, embora os métodos e mediações no trabalho de cada uma sejam específicos.

3. Objetivos gerais: refletir e estudar a realidade brasileira à luz da visão cristã sobre o ser humano e o mundo; assessorar, no campo da ação social e orientação pastoral, a CNBB, dioceses, grupos de ação social da Igreja ou cristãos agindo autonomamente; formação e capacitação de agentes de pastoral e lideranças, sejam elas ligadas ou não a instituições ou entidades católicas.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 40

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$400.000.00 e US\$500.000.00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental e doações individuais (fundo interno da Companhia de Jesus para apoio a obras sociais).

9. Atividades principais: assessoria, pesquisa, formação e produção de conhecimento.

Projetos ilustrativos:

a) SEMINÁRIOS TEMÁTICOS DE ESTUDO: em número de cinco por ano, com a participação de grupos selecionados de peritos em cada área específica, com uma composição que varia entre 25 e 30 pessoas, sobre temas tais como: *Igreja e movimentos populares; Igreja e questão agrária; Sociedade brasileira, família e valores; Menor e sociedade brasileira; Catolicismo, educação e ciência; Impacto da realidade sobre a religião*. Os resultados dos Seminários são publicados na coleção *Seminários especiais — Centro João XXIII* em co-edição com as Edições Loyola de São Paulo. Há uma equipe de 15 pessoas responsável pela atividade;

b) cursos breves de três a 15 dias sobre realidade brasileira, pedagogia pastoral e ética social, para agentes de pastoral e trabalhadores sociais. Há 12 pessoas responsáveis pela atividade;

c) atendimento realizado por educadores a meninas e meninos de rua, no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro. Há três pessoas dedicadas ao trabalho.

10. Beneficiários principais: agentes da pastoral social; meninos e meninas de rua; intelectuais e estudantes cristãos.

11. Publicações principais: *Cadernos de atualidade e debate* e uma listagem extensa de obras dentro do tema Igreja e Sociedade.

Sigla/nome curto: CNBL / BERTHA LUTZ

Responsáveis para contato: FLÓRIDA M. ACIOLI RODRIGUES/ ANA LUCIA R. PINTO/ ANA A. DO AMARAL

Endereço: Rua Santo Afonso, 110 sls. 605 e 606 — 20.511-170 — Tijuca — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 264-2888 e (021) 284-1138

Fax: (021) 264-9342

1. Data de fundação: 1982 (de fato e legal).

2. Origem: a experiência anterior das fundadoras do Centro Bertha Lutz — na Coordenadoria da BEMFAM (Associação Brasileira de Bem Estar Familiar), no exercício da profissão médica e na Secretaria de Segurança Pública — motivou a criação da entidade. Seus objetivos iniciais foram realizar um trabalho técnico de caráter educativo, dirigido à mulher, sem fixar metas quantitativas, envolvendo áreas consideradas prioritárias como a saúde e a educação. As atividades foram inicialmente desenvolvidas com grupos comunitários e universidades.

3. Objetivos gerais: atendimento clínico e cirúrgico nas áreas de ginecologia, obstetrícia e pediatria; urologia e orientação psicológica para mulheres. Realização de atividades de treinamento e educação nas áreas de reprodução humana e direitos da mulher para profissionais da área médica; universidades; grupos comunitários; mulheres em geral; mulheres de mais de 40 anos e adolescentes do sexo feminino.

4. Âmbito de atuação: municipal, (Rio de Janeiro).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 4

6. Número de voluntários: 8

7. Faixa orçamentária: —

8. Fontes de recursos: o Centro se matém através de convênios de prestação de serviço para empresas e outras instituições.

9. Atividades principais: atendimento clínico e atividades educativas.

Projetos ilustrativos:

a) SAÚDE REPRODUTIVA: atendimento ambulatorial e atividades educativas para mulheres. Programa mantido por convênios e fundos próprios, com seis pessoas responsáveis; programa para adolescentes constando igualmente de atendimento ambulatorial, orientação psicológica, atividades educativas e culturais sob a responsabilidade de três pessoas;

b) PROGRAMA OPÇÃO PARA MULHERES DE MAIS DE 40 ANOS: cultura e lazer associados a palestras, debates, grupos de reflexão de caráter médico-psicológico, sobre esta faixa etária. Há quatro pessoas dedicadas à atividade;

c) EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE: organização de seminários, cursos, aulas e treinamentos para público de instituições, universidades, empresas, estudantes em geral e profissionais da saúde. Mantido com a participação dos conveniados, tem três pessoas responsáveis.

10. Beneficiários principais: mulheres e adolescentes; público em geral e profissionais da área da saúde.

11. Publicações principais: boletim *Mulher*, de periodicidade irregular; cartilhas tais como *Aborto: conhecer para decidir*, e livros entre os quais se destacam: *A gravidez na adolescência* e *Planejamento familiar e prevenção do aborto provocado*.

CENTRO NORDESTINO DE ANIMAÇÃO POPULAR

Sigla/nome curto: CENAP

Responsáveis para contato: LUIZA DE MARILLAC MELLO DE SOUZA / LUIZ CARLOS DE ARAÚJO

Endereço: Rua Henrique Dias, 105 — 50.070-140 — Boa Vista — Recife — PE

Tel: (081) 231-7408

Fax: (081) 222-2799

Endereço eletrônico: cenap@ax.ibase.br

1. Data de fundação: 1988 (de fato), 1989 (legal).

2. Origem: com as mudanças ocorridas na orientação da Arquidiocese de Olinda no Recife por ocasião da substituição de D. Helder Câmara, pessoas que trabalhavam no SEDIPO (Serviço de Documentação e Informação da CNBB NE II) e no ITER (Instituto de Teologia do Recife), perceberam dificuldades no campo da formação religiosa e pastoral dentro da perspectiva anterior que articulava fé e compromisso social. Convocaram então os agentes das pastorais populares que se utilizavam dos serviços do SEDIPO e do ITER e realizaram consulta sobre a conveniência e apoio das mesmas à criação de uma entidade autônoma. A sugestão do grupo foi acatada pelos representantes das pastorais e foi fundado o CENAP.

3. Objetivos gerais: contribuir, em todas as suas atividades, na formação sistemática de educadores e animadores populares, na região Nordeste; promover a circulação de dados, notícias e informações relevantes e atualizadas sobre a realidade nordestina; promover e participar ativamente de redes que estimulem o intercâmbio entre pessoas, grupos e organizações populares, centros de educação e assessoria popular no Nordeste do país.

4. Âmbito de atuação: regional (Nordeste).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 13

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$ 100.000.00 e US\$ 200.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 97%;
- b) doações individuais: 3%.

9. Atividades principais: assessoria; educação popular e para cidadania; capacitação através de oficinas e seminários.

Projetos ilustrativos:

a) SERVIÇO DE APOIO: capacitação técnica para elaboração de projetos e organização de arquivos; empréstimos de equipamentos (vídeos, TV, etc) para os movimentos populares. Há um responsável pelo serviço;

b) ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO: seminários temáticos sobre assuntos tais como: teologia feminista, candomblé, movimentos populares, cultura e política, para lideranças de movimentos populares. Há quatro pessoas dedicadas aos seminários temáticos. Oficinas de comunicação escrita, para pessoal responsável por comunicações (os que produzem jornais e boletins comunitários), sobre redação, linguagem, técnicas de diagramação, particularidades referentes ao público a atingir. Oficinas de criatividade para desenvolver a capacidade de expressão e comunicação através de linguagens como desenho, teatro, dança, poesia, para animadores populares e pessoas interessadas em utilizar essas fórmulas criativas em seu trabalho social;

c) SIDOC (SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO): coleta, seleção, registros e produção de textos e periódicos para a divulgação de dados sobre o Nordeste. Dirigido aos movimentos populares e educadores. Há duas pessoas dedicadas à atividade.

10. Beneficiários principais: educadores populares; CEBs e animadores da pastoral; jovens e mulheres.

11. Publicações principais: *Informe Sidoc* (mensal).

CENTRO PIAUIENSE DE AÇÃO CULTURAL

Sigla/nome curto: CEPAC

Responsáveis para contato: AMÁLIA R. DE ALMEIDA/CANTIDIO DE SOUZA FILHO/JOÃO GUALBERTO SOARES

Endereço: Rua Olavo Billac, 1048/SUL — 64.001/280 — Centro — Teresina — PI

Tel: (086) 223-7400

Fax: (086) 222-2620

Caixa Postal: 394

1. Data de fundação: 1982 (de fato e legal).

2. Origem: o final dos anos 70 no Brasil caracterizou-se pela reorganização da sociedade civil e lutas crescentes pela democratização do país. O Piauí não contava com movimentos sociais organizados, salvo algumas iniciativas isoladas. Jovens provenientes de movimentos da Igreja Católica (JOC-Juventude Operária Católica, JUC-Juventude Universitária Católica, ACO-Ação Católica Operária); do MEB (Movimento de Educação de Base da CNBB); sócios do CEDAC (uma ONG com sede no Rio de Janeiro); agentes de pastoral e intelectuais da universidade local resolveram criar uma instituição que, naquele contexto, fosse capaz de contribuir para o surgimento de organizações civis (prioritariamente sindicatos e associações de moradores). Propunham-se a realizar acompanhamento e formação de pessoal, na linha de educação popular, e apoiar processos de mobilização para pressionar o poder público local no sentido de atender aos interesses da sociedade. No início, o CEPAC funcionou com a colaboração de seus sócios e gradativamente foi se profissionalizando.

3. Objetivos gerais: prestar assessoria técnica aos movimentos sociais; aprofundar a reflexão sobre a realidade do Piauí e do Brasil; promover projetos alternativos para as várias áreas de interesse da sociedade civil.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 22

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$ 100.000.00 e US\$ 200.000.00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%

9. Atividades principais: educação para a cidadania e assessoria aos movimentos sociais.

Projetos ilustrativos:

a) acompanhamento às organizações de trabalhadores rurais de Campo Maior, através de atividades de visita à localidade, alfabetização de adultos, formação de lideranças, mobilização e projetos econômicos alternativos. Atende a 300 famílias de trabalhadores rurais. Há seis responsáveis pela atividade;

b) PESQUISA SOBRE CESTA DE ALIMENTOS: avaliação continuada do custo de uma cesta básica para identificação do grau de espoliação do trabalhador e do seu acesso aos bens essenciais de consumo. Atende ao conjunto da sociedade civil organizada e outras ONGs locais. Há seis pessoas trabalhando na pesquisa;

c) PROGRAMAS DE COMUNICAÇÃO POPULAR: implantação de sistemas de alto-falantes em vilas e bairros populares favorecendo o acesso a cursos de formação e informações. Atende a moradores de vilas e bairros populares. Há uma pessoa responsável.

10. Beneficiários principais: sindicatos urbanos e rurais; movimentos de bairros; professores e outras ONGs.

11. Publicações principais: revista *Cidadania* (mensal) e alguns livros entre os quais destacam-se: *Genocídio do Nordeste* (em co-edição com a CPT e o IBASE); *Sindicalismo e assessoria popular* (CEPAC/CPT); *Políticas gover-*

namentais e seus efeitos sobre a estrutura agrária do Piauí. Produzem também vídeos tais como: *Ônibus* (sobre transporte público) e *Quebradores de babaçu* em conjunto com o IBASE.

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Sigla/nome curto: CESEP

Responsáveis para contato: JOSÉ DA GUIA MARQUES/LUCILENE TAYOMI TAKAHASHI/LISE M. GUIMARÃES

Endereço: Rua São Cristovão, 586 — 49.010-380 — Centro — Aracaju — SA

Tel: (079) 211-4163

Fax: (079) 224-7429

A/C do CPT

1. **Data de fundação:** 1988 (de fato e legal).
2. **Origem:** o CESEP nasceu a partir do I Encontro dos Movimentos Populares de Sergipe, realizado em novembro de 1987 por iniciativa de lideranças de associações de moradores e de movimentos sociais como o Movimento Negro, o dos Sem-Teto, o de Meninos e Meninas de Rua. Contou também com a participação de professores e alunos da Universidade Federal de Sergipe. Esse Encontro tinha por objetivo avaliar a conjuntura dos movimentos sociais no estado e discutir a proposta da criação de uma entidade civil de apoio e assessoria aos mesmos movimentos.
3. **Objetivos gerais:** contribuir para a universalização dos direitos à educação e à informação; estimular experiências inovadoras que favoreçam a consciência crítica da população; construir relações de parceria com as organizações da sociedade civil em vista de seu fortalecimento; intervir, em conjunto com outras entidades, na implementação, avaliação e transparência das políticas públicas; produzir conhecimento sobre a realidade de Sergipe e seu contexto social, econômico e político; fortalecer a imagem e credibilidade das ONGs e da Cooperação Internacional como via de solidariedade entre os povos para a superação da miséria, pelo desenvolvimento sustentável e para a construção da cidadania; defender a democracia e os direitos humanos através da educação popular, a comunicação alternativa e a participação nos movimentos sociais.
4. **Âmbito de atuação:** municipal (Aracaju).
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 10
6. **Número de voluntários:** 6
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$ 50.000.00 e US\$ 100.000.00.
8. **Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 96%;
 - b) agências multilaterais de cooperação: 3%;
 - c) doações individuais: 1%.
9. **Atividades principais:** educação popular, informação e comunicação.

Prójetos ilustrativos:

 - a) CURSOS: para formação de dirigentes comunitários e acompanhamento às comunidades. Atende a dirigentes de movimentos populares e comunidades da periferia de Sergipe. Os cursos de formação realizam-se em conjunto com a EQUIPE (Escola de Formação Quilombo dos Palmares), do Recife. Há quatro pessoas na atividade;
 - b) OFICINAS DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO. Para integrantes dos movimentos populares em geral. Há duas pessoas desenvolvendo a atividade.
 - c) VÍDEO sobre o cotidiano dos meninos e meninas de rua em convênio com organismo das Nações Unidas. Destinado aos próprios meninos e meninas de rua. Há duas pessoas responsáveis pela produção.
10. **Beneficiários principais:** movimentos urbanos e de bairro, associações de moradores, jovens, meninos e meninas de rua e estudantes.
11. **Publicações principais:** *Jornal Locus* (mensal); e vários vídeos, entre os quais destacam-se: *Marcados para morrer*; *Festa xocó* e *Entre mulheres*.

CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR

Sigla/nome curto: VIANEI

Responsáveis para contato: SÉRGIO SARTORI / GERALDO A. LOCKS / ANTÔNIO MUNARIN / OSCAR J. ROVER

Endereço: Av. Papa João XXIII, 1352 — 88.505/200 — Ipiranga — Lages — SC

Tel: (0492) 22-4255

Fax: (0492) 22-4255

Endereço eletrônico: vianei@ax.ibase.br

Caixa postal: 98

1. Data de fundação: 1983 (de fato e legal).

2. Origem: em 1982, a Prefeitura de Lages — que havia realizado uma gestão inovadora no Brasil — perdeu as eleições para forças conservadoras. Grande parte dos profissionais que participaram da implantação da experiência anterior, impossibilitados de dar continuidade ao sonho de uma administração voltada para as necessidades da população e interesses coletivos, deslocou-se para outros municípios e estados da Federação. Os que permaneceram juntaram-se a agentes de pastoral da Diocese de Lages que, por sua vez, estava vivendo o período da criação das Comunidades Eclesiais de Base. É desse encontro da experiência profissional e sensibilidade social de educadores oriundos da antiga administração municipal com os agentes pastorais que nasce o Projeto Vianei.

3. Objetivos gerais: preservar e desenvolver a pequena agricultura em uma perspectiva agroecológica; fortalecer os movimentos populares rurais; criar proposições e influir nas políticas públicas no que se refere à agricultura e à educação em particular.

4. Âmbito de atuação: microrregional (14 municípios da Região Serrana de Santa Catarina).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 13

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$ 100.000,00 e US\$ 200.000,00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 95%;
- b) fundo próprio: 5%.

9. Atividades principais: desenvolvimento de técnicas em agroecologia e atividades de cunho educativo (assessorias e cursos).

Projetos ilustrativos:

a) AGROECOLOGIA — PROGRAMA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA; USO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS: experimentação técnica articulada a processos de formação para pequenos agricultores. Há quatro técnicos no programa. Programa de seleção, melhoramento de sementes do milho crioulo e produção experimental e ensaios locais, estaduais e nacionais com diversas variedades. Associado à formação dos pequenos agricultores e técnicos em agronomia. Há um responsável pelo programa do milho;

b) PROGRAMAS DE CRÉDITOS AGRÍCOLAS: fundo rotativo para pequenos agricultores e preparação para a criação de cooperativas de crédito. Atende a pequenos produtores locais. Há um responsável pelo programa;

c) PROGRAMAS EDUCATIVOS: capacitação e titulação de professores para as áreas rurais, para o primeiro e segundo grau em convênio com a Universidade (UNIPLAC), a Prefeitura Municipal e a Secretaria Estadual de Educação. Há uma pessoa responsável. Programa de seminários, cursos e encontros para movimentos sociais e organizações populares. Há quatro pessoas responsáveis.

10. Beneficiários principais: pequenos produtores, população atingida por barragens, professores e sindicatos rurais.

11. Publicações principais: *Pixurum: jornal do Vianei* (mensal). Produzem também vídeos tais como: Memórias caboclas de Bocaina do Sul.

CIDADANIA ESTUDO E PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO

Sigla/nome curto: CEPIA

Responsáveis para contato: HELENA BOCAIUVA CUNHA/JACQUELINE PITANGUY/LEILA LINHARES BARSTED

Endereço: Rua do Russell, 680, sl.71 — 22210-010 — Glória — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 225-6115/205-2136

Fax: (021) 225-6115 e (021) 205-2136

Endereço eletrônico: cepia@ax.ibase.br

1. Data de fundação: 1990 (de fato e legal).

2. Origem: a CEPIA nasceu da experiência de trabalho institucional anterior de suas três diretoras e fundadoras: na direção de pesquisa da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); na presidência do CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) e na coordenação de projetos de geração de renda da Secretaria do Trabalho do Rio de Janeiro, junto a diversas favelas.

3. Objetivos gerais: o resgate da cidadania dos setores tradicionalmente excluídos de seu exercício, através de pesquisas e sobretudo da difusão de informações, privilegiando as áreas da saúde, violência, direitos humanos e reprodutivos.

4. Âmbito de atuação: estadual (RJ).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 16

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$ 500.000.00 e US\$ 1.000.000.00.

8. Fontes de recursos:

a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 65,5%;

b) agências internacionais de cooperação governamental: 34,5%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania, informação e pesquisa.

Projetos ilustrativos:

a) SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS: avaliação do discurso dos políticos e ampliação do debate sobre saúde e direitos reprodutivos nos meios de comunicação. Para a opinião pública em geral, através da TV. Há nove pessoas dedicadas à atividade;

b) PESQUISAS: violência e poder judiciário — pesquisa sobre o desempenho e as representações do judiciário frente à violência. Dirigida à opinião pública e profissionais da justiça. Há cinco pessoas na atividade. Saúde reprodutiva — realizada no Sindicato de Empregadas Domésticas (projeto que está sendo desenvolvido no plano internacional). Há três pessoas trabalhando nele;

c) a CEPIA tem atuado no acompanhamento da preparação da Conferência Internacional do Cairo sobre População e organizou o Encontro Nacional no qual foi elaborada a Plataforma das Mulheres Brasileiras na Questão de População e Desenvolvimento.

10. Beneficiários principais: mulheres, sindicatos urbanos e outras ONGs.

11. Publicações principais: *Carta da Cepia* (três vezes ao ano), alguns manuais e cartilhas, entre os quais se destaca *Os serviços de saúde para mulher no Município de São Gonçalo* e livros, tais como: *Mulher em dados 1993*.

COLETIVO FEMINISTA SEXUALIDADE E SAÚDE

Sigla/nome curto: CFSS

Responsáveis para contato: MARIA JOSÉ OLIVEIRA DE ARAÚJO/ROSA DALVA BONCIANIANI/REGINA R. MORAES

Endereço: Rua Bartolomeu Zunega, 44 — 05.426-020 — Pinheiros — São Paulo — SP

Tel: (011) 212-8681

Fax: (011) 813-8578

Endereço eletrônico: cfssaude@ax.apc.org.

1. Data de fundação: 1985 (de fato e legal).

2. Origem: desde 1980 um grupo de feministas desenvolvia um trabalho social junto a mulheres da periferia da cidade de São Paulo. Esse grupo chamava-se Sexualidade e Política. Uma de suas participantes havia realizado estágio em uma instituição suíça, o Dispensaire de la Femme. Inspirando-se nele, o grupo decidiu criar um ambulatório que prestasse assistência primária à saúde da mulher dentro de uma perspectiva feminista.

3. Objetivos gerais: dar assistência primária e integral à saúde da mulher, dentro de uma visão feminista; influir nas políticas públicas de saúde; participar no Movimento Feminista Nacional e Internacional; realizar pesquisas.

4. Âmbito de atuação: municipal (Cidade de São Paulo).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 11

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$ 100.000.00 e US\$ 200.000.00

8. Fontes de recursos:

a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 91%;

b) outras: fundo próprio: 9%.

9. Atividades principais: atendimento médico e atividades educativas.

Projetos ilustrativos:

a) atendimento ginecológico e psicológico para mulheres. Há sete pessoas no atendimento ambulatorial;

b) PROJETO CASAS DE MULHERES: coordenação de um programa de saúde reprodutiva para as participantes das Casas de Mulheres. Há quatro pessoas trabalhando na atividade. Dentro deste mesmo tema, o COLETIVO participa de uma pesquisa no plano internacional sobre os direitos reprodutivos junto às mulheres de movimentos populares, à qual estão dedicadas duas pessoas;

c) Junto com outra ONG, ECOS, presta-se assessoramento na área da saúde e sexualidade para meninas prostitutas de Santos, em convênio com a Prefeitura Municipal da cidade. Há uma pessoa dedicada à atividade.

10. Beneficiários principais: mulheres.

11. Publicações principais: revista *Enfoque feminista* (trimestral) e manuais e cartilhas, entre os quais destacam-se: *Ousadia — mulher* e *Aids e Sabor com saber — alimentação natural*.

COMISSÃO TEOTÔNIO VILELA

Sigla/nome curto: CTV

Responsáveis para contato: MARIA IGNÊS BIERRENBACH/PAULO SÉRGIO PINHEIRO/JOÃO BAPTISTA BREDÁ

Endereço: Rua do Anfiteatro, 181 — 05.508-900 — Cidade Universitária — São Paulo — SP

Tel: (011) 818-3577

Fax: (011) 818-3158

Endereço eletrônico: psdmspin@brusp.bitnet

1. Data de fundação: 1983 (de fato), 1988 (legal).

2. Origem: a Comissão Teotônio Vilela foi fundada por ocasião da morte de sete detentos, pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, em uma tentativa de fuga do manicômio judiciário de Franco da Rocha. Desde então, o CTV tem-se dedicado a lutar por melhores condições nas instituições fechadas: prisões, reformatórios, asilos e manicômios. Na sua criação, considerou-se o fato de que as entidades de direitos humanos surgidas no período militar dedicaram sua atenção fundamentalmente à defesa de presos políticos. Com a anistia e a transição democrática — chegando ao fim as prisões políticas — não se alterou a situação dos presos comuns, submetidos a uma rotina de violência e arbitrariedade. O CTV vem ampliando progressivamente seu mandato, incorporando em suas ações a denúncia e o acompanhamento, junto às autoridades públicas, de situações de violações de direitos humanos. Busca também provocar alterações nas práticas das instituições que se utilizam da violência, através do diálogo com agentes governamentais. A entidade tem, entre seus fundadores, senadores, deputados, advogados, psicanalistas, professores universitários, artistas plásticos.

3. Objetivos gerais: defesa dos direitos humanos, políticos e sociais.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 10

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: —

8. Fontes de recursos: o CTV não tem orçamento próprio, contando com o suporte administrativo do Núcleo de Estudos da Violência da USP (Universidade de São Paulo).

9. Atividades principais: defesa dos direitos humanos e educação para a cidadania.

Projetos ilustrativos:

a) o CTV, na pessoa de um dos seus dirigentes, participou ativamente dos contatos com o Ministério das Relações Exteriores em preparação à Conferência Internacional de Direitos Humanos, em Viena, para a qual o Brasil enviou delegados. Nessa oportunidade, iniciou-se um processo de diálogo entre a sociedade civil e o governo, tendo-se conseguido uma agenda mínima para a qual foram elaboradas várias propostas. A agenda mínima refere-se aos seguintes temas: reformulação do CNDDPH (Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana); reformulação da Lei de Execução Penal; poderes paralelos; constituição de um banco de dados especializado para fins da defesa dos direitos humanos;

b) O CTV, em 1993, realizou várias visitas aos seguintes estabelecimentos: Casa de Detenção, Penitenciária do Estado, Hospital dos Aidiéticos, Penitenciária Feminina do Estado. Essas visitas propiciam a elaboração de diagnósticos, bem como elencar proposições. Em conjunto com outras entidades, foram feitos

projetos de intervenção no sentido de dar solução às situações verificadas de violações continuadas dos direitos humanos;

c) o CTV realizou palestras no Fórum Nacional de Segurança Pública, promovido pela Comissão de Segurança do Congresso Nacional, no Centro de Aperfeiçoamento de Estudos Superiores da Polícia Militar de São Paulo. Em continuidade, prossegue no monitoramento das atividades policiais, mantendo

permanente contato com as autoridades do setor.

10. Beneficiários principais: crianças, adolescentes, mulheres, população negra, povos indígenas, sindicatos rurais.

11. Publicações principais: a CTV publica dossiês, entre os quais destacam-se: *Neo-nazismo, Pena de morte e direitos humanos no Brasil — violência policial.*

COMUNICAÇÃO E CULTURA

Responsáveis para contato: DANIEL RAVIOLO / ELISA GUNTHER / OLGA PAIVA

Endereço: Rua Castro e Silva, 121 sl.110 — 60.030-010 — Centro — Fortaleza — CE

Tel: (085) 231-6092

Fax: (085) 231-6092

1. **Data de fundação:** 1991 (de fato e legal).
2. **Origem:** Comunicação e Cultura nasceu da iniciativa de dois pesquisadores que, após um longo período vivendo no exterior — e sem quaisquer ligações com partidos ou igrejas — retornam ao país e obtêm uma bolsa de estudos para pesquisa sobre memória popular. Um deles havia participado da Comissão Argentina de Direitos Humanos em Paris, durante seis anos. Tomando contato com os movimentos sociais de base, os pesquisadores se interessaram em apoiar e assessorar jornais de bairro, como uma maneira de estimular as pessoas a fazer uma espécie de “pesquisa permanente” sobre a memória das comunidades. Criaram, nesse sentido, a entidade.
3. **Objetivos gerais:** assessorar grupos, instituições e pessoas que desejam desenvolver meios não convencionais de comunicação; criar e promover projetos na área da cultura popular; promover cursos, treinamentos e seminários, visando à formação de comunicadores comunitários e de animadores culturais; realizar estudos e pesquisas relativas aos aspectos sócio-econômicos e culturais da realidade nordestina.
4. **Âmbito de atuação:** estadual.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 8
6. **Número de voluntários:** —
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$ 50.000,00 e US\$ 100.000,00.
8. **Fontes de recursos:** agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.
9. **Atividades principais:** educação para a cidadania através do acompanhamento e ensino sobre a utilização de meios de comunicação não convencionais.

Projetos ilustrativos:

 - a) PROJETO JORNAIS COMUNITÁRIOS ASSOCIADOS: viabilização técnica e financeira da impressão de jornais comunitários, formação e treinamento das equipes, grupos e entidades de base dos bairros de Fortaleza e Região Metropolitana. Nos últimos 30 meses, 77 entidades comunitárias publicaram jornais e boletins através do projeto. Foram 442 edições e 230.000 exemplares de tiragem total. Essas publicações são autofinanciadas. Há sete pessoas trabalhando na atividade;
 - b) FOLHA DO CENTRO: edição de uma micropublicação que tem por objetivo conscientizar a população sobre a necessidade de se preservar o centro histórico de Fortaleza. Destina-se a formadores de opinião, empresários, professores e universitários. A *Folha do Centro* é autofinanciada através de patrocinadores e publicidade. Com 20.000 exemplares de tiragem, é distribuída como encarte em 13 jornais comunitários e no próprio Centro da cidade. A idéia é contribuir para que as pessoas voltem a viver no Centro com a segurança característica do passado. Há uma pessoa dedicada ao trabalho.
10. **Beneficiários principais:** jovens, associação de moradores e de bairros, mulheres, crianças e idosos.
11. **Publicações principais:** *Contatos* (mensal) e *Folha do Centro* (mensal). Publica também manuais e cartilhas, entre os quais se destacam: Autofinanciamento dos jornais comunitários; Pauta do jornal comunitário.

COMUNICAÇÃO MULHER

Sigla/nome curto: COMULHER

Responsáveis para contato: MARIA ANGÉLICA LEMOS / MÁRCIA MEIRELES

Endereço: Rua Rocha, 292 sl.20 — 01.330-000 — Bela Vista — São Paulo — SP

Tel: (011) 251-5626

Fax: (011) 251-5626

- 1. Data de fundação:** 1983 (de fato), 1985 (legal).
- 2. Origem:** o COMULHER é uma iniciativa de mulheres feministas que trabalham com vídeo. Foi criado para ser um espaço de discussão e reflexão de temas relacionados à mulher e à comunicação e para realizar vídeos dentro desse universo, respondendo a uma demanda dos movimentos sociais que os têm utilizado como instrumento de informação e documentação. Hoje, a temática abordada pelos vídeos do COMULHER ampliou-se e tem atendido a pedidos sobre meio ambiente, negros, crianças e jovens, saúde, cidadania. O COMULHER possui 10 sócias conselheiras que eventualmente participam na produção de vídeos e oficinas de capacitação.
- 3. Objetivos gerais:** produzir vídeos relacionados aos temas de interesse dos movimentos sociais e especialmente das mulheres; capacitar mulheres para a leitura crítica em comunicações; contribuir para o movimento de mulheres; lutar pela democratização da informação e das comunicações; divulgar e discutir temas em geral abandonados pelos meios de comunicação de massa; contribuir para a divulgação de idéias das chamadas minorias sociais.
- 4. Âmbito de atuação:** nacional.
- 5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 3
- 6. Número de voluntários:** 2
- 7. Faixa orçamentária:** entre US\$ 50.000,00 e US\$ 100.000,00.
- 8. Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 10%;
 - b) agências internacionais de cooperação governamental: 25%;
 - c) agências multilaterais de cooperação: 50%;
 - d) fundações nacionais: 15%.
- 9. Atividades principais:** produção de vídeos e capacitação na área das comunicações.

Projetos ilustrativos:

 - a) programas de televisão da série QUEM CANTA SEUS MALES ESPANTA constando de cinco programas educativos, dirigidos aos jovens, sobre informações e formas de prevenção da AIDS. Conta com três pessoas da instituição na produção dos programas, os quais foram realizados em convênio com o Ministério da Saúde. Produziu também INSTANTÂNEOS DE MULHERES, série que consta de sete "vídeos-verbetes" sobre brasileiras conhecidas, para veicular na TV Cultura. Contou com cinco pessoas na execução e foi financiado pela Lei Municipal de Incentivo Cultural;
 - b) ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO: registro em vídeo e oficinas de capacitação sobre o tema mulher e meio ambiente para participantes de grupos de mulheres de todo o Brasil. Contou com pessoas na administração e execução da atividade. Oficinas de capacitação para uso de equipamentos básicos de vídeo, leitura crítica sobre o tema das comunicações, realização de

vídeos. Destinado a mulheres (a nível nacional), contou com três pessoas responsáveis;

c) CONCURSO DE ROTEIROS para a realização de vídeos sobre saúde reprodutiva, população e meio ambiente. Para ONGs de mulheres. Incluiu a realização dos vídeos premiados; tem duas pessoas responsáveis.

10. Beneficiários principais: mulheres, público em geral, ONGs de mulheres e públicos

específicos relacionados aos temas dos vídeos produzidos.

11. Publicações principais: *Catálogo vídeo mulher* e *Catálogo de vídeos sobre meio ambiente*. Como produtora de vídeos, o COMULHER possui uma lista extensa de todo o material disponível (por exemplo: *Mulheres negras; Creches; Médicas, bruxas e curandeiras; Ser mulher em São Paulo, etc.*)

COOPERAÇÃO E APOIO A PROJETOS DE INSPIRAÇÃO ALTERNATIVA

Sigla/nome curto: CAPINA

Responsáveis para contato: RICARDO COSTA / FRANCISCO LARA

Endereço: R. Evaristo da Veiga, 55 — 24º andar — 20.031-040 — Centro — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 220-4580

Fax: (021) 220-1616

Endereço eletrônico: capina@ax.ibase.br

1. Data de fundação: 1989 (de fato), (1988) legal.

2. Origem: alguns membros de ONGs da área da educação popular, trabalhando com grupos de pequenos produtores associados, identificaram a necessidade de assessoria em assuntos de administração, organização e racionalização de recursos. A idéia foi reforçada por uma agência internacional de cooperação que sentia a mesma dificuldade no trabalho de acompanhamento de contrapartidas brasileiras com atividade do mesmo tipo. Buscou-se um técnico competente na matéria e foi criado o centro.

3. Objetivos gerais: contribuir para que o binômio eficiência e democracia seja visto como um ganho político a ser perseguido pelo movimento popular, no sentido de situar-se melhor em seu campo de luta, através de um maior entendimento da administração de projetos de produção associada (de bens, serviços, ou mobilização).

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 6

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$ 100.000.00 e US\$ 200.000.00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: educação para cidadania; assessoria técnica administrativa para projetos de produção associada e comercialização de produtos.

Projetos ilustrativos:

a) laboratório para viabilizar a criação e o uso de estruturas já existentes de apoio para a produção associada (sistema de crédito, tecnologias de produção, comercialização, sistema contábil, auditoria e assessoria jurídica). Atende a pequenos produtores, sindicalistas, outras ONGs. Há três pessoas na atividade;

b) ESCOLAS OPERÁRIAS: em conjunto com experiências diversas existentes no Brasil para o mesmo fim, consiste em trabalhar o conceito de ensino profissional no sentido de "deselitizar" o ensino e o dualismo educacional. Destina-se a professores, monitores e educadores populares. Há uma pessoa na atividade;

c) ASSESSORIAS E OFICINAS sobre administração de coisas públicas comuns e gestão democrática, estrutura organizacional e jurídica, administração financeira. Para pequenos produtores sindicalistas; grupos e instituições populares e artesanais. Há três pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: pequenos produtores, operários, artesãos e crianças trabalhadoras.

11. Publicações principais: —

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO

Sigla/nome curto: CESE

Responsáveis para contato: ENILSON ROCHA SOUZA / ELIANA ROLLEMBERG

Endereço: Rua da Graça, 164 — 40.080-410 — Graça — Salvador — BA

Tel: (071) 336-5457

Fax: (071) 336-0733

Endereço eletrônico: cese@ax.apc.org.br

Caixa postal: 041

CEP: 40.001-970

1. Data de fundação: 1974 (de fato), 1973 (legal).

2. Origem: em 1972, realizou-se em Salvador uma reunião de diversas personalidades de igrejas evangélicas. Nela, foi produzido um documento *Declaração do Encontro Consulta sobre Ajuda Inter-Eclesiástica Norte e Nordeste do Brasil*, que apontava caminhos para uma nova concepção de ajuda. Entre os diversos itens do citado documento, encontra-se uma recomendação — às igrejas brasileiras filiadas ao Conselho Mundial das Igrejas (CMI) e às igrejas evangélicas de distintas denominações — para que fosse criada uma comissão no Nordeste, de caráter ecumênico, incluindo a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), para a implementação, acompanhamento e avaliação de projetos, atuais e futuros, no país. É com base nessa recomendação que, em 1973, reúnem-se para criar a CESE bispos, pastores, sacerdotes e leigos cristãos da Igreja Cristã Reformada do Brasil; da Igreja Episcopal do Brasil; da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil; da Igreja Evangélica Pentecostal Brasil para Cristo; da Igreja Metodista; da Missão Presbiteriana do Brasil Central; da Igreja Católica Romana, inclusive um representante do Cardeal D. Avelar Brandão da Bahia; representantes de projetos, como o Projeto Gurupi do Maranhão, o Serviço de Integração do Migrante de Feira de Santana, o Projeto Apodi do Rio Grande do Norte. Com uma perspectiva ecumênica, a CESE nasceu para encaminhar recursos financeiros das igrejas para apoiar pequenos projetos de desenvolvimento, humanizando suas estruturas como esforço conjunto de colaboração que anunciasse os sinais do Reino.

3. Objetivos gerais: estudar, pesquisar, assistir, promover e coordenar projetos destinados à promoção da vida integral do homem na sociedade, nos moldes da fé cristã, em todo o território nacional, especialmente no Norte e no Nordeste do Brasil, sem discriminação social, econômica, religiosa ou racial.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 26

6. Número de voluntários: 28 voluntários nacionais e um internacional.

7. Faixa orçamentária: entre US\$ 2.000.000.00 e US\$ 3.000.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não governamental: 99%;
- b) agências internacionais de cooperação governamental: 1%.

9. Atividades principais: análise, seleção, assessoria e financiamento para pequenos projetos de desenvolvimento social.

Projetos ilustrativos:

a) FUNDO PARA PEQUENOS PROJETOS (PPP): apoio financeiro a grupos locais, até no máximo US\$ 5.000.00, apoio único e pontual. Atende a movimentos sociais em geral, organizações sindicais, ONGs, igrejas;

b) PROGRAMA ESPECIAL DE PROJETOS (PEP): apoio financeiro e assessoria a projetos de porte mé-

dio (orçados em até no máximo US\$ 50.000.00). Atende a movimentos sociais, ONGs, igrejas e sindicatos;

c) ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTO A ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS, assistência jurídica a casos de violação. Atende sobretudo a crianças, negros, mulheres e trabalhadores rurais;

d) a CESE apoiou a criação do CEADe (Centro Ecumênico de apoio ao Desenvolvimento),

que realiza empréstimos para pequenos projetos. (Ver ficha neste volume).

10. Beneficiários principais: em 20 anos de existência a CESE apoiou 2.000 pequenos projetos, beneficiando sobretudo grupos de trabalhadores rurais; moradores da periferia urbana; mulheres; índios; crianças e adolescentes; negros e religiosos.

11. Publicações principais: revista *Semente* (trimestral) e *Cese debate*.

DEFENSORES DA TERRA

Responsáveis para contato: VILMAR BERNA / ALEX HUGNEY/ MARGARIDA GALAMBA DE OLIVEIRA

Endereço: Rua Senador Dantas, 84, sl 1211 — 20.031-201 — Centro — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 240-3029

1. Data de fundação: 1986 (de fato), 1988 (legal).

2. Origem: os fundadores do grupo Defensores da Terra vêm da primeira fase do Partido Verde e do movimento ecológico, sendo um deles criador da UNIVERDE que atua em São Gonçalo, com o tema do meio ambiente em comunidades carentes. O Defensores nasceu das reuniões amplas, com 100 participantes, em média, da APEDEMA-RJ (Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente), onde se discutiam temas específicos e onde chegou a ser elaborada a Carta dos Ecologistas ao prefeito do Rio, contendo os pontos exigidos para a preservação do meio ambiente da cidade. Nessa época, constatou-se que os participantes desse grupo agiam muito mais como indivíduos do que como representantes de instituições. No entanto, a APEDEMA RJ tinha como objetivos ser um fórum de ONGs ambientalistas. Decidiu-se então criar o Defensores da Terra, institucionalizando o grupo, que hoje integra a coordenação executiva da APEDEMA-RJ. A entidade possui 228 sócios efetivos contribuintes e beneméritos.

3. Objetivos gerais: —

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 7

6. Número de voluntários: 6

7. Faixa orçamentária: menos de US\$ 50.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não governamental: 50%;
- b) agências internacionais de cooperação governamental: 50%.

9. Atividades principais: preservação do meio ambiente, denúncias e monitoramento de áreas de risco.

Projetos ilustrativos:

a) PROJETO VAMOS TIRAR A NATUREZA DO PAPEL: vistoria técnica em conjunto com ONGs e comunidades locais às Unidades de Conservação do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Há duas pessoas dedicadas à atividade;

b) PROJETO TERRALERTA: trata-se da fiscalização e da denúncia, por parte da sociedade civil, dos problemas ambientais urbanos do Estado do Rio de Janeiro. Atende aos municípios do estado e ONGs ambientalistas locais. Há duas pessoas na atividade;

c) PROJETO MÃE D'ÁGUA: estímulo ao cultivo de mexilhões junto a grupos de pescadores artesanais como alternativa de alimento e como estratégia para fortalecer o trabalho de fiscalização e preservação do meio ambiente. Há duas pessoas dedicadas à atividade.

10. Beneficiários principais: população em geral.

11. Publicações principais: —

EQUIPE TÉCNICA DE ASSESSORIA, PESQUISA E AÇÃO SOCIAL

Sigla/nome curto: ETAPAS

Responsáveis para contato: MOISÉS LINDOSO/FRANCISCO JOSÉ RAMOS/NEIDE M^a DA SILVA/ANDRÉ CHARLES JULES

Endereço: Rua dos Médicos, 67 — 50.070-290 — Boa Vista — Recife — PE

Tel: (081) 231-0745

Fax: (081) 221-0689

Caixa postal: 1510

1. Data de fundação: 1982 (de fato), 1981 (legal).

2. Origem: a ETAPAS foi idealizada por pessoas que tiveram experiência anterior em áreas pobres do Recife, através do acompanhamento permanente a grupos locais entre 1970 e 1977. Outros vieram do trabalho realizado pelo Departamento Social da Arquidiocese de Olinda e Recife, que consistia no assessoramento das atividades pastorais, entre 1977 e 1980.

3. Objetivos gerais: conquistar a cidadania; democratizar informações; estimular a participação política das camadas populares nos rumos da sociedade.

4. Âmbito de atuação: região metropolitana do Recife.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 23

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 94%;
- b) venda de produtos e serviços: 6%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania e informação.

Projetos ilustrativos:

a) PESQUISA DE BAIRRO: diagnóstico, levantamento e cadastramento de entidades populares e reconstrução da história de um bairro do Recife. Há quatro pessoas dedicadas à atividade;

b) PROJETO DE COMUNICAÇÃO: elaboração de vídeos temáticos; reportagens jornalísticas e programação de TV para atender a entidades populares, ONGs, universidades e órgãos públicos sobre assuntos de interesse da população urbana dos bairros pobres do Recife. Há quatro pessoas na atividade;

c) FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS: para entidades populares e sindicais, outras ONGs e pessoal de órgãos públicos. Trata-se de cursos, seminários, elaboração de subsídios e de materiais pedagógicos. Há duas pessoas responsáveis pelos cursos.

10. Beneficiários principais: movimento urbano, associações de moradores e de bairros; sindicatos; professores e funcionários de órgãos públicos das áreas sociais.

11. Publicações principais: manuais e cartilhas, entre os quais se destacam: *Miséria urbana — uma radiografia*; *Nobreza do chão — ocupações urbanas do Recife*; *ONGs e poder local*. Livros, como: *Movimento de bairro — repetição e invenção*; e inúmeros vídeos.

ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES

Sigla/nome curto: EQUIP

Responsáveis para contato: ACÁCIO FRANCISCO ARAÚJO SANTOS

Endereço: Rua Inajá, 117 — 50.791-060 — Coqueiral — Recife — PE

Tel: (081) 455-2517 e (081) 251-0425

Fax: (081) 455-2517

1. Data de fundação: 1987 (de fato), (1988) legal.

2. Origem: a EQUIP nasceu da necessidade dos movimentos sociais em ter instituições que capacitem e aperfeiçoem suas lideranças. Foram idealizadores da EQUIP educadores das seguintes entidades: Comissão de Formação Sindical de Alagoas, Grupo de Renovação Sindical do Brejo Paraibano, Articulação dos Sindicatos de Canaveieiros da Paraíba, Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba, vários sindicatos rurais e urbanos e centrais sindicais, a Pastoral Rural, a Comissão Pastoral da Terra, a Animação dos Cristãos do Meio Rural (ACR do Nordeste), Equipes da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) de Pernambuco e Alagoas, Serviço de Educação Popular (SEDUP) do Brejo Paraibano, Programa Rural do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), Pólo de Sindicatos Rurais do Sertão Central de Pernambuco, Pólo de Sindicatos Rurais do Submédio São Francisco.

3. Objetivos gerais: contribuir para a consolidação de atores sociais coletivos, qualificados e com estrutura organizacional autônoma, capacitando-os para que possam fazer suas propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento atual, excludente da maioria da população brasileira, particularmente a nordestina. Desenvolver ações educativas e produzir textos e subsídios para lideranças e educadores do movimento sindical, movimentos populares, outras ONGs e estudantes e professores das universidades do Nordeste, comprometidos com as causas sociais no sentido de formular propostas democráticas para o desen-

volvimento regional. Estreitar as relações com outras entidades empenhadas em processos de formação, com objetivos semelhantes, de modo a realizar ações conjuntas adequadas à realidade regional do Nordeste.

4. Âmbito de atuação: Região Nordeste.

5. Número de funcionários: 15

6. Número de voluntários: 1

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 98%;
- b) venda de produtos e serviços: 2%.

9. Atividades principais: educação popular e capacitação de lideranças.

Projetos ilustrativos:

a) PROGRAMA DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA: formação de lideranças, dirigentes, educadores populares e representantes de ONGs, através de seminários e pesquisa correlata ao tema. Atende a aproximadamente 100 pessoas. Há quatro pessoas responsáveis pela atividade;

b) PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA MOVIMENTOS POPULARES: cursos, seminários, pesquisas e estudos preparatórios, produção de material pedagógico para subsídios. O programa tem base em metodologia descentralizada que favorece a constituição de uma rede de educadores na região e remete para um acompanhamento sistematizado

dos cursistas. Atende a dirigentes de movimentos populares, educadores e participantes de ONGs voltadas para a educação. Atende a 200 pessoas. Há cinco pessoas dedicadas à atividade;

c) PROGRAMA DE FORMAÇÃO SINDICAL: cursos, visitas aos estados, preparação de material de apoio, pesquisa para subsídio aos cursos e assessoria administrativa para a gestão sindical. Atende aproximadamente a 150 dirigentes de sindicatos rurais e urbanos. Há três pessoas responsáveis pela atividade.

10. Beneficiários principais: movimentos de bairro e associações de moradores, sindicatos urbanos, mulheres, outras ONGs, professores e militantes partidários.

11. Publicações principais: *CADERNOS do Nordeste* (bianual) e *EQUIP comunica*. Produz manuais e cartilhas, entre os quais destacam-se: *A crise econômica e suas consequências no cotidiano da mulher*; *Processo de trabalho e organização por local de trabalho*.

ESPAÇO, FORMAÇÃO, ASSESSORIA E DOCUMENTAÇÃO

Sigla/nome curto: ESPAÇO

Responsáveis para contato: MAURO SCARPINATTI / MILTON RODRIGUES / MARIA RIBEIRO DE SOUZA

Endereço: Rua Nossa Senhora de Nazaré, 174 — 04.805-100 — Cidade Dutra — São Paulo — SP

1. Data de fundação: 1986 (de fato e legal).

2. Origem: a instituição, como seu nome sugere, foi constituída a partir da necessidade de um espaço comunitário para a promoção conjunta de atividades dos movimentos populares. O ESPAÇO possui 60 sócios fundadores.

3. Objetivos: colaborar com as organizações populares no resgate da plena cidadania das populações marginalizadas.

4. Âmbito de atuação: local (Região Sul da Cidade de São Paulo).

5. Número de funcionários: 2

6. Número de voluntários: 16

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) doações individuais: (apoio de congregação religiosa) 76,5%;
- b) promoção de eventos: 23,5%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania, preservação ambiental.

Projetos ilustrativos:

a) **EDUCAÇÃO DE ADULTOS:** programa de alfabetização que atende a 520 pessoas distribuídas em 22 núcleos. É uma atividade em convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Há 26 monitores trabalhando na atividade;

b) **PROGRAMA DE MEIO AMBIENTE:** educação ambiental para escolas e comunidades eclesiais de base. O programa atua também na denúncia às agressões ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural e integra a Rede de ONGs do Guarapiranga. Atende à população moradora da região sul da cidade, também em convênio com a Prefeitura Municipal. As pessoas que desenvolvem o programa são ativistas do Movimento Ambientalista;

c) **EDUCAÇÃO INFANTIL:** alfabetização de crianças na faixa pré-escolar para excedentes da rede pública. São atendidas 175 crianças e há 10 educadores dedicados à atividade.

10. Beneficiários principais: público em geral, analfabetos, crianças e jovens, estudantes e professores, movimentos sociais urbanos.

11. Publicações principais: o manual *Vamos defender a nossa água*.

ESTUDOS E COMUNICAÇÃO EM SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO HUMANA

Sigla/nome curto: ECOS

Responsáveis para contato: CECILIA SIMONETTI / MARGARETH ARLHA / OSMAR LEITE

Endereço: Rua Tupinambás, 239 — 04.104-080 — Paraíso — São Paulo — SP

Tel: (011) 570-9258 e 572-7359

Fax: (011) 573-8340

Endereço eletrônico: ecos@ax.apc.org.

1. Data de fundação: 1989 (de fato), 1990 (legal).

2. Origem: ECOS nasceu de um grupo de profissionais com idéias afins que decidiram institucionalizar-se a partir do estímulo de uma fundação norte-americana que iniciava sua atuação em apoio a projetos no Brasil, dentro do tema da sexualidade e direitos reprodutivos. Seus fundadores são oriundos da Fundação Carlos Chagas, da Secretaria Estadual para Crianças e Adolescentes, do UNICEF, de outras ONGs (CEDI, CEDEC) e da PUC de São Paulo.

3. Objetivos: contribuir para a promoção e transformação de valores e comportamentos relacionados à sexualidade, saúde e direitos reprodutivos, sempre dentro de uma ótica de combate à moral da exclusão, às discriminações de gênero, idade, classe e raça.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários: 12

6. Trabalho voluntário: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: produção de materiais didáticos, vídeos e informações.

Projetos ilustrativos:

a) treinamento em temas de sexualidade e relações de gênero para profissionais que lidam com adolescentes. Há três pessoas na atividade;

b) PESQUISAS: *Família — valores em questão* (para atender a famílias de baixa renda) com três pessoas responsáveis; *O conceito de direitos reprodutivos* (para atender a mulheres) com duas pessoas responsáveis; *Misoprostol e indução do aborto* (para atender a mulheres) com duas pessoas responsáveis;

c) PROJETO CÂMERA NA MÃO: folheto e produção de vídeo feito por adolescentes, sobre relações de gênero, com duas pessoas responsáveis.

10. Beneficiários principais: jovens adolescentes, mulheres, crianças e professores.

11. Publicações principais: publica manuais e cartilhas, entre os quais destacam-se: *Sexualidade na adolescência; Educação e mídia; Tecnologias reprodutivas — a concepção de novos dilemas; Gênero em geração de renda e Cadernos de treinamento*. Produz também inúmeros vídeos, entre os quais destacam-se: *Meninos — a primeira vez; Recado aos gatos; Recado aos pais; Transa legal; Um abraço; Virgem idade; É ou não é*.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL

Sigla/nome curto: FASE

Responsáveis para contato: JORGE EDUARDO S. DURÃO / MARIA EMILIA LISBOA PACHECO / VIRGILIO ROSA NETO

Endereço: Rua das Palmeiras, 90 — 22.270-070, — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 286-1441

Fax: (021) 286-1209

Endereço eletrônico: fase@ax.apc.org.br

Caixa postal: 16151 — CEP: 22.222-970

Observação: Tem mais 15 escritórios no Brasil organicamente vinculados à sua sede nacional.

A lista dos endereços encontra-se no final desta ficha.

1. Data de fundação: 1961 (de fato), 1962 (legal).

2. Origem: em seu período inicial, a FASE mantinha estreita relação com a Cáritas e era patrocinada pelo Catholic Relief Service (agência norte americana para apoio financeiro a projetos nos países pobres). Entre 1961 e 1963, a FASE, fundada pelo Pe. Leising, missionário da Ordem dos Oblatos de Maria Imaculada dedicou-se a projetos de assistência social, através de seus escritórios no Rio, em São Paulo, Recife e Belém. Em 1964 a partir de uma Campanha para Motorização do Clero que tinha por objetivo equipar os párocos, sobretudo das áreas distantes, para que alcançassem as dimensões de suas paróquias de modo mais efetivo, a FASE tornou-se mais conhecida e consolidou-se, criando departamentos de Cooperativismo, Engenharia, Saúde, Agronomia e Sociologia em cada um de seus escritórios. Nesse início, seus técnicos foram desenvolvendo práticas que refletiam uma preocupação com os problemas infra-estruturais das áreas em que estavam trabalhando, convencidos dos limites das entidades do poder público em atender as demandas da população brasileira mais necessitada. Uma complementação aos recursos obtidos do exterior, foi conseguida através da instalação de um sistema de captação de contribuições individuais que permitiram a criação de um programa de bolsas de estudo em escolas de primeiro grau, para crianças carentes. Entre 1968 e 1973, a FASE dedicou-se à capacitação técnica de recursos humanos para o desenvolvimento comunitário, utilizando-se de um

método de treinamento baseado na "teoria dos 14 sistemas". Esse método dividia a comunidade em 14 sistemas (saúde, família, segurança, religião, educação, etc) e previa a mobilização dos dirigentes (pároco, professores, juiz de direito, lideranças, pais, etc) para promover o desenvolvimento planejado de sua comunidade. Tendo uma perspectiva funcionalista o trabalho guardava no entanto, uma relação com o humanismo cristão que possibilitava a abertura de um espaço possível de atuação em um momento particularmente repressivo da conjuntura nacional. A FASE foi sendo cada vez mais solicitada e criaram-se escritórios em Santarém e Cametá (PA), Garanhuns e Fortaleza (CE), São Luís (MA), Vitória (ES) e Porto Alegre (RS). Entre 1973 e 1977, o próprio reconhecimento do trabalho da FASE como um espaço de solidariedade com a classe trabalhadora, atraiu para a instituição técnicos com posturas profissionais e formação acadêmica, diferentes daqueles que constituíam os seus quadros de inspiração predominantemente influenciada pelas práticas de Igreja. Foram estabelecidos mecanismos de avaliação e no embate entre uma vertente e outra, construiu-se uma influência mútua, salutar. A partir de 1978, ano que representou um marco na reorganização dos movimentos sociais no Brasil, a FASE viu-se diante da necessidade de cumprir novas tarefas no âmbito da educação popular, passando a consagrar sua energia à assessoria e apoio à criação, mobilização e organização de entidades populares nos níveis local, regional e nacional. Percebeu-se então a importância de funda-

mentar melhor o trabalho e foram criados grupos de pesquisa para levantar a história dos movimentos sociais do campo e da cidade e oferecer subsídios para uma compreensão mais consistente das estruturas sócio-econômicas que produzem as diferenças e o "apartheid" social no Brasil. É dentro dessa etapa que a FASE se define como uma instituição ou entidade que prioriza a educação popular dedicando-se à assessoria sindical, à assessoria aos movimentos sociais urbanos e rurais, ao apoio jurídico aos grupos que assessoria, às questões teóricas e práticas da comunicação popular envolvendo a produção de materiais pedagógicos como cadernos e cartilhas, vídeos e slides.

3. Objetivos: a FASE é uma entidade vinculada a grupos e movimentos populares, comprometida com a sua construção e fortalecimento enquanto sujeitos coletivos, visando contribuir para torná-los atores hegemônicos no processo de democratização da sociedade brasileira. A FASE tem compromisso com a melhoria das condições de vida imediatas da população, ao mesmo tempo em que está atenta à necessidade de transformação social de mais longo prazo. A FASE reconhece a importância da ação voltada para as políticas públicas, procurando capacitar, formar e subsidiar os movimentos populares, mediante propostas para discussão de tais políticas, questionando e reivindicando mudanças no modelo de desenvolvimento e seus fundamentos éticos.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 206

6. Número de voluntários: cinco internacionais.

7. Faixa orçamentária: entre US\$ 2.500.000.00 e US\$ 3.000.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 70,5%;
- b) agências internacionais de cooperação governamental: 5,1%;
- c) agências multilaterais de cooperação internacional: 14,0%;
- d) venda de produtos e serviços: 0,5%;
- e) doações individuais: 0,7%;

f) outras fontes: (Campanha Estudantil Nórdica): 9,2%;

9. Atividades principais: a FASE, organiza suas atividades em PROGRAMAS: Trabalhadores Urbanos; Programa Popular Urbano; Programa Trabalho e Cidadania em Complexos Agro-Industriais; Programa Pequenos Produtores Rurais; Programa de Investigação e Comunicação. Os escritórios regionais da FASE estão envolvidos respectivamente com um ou mais programas, de acordo com a realidade social das áreas em que atuam. Cada Programa tem eixos de trabalho ou formas diferenciadas de intervenção em cada região. As ilustrações abaixo são pinçadas da resposta ao questionário, escolhendo-se as que nos parecem exemplares no sentido da diversidade de tipos de intervenção que a FASE realiza (pesquisa, alfabetização, mobilização, capacitação, assessoria, informação e comunicação) para os mais diversos públicos envolvendo atores sociais também múltiplos.

Projetos ilustrativos:

a) IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS AGROAMBIENTAIS COMO PARTE DO PROGRAMA PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NA AMAZÔNIA. Trata-se do desenvolvimento da cooperação agrícola no campo da produção, comercialização e abastecimento, com uma perspectiva de sustentabilidade social, econômica e ecológica. O incentivo à agrossilvicultura, a valorização da biodiversidade, o estímulo à diversificação da produção, a capacitação técnica dos camponeses para auto-gestão, a difusão de tecnologias apropriadas à pequena produção são aspectos constitutivos desses projetos. Essa linha de trabalho se associa à intervenção no espaço público e busca de alternativas relativas às políticas públicas. Trata-se da mobilização da sociedade civil organizada, nas micro regiões de atuação do Programa, para o debate e formulação de propostas sobre democratização de fundos públicos para a pequena produção rural, impactos dos grandes projetos governamentais na região Amazônica, desenvolvimento micro-regional e fortalecimento de fóruns que articulam as temáticas de meio ambiente e desenvolvimento numa relação de parceria com várias outras entidades. Trabalham nestas atividades as equipes de Capanema, Abaetetuba, Marabá e Cáceres;

b) FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO: a atividade faz parte do PROGRAMA TRABALHO E CIDADANIA EM COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS. Trata-se de uma articulação de segmentos da sociedade na região de Ribeirão Preto (SP), da qual participam o Movimento Sindical, a FASE, núcleos de estudos da universidade e integrantes do Movimento do Ministério Público Democrático, com a perspectiva de identificar as irregularidades nas quais incidem as empresas do setor sucro-alcooleiro, tais como: ausência de registro em carteira de trabalho, não fornecimento de instrumentos de trabalho e equipamentos de proteção, insalubridade e periculosidade nas frentes de trabalho, etc;

c) pesquisa nacional com recortes regionais sobre as estratégias dos movimentos populares urbanos em torno das reivindicações específicas tais como saneamento, habitação, saúde, reforma urbana. A atividade faz parte do PROGRAMA POPULAR URBANO. Estão envolvidas as equipes de Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre;

d) PROJETO MERCOSUL, a atividade faz parte do PROGRAMA TRABALHADORES URBANOS. Em articulação com outras ONGs e sindicatos da Argentina, Paraguai e Uruguai, realiza-se o acompanhamento e avaliação dos impactos sociais, econômicos e políticos da proposta de integração regional desenhada no Mercosul. Atende a associações profissionais, sindicatos, ONGs e outros atores da sociedade civil organizada. A equipe da FASE Porto Alegre é a responsável pela atividade;

e) COMUNICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO: a atividade faz parte do PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO. Trata-se da capacitação dos técnicos da FASE para qualificar a produção de materiais pedagógicos (impressos e audiovisuais), ampliar e consolidar a expressão pública da instituição. Contribui para o debate nacional da democratização dos meios de comunicação. O núcleo de documentação atende à demanda interna (Programas Nacionais da FASE) e está aberto ao público externo, com um acervo especializado em movimentos sociais no Brasil.

10. Beneficiários principais: trabalhadores do campo (pequenos produtores e assalariados

rurais), operários, moradores de periferias e favelas.

11. Publicações principais: revista *Proposta*, produz manuais, cartilhas e vídeos cuja lista extensa está disponível no *Catálogo de publicações da FASE* e deve ser buscada diretamente na instituição.

12. Endereços dos escritórios regionais da FASE:

1. ESCRITÓRIO DE BELÉM — faz parte do Programa Popular Urbano
Rua Bernal do Couto, 1329 — Umarizal
CEP: 66.055-080 — Belém — PA
Tel: (091) 242-0318 Fax: (091) 241-5310
E.mail: faseam@ax.ibase.org.br

2 ESCRITÓRIO DE ABAETETUBA — faz parte do Programa Pequenos Produtores Rurais
Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
CEP: 68.440-000 — Abaetetuba — PA
Telefax: (091) 751-1181
E.mail: faseabaetetu@ax.ibase.org.br

3. ESCRITÓRIO DE CAPANEMA — faz parte do Programa Pequenos Produtores Rurais
Av. Presidente Médici, 1992
Cep: 68.700-050 — Capanema — PA
Telefax : (091) 821-1716
E.mail: fasecapanema@ax.ibase.org.br

4. ESCRITÓRIO DE MARABÁ — faz parte do Programa Pequenos Produtores Rurais
Folha 27 — Quadra 07 — Lote 07 — Nova Marabá
CEP: 68.508-970 — Marabá — PA
Caixa postal: 73
Tel: (091) 322-1591 Fax (091) 322-1558
E.mail: faseamaraba@ax.ibase.org.br.

5. ESCRITÓRIO DE MANAUS — faz parte do Programa Trabalhadores Urbanos
Rua São Paulo, 404 — São Jorge
CEP: 69.033-180 — Manaus — AM
Caixa postal: 531
Telefax: (092) 671-6121
E.mail: fasemanaus@ax.ibase.org.br

6. ESCRITÓRIO DE SÃO LUÍS — faz parte do Programa Trabalhadores Urbanos
Rua do Pespontão, 256 — Centro
CEP: 65.010-460 — São Luís — MA

Telefax: (098) 221-1175

E.mail: fasesaoluis@ax.ibase.org.br

7. ESCRITÓRIO VALE DO CÁCERES — faz parte do Programa Pequenos Produtores Rurais
Rua Seis Q.3, Casa 18 — Monte Verde
CEP: 78.200-000 — Cáceres — MT

Caixa postal: 10

Telefax: (065) 223-4615

E.mail: faseguapore@ax.ibase.org.br

8. ESCRITÓRIO DE MACEIÓ — faz parte do Programa Trabalho e Cidadania em Complexos Agroindustriais

Rua Gonçalves Dias, 62 — Farol

CEP: 57.021-330 — Maceió — AL

Tel: (082) 221-0667 Fax: (082) 221-3645

E.mail: faseal@ax.ibase.org.br.

9. ESCRITÓRIO DE RECIFE — faz parte do Programa Popular Urbano

Rua do Paissandu, 419 — Boa Vista

CEP: 50.070-200 — Recife — PE

Tel: (081) 221-5478 Fax: (081) 231-0603

E.mail: fasepe@ax.ibase.org.br.

10. ESCRITÓRIO DE ITABUNA — faz parte do Programa Trabalho e Cidadania em Complexos Agroindustriais

Rua Barão do Rio Branco, 93 — Califórnia

CEP: 45.600-000 — Itabuna — BA

Telefax: (073) 211-4498

E.mail: faseba@ax.ibase.org.br.

11. ESCRITÓRIO DE VITÓRIA — faz parte do Programa Trabalho e Cidadania em Complexos Agroindustriais

Rua Graciano Neves, 377 — 2º andar

CEP: 29.015-330 — Vitória — ES

Telefax: (027) 223-7436

E.mail: fasees@ax.ibase.org.br.

12. ESCRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO — faz parte dos Programas Popular Urbano e Trabalhadores Urbanos
Av. Presidente Wilson, 113, sl. 1302 — Centro
CEP: 20.030-020 — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 220-7198 Fax: (021) 262-2565

E.mail: faserj@ax.ibase.org.br.

13. ESCRITÓRIO DE SÃO PAULO — faz parte do Programa Popular Urbano

Rua Loefgren, 1651, c.6 — Vila Clementino

CEP: 04.040-032 — São Paulo — SP

Tel: (011) 549-3888 Fax: (011) 549-1307

E.mail: fasesp@ax.ibase.org.br.

14. ESCRITÓRIO DE JABOTICABAL — faz parte do Programa Trabalho e Cidadania em Complexos Agroindustriais

Rua Bartolomeu Gusmão, 920

CEP: 14.050-080 — Ribeirão Preto — SP

Tel: (016) 636-9467 Fone/Fax: (016) 625-5203

E.mail: fasejabotica@ax.ibase.org.br.

15. ESCRITÓRIO DE PORTO ALEGRE

Rua Gaspar Martins, 470

CEP: 90.220-160 — Porto Alegre — RS

Tel/fax: (051) 225-0787 e Tel.: (051) 225-3444

E.mail: fasers@ax.ibase.org.br.

FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO

Sigla/nome curto: FIDENE

Responsáveis para contato: WALTER FRANTZ / NEYTA OLIVEIRA BELATO

Endereço: Rua São Francisco, 501 — 98.700-000 — São Geraldo — Ijuí — RS

Tel: (055) 332-6100 — Ramal 411

Fax: (055) 332-3717

Endereço eletrônico: pedsped@super.unijui.tche.br

Caixa postal: 560 e 146

Observação: Possui mais quatro entidades mantidas (a Universidade de IJUÍ; a Escola de 1ª e 2ª graus Francisco de Assis — FFA; o Museu Antropológico Diretor Pestana e a Livraria Unijui).

1. **Data de fundação:** 1957 (de fato), 1969 (legal).
 2. **Origem:** a FIDENE originou-se a partir da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, mantida então pela Sociedade Literária São Boaventura, da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Em 1961 a Faculdade passou a sistematizar e ampliar o trabalho de desenvolvimento comunitário, através do Movimento Comunitário de Base, organizando núcleos rurais e associações de amigos de bairros, em uma perspectiva de educação permanente, voltada para a problemática das populações rurais e das periferias urbanas. O Movimento Comunitário de Base, não institucionalizado, mantém-se até hoje e, juntamente com outras unidades de trabalho mantidas pela FIDENE direciona-se para a pesquisa e a extensão universitária, integrado ao projeto global da entidade que tem uma presença significativa na região.
 3. **Objetivos gerais:** promover e desenvolver a consciência regional e incrementar a integração de propósitos e realizações no âmbito das atividades públicas e particulares; promover a educação, em todos os níveis e graus, a educação de base e a educação permanente; promover estudos e pesquisas, nos domínios da ciência e da técnica e das atividades públicas e privadas; promover a formação, a especialização e o aperfeiçoamento de pessoas para empreendimentos públicos e privados; constituir-se em um centro de documentação das experiências realizadas; colaborar no planejamento global para a organização de serviços na região; assessorar os governos municipais e as organizações empresariais no planejamento e execução de projetos específicos relativos a atividades sócio-culturais.
 4. **Âmbito de atuação:** regional (47 municípios da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul).
 5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 741
 6. **Número de voluntários:** sete internacionais.
 7. **Faixa orçamentária:** acima de US\$2.000.000.00.
 8. **Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 1%;
 - b) órgãos de governo: 15%;
 - c) empresas: 1%;
 - d) venda de produtos e serviços: 55%;
 - e) doações individuais: 2%;
 - f) outras fontes: 26%.
 9. **Atividades principais:** ensino; assessoria aos movimentos sociais, pequenos empresários e prefeituras; educação popular.
- Projetos ilustrativos:*
- a) SEMINÁRIO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO POPULAR: seminários setoriais, cursos, assessorias, pesquisas; produção de materiais de apoio. Dirige-se aos movimentos sociais, suas lideranças

de base e participantes das respectivas direções. Há sete pessoas responsáveis pela atividade;

b) Atividades relacionadas ao ensino e às escolas da região:

- CAPACITAÇÃO DE AGENTES EDUCADORES PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: cursos, treinamentos, encontros, seminários; exposições e oficinas; registro e produção de metodologias; elaboração de vídeos; construção de jogos e materiais pedagógicos. Atende em média a 500 professores de séries iniciais. Há nove responsáveis pelo programa que é financiado por órgãos de governo (CAPES/MEC);

- BENEFICIAMENTO E TRATAMENTO DO LIXO NAS ESCOLAS: orientação técnico-pedagógica para professores e alunos do primeiro e segundo graus e da Unijuí sobre reciclagem; implantação, nas escolas, de coleta seletiva e compostagem. Há cinco pessoas responsáveis;

c) Projetos dirigidos a agricultores e pequenos produtores:

- PROJETO PILOTO DE QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE DO MUNICÍPIO DE IJUÍ: elaboração de projetos específicos, reuniões com os agricultores, organização e viabilização de um fundo rotativo

para financiar projetos; acompanhamento; assistência gerencial e cursos para multiplicadores. Há quatro pessoas na atividade;

- AVALIAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DAS ÁGUAS DAS MICROBACIAS DA REGIÃO: análise das águas dos rios; discussão dos resultados com as comunidades e em convênio com técnicos da EMATER e da COTRIJUÍ (Cooperativa de Trabalhadores Rurais de Ijuí) e outros grupos que trabalham com gerenciamento do solo das microbacias. Atende a agricultores e comunidades agrícolas. Há seis pessoas trabalhando na atividade.

10. Beneficiários principais: estudantes e professores; pequenos produtores rurais e trabalhadores sem terra; movimentos sociais em áreas de barragens e movimentos sociais urbanos.

11. Publicações principais: *Contexto e educação*, revista trimestral; manuais e cartilhas, entre os quais se destacam *Avaliação e educação popular* e *Sistematização*. Produz vídeos tais como: *Semeando a organização : uma experiência em administração rural*. Além disso a FIDENE possui extenso catálogo de publicações e livros.

FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL

Sigla/nome curto: FÉ E ALEGRIA

Responsáveis para contato: THIERRY LINARD DE GUERTECHIN/MARIA IEDA LOPES DA SILVA/EDUARDO STOTZ

Endereço: Rua São Clemente, 226 — 22.260-000 — Botafogo — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 537-2621

Fax: (021) 286-2725

Observação: É uma organização de âmbito nacional e latino-americano que possui no Brasil oito escritórios estaduais (RJ, SP, MG, BA, MT, SC, ES, PR).

1. Data de fundação: 1982 (de fato), 1981 (legal).

2. Origem: a Fundação Fé e Alegria do Brasil tem origem no Movimento Fé e Alegria, fundado na Venezuela em 1955 a partir da iniciativa da Companhia de Jesus. Posteriormente, espalhou-se por diversos países da América Latina. Sua meta prioritária é colaborar para a construção de uma sociedade justa e fraterna, sem relações de dominação, dependência ou exploração, na qual haja o pleno e contínuo exercício da cidadania. No Brasil, a Fé e Alegria instalou-se em 1981 sendo que a sede do Rio de Janeiro iniciou seu funcionamento em 1982. Aqui, a Fé e Alegria optou por trabalhar apoiando iniciativas populares voltadas para a educação e a saúde de crianças e adolescentes.

3. Objetivos: atender a crianças e adolescentes, bem como seus respectivos educadores, na área da educação e da saúde, fortalecendo os aspectos sócio-pedagógicos desse atendimento e apoiando o processo de luta pela conquista da cidadania. Contribuir para a construção de um projeto educativo-crítico para crianças e adolescentes. Apoiar organizações populares ligadas à criança e ao adolescente para possibilitar sua influência nas políticas públicas relativas ao setor, insistindo para que tenham referência no Estatuto da Criança e da Adolescência. Informar e difundir experiências que possam servir de modelo para atuação com crianças e adolescentes.

4. Âmbito de atuação: estadual (em cada estado há unidades de trabalho que funcionam com autonomia).

5. Número de funcionários e ou/prestadores de serviço: 14

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$200.000.00 e US\$300.000.00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: educação popular e capacitação na área da criança e do adolescente.

Projetos ilustrativos:

a) **ASSESSORIA A CRECHES E CASAS DE ACOLHIMENTO:** atende diretamente a educadores leigos e indiretamente às crianças, a adolescentes e suas famílias. Há cinco pessoas na atividade;

b) **CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES:** capacitação especializada para educadores de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, das áreas da Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo. Há 11 pessoas no Projeto;

c) participação no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Fórum Estadual DCA/RJ com vistas a interferir nas políticas públicas da área. Há três pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: crianças, adolescentes e educadores.

11. Publicações principais: periódico *Práticas educativas* (dois por ano). Publica também manuais e cartilhas, entre os quais se destacam: *Doenças e acidentes infantis — orientações para educadores de creches*; *Contribuição de alguns teóricos da educação*; *Crianças e adolescentes: Conselho dos Direitos*. Produz inúmeros vídeos.

FUNDAÇÃO PRÓ-HABITAR

Sigla/nome curto: HABITEC

Responsáveis para contato: ALDÂNIO CARVALHO / JAMESSON POROCA / ANA PAULA LACERDA

Endereço: Rua Dr. José Marcelino, 96 sl. 02 — 50.720-070 — Madalena — Recife — PE

Tel: (081) 228-5161

Fax: (081) 228-5161

1. Data de fundação: 1990 (de fato), 1991 (legal).

2. Origem: a HABITEC foi constituída por um grupo multidisciplinar de técnicos que nos últimos oito anos estiveram dedicados à questão habitacional no Recife, Pernambuco. Esse grupo formou-se a partir de projetos implantados na Região Metropolitana do Recife, entre os quais se destaca o Projeto Solo-Borra de Carbureto, desenvolvido no Cabo de Santo Agostinho entre 1987 e 1989, realizado com o apoio do PNUD (Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento) e do Departamento de Pesquisa Aplicada do BNH/CEF (Banco Nacional de Habitação/Caixa Econômica Federal). Convencido de que as soluções para o problema habitacional brasileiro dependem de uma ação conjunta do poder público e da sociedade civil e verificando que os governos não estão priorizando o setor habitacional, o grupo decidiu criar a HABITEC. A crença na auto-construção com materiais disponíveis como uma das formas possíveis de sanar uma parcela das dificuldades que a população de baixa renda enfrenta por causa do déficit habitacional, foi a motivação principal do grupo que objetiva apoiar esse tipo de estratégia para que as construções possam ser feitas da melhor forma possível.

3. Objetivos gerais: contribuir para a construção de uma sociedade democrática, através do fortalecimento da cidadania, do apoio e assessoria aos movimentos sociais organizados e do estímulo à implementação de políticas públicas com participação popular; prestar assessoria técnica em projetos habitacionais, com tecnologia adequada convencional ou não e

de baixo custo; promover a produção de pesquisas sobre a questão habitacional, a troca de experiências entre grupos de construtores de localidades diversas e manter um serviço de documentação e biblioteca especializada no tema (habitação, políticas habitacionais no Brasil, alternativas, propostas, experiências alternativas).

4. Âmbito de atuação: regional, em dois estados do Nordeste (Pernambuco e Paraíba).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 2

6. Número de voluntários: quatro nacionais e um internacional.

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos: venda de serviços a órgãos de governos estaduais: 100%.

9. Atividades principais: assessoria técnica para a construção de habitações populares com a utilização de materiais convencionais ou alternativos.

Projetos ilustrativos:

a) implantação de pequenas unidades de produção de tijolos de solo estabilizado para atender à demanda seja de instituições públicas ou entidades comunitárias. Há seis pessoas no projeto;

b) banco de dados sobre uso de tecnologias apropriadas para habitação. Consiste no cadastramento de experiências e no acompanha-

mento de pesquisas sobre o aprimoramento de tecnologias possíveis de utilizar em nosso país. Há três pessoas no projeto;

c) centro de treinamento para capacitação em construção popular: formação técnica para atender a auto-construtores, jovens de baixa renda e mutirantes, visando à melhoria da

qualidade da mão-de-obra. Há três pessoas no projeto.

10. Beneficiários principais: associações de moradores, favelados, sem-teto, movimentos urbanos e de bairros e moradores de rua.

11. Publicações principais: —

FUNDAÇÃO SAMUEL

Sigla/nome curto: FS

Responsáveis para contato: JAIME WRIGHT / VALDOMIRO PIRES / JOSELINE F. ALMEIDA

Endereço: Rua Vitorino de Moraes, 369 — 04714-030 — Chácara Santo Antônio — São Paulo — SP

Tel: (011) 521-5577

Fax: (011) 521-5577

1. Data de fundação: 1974 (de fato), 1990 (legal).

2. Origem: a Fundação Samuel nasceu como uma extensão do Serviço de Diaconia da Igreja Evangélica Reformada de São Paulo, de origem holandesa, praticamente freqüentada por imigrantes desse país. A partir de uma doação mais significativa recebida pela igreja, resolveu-se criar um fundo para apoio a grupos e projetos comunitários em São Paulo. O Fundo Samuel passou a contar com recursos de agências holandesas e alemãs de cooperação internacional não-governamental, caracterizando-se como uma entidade gestora de financiamentos delegados a pequenos projetos. Em 1990 criou-se a Fundação Samuel, desvinculada da igreja onde nasceu, com uma assembléia normativa própria e uma direção composta por membros de várias igrejas cristãs e de leigos.

3. Objetivos gerais: apoiar parcelas organizadas da sociedade civil em sua luta por uma sociedade democrática, pelo estabelecimento da justiça social e pelo respeito às liberdades fundamentais da pessoa humana.

4. Âmbito de atuação: Região Sudeste (SP, MG, RJ) e Região Sul (PR, RS)

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 6

6. Número de voluntários: 11

7. Faixa orçamentária: entre US\$400.000,00 e US\$500.000,00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: apoio financeiro a projetos sociais e campanhas.

Projetos ilustrativos:

a) APOIO A PROJETOS: mediação de fundos financeiros, destinados ao desenvolvimento de projetos realizados ou propostos pelo movimento social, desde que na área urbana. Há seis pessoas responsáveis pela seleção e encaminhamento dos mesmos;

b) CAMPANHAS TEMÁTICAS: a Fundação Samuel realizou em 1992 uma *Campanha contra a violência* e em 1993 organizou *Brincar é coisa séria*, a partir da qual foram instaladas brinquedotecas em inúmeras creches de São Paulo e igualmente se preparou pessoal para resgatar brincadeiras típicas da cultura brasileira como a corda, o pião, a bolinha de gude, as cantigas de roda e o jogo do "faz-de-conta" para a educação de hábitos e socialização das crianças. A reposição e manutenção dos brinquedos é feita pelas próprias creches que receberam as doações.

10. Beneficiários principais: população urbana de baixa renda.

11. Publicações principais: material pedagógico para as Campanhas *Brincar é coisa séria* e *Contra a violência*.

GEA — FORMAÇÃO E ASSESSORIA SINDICAL

Sigla/nome curto: GEA

Responsáveis para contato: TARCÍZIO ZIMERMANN/PAULO FRANCISCO HEINECK/ROBERTO KIEL

Endereço: Rua da República, 153 — 90.050-321 — Cidade Baixa — Porto Alegre — RS

Observação: Possui um escritório filiado além de sua sede em Porto Alegre.

1. Data de fundação: 1979 (de fato), 1983 (legal).

2. Origem: o GEA foi criado por alguns intelectuais (sociólogos e agrônomos da universidade e da Secretaria de Agricultura) interessados em política agrária e agrícola; e ainda por religiosos que trabalhavam na CPT- RS (padres, freiras, pastores, frades). Inicialmente, tratava-se de um núcleo de estudos anexo à Associação dos Sociólogos do RS. Sua principal motivação foi a observação da ausência de informações e divulgação dos problemas agrários e agrícolas do estado, por ocasião da expulsão de famílias de posseiros da reserva indígena ANONI, na década de 70. Imediatamente depois, ganharam autonomia própria e começaram a publicar um jornal, *Terragente*, informativo sobre questões agrárias e agrícolas, contendo análises da conjuntura, do sindicalismo, denúncias, etc. A publicação do jornal corresponde, no tempo, à decisão de institucionalizar-se.

3. Objetivos gerais: desenvolvimento social, cultural e econômico, através da organização e formação dos trabalhadores em termos de classe e gênero.

4. Âmbito de atuação: região das Missões e do Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 9

6. Número de voluntários: 13

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos:

a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 36,5%;

b) venda de produtos e serviços: 44%;
c) outras fontes: (empréstimos) 19,5%.

9. Atividades principais: educação popular e formação sindical.

Projetos ilustrativos:

a) FORMAÇÃO SINDICAL NO VALE DOS SINOS: cursos para lideranças sindicais sobre matemática sindical, legislação trabalhista, organização por local de trabalho, comunicação e expressão e formação para o exercício da cidadania. Destina-se a dirigentes sindicais e novos sindicalistas. É realizado em convênio com nove sindicatos locais e há dois responsáveis envolvidos na atividade;

b) LUA NOVA — NÚCLEO DE AÇÃO SINDICAL FEMINISTA: formação e divulgação de informações sobre gênero e trabalho, destinado ao público sindical e popular, mantido com a venda de materiais pedagógicos e trabalho voluntário. Há dez pessoas na atividade;

c) FORMAÇÃO E CONSULTORIA PARA PEQUENOS PRODUTORES RURAIS acerca de política agrícola, associativismo, organização da produção, abastecimento e tecnologia. Também mantida com trabalho voluntário, a atividade tem três responsáveis.

10. Beneficiários principais: sindicatos urbanos e rurais, mulheres trabalhadoras, operários e pequenos produtores.

11. Publicações principais: *Jornal Terragente* (de periodicidade, no momento, interrompida); *Boletim informativo*, voltado para a formação sindical no Vale dos Sinos e *Mulheres em ação*. Publicou uma cartilha para o movimento de mulheres com o título *Cartilha do leite*.

GRUPO AMBIENTALISTA DA BAHIA

Sigla/nome curto: GAMBÁ

Responsáveis para contato: ALTINO BONFIM / ELBANO PASCHOAL / RENATO CUNHA

Endereço: Av. Juracy Magalhães Jr., 768/1º andar — 41.940-060 — Rio Vermelho — Salvador — BA

Tel: (071) 240-6822

Fax: (071) 240-6822

Endereço eletrônico: gamba@ax.apc.org.br

Internet: gamba@canudos.fba.br.

1. Data de fundação: 1981 (de fato), 1982 (legal).

2. Origem: o GAMBÁ foi fundado por um grupo de pessoas que haviam pertencido ao Comitê de Defesa da Amazônia da Bahia (CDA). Nasceu da percepção de que, embora a Amazônia tenha importância no cenário ambiental do país, era necessário trabalhar com os problemas ambientais em Salvador e no estado. Em 1981, com o encerramento das atividades do CDA, o grupo dedicou-se a identificar as principais agressões ao meio ambiente no Estado da Bahia e a mobilizar um maior número de interessados para constituir uma nova entidade. Foram elaborados os estatutos e, em 1982, criou-se o Grupo Ambientalista da Bahia. Os primeiros trabalhos realizados foram: defesa do ecossistema do Abaeté; crítica ao Projeto Pedra do Cavalo (barragem no rio Paraguaçu); participação na elaboração da Lei Estadual de Meio Ambiente e reivindicação de democratização do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM).

3. Objetivos gerais: lutar, em caráter permanente, pelo uso ecologicamente racional do meio ambiente, visando à satisfação das necessidades humanas básicas, presentes e futuras, com a máxima participação da população.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 3

6. Número de voluntários: 6

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 23,5%;
- b) agências internacionais de cooperação governamental: 76,5%.

9. Atividades principais: preservação ambiental.

Projetos ilustrativos:

a) ESCOLA ITINERANTE: viagens e passeios de estudo e pesquisa, com metodologia própria à educação ambiental. Com patrocínio de uma empresa, o projeto atende a 16 crianças e adolescentes e há duas pessoas responsáveis por seu encaminhamento;

b) POLÍTICAS PÚBLICAS: acompanhamento da atuação de parlamentares; elaboração de emendas; ações civis públicas; denúncias; propostas e formulação de políticas. Atende ao público em geral. Há seis pessoas trabalhando na atividade;

c) PARTICIPAÇÃO NAS REDES TEMÁTICAS: organização e coordenação das seguintes redes temáticas do Fórum Brasileiro de ONGs de Meio Ambiente — Rede Mata Atlântica, Rede Anti-Nuclear e Rede de Educação Ambiental. Atende a ONGs, movimentos sociais e público universitário. Há quatro pessoas no acompanhamento das Redes.

10. Beneficiários principais: estudantes, jovens, público em geral.

11. Publicações principais: *Gambá informa* (mensal) e *Folha ambiental* (bimestral). Publica manuais e cartilhas, entre os quais se destaca: *Venenos na agricultura e no lar*.

GRUPO CULTURAL OLODUM

Sigla/nome curto: OLODUM

Responsáveis para contato: JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES/JOSÉ CARLOS NASCIMENTO/CRISTINA RODRIGUES

Endereço: R. Gregório de Matos, 22 — Pelourinho — 40.025-060 — Salvador — BA

Tel: (071) 321-3208

Fax: (071) 321-5010

1. Data de fundação: 1979, (de fato e legal).

2. Origem: o OLODUM nasceu como um bloco de carnaval em 1979. Em 1983, a partir das ações que vinha desenvolvendo em defesa dos direitos humanos e civis, no combate ao racismo e em atividades de formação, educativas, culturais e de militância feminista, transformou-se em uma Organização Não-Governamental.

3. Objetivos gerais: combater o racismo; resgatar, preservar e difundir a cultura negra; educar e formar os jovens para a vida e a defesa da cidadania; defender os direitos humanos e contribuir para elaboração de políticas públicas na área cultural.

4. Âmbito de atuação: municipal.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 57

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$500.000,00 e US\$1.000.000,00

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 2%;
- b) empresas: 11%;

c) venda de produtos e serviços: (loja e Banda Olodum) 87%.

9. Atividades principais: educação popular e para a cidadania.

Projetos ilustrativos:

a) PROJETO RUFAR DOS TAMBORES: educação formal (1ª a 4ª séries do primeiro grau) como alternativa para crianças e adolescentes de baixa renda. A escola atende a 500 crianças e é apoiada financeiramente pela Banda Olodum. Há 15 professores/educadores na atividade;

b) ACESSORAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM AÇÕES DE INTERVENÇÃO EM POLÍTICAS CULTURAIS: realização de seminários, cursos, palestras, debates e ações públicas de combate ao racismo e defesa dos direitos humanos e transformação dos resultados dessas iniciativas em propostas de políticas públicas. Atende aos membros do Olodum, militantes do Movimento Negro, estudantes e público em geral. Há sete pessoas dedicadas à atividade.

10. Beneficiários principais: população negra, crianças e adolescentes, mulheres.

11. Publicações principais: *Jornal do Olodum* (bimestral).

GRUPO CURUMIM — GESTAÇÃO E PARTO

Sigla/nome curto: CURUMIM

Responsáveis para contato: ISLENE ARAÚJO DE CARVALHO / ANA PAULA / A. L. VIANA / ADELAIDE DE OLIVEIRA

Endereço: Rua São Félix, 70 — 52.031-060 — Campo Grande — Recife — PE

Tel: (081) 427-2023

Fax: (081) 427-2023

1. Data de fundação: 1988 (de fato), 1989 (legal).

2. Origem: o CURUMIM surgiu por iniciativa de um grupo de mulheres do Movimento de Mulheres pela Saúde e pessoas de formação técnica, sensibilizadas pela necessidade de assistência à mulher no período reprodutivo. Formou-se em primeiro lugar um grupo de estudos e imediatamente iniciaram-se ações de atendimento na região metropolitana nas áreas mais carentes, além de orientação a casais no período da gestação e do parto. Em seguida, a organização firmou-se como agente de transformação social.

3. Objetivos gerais: sensibilizar pessoas, grupos e instituições para a humanização do nascimento; melhorar a qualidade do atendimento à saúde da menina adolescente e mulher adulta, influndo na elaboração de políticas públicas nesse campo; promover a organização e o intercâmbio das parteiras tradicionais em Pernambuco; formação de recursos humanos para trabalhar o tema da sexualidade e das doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a AIDS.

4. Âmbito de atuação: regional (Região Metropolitana do Recife e municípios adjacentes: Vitória de Santo Antão, Pombos, Belmont, etc.)

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 5

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: menos de US\$ 50.000,00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 79%;
- b) agências internacionais de cooperação governamental: 9,5%;
- c) agências multilaterais de cooperação: 1%;
- d) fundações nacionais: 1%;
- e) empresas: 9,5%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania, produção de material pedagógico e pesquisa no campo da saúde feminina.

Projetos ilustrativos:

a) **RECICLAGEM DE PARTEIRAS TRADICIONAIS:** encontros, treinamento para reciclagem, oficinas de sensibilização, produção de materiais pedagógicos e publicações em geral para a melhoria do desempenho profissional de parteiras e profissionais da saúde. Há duas pessoas na atividade;

b) **CAMPANHA CONTRA A MORTALIDADE MATERNA:** trata-se de seminários, publicações, atos públicos, debates e oficinas de sensibilização. Atende a mulheres, profissionais da saúde, profissionais de órgãos públicos e parlamentares. Há três pessoas na campanha;

c) **FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:** atividades de esclarecimento sobre sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis para agentes multiplicadores do movimento popular. Conta com duas pessoas na coordenação. Cursos e oficinas para profissionais da saúde, com duas pessoas dedicadas à sua organização. Oficinas chamadas Cunhatã-meninas, trabalho itinerante que percorre as comunidades, destinado a

mulheres, adolescentes e técnicos da saúde, tem dois responsáveis.

10. Beneficiários principais: mulheres e adolescentes; profissionais da saúde e da educação; outras ONGs e parteiras tradicionais.

11. Publicações principais: *Jornal gesto — humanizando o nascimento* e manuais e cartilhas, entre os quais se destacam: *A história de Marli, Ana, Chica...* sobre a campanha contra a mortalidade materna; *Refletindo a menina — conversas e notas*. Produz também vídeos, sendo o principal: *Parteiras — a magia da sobrevivência*.

GRUPO DE APOIO À PREVENÇÃO DA AIDS DA BAHIA

Sigla/nome curto: GAPA BA

Responsáveis para contato: HARLEY H. DO NASCIMENTO/ MÁRCIA CRISTINA MARINHO/ ROSA BEATRIZ GONÇALVES

Endereço: Rua Manoel Dias Moraes, 25 — 40.155-260 — Jardim Apipema — Salvador — BA

Tel: (071) 245-1741/235-1727/247-6554

Fax: (071) 245-1587

Endereço eletrônico: gapaba@ax.apc.org.br

1. Data de fundação: 1988 (de fato), e 1989 (legal).

2. Origem: o GAPA da Bahia foi fundado por um grupo de voluntários (universitários e profissionais), que se mobilizaram com o intuito de promover programas educativos para a prevenção da AIDS, assim como melhorar a assistência aos portadores do vírus e aos doentes, iniciando assim a construção de uma filosofia de trabalho que tivesse como suporte a conscientização, a solidariedade e a luta pelo resgate da cidadania.

3. Objetivos gerais: difundir informação através de atos específicos de prevenção da AIDS; lutar para melhorar a assistência às pessoas com HIV/AIDS; lutar pelo estabelecimento de uma política de saúde pública eficiente, no campo da AIDS, no Brasil e especialmente na Bahia; lutar contra a discriminação e contra comportamentos lesivos aos direitos humanos dos pacientes com AIDS e das pessoas em risco.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 17

6. Número de voluntários: 10

7. Faixa orçamentária: —

8. Fontes de recursos: —

9. Atividades principais: campanhas, informação e pressão para obter políticas públicas adequadas no campo da AIDS.

Projetos ilustrativos:

a) Programas educativos e informativos:

- INFORMAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E ESCOLAS COMUNITÁRIAS: formação de multiplicadores de informação e elaboração de materiais

didáticos específicos (manuais e cartilhas). Atende a professores e adolescentes da rede pública e de escolas comunitárias da cidade de Salvador. Há três pessoas dedicadas ao projeto;

- PROGRAMA AIDS E PERIFERIA: formação de educadores comunitários em cinco áreas carentes e produção de materiais específicos. Há duas responsáveis pelo programa;

- PROGRAMA AIDS E SINDICATOS: implementar os sindicatos para atuar como agentes multiplicadores de informação e produtores de materiais de divulgação específicos para o setor e promover a discussão e os encaminhamentos necessários sobre AIDS e ambiente de trabalho. São 21 sindicatos urbanos envolvidos no programa e há dois responsáveis pelo trabalho;

b) CENTRO DE APOIO INTEGRADO ÀS PESSOAS HIV/AIDS: prestar serviço de atendimento direto aos HIV/AIDS e seus familiares através de aconselhamento, atendimento psicológico, orientação, oficinas de terapia ocupacional e assistência jurídica. Há duas pessoas responsáveis pelo Centro;

c) PROGRAMA DE VOLUNTÁRIOS EM AIDS: o GAPA está implementando um programa de gerenciamento de voluntariado com atividades sistemáticas, acompanhamento regular e planejado. Há um responsável pelo programa.

10. Beneficiários principais: portadores de HIV, homossexuais, prostitutas, meninos e meninas de rua, professores, sindicatos, estudantes, jovens e público em geral.

11. Publicações principais: Boletim GAPA BA e manuais e cartilhas, entre os quais se destacam: Manual para pais e educadores em AIDS; Manual para educadores comunitários; Manual para gerenciamento de voluntários; Cartilha: AIDS, pare, informe-se e viva!

GRUPO DE APOIO AO ÍNDIO PATAXÓ

Sigla/nome curto: GAIPA

Responsáveis para contato: EVERAL VERGÍLIO DA SILVA/JOÃO GILBERTO

Endereço: BR 367, KM 51 — 45.820-000 — Porto Seguro — BA

Tel: (073) 288-2075

Fax: (073) 288-2075

Caixa postal: 78

1. Data de fundação: 1989 (de fato), 1990 (legal).

2. Origem: o GAIPA nasceu a partir do Primeiro Encontro da Nação Pataxó, no Município de Itamaraju, Bahia. Na oportunidade, constatou-se o grande abandono em que se encontravam as comunidades indígenas locais, tanto por parte dos órgãos públicos como por parte das próprias Organizações Não-Governamentais.

3. Objetivos gerais: melhorar a qualidade de vida dos povos Pataxó do extremo sul da Bahia. Preservar a Mata Atlântica.

4. Âmbito de atuação: microrregião do extremo sul da Bahia (Municípios de Porto Seguro, Prado, Itamaraju, Santa Cruz e Cabralia).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 8

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: agricultura alternativa, preservação ambiental, denúncias de violações dos direitos dos povos indígenas e de agressões ao meio ambiente da região do extremo sul da Bahia.

Projetos ilustrativos:

a) VIVEIRO DE MUDAS: implantação de mudas de espécies florestais nas aldeias indígenas. Há um responsável pelo programa;

b) estágio em agrossilvicultura para membros da comunidade indígena, em uma fazenda modelo. Há um responsável pelo programa;

c) PROJETO PATAXÓ DESALDEIADO: trata-se de reunir os indígenas da região que vivem fora das aldeias no sentido de apoiar suas dificuldades de adaptação e para a preservação da cultura. Há um responsável pelo projeto.

10. Beneficiários principais: povos indígenas da região e índios desaldeiados sem terra.

11. Publicações principais: —

GRUPO DE SAÚDE POPULAR

Sigla/nome curto: GSP

Responsáveis para contato: FÁTIMA TICIANEL SCHRODER / DOROTÉIA ELISA DRESSLER

Endereço: Rua da Mangueira, 103 — 78.050-200 — Bosque da Saúde — Cuiabá — MT

Tel: (065) 321-7808

Fax: (065) 322-3331

Caixa postal: 97

CEP: 78.000-001

1. Data de fundação: 1986 (de fato e legal).

2. Origem: o GSP nasceu por iniciativa de três profissionais da saúde que atuavam em um programa da Pastoral da Igreja do Rosário de Cuiabá. Com a expectativa de criar um espaço autônomo, os fundadores constituíram um grupo profissional para assessoria à população no campo da saúde, visando poder intervir na elaboração de políticas públicas do setor. Inicialmente o trabalho desenvolveu-se em um bairro da periferia de Cuiabá, através de uma creche, da Associação de Moradores e de uma Comissão de Saúde. Posteriormente, o GSP assumiu a organização do Movimento Popular de Saúde no nível estadual. Em consequência dessa atividade, manteve uma duplicidade de funções até 1992, quando definiu junto ao movimento a identidade de Organização Não-Governamental, retomando o trabalho institucional e redefinindo a estrutura interna do GSP e seu papel de assessoria.

3. Objetivos gerais: atuar no campo das políticas públicas de saúde, lutando pela construção de um sistema de saúde mais eficaz e igualitário; contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais através de assessoria e atividades de formação; trabalhar para a construção de uma concepção de saúde integral que veja a pessoa humana como um ser biopsicossocial.

4. Âmbito de atuação: municipal.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 7

6. Número de voluntários: 1

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 67%;
- b) venda de produtos: 6%;
- c) convênios: 27%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania, no campo da saúde.

Projetos ilustrativos:

a) **ASSESSORIA E FORMAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA SAÚDE:** seminários, cursos, palestras e produção de material pedagógico. Atende a representações de usuários do sistema de saúde, representantes de conselhos municipal e estadual. Há duas pessoas na atividade;

b) apoio e assessoria ao Movimento Popular de Saúde (MOPS) através de pesquisas e assessoramento aos representantes de Conselhos de Saúde e do Instituto de Saúde Coletiva. Atende a mulheres, coordenadores municipais e representantes de Comissões de Saúde de Cuiabá. Há duas pessoas na atividade;

c) intercâmbio junto às articulações da sociedade civil matogrossense: FORMAD — Fórum MT de Desenvolvimento e Meio Ambiente, ONGs locais e Ação da Cidadania Contra a Miséria e a Fome e pela Vida. Toda a equipe do GSP participa das atividades de intercâmbio.

10. Beneficiários principais: movimentos urbanos e de bairro, mulheres, moradores de rua e público em geral.

11. Publicações principais: —

GRUPO DE TRABALHO MISSIONÁRIO EVANGÉLICO

Sigla/nome curto: GTME

Responsáveis para contato: BISPO ALMIR DOS SANTOS/ REV. JONAS F. DO NASCIMENTO/ LUCIA HELENA MARTINS

Endereço: Avenida dos Trabalhadores, 3.419 — 78.005-970 — Carumbé — Cuiabá — MT

Tel: (065) 322-7476

Fax: (065) 322.7476

Caixa postal: 642

1. **Data de fundação:** 1979 (de fato), 1983 (legal):
2. **Origem:** o GTME nasceu a partir de um encontro de missionários de várias igrejas, realizado em 1979, no qual se discutiu o tema "A presença evangélica nas fronteiras internas do país". Durante o Encontro, que reuniu 36 pessoas representantes das Igrejas Metodista, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Presbiteriana e Anglicana, constatou-se a situação de isolamento em que se mantinham os que trabalhavam nas frentes missionárias. Em vista disso, foi criado um grupo de trabalho interdenominacional que deu origem ao GTME.
3. **Objetivos gerais:** promover a solidariedade aos povos indígenas no Brasil; fomentar a participação das igrejas evangélicas na pastoral ecumênica de solidariedade aos povos indígenas; oferecer assessoria especializada aos trabalhos indigenistas missionários vinculados às igrejas representadas no GTME; oferecer serviço de formação para os missionários e demais agentes que atuam na área indigenista; contribuir, através da informação, para a ampliação da consciência pública sobre a realidade e os direitos indígenas.
4. **Âmbito de atuação:** nacional.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviços:** 8
6. **Número de voluntários:** —
7. **Faixa orçamentária:** —
8. **Fontes de recursos:** —
9. **Atividades principais:** assessoria, informação e capacitação no campo indigenista.

Projetos ilustrativos:
a) PROGRAMA DE FORMAÇÃO para missionários e membros de igrejas, através de cursos e encontros;
b) PROGRAMA DE INFORMAÇÃO, que consiste na produção do boletim *Tupari*, materiais para a semana do índio e outros;
c) PROGRAMA DE APOIO À MOBILIZAÇÃO INDÍGENA, que consiste no encaminhamento de pequenos projetos para financiamento e assessoria direta aos grupos indígenas.

Obs.: toda a equipe, oito pessoas, divide-se entre todas as atividades.
10. **Beneficiários principais:** povos indígenas, grupos evangélicos, paroquianos, professores, outras ONGs.
11. **Publicações principais:** *Tupari* (trimestral), *Boletim informativo do GTME* e *Cadernos de estudo* vols. 1 a 5, sobre temas de interesse para a questão indigenista.

GRUPO PELA VALORIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E DIGNIDADE DO DOENTE DE AIDS

Sigla/nome curto: GRUPO PELA VIDDA

Responsáveis para contato: RONALDO MUSSAUER DE LIMA / RENATO QUEMMEL / LUIZ ROBERTO CRUZ

Endereço: Av. Rio Branco, 52 — 14º andar — 20.090-002 — Centro — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 518-3993/518-1997

Fax: (021) 518-1997

Endereço eletrônico: mussauer@coe.ufri.br

1. Data de fundação: 1989 (de fato e legal).

2. Origem: o Grupo pela VIDDA nasceu da necessidade de se combater a solidão, a clandestinização e a discriminação da pessoa vivendo com HIV e AIDS no Brasil. O Grupo é formado por pessoas vivendo com HIV e AIDS, seus parentes e amigos e profissionais da área. Um dos seus fundadores foi Herbert Daniel (militante pioneiro da causa dos portadores de HIV/AIDS, já falecido), bem como profissionais da saúde com experiência no setor para atendimento aos doentes de AIDS do Hospital Gaffré Guinle.

3. Objetivos gerais: lutar para que as pessoas com HIV e AIDS, assintomáticas ou doentes, tenham plenos direitos civis, para que possam exercer sua cidadania plena. Informar sobre a atual situação da epidemia do HIV e AIDS, no Brasil. Realizar o trabalho de prevenção: primária (população em geral); secundária (pessoas vivendo com HIV); terciária (pessoas com AIDS). Possibilitar uma educação que valorize a auto-estima e discuta a sexualidade (considerando a necessidade atual do uso de preservativos para a prevenção do HIV). Intervir nas políticas públicas de saúde.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 4

6. Número de voluntários: 23

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos:

a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 90%;

b) doações individuais: 10%.

9. Atividades principais: informação, assessoria jurídica e campanhas educativas para a prevenção HIV/AIDS.

Projetos ilustrativos:

a) assessoria e atendimento jurídico gratuito para orientação e encaminhamento de pessoas junto à justiça, em causas trabalhistas e previdenciárias. Atende a HIV/AIDS, amigos e familiares. Há cinco pessoas na atividade, realizada em convênio com o Ministério da Saúde;

b) serviços diretos a pessoas HIV/AIDS, entre os quais se destacam: Disque-AIDS, orientação por telefone à população em geral; recepção e aconselhamento; oficina de expressão artística; atendimento específico para mulheres; produção de materiais educativos (cartilhas, cartazes, relações com a mídia). Toda a equipe, com apoio de voluntários;

c) formação e debate com profissionais da saúde: espaço de discussão entre portadores de HIV/AIDS com médicos e psicólogos para troca de informações e esclarecimento. Há seis pessoas dedicadas à atividade.

10. Beneficiários principais: portadores de HIV/AIDS, professores, público em geral, homossexuais, mulheres, outras ONGs, favelados e sindicatos.

11. Publicações principais: *Boletim Pela Vida* (trimestral) e *Dossiês*. Publica manuais e cartilhas, entre as quais se destacam: *Cuidando de alguém com AIDS* e *Viver a vida positivamente*. Livro: *Direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS*.

INSTITUTO ARNALDO DOS COELHOS — PESQUISA E FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR

Sigla/nome curto: INAC

Responsáveis para contato: TEREZINHA MENDONÇA/INEZ M^a F. DE SOUZA/ JOSÉ B. NETO/JOÃO FRANCISCO DE SOUZA

Endereço: R. Acadêmico Hélio Ramos s/n — 50.740-530 — Cidade Universitária — Recife — PE

Tel: (081) 271-8320 e (081) 271-8321

Fax: (081) 271-8320 e (081) 271-8334

1. **Data de fundação:** 1991 (de fato e legal).
2. **Origem:** um grupo de profissionais da área da educação, do Departamento de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, constituiu um Coletivo de Estudos Educacionais e Pesquisa Participante que foi a origem do INAC. Conscientes da necessidade de pesquisar os fenômenos referentes à educação como elemento no processo de organização/mobilização popular, decidiram institucionalizar de modo autônomo o trabalho que vinham desenvolvendo e constituíram-se juridicamente.
3. **Objetivos gerais:** promover e realizar pesquisas sobre a realidade educacional escolarizada como elemento do processo de organização/mobilização popular, no sentido de produzir instrumentos teóricos de apoio à transformação; sistematizar a dimensão educativa da atuação das organizações populares de base (sindicatos, comissões de empresas, cooperativas, associações de moradores e de bairro, grupos culturais, etc.); atuar no campo específico da escolarização popular; divulgar o resultado das pesquisas realizadas e de outros trabalhos sobre o tema; promover capacitação de profissionais da área; participar de redes nacionais e internacionais desse campo; proporcionar amplo intercâmbio nacional e internacional dentro da área temática.
4. **Âmbito de atuação:** municipal (Recife e Olinda).
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** —
6. **Número de voluntários:** 6
7. **Faixa orçamentária:** —
8. **Fontes de recursos:** venda de produtos e serviços: 100%.
9. **Atividades principais:** pesquisa no campo da educação como elemento do processo de organização e mobilização dos movimentos sociais; assessoria no campo da educação escolar.

Projetos ilustrativos:
 - a) **ASSESSORIA AO ENSINO PÚBLICO:** em convênio com o governo do estado e a prefeitura de Olinda, capacitação de professores e pessoal técnico da rede pública. Há três profissionais responsáveis;
 - b) **APOIO ÀS ESCOLAS COMUNITÁRIAS:** pesquisa sobre a situação das escolas comunitárias em Pernambuco. Há dois professores/coordenadores da atividade, que é feita em convênio com a Federação Estadual e Metropolitana de Bairros;
 - c) **trabalho em conjunto com outras instituições:**
 - participação na Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), compondo o Colegiado Nacional;
 - trabalho conjunto com o governo do estado e outras instituições: PROJETO ALFABETIZAÇÃO TAMBÉM É COMBATE À FOME E À VIOLÊNCIA. Há três pessoas dedicadas a trabalhos de articulação com outras entidades.
10. **Beneficiários principais:** professores, crianças e jovens; outras ONGs.
11. **Publicações principais:** —

INSTITUTO BRASIL CENTRAL

Sigla/nome curto: IBRACE

Responsáveis para contato: PEDRO WILSON GUIMARÃES / ALDA MARIA BORGES / SANDRA DE FARIA

Endereço: Rua 240, Quadra 93, Lote 19, nº 549 — 74.605-170 — Setor Universitário — Goiânia — GO

Tel: (062) 225-2801

Fax: (062) 212-1738

1. **Data de fundação:** 1984 (de fato e legal).
2. **Origem:** o IBRACE estabeleceu em sua Carta de Princípios, elaborada por ocasião de sua fundação, as referências que justificam a criação da entidade: a necessidade de "uma análise de realidade do Brasil Central (Centro-Oeste brasileiro), seu processo histórico, as questões sociais, econômicas e culturais emergentes; uma análise dos instrumentos de atuação direta e indireta nessa realidade (ações concretas e atividades transformadoras, no sentido do avanço da caminhada do povo brasileiro); além do compromisso e interesse de um grupo de pessoas, homens e mulheres, em engajar-se em uma instituição dedicada à Região do Brasil Central". Os fundadores do IBRACE são oriundos das universidades de Goiás e da Magistratura, em município do interior do estado.
3. **Objetivos gerais:** realizar atividades, trabalhos, publicações, reuniões e pesquisas que visam à assessoria e ao acompanhamento dos movimentos populares. Contribuir para a garantia dos direitos humanos, buscando a construção da cidadania como expressão do direito à vida, no conjunto das exigências e necessidades da maioria da população.
4. **Âmbito de atuação:** regional (GO, MT, TO e DF), com participação nacional no Movimento de Direitos Humanos e assessorando o Movimento Nacional de Luta pela Moradia.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 6
6. **Número de voluntários:** 101
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.
8. **Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não governamental: 64,5%;
 - b) instituições nacionais: 17,5%;
 - c) doações individuais: 18% (corresponde ao volume de trabalho voluntário mobilizado pela instituição).
9. **Atividades principais:** assessoria e educação popular, informação e denúncias, preservação do meio ambiente.

Projetos ilustrativos:

 - a) APOIO PEDAGÓGICO A PROFESSORES DE ASSENTAMENTOS RURAIS E DAS ÁREAS URBANAS RESPONSÁVEIS POR PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: atende a professores, crianças, jovens e adultos alfabetizando. Há cinco pessoas na atividade;
 - b) APOIOS NA ÁREA DO MEIO AMBIENTE:
 - assessoria agroecológica: consta de experimentação e cursos de capacitação para pequenos produtores em áreas de assentamento. Há quatro pessoas na atividade;
 - assessoria, apoio à articulação indígena e pesquisa relacionada às questões da região do Cerrado. Atende a ambientalistas, nações indígenas, indigenistas e estudantes. Há cinco pessoas na atividade.

C) ASSESSORIA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E RURAIS:

- assessoria jurídica, acompanhamento e formação para os Movimentos Populares Pró Moradia, Saúde, Direitos Humanos, Educação, em defesa da Criança e da Adolescência. Atende a agentes de pastoral e dirigentes desses movimentos. Há 18 pessoas dedicadas à atividade;

- assessoria jurídica para a produção agrícola e de formação para trabalhadores rurais (dirigentes de associações, sindicatos e movimentos; pequenos produtores de áreas de assentamento). Há quatro pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: movimentos urbanos em geral, analfabetos e professores, trabalhadores rurais e pequenos produtores.

11. Publicações principais: publica manuais e cartilhas entre os quais destacam-se: *Associação de moradores da Vila Emílio Póvoa — história e organização*; *III Congresso da Federação de Inquilinos e Posseiros do Estado de Goiás*. Produz vídeos tais como: *Problemas ambientais em Goiânia*; *Mandato participativo*. (Obs: o IBRACE possui um banco de imagens da região).

INSTITUTO BRASILEIRO DE AMIZADE E SOLIDARIEDADE AOS POVOS

Sigla/nome curto: IBASP

Responsáveis para contato: MIGUEL ANACLETO JÚNIOR/DINALDO ALMEIDA COUTINHO/MARIA DO CARMO AQUINO

Endereço: Rua da Aurora, 295, sl. 808 — 50.050-000 — Boa Vista — Recife — PE

Tel: (081) 222-2187

Fax: (081) 222-2187

Caixa Postal: 1296

Observação: Possui sete escritórios regionais

CEP: 50.001-970

1. Data de fundação: 1986 (de fato e legal).

2. Origem: o IBASP foi fundado por um grupo de pessoas desejosas de fomentar a amizade e solidariedade entre os povos, de forma abrangente, e que estendessem seu campo de ação à luta em defesa da paz. Trata-se de uma associação aberta aos que desejarem a ela filiar-se, desde que estejam de acordo com seus objetivos. O IBASP possui 400 sócios (fundadores, efetivos, honorários).

3. Objetivos gerais: lutar pela defesa da paz mundial, contra as guerras de agressão e de conquista, dentro da linha traçada pela Organização das Nações Unidas; promover, por todos os meios lícitos, campanhas em prol da autodeterminação dos povos e das nações, lutando contra todas as formas de colonialismo, de racismo e de exploração em qualquer parte do mundo; promover e fortalecer os laços de amizade entre os povos através de um programa de intercâmbio cultural e informativo com organizações similares existentes no estrangeiro; organizar a solidariedade aos povos de qualquer país nos casos de agressão externa, comoções internas e calamidade pública; lutar pelo respeito à Declaração dos Direitos do Homem das Nações Unidas e pela Declaração Universal dos Direitos dos Povos.

4. Âmbito de atuação: nacional (campanhas) e especificamente em áreas indígenas dos Estados de PE, MS, PI, PA e MG.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: —

6. Número de voluntários: 44

7. Faixa orçamentária: —

8. Fontes de recursos: —

9. Atividades principais: campanhas, denúncias e atividades educativas, como palestras e cursos.

Projetos ilustrativos:

a) CAMPANHAS, tais como: divulgação sobre as violações dos direitos humanos na Coreia do Sul; envio de abaixo-assinado ao governo da Nigéria exigindo imediata interrupção da repressão aos estudantes; abaixo-assinado contra a regulamentação hídrica do Departamento da Rocha do Uruguai, que vem causando danos irreparáveis ao meio ambiente e à população; em solidariedade aos presos políticos peruanos detidos sem prova de delito e pela imediata suspensão dos atos de violação dos direitos humanos cometidos por órgãos do governo no país; pela demarcação das terras indígenas; e participação ativa na Campanha contra a Fome, a Miséria e pela Vida;

b) ATIVIDADES RELATIVAS AOS POVOS INDÍGENAS, tais como: reunião com lideranças indígenas e entrevista coletiva à imprensa sobre a situação de calamidade em que se encontram nas reservas do Agreste e do Sertão. Visitas às aldeias indígenas Xucuru, Kambiwá, Kapinawá, Atikum e Fulni-ô. Envio de quatro toneladas de alimentos, respectivamente às comunidades Xucurú, em Pesqueira, e Fulni-ô, no agreste pernambucano. Implantação de projetos auto-

sustentáveis nas aldeias Kambiwá (plantação de palma) e Kapinawá (vacas leiteiras);

c) ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO, tais como: curso básico de política internacional, com duração de um mês, na sede do IBASP; participação em mesas redondas na TV e debates em inúmeras oportunidades.

10. Beneficiários principais: público em geral, povos indígenas, ciganos, população negra, favelados e pessoas sem-terra.

11. Publicações principais: *Boletim IBASP* (trimestral). Publica obras, entre as quais se destacam: *Povos indígenas em Pernambuco*; *Movimento de Libertação Nacional — Frente Farabundo Martí (El Salvador)*; e *IBASP cinco anos*.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS

Sigla/nome curto: IBASE

Responsáveis para contato: HERBERT DE SOUZA (Betinho) / CARLOS ALBERTO AFONSO / CÂNDIDO GRZYBOWSKI

Endereço: Rua Vicente de Sousa, 12 — 22.251-070 — Botafogo — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 537-8228

Fax: (021) 537-9185

Endereço eletrônico: ibase@ibase.org.br

Observação: É a sede do NODO AlterNex de comunicação eletrônica

1. Data de fundação: 1981 (de fato e legal).

2. Origem: o IBASE nasceu a partir da experiência acumulada por profissionais (fundamentalmente três pessoas) que viveram no exílio durante o período dos governos militares, exercendo atividades em diversas partes do mundo, seja como professores universitários (Universidade do México), como pesquisadores (Latin America Research Unit-LARU) ou como funcionários de agências internacionais de cooperação em departamentos sociais de igrejas cristãs (United Church of Canada e Conselho Mundial de Igrejas). Essa dimensão internacional é um componente importante para explicar a metodologia e a concepção do IBASE que, a partir da percepção da importância da informação no processo sócio-político, nasce como organização dedicada à democratização da informação para o movimento popular. A proposta inicial foi discutida no Brasil com mais de 60 ONGs, grupos populares e indivíduos, chegando-se a um formato de serviço e consultoria com o objetivo de gerar e analisar informações sobre a realidade social, econômica e política, para uso e por solicitação dos movimentos sociais. Atualmente o IBASE define como eixo principal de seu trabalho a luta contra a exclusão e pela cidadania, analisando a informação e o conhecimento sobre a realidade brasileira sob a ótica da democracia. Para o IBASE, uma sociedade democrática é aquela em que todas as relações econômicas, sociais, políticas e culturais estão fundadas nos princípios éticos da igualdade, solidariedade, diversidade, participação e liberdade.

3. Objetivos gerais: colaborar, através da democratização da informação e do conhecimento, para a construção da democracia na sociedade brasileira.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 102

6. Número de voluntários: três voluntários internacionais e 54 colaboradores nacionais.

7. Faixa orçamentária: entre US\$2.000.000.00 e US\$2.500.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 66%;
- b) agências multilaterais de cooperação: 5%;
- c) órgãos de governo: 2%;
- d) fundações nacionais: 7,5%;
- e) empresas: 10%;
- f) venda de produtos e serviços: 9,5%.

9. Atividades principais: informação e conhecimento sobre a realidade brasileira analisada sob a ótica da democracia.

Projetos ilustrativos:

a) PROGRAMA ESTADO E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS: participação no Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente — Rede Criança. Há duas pessoas na atividade.

b) REDE ALTERNEX: sistema alternativo de comunicações por meio eletrônico, em escala mundial, a baixo custo, favorecendo a interligação

entre ONGs de todo o mundo e entre universidades e ONGs, oferecendo a possibilidade de acesso a inúmeros bancos de dados, com mais de 1.000 usuários regulares. Há cinco técnicos no gerenciamento da atividade, a qual é auto-suficiente;

c) participação na Campanha Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida. Implica a produção do jornal Primeira e Última, elaboração de vídeos, informações divulgadas pela Rede AlterNex e manutenção de uma assessoria de imprensa. Atinge o público em geral. Há oito pessoas em dedicação exclusiva ao apoio à Campanha;

d) pesquisas: há várias pesquisas em curso entre elas destacam-se TERRA E CONDIÇÕES DA CIDADANIA NO CAMPO e DEMOCRATIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

PÚBLICO. A primeira, com quatro pessoas, atendendo a sindicatos rurais, ONGs dedicadas à questão agrária e movimentos sociais do campo. A segunda, com duas pessoas, voltada para parlamentares, outras ONGs e sindicatos em geral.

10. Beneficiários principais: o público em geral. Programas específicos estão voltados para públicos mais definidos tais como: sindicatos urbanos e rurais, outras ONGs, camadas médias, estudantes e professores, crianças e adolescentes.

11. Publicações principais: a revista mensal *Democracia/Políticas governamentais* e os boletins *Terra e democracia*, *Orçamento e democracia* e *Políticas ambientais*. O IBASE produz também uma lista extensa de livros e vídeos.

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE

Sigla/nome curto: IMOPEC

Responsáveis para contato: MARIA CÉLIA DE ARAÚJO GUABIRABA

Endereço: Avenida Dom Manuel, 1197 — 60.060-091 — Centro — Fortaleza — CE

Tel: (085) 226-1947

1. Data de fundação: 1987 (de fato), 1988 (legal).

2. Origem: o IMOPEC originou-se de um grupo de pessoas que trabalhavam em organismos ligados à Igreja Católica (Secretariado Regional Nordeste I da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB; Associação dos Educadores Católicos — AEC/CE; e Cáritas Regional). No trabalho junto à população constata-se a precariedade da memória acumulada sobre os movimentos populares no Ceará. Realizaram-se várias reuniões de consulta e debates sobre essa questão, chegando-se então à proposta de criar uma entidade que preservasse e recuperasse os documentos que contam essa história resgatando-a, para que as lideranças possam capacitar-se criticamente.

3. Objetivos gerais: realizar estudos e pesquisas sobre a cultura e a religiosidade do povo cearense, na ótica da história, sociologia, antropologia, política e ciências afins; documentar as experiências e lutas do povo cearense para a construção de um novo projeto de sociedade; assessorar grupos e comunidades de base no registro, arquivamento, divulgação e estudo da memória popular dos movimentos sociais.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 4

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos:

a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 89,5%;

b) venda de produtos e serviços: 3%;

c) doações individuais: 2%;

d) fundo próprio: 5,5%.

9. Atividades principais: educação popular, documentação, informação e assessoria a grupos e comunidades de base.

Projetos ilustrativos:

a) apoio à luta das populações atingidas pela construção da barragem do Castanhão. Consta de seminários de estudo conjunto com a Associação de Moradores de Jaguaribara; publicação de boletins e cadernos sobre a barragem, além de produção de vídeo. Há três pessoas na atividade;

b) publicação do boletim *Raízes*, que tem abordado os seguintes temas: os 500 anos da América; meio ambiente; religiões populares; CEBs e movimentos populares; a hora e a vez dos povos indígenas; o Movimento Negro no Ceará; a luta pela terra no Ceará; o Movimento de Canudos; a Barragem do Castanhão no Tribunal da Água. O boletim *Raízes* é uma das formas de registro e resgate da memória dos movimentos sociais do Estado do Ceará.

10. Beneficiários principais: associações de moradores e de bairros, favelados, professores e estudantes, grupos indígenas e população negra.

11. Publicações principais: *Raízes* (trimestral) e *Caderno de propostas alternativas*. Publica manuais e cartilhas, entre os quais destaca-se: *Meio ambiente: litoral e sertão ameaçados*. Publicou o livro *Ceará — a crise do modelo exportador*. Produz vídeos, tais como: *Castanhão, a resistência de um povo*; *Choromingo*; *SOS Jaguaribara*.

INSTITUTO DE AÇÃO CULTURAL

Sigla/nome curto: IDAC

Responsáveis para contato: MIGUEL DARCY DE OLIVEIRA/ROSISKA DARCY DE OLIVEIRA/BABETTE HARPER STORZ

Endereço: Rua Lopes Quintas, 211 — 22.460-010 — Jardim Botânico — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 511-0142

Fax: (021) 511-0294

Endereço eletrônico: idac@ax.apc.org.br

1. **Data de fundação:** 1971 (em Genebra), 1980 (no Brasil).
2. **Origem:** o IDAC tem origem na instituição de mesmo nome fundada em 1971, em Genebra, Suíça, por brasileiros exilados (entre os quais Paulo Freire). Até 1979 funcionou realizando trabalhos em torno de educação formal; assessoria a governos em programas de formação de cooperantes e de desenvolvimento; pesquisa/ação na área de mulheres; programas nacionais de planejamento para a alfabetização (em países africanos); consultoria à Organização Mundial da Saúde para programas de saúde primária em países em desenvolvimento e produção de materiais pedagógicos. Em 1980, instituiu-se no Brasil realizando projetos de intervenção sócio-educativa junto a organizações de base e comunidades populares, visando à conquista dos direitos e melhoria da vida cotidiana. Gradualmente, a ampliação dos espaços de liberdade e participação abrem novas oportunidades de intervenção. A dinâmica comunitária se combina com novas formas de interação com as políticas públicas. A construção da cidadania e o enfrentamento da exclusão social exigem uma multiplicidade de níveis e formas de ação que implicam desde a intervenção direta junto ao público-alvo, até a pesquisa e produção de conhecimento sobre cada situação-problema, passando pela mobilização da sociedade civil e pela pressão sobre o Estado.
3. **Objetivos gerais:** promoção da cidadania ativa e melhoria da qualidade de vida de modo a consolidar a democracia e erradicar a miséria.
4. **Âmbito de atuação:** municipal.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 26
6. **Número de voluntários:** 6
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$400.000.00 e US\$500.000.00.
8. **Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 28%;
 - b) agências multilaterais de cooperação: 24%;
 - c) fundações nacionais: 6%;
 - d) órgãos de governo: 6%;
 - e) diretamente de departamentos sociais de igrejas cristãs: 32%;
 - f) venda de serviços: 4%.
9. **Atividades principais:** educação para a cidadania através da capacitação e assessoria; pesquisa; informação e campanhas.

Projetos ilustrativos:

 - a) MULHERES: programa corpo, sexualidade, saúde e direitos reprodutivos. Destina-se a mulheres das camadas populares visando favorecer um maior conhecimento sobre o funcionamento de seu corpo e os cuidados com a saúde pessoal e familiar; instrumentá-las para a reivindicação de seus direitos a um melhor atendimento por parte das instituições de saúde da rede pública; capacitar profissionais da saúde para rever seu desempenho profissional. O programa ofereceu capacitação para 250 profissionais da saúde; produziu materiais pedagógicos de apoio; supervisionou a implanta-

ção de ações de formação em 111 unidades de saúde situadas no Rio de Janeiro, Baixada Fluminense e interior do estado;

b) CRIANÇAS E ADOLESCENTES: em conjunto com a FASE, o IBASE e o ISER (ver neste volume), o IDAC integra o grupo de ONGs que está desenvolvendo o projeto *Se essa rua fosse minha* para atendimento a meninos e meninas de rua. Trata-se de quebrar a engrenagem do medo e rejeição, substituindo-a por atitudes generosas de aproximação, convívio, acolhimento e oferecimento de oportunidades de educação e emprego. O IDAC tem mantido programa próprio, específico para meninas de rua, em situação de risco, que consiste em oficinas de qualificação profissional combinadas com atendimento direto de emergência na área da saúde física e mental;

c) COMUNIDADES DE BAIXA RENDA: o IDAC deu início a um trabalho de desenvolvimento comunitário na Zona Oeste do Rio de Janeiro (Bangu, Campo Grande e Santa Cruz) com o objetivo de contribuir para a democratização

da gestão urbana através da capacitação de lideranças comunitárias. O trabalho levou o IDAC a apoiar a constituição de um núcleo local CAMPO — Centro de Apoio ao Movimento Popular Oeste — além de equipar uma casa que servisse de infra-estrutura para ajudar a consolidar e assegurar as bases organizacionais locais para o projeto. Esse trabalho tem propiciado mobilização em torno de epidemias (dengue e cólera), a capacitação de agentes de saúde e para representantes da comunidade na participação para a gestão da escola pública.

10. Beneficiários principais: mulheres, crianças e adolescentes; favelados e público em geral.

11. Publicações principais: o IDAC tem extensa produção de materiais didáticos e pedagógicos, livros, manuais e cartilhas sobre temas como alfabetização, questões de gênero; saúde, planejamento familiar, deficientes, idosos, dívida externa, etc. Produz também vídeos.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA

Sigla/nome curto: IDACO

Responsáveis para contato: AGOSTINHO GUERREIRO/JORGE RICARDO BITTAR/GUSTAVO KAUARK CHANCA

Endereço: Rua da Glória, 190, sl. 501 — 20.241-180 — Glória — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 224-7862 e (021) 242-8658

Fax: (021) 224-7862 e (021) 242-8658

Endereço eletrônico: idaco@ax.apc.org.br

1. Data de fundação: 1988 (de fato e legal).

2. Origem: o IDACO teve origem no Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro. Durante o processo de formação da Central Única de Trabalhadores do Rio de Janeiro (CUT), estiveram no Brasil sindicalistas franceses que visitaram diversos sindicatos, inclusive o dos engenheiros e a Associação dos Agrônomos. Estabeleceu-se assim um relacionamento de intercâmbio e cooperação sindical CFDT/Sindicato dos Engenheiros/Associação de Agrônomos, do qual constava uma programação de cursos, debates e visitas. Mais tarde, um dos diretores do sindicato, que também participava da Associação dos Agrônomos, recebeu um convite para ser diretor do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que o volume de atividades do intercâmbio sindical com a França aumentava, passava-se a atuar nas áreas de reforma agrária do estado. Constatou-se então a necessidade de institucionalização que garantisse um instrumento formal para a cooperação e o trabalho conjunto, surgindo o IDACO.

3. Objetivos gerais: incentivar a promoção das comunidades rurais e urbanas, através de ações participativas; estimular a organização e a solidariedade, através de atividades, organismos, associações e cooperativas; elaborar e promover projetos, prestar serviços que estimulem os objetivos propostos; apoiar as manifestações da cultura, do saber e das artes populares; promover pesquisa e experimentação em tecnologias adaptadas a cada região e comunidade; promover trabalhos específicos que atendam a

crianças, adolescentes, jovens e mulheres; estimular o intercâmbio entre as comunidades e entre elas e as instituições públicas e privadas; apoiar a convivência inter-institucional das organizações que atuam com objetivos próximos e semelhantes.

4. Âmbito de atuação: estadual, concentrando-se em dez municípios do estado.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 16

6. Número de voluntários: 64 nacionais; 10 internacionais.

7. Faixa orçamentária: entre US\$300.000.00 e US\$400.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 86,8%;
- b) organismos de governo: 2,6%;
- c) venda de serviços: 10,6%.

9. Atividades principais: assessoria técnica em agricultura alternativa; capacitação sindical; educação para a cidadania e informações.

Projetos ilustrativos:

a) APOIO AOS PEQUENOS PRODUTORES:

- assessoria técnica: cursos de formação e projetos de desenvolvimento (agroindústria, irrigação, tecnologias alternativas, agricultura orgânica). Atende a 1500 famílias de pequenos produtores em áreas de reforma agrária. Há cinco pessoas na atividade;

- apoio à comercialização para pequenos produtores: cursos de formação; fundos rotativos para transporte e comercialização de produtos agrícolas; assessoria e acompanhamento técnico para a comercialização. Atende a pequenos produtores em áreas de reforma agrária. Há duas pessoas na atividade;

b) **PROFISSIONALIZAÇÃO PARA ADOLESCENTES E JOVENS:** cursos profissionalizantes para jovens (datilografia, corte e costura, bombeiro hidráulico, eletricista e fotógrafo). Atende a adolescentes e jovens do Parque Proletário da Penha. Há uma pessoa responsável pelo programa;

c) **EDUCAÇÃO AMBIENTAL:** atividades educativas para produtores rurais e público em geral, com o objetivo de recuperar parcelas da Mata Atlântica, noções sobre manejo e auto-sustentação da floresta. Há duas pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: pequenos produtores; favelados; associações de moradores; jovens e adolescentes.

11. Publicações principais: *Boletim IDACO* (himestral). Produz manuais e cartilhas, entre os quais se destacam: *Estufa tropical; Comercialização da pequena produção; Conservação dos solos e Educação ambiental.*

INSTITUTO DE DIVULGAÇÃO DA AMAZÔNIA

Sigla/nome curto: I.D.A.

Responsáveis para contato: ARMANDO ZURITA LEÃO/M^º DA CONCEIÇÃO DAS GRAÇAS/M^º DO SOCORRO BANDEIRA

Endereço: Travessa de São Pedro, 566 — conj. 1005 — 66.023-570 — Batista Campos — Belém — PA

Tel: (091) 223-8908

Fax: (091) 222-7786

Observação: Possui um escritório além de sua sede principal

1. **Data de fundação:** 1990 (de fato), 1989 (legal).
2. **Origem:** os fundadores do I.D.A. vinham de experiências anteriores na Sociedade de Defesa de Direitos Humanos do Pará, em partidos, em associações de moradores. Surge por iniciativa de quatro pessoas que decidem pela fundação de uma associação civil sem fins lucrativos, a fim de desenvolver atividades referentes ao estudo, assessoria e pesquisa e divulgação dos fatos amazônicos.
3. **Objetivos gerais:** estudo, pesquisa, divulgação e assessoria relativa aos fatos amazônicos; criação de condições para a educação ambiental dos pequenos produtores da área de Tailândia e proximidades (PA-150).
4. **Âmbito de atuação:** estadual.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 5
6. **Número de voluntários:** 2
7. **Faixa orçamentária:** —
8. **Fontes de recursos:** —
9. **Atividades principais:** educação para a preservação ambiental e elaboração de material didático.

Projetos ilustrativos:
a) **PROJETO LIVRO AMAZÔNIA:** pesquisa em livros, revistas, jornais e documentos, com o objetivo de publicar um livro didático para segundo grau sobre a Amazônia. Há quatro pesquisadores trabalhando no projeto, que é mantido por doações dos sócios;

b) **PROJETO UIRÁ:** situado no município de Tailândia, tem por objetivo a conservação de áreas da floresta nativa e enriquecimento da mesma. Realizado em parceria com a FASE (ver neste volume), pretende implementar uma escola na região. Atende a agricultores. Há três pessoas na atividade, que também é mantida por doações de sócios.
10. **Beneficiários principais:** estudantes e professores; pequenos produtores da área de Tailândia.
11. **Publicações principais:** —

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO

Sigla/nome curto: ISER

Responsáveis para contato: MAURÍCIO LISSOWSKY / SAMYRA CRESPO / ERNESTO CARDOSO

Endereço: Ladeira da Glória, 98 — 22.211-120 — Glória — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 265-5747

Fax: (021) 205-4796

Endereço eletrônico: iser@ax.ibase.org.br

Caixa postal: 1611

Observação: Tem três escritórios filiados além de sua sede principal.

1. Data de fundação: 1970 (de fato e legal).

4. Âmbito de atuação: nacional.

2. Origem: o ISER foi fundado por um grupo de teólogos e cientistas sociais como uma instituição de debates e de pesquisas sobre temas afins à sociologia da religião. Com o tempo passou a incorporar, progressivamente, programas de intervenção social e assessorias diversas a pastorais católicas e ecumênicas, a religiões afro-brasileiras, ao campo das igrejas evangélicas e do judaísmo. O tema da religiosidade é valorizado, na dinâmica da entidade, sob o enfoque das culturas populares brasileiras. É principalmente (mas não só) através das redes religiosas que se exercem as atividades de intervenção, com temas e questões diferenciados: mulher (em áreas diversas como prostituição e teologia feminina), saúde (com portadores de HIV e travestis), racismo (na área da negritude), ambientalismo, crianças de rua, direitos humanos na cadeia, etc. O ISER compõe-se de programas diversificados, sendo o pluralismo interno um dos seus valores. A pesquisa é uma das metas privilegiadas desde a sua fundação, assim como a área de comunicações (publicações e vídeo). O ISER conta com 123 sócios, sendo nove fundadores, 26 efetivos e 88 colaboradores.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 135

6. Número de voluntários: dois internacionais.

7. Faixa orçamentária: entre US\$1.000.000.00 e US\$2.000.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 34,5%;
- b) agências multilaterais de cooperação: 18,5%;
- c) venda de produtos e serviços: 31,5%;
- d) doação direta de departamentos sociais de igrejas do exterior: 15,5%.

9. Atividades principais: assessoria e capacitação a grupos ecumênicos, pesquisa e comunicação.

Projetos ilustrativos:

a) exemplos de projetos de atendimento a grupos marginalizados:

- TRABALHADORES SEXUAIS: formação de agentes de saúde comunitária; educação e prevenção da AIDS e de doenças sexualmente transmissíveis. Atende a prostitutas e travestis, em número de 2.200. Há 15 pessoas na atividade;
- PRESOS: assistência jurídica a presos sem recursos. Atende a 1.100 presos e suas famílias. Há oito pessoas na atividade;
- CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE RUA: em conjunto com FASE, IBASE e IDAC, o ISER sedia o projeto *Se Essa Rua Fosse Minha* que atende a

3. Objetivos gerais: pesquisas sobre as religiões e a religiosidade no processo social e cultural; pesquisas na área da marginalidade e violência; intervenção social na região do Rio de Janeiro (prostitutas, crianças de rua, mulheres, negros, presos, movimento inter-religioso, etc.) e a nível nacional (assessoria a CEBs e pastorais católicas); comunicação (publicações e vídeo).

meninos e meninas de rua objetivando oferecer-lhes escolhas alternativas para a vida;

b) **NÚCLEO DE PESQUISA:** realiza pesquisas no campo social, cultural e religioso, como por exemplo: censo evangélico e opinião evangélica no Grande Rio; violência urbana e violência contra mulheres no Rio; levantamento nacional de instituições de prevenção ao alcoolismo; comportamento reprodutivo de mulheres na Baixada Fluminense; filantropia e cidadania no Brasil; a campanha contra a fome; etc. Os resultados do trabalho destinam-se a universidades, organizações da sociedade civil, a instituições governamentais e público em geral;

c) exemplos de projetos de capacitação:

- **PROJETO SOFIA**, destinado à formação e educação de lideranças femininas populares. Há nove pessoas na atividade.

- **NEGRITUDE BRASILEIRA:** abordagem da questão

racial no Brasil e dos sinais da negritude na cultura nacional. Destina-se a lideranças do Movimento Negro, grupos de base, centros acadêmicos, organizações sociais e religiosos. Há cinco pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: mulheres, crianças e adolescentes de rua, população negra, umbandistas, homossexuais, portadores de HIV, outras ONGs e camadas médias da sociedade em geral.

11. Publicações principais: *Comunicações do ISEER* (trimestral); revista *Religião & Sociedade*; *Plural*; *Folha mulher* e *Griô*. Produz manuais e cartilhas tais como: *Rábula de bolso*; *Estrela da noite* e *Sofia* este último para agentes de saúde. Possui também extensa bibliografia sobre os livros produzidos e catálogo de vídeos.

INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E APOIO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PÓLIS

Sigla/nome curto: PÓLIS

Responsáveis para contato: HAMILTON FARIA / SILVIO CACCIA IAVA / MARIA ELIZABETH GRIMBERG / JORGE KAYANO

Endereço: Rua Joaquim Floriano, 462 — 04.534-002 — Itaim-Bibi — São Paulo — SP

Tel: (011) 820-2945, 820-6572, 822-9076

Fax: (011) 820-5279

Endereço eletrônico: polis@ax.ibase.org.br

1. **Data de fundação:** 1987 (de fato e legal)
2. **Origem:** o Pólis foi fundado por um coletivo de especialistas em questões urbanas, políticas públicas, movimentos sociais e gestão municipal para atender às necessidades de traduzir em iniciativas propositivas as demandas da sociedade civil no contexto da democratização do país, da revalorização do espaço local/municipal, das contradições e conflitos urbanos, da participação popular na construção de um Estado como potencializador da ação dos atores coletivos da sociedade e das mudanças sociais.
3. **Objetivos gerais:** sistematizar, analisar e difundir as problemáticas urbanas e intervir no espaço público das cidades visando a democratização da sociedade, a melhoria da qualidade de vida e ampliação dos direitos de cidadania. A luta pela cidadania é entendida na ótica do cidadão comum e do fortalecimento de suas representações coletivas, o que depende da construção de uma sociedade mais justa e mais solidária, capaz de garantir para todos a qualidade de vida, permitir aos indivíduos e grupos sociais a participação nas decisões que afetam suas vidas, redescobrir ou reinventar seus valores, tradições e cultura.
4. **Âmbito de atuação:** nacional.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviços:** 28
6. **Número de voluntários:** -
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$ 500.000,00 e US\$ 1.000.000,00
8. **Fonte de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 80%;
 - b) agências governamentais e privadas nacionais: 10%;
 - c) venda de produtos e serviços: 10%.
9. **Atividades principais:** pesquisa, assessoria e formação no campo das questões urbanas.

Projetos ilustrativos:

a) **AValiação DO IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:** dos governos municipais na qualidade de vida dos cidadãos; identificação, análise e difusão de experiências inovadoras de gestão municipal e dos processos de democratização do poder local;

b) **ASSESSORIA A PREFEITURAS:** para implantação de políticas públicas inovadoras. Exemplos: programas de combate à desnutrição infantil com introdução de complementação alimentar de baixo custo na merenda escolar das escolas de primeiro grau, creches e postos de saúde do município; criação através de lei aprovada por Câmaras Municipais de taxa municipal cobrada das empresas sediadas no município para investimentos na melhoria dos transportes públicos locais; formulação de políticas culturais municipais para estimular e potencializar a ação dos indivíduos e grupos da sociedade civil na área da cultura; desenvolvimento de políticas municipais de tratamento e reciclagem de resíduos sólidos.

c) **PARTICIPAÇÃO NA COORDENAÇÃO DE FÓRUMS NACIONAIS DE ONGs e MOVIMENTOS SOCIAIS:** Fórum Nacional de Reforma Urbana, Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais de Meio Ambiente e Desenvolvimento; Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais; Fórum Intermunicipal de Cultura; Associação Brasileira de Ongs.

10. **Beneficiários principais:** movimentos sociais, dirigentes e técnicos de governos municipais, ongs, vereadores, ambientalistas, agentes culturais.

11. **Publicações principais:** Revista Pólis (trimestral), boletim "Dicas para a Gestão Municipal" (quinzenal) dirigido a dirigentes e técnicos de governos municipais, boletim "E agora?", produção conjunta com outras ongs dirigida a liderança dos movimentos populares e que trata das experiências de participação popular nas gestões municipais. Entre as publicações recentes da Revista Pólis destacam-se: *Como Reconhecer Um Bom Governo, Moradia e Cidadania, O Futuro das Cidades, Políticas Culturais Para Um Governo Sustentável*.

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO ECONÔMICOS

Sigla/nome curto: INESC

Responsáveis para contato: MARIA JOSÉ JAIME

Endereço: SCS, Q8, Bl. B, nº 50, Sl. 441 — Supercenter Venâncio, 2000 — 70.333-970 — Brasília — DF

Tel: (061) 226-8093

Fax: (061) 226-8042

Endereço eletrônico: inesc@ax.ibase.org.br

1. Data de fundação: 1980 (de fato), 1979 (legal).

2. Origem: o INESC originou-se da idéia de que a relação entre a sociedade civil organizada e o Parlamento era frágil. Em 1979, poucos deputados e senadores tinham acesso a informações vindas dos movimentos sociais. Por sua vez, esses movimentos ainda se encontravam isolados do Estado e do poder político, salvo raras exceções, em consequência do divórcio entre esses atores políticos e sociais verificado durante o período ditatorial. O INESC foi então criado para que o universo não-governamental e a sociedade civil organizada dispusessem de canais de comunicação com o Parlamento. Partiu-se de uma consciência sobre a importância do Parlamento como instituição fundamental para garantir e consolidar a democracia e, por outro lado, ajudar a tomar o Parlamento a expressão do país real, facilitando a participação da sociedade na elaboração de leis e de políticas de controle sobre os atos do Executivo.

3. Objetivos gerais: assessorar os parlamentares na discussão de temas de natureza sócio-econômica-política e na elaboração de textos dentro dessa temática, com convite recorrente a consultores especialistas. Assessorar as entidades democráticas da sociedade civil na elaboração de suas propostas políticas a serem encaminhadas ao Congresso Nacional. Intermediar as propostas e demandas da sociedade civil ao Congresso Nacional (denúncias, projetos de lei, sugestões de emendas, propostas de políticas públicas). Levar aos parlamentares os assuntos e temas que atendam às aspirações da sociedade e aos movimentos sociais, esclari-

recer o tratamento dado pelos parlamentares, a forma de encaminhamento e o papel do Congresso em face desses assuntos e temas. Propor, tanto aos parlamentares como às entidades da sociedade civil, ações e atividades ligadas a temas e propostas sobre as quais não estejam atentos e mobilizados. Todos os objetivos do INESC estão relacionados com o objetivo principal de consolidação do processo democrático.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 22

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$400.000,00 e US\$500.000,00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: assessoria e consultoria.

Projetos ilustrativos:

O INESC presta assessoria nas áreas: questões agrárias e agrícolas; questões indígenas e do meio ambiente; direitos humanos; questões orçamentárias; e assessoria técnica geral para assuntos da sociedade civil no Congresso, não tratados nas outras áreas. Para cada área organizam-se as seguintes atividades:

a) acompanhamento sistemático dos assuntos no Congresso;

b) informação sistemática à sociedade civil sobre o andamento das proposições no Parlamento;

c) produção de material para subsídio sobre os temas, distribuídos no Congresso e na sociedade civil;

d) elaboração de propostas de lei, pareceres, emendas, pronunciamentos;

e) acompanhamento dos trabalhos de Comissões Permanentes, Comissões Especiais e Comissões Parlamentares de Inquérito;

f) informações rápidas, de emergência, aos parlamentares, sobre denúncias de violações de direitos civis e da pessoa humana;

g) articulação política para apoio à aprovação de projetos de lei de maior interesse da sociedade;

h) organização de eventos com presença de parlamentares e da sociedade civil;

i) discussões permanentes com parlamentares de todos os partidos políticos;

j) organização e apoio a campanhas de esclarecimento e educação no Congresso e na sociedade.

10. Beneficiários principais: parlamentares, outras ONGs, movimentos da sociedade civil democrática organizada.

11. Publicações principais: *Informativo INESC* (mensal) e *Subsídios INESC*. Publica manuais e cartilhas, entre os quais se destacam: *Por que e para que uma constituinte* e *Reforma agrária, por quê?* Publica também obras tais como: *A nova Constituição: avaliação do texto e perfil dos constituintes*.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO E APOIO SINDICAL SEBASTIÃO ROSA DA PAZ

Sigla/nome curto: IFAS

Responsáveis para contato: SÉRGIO ANTÔNIO DE PAULA / JOSÉ PAULO PIETRAFESA / OTACÍLIO A. TEIXEIRA

Endereço: Rua R2, 299A, Setor Oeste — 74.125-040 — Goiânia — GO

Tel: (062) 233-7575

Fax: (062) 233-7492

Endereço eletrônico: ifas@ax.ibase.org.br

Caixa postal: 245

Observação: Possui um escritório além de sua sede principal

Cep: 77.401.970

1. **Data de fundação:** 1986 (de fato), 1985 (legal).
2. **Origem:** o IFAS nasceu voltado principalmente para atividades de formação junto ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais de Goiás, a partir de necessidades expressas por sindicalistas rurais no sentido de qualificar sua ação frente a desafios organizacionais e políticos. A Comissão Pastoral da Terra tinha desenvolvido um trabalho expressivo junto aos lavradores do estado e, desde os anos 70, havia contribuído significativamente para a renovação do Movimento Sindical. Em 85, a CPT já não dispunha de condições para acompanhar a demanda que se ampliava, na área da formação. O IFAS se constituiu para atender a essa tarefa.
3. **Objetivos gerais:** realizar programas de formação sistemática visando à qualificação técnica e política dos sindicalistas e seus dirigentes; prestar assessoria aos sindicatos e ao Movimento Sindical e Popular; promover estudos, pesquisas e diagnósticos sobre questões de interesse do Movimento Sindical e Popular; produzir, reproduzir e divulgar informação que contribua para elevar o nível de consciência e organização dos trabalhadores; manter intercâmbio e cooperar com entidades congêneres.
4. **Âmbito de atuação:** regional, nos Estados de Goiás e Tocantins.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 14
6. **Número de voluntários:** um colaborador nacional e um voluntário internacional.
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$100.000,00 e US\$200.000,00.
8. **Fontes de recursos:** agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.
9. **Atividades principais:** formação de lideranças para o Movimento Sindical urbano e rural.

Projetos ilustrativos:
a) ATIVIDADES DO SETOR RURAL: acompanhamento do setor canavieiro; pesquisa sobre a pequena produção; diagnóstico e seguimento das áreas de conflito pela terra. Atende a assalariados rurais, pequenos produtores e agricultores sem-terra. Há quatro pessoas dedicadas à atividade;

b) ATIVIDADES DO SETOR URBANO: diagnóstico do sindicalismo urbano para 94; cursos de planejamento e administração sindical. Atende a sindicalistas e funcionários públicos. Há três pessoas na atividade;

c) BANCO DE DADOS informativo sobre temas de interesse geral e específico relativos ao sindicalismo urbano e rural. Com uma pessoa responsável, o banco atende a sindicatos urbanos e rurais, entidades parceiras e público em geral.
10. **Beneficiários principais:** sindicalistas urbanos e rurais, pequenos produtores e agricultores sem-terra.
11. **Publicações principais:** jornal quinzenal *O plantador*; periódico *Cadernos de consulta*. Publica também manuais e cartilhas além de vídeos, tais como: *Por trás dos verdes canaviais* e *Os menores na agroindústria*.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO NATIVO DA NATIVIDADE

Sigla/nome curto: IFNN

Responsáveis para contato: RENATO SIMÕES / MARILANE TEIXEIRA / WALDEMAR ROSSI

Endereço: Rua Dr. Quirino, 1733-B — 13.015-082 — Centro — Campinas — SP

Tel: (0192) 34-4672

Observação: Possui núcleos em diversas localidades: Porto Alegre, Curitiba, Ribeirão Preto, Vitória, Franca, Salvador e Fortaleza. Um novo núcleo está em formação em João Pessoa.

1. Data de fundação: 1988 (de fato e legal).

2. Origem: o IFNN foi criado por iniciativa de técnicos em educação com experiência na área sindical, com a perspectiva de realizar programas de formação para trabalhadores.

3. Objetivos gerais: formação política de pessoas que participam do Movimento Sindical, popular e partidário, na linha da independência orgânica dos movimentos dos trabalhadores, sem distinção de tendências políticas, religiosas ou filosóficas.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 5

6. Número de voluntários: 10

7. Faixa orçamentária: —

8. Fontes de recursos: venda de serviços: 100%.

9. Atividades principais: cursos e assessoria para a formação sindical.

Projetos ilustrativos:

O IFNN realiza um único tipo de atividade, isto é, cursos de capacitação para lideranças sindicais e dos movimentos populares urbanos. Os cursos são auto-suficientes e encomendados por grupos e entidades que podem agendá-los no escritório central (Campinas) ou em qualquer dos núcleos. O contratante fica responsável pela infra-estrutura e inscrições. Todos os membros do IFNN estão dedicados a essa atividade.

10. Beneficiários principais: operários, participantes de movimentos urbanos e de bairros, mulheres e evangélicos.

11. Publicações principais: —

INSTITUTO DE PESQUISA DAS CULTURAS NEGRAS

Sigla/nome curto: IPCN

Responsáveis para contato: AMAURI MENDES PEREIRA/ADERALDO PEREIRA DOS SANTOS/ CECÍLIA DE OLIVEIRA

Endereço: Rua Mem de Sá, 208 — 20.230-152 — Centro — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 252-6683 e (021) 252-4237

1. Data de fundação: 1975 (de fato e legal).

2. Origem: o IPCN nasceu de contatos e reuniões entre amigos e pessoas que se identificaram com a proposta de criação de uma entidade para combater o racismo. O IPCN possui 1800 sócios contribuintes.

3. Objetivos gerais: denunciar e combater o racismo representado nas suas várias formas, contra quem quer que seja, em todos os locais onde aconteça esse crime de lesa-humanidade; lutar pela igualdade de direitos entre as pessoas, independente de sexo, cor da pele, grupo étnico, credo religioso, classe social e posição política, ideológica ou partidária; contribuir para o processo de organização do Movimento Negro como instrumento de articulação.

4. Âmbito de atuação: municipal.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 8

6. Número de voluntários: 20 nacionais e um internacional.

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos: pequeno apoio de agências internacionais de cooperação não-governamental e cotização de sócios.

9. Atividades principais: combate ao racismo.

Projetos ilustrativos:

a) cadastramento dos sócios do IPCN — 1800 pessoas — visando a um contato mais estreito com o corpo social da instituição. Há sete pessoas trabalhando na atividade;

b) Núcleo de Estudos, Pesquisa e Ação Amílcar Cabral: reorganização da biblioteca; organização de pesquisas, cursos e programações culturais e de formação para os militantes do Movimento Negro. Há três pessoas responsáveis pelo trabalho.

10. Beneficiários principais: população negra, movimentos sociais urbanos e público em geral.

11. Publicações principais: boletim mensal e textos para debate. Publica obras tais como: *Falar de Amílcar Cabral é falar da luta do povo; Isto é racismo, isto é machismo; Desafios ao Movimento Negro*. Produz vídeos, tais como: *A Frente Negra Brasileira* e *Marcha Zumbi dos Palmares*.

INSTITUTO DE POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL

Sigla/nome curto: PACS - PRIES/CS

Responsáveis para contato: SÉRGIO SCHLESINGER / MARCOS ARRUDA

Endereço: Rua da Glória, 190 sl. 502 — 20.241-180 — Glória — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 252-0366

Fax: (021) 224-3107

Endereço eletrônico: pacs@ax.apc.org.br

1. Data de fundação: 1986 (de fato), 1988 (legal).

2. Origem: o PACS é a parte brasileira do PRIES (Programa Regional de Investigaciones Políticas y Sociales — Rede de ONGs presente também no Chile, Argentina e Uruguai), criado por economistas sul-americanos que voltavam do exílio e de estudos na França. A iniciativa teve por objetivo colocar a serviço dos movimentos sociais de seus países (movimento sindical, movimentos populares em geral e comunidades de base) suas energias e o conhecimento acumulado no estudo dos grandes temas macro-econômicos. Estavam convencidos de que os países pequenos e médios, em um mundo em processo de globalização, não teriam saída própria para um desenvolvimento sócio-econômico auto-sustentado. Seria necessário que os povos desses países pudessem conhecer a fundo o mundo a transformar, sobretudo no que diz respeito aos atores de poder, para terem condições de medir suas próprias forças e debilidades, devendo desenvolver-se, também, uma visão sub-regional e internacional na perspectiva de mudança.

3. Objetivos gerais: colaborar com o movimento social na educação e formação de suas lideranças; promover a elaboração de políticas e a implementação de práticas alternativas para o desenvolvimento da pessoa e da sociedade humana, com a participação do trabalhador como sujeito central da democracia. Trabalhar para estes objetivos, promovendo projetos em torno de temas tais como; desafios da produção e gestão democrática; metodologia da avaliação e do planejamento estratégico;

metodologia da educação popular e direitos humanos. No plano da macro economia, aprofundar o conhecimento acerca de questões tais como: economia política do desenvolvimento; sistemas de poder no Cone Sul; programas de ajuste e credores internacionais; desenvolvimento e meio ambiente; transformações globais e Mercosul.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 12

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 85,5%;
- b) fundações nacionais: 1,5%;
- c) órgãos de governo: 12,5%;
- d) venda de produtos e serviços: 0,5%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania, capacitação e formação de lideranças, análise e pesquisa.

Projetos ilustrativos:

a) AJUSTE, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL: pesquisa participativa visando gerar material para reflexão, debates e seminários nas regiões. Atende a outras ONGs, movimentos sociais e sindicatos. Há duas pessoas responsáveis pela pesquisa;

b) **AUTOGESTÃO:** promoção de seminários e estudos envolvendo confederações de trabalhadores, sindicatos e empresas com projetos autogestionários. Financiado pelas próprias entidades co-promotoras, tem quatro responsáveis;

c) **Pesquisas:**

- **50 ANOS DE BRETTON WOODS:** investigação, seminários e publicações sobre os 50 anos desse acordo que instituiu o Fundo Monetário Internacional. Visa debates e ações alternativas. Há duas pessoas na atividade;

- **TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS:** estudo e investigação sobre as transformações globais, seus principais atores sociais e políticos e as consequências para o Terceiro Mundo. Destinada ao

público em geral, a pesquisa tem um responsável.

10. Beneficiários principais: público em geral, sindicatos urbanos, estudantes e professores, outras ONGs.

11. Publicações principais: produz livros, textos de educação popular e documentos de trabalho sobre vários temas: dívida externa, privatização, grupos econômicos, armamentismo, transformações globais na América Latina, política e estratégia econômica, meio ambiente e materiais filosófico/culturais para divulgação.

INSTITUTO DO HOMEM

Responsáveis para contato: JOSÉ MANOEL DE MACEDO COSTA/ JOSEMAR SOUSA LIMA/ CÉSAR RODRIGUES VIANA

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque s/n. — sala 102 — Casa do Trabalhador — 65.051-200 — Calhau —

São Luís — MA

Tel: (098) 246-2611

Fax: (098) 246-1776

1. Data de fundação: 1990 (de fato), 1989 (legal).

2. Origem: o Instituto do Homem nasceu da iniciativa de um grupo de técnicos que atuavam profissionalmente em programas — governamentais e privados — de desenvolvimento rural e promoção social. Descontentes com as limitações em suas condições de trabalho, criam através do Instituto um espaço próprio para concretização de suas idéias e perspectivas de ação.

3. Objetivos gerais: contribuir para a promoção das classes populares maranhenses e para sua participação efetiva no processo de desenvolvimento do estado, garantindo a preservação do meio ambiente e tendo em vista a construção de uma sociedade justa, democrática e progressista.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 10

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos:

a) agências internacionais de cooperação não governamental: 92%;

b) venda de produtos e serviços: 6%;

c) doações individuais: 2%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania através de assessoria, capacitação e organização comunitária.

Projetos ilustrativos:

a) PROJETO MUNICÍPIO E CIDADANIA: destinado ao público em geral e às lideranças populares, trata-se de capacitação, mobilização e articulação popular em torno das questões municipais. Toda a equipe trabalha nesse projeto;

b) MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA PEQUENA AGRICULTURA: assistência técnica e apoio à produção e comercialização, capacitação, mobilização e organização de pequenos produtores. Há três pessoas na atividade;

c) PROJETO JOVEM CIDADÃO: apoio à constituição de oportunidades alternativas para o emprego e a renda objetivando a fixação do jovem no campo. Atende a jovens de 13 a 21 anos. Há três pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: populações carentes em geral; pequenos produtores, jovens, trabalhadores rurais sem-terra e mulheres.

11. Publicações principais: revista *Desenvolvimento e Cidadania* (mensal) e o jornal alternativo *Parceiro* (mensal). Produz manuais e cartilhas entre os quais destacam-se: *Manual da pequena comunidade*; *Manual do cooperativismo* e *Manual do SUS*.

INSTITUTO EQUATORIAL DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Sigla/nome curto: EQUATORIAL

Responsáveis para contato: PEDRO ALBUQUERQUE NETO / MARIA CRISTINA DE QUEIROZ NOBRE

Endereço: Rua Conselheiro Tristão, 1479 — 60.050-101 — Fátima — Fortaleza — CE

Tel: (085) 221-5224

Fax: (085) 221-5048

Endereço eletrônico: equatorial@ax.ibase.org.br

1. Data de fundação: 1990 (de fato e legal).

2. Origem: motivados pela idéia de que é impossível apostar no desenvolvimento de uma sociedade desinformada, um grupo de intelectuais, políticos, empresários, professores e profissionais liberais do Ceará fundaram o Equatorial.

3. Objetivos gerais: socializar informação de natureza econômica, social e cultural, como forma de fortalecer a cidadania, contribuindo assim para a democratização da sociedade.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 22

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: —

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 3,65%;
- b) órgãos de governo: 2,81%;
- c) empresas: 82,77%;
- d) diretamente de igreja: 8,05%;
- e) outros: 2,72.

9. Atividades principais: informação, documentação, análise e pesquisa.

Projetos ilustrativos:

- a) projetos técnico-educativos:
 - DIAGNÓSTICO SÓCIO ECONÔMICO, projeto urba-

nístico e para a geração de emprego e renda, em Nova Belém, Icapuí. Atende a 100 famílias da comunidade de Icapuí. Há três responsáveis pelo projeto que é realizado em convênio com a Prefeitura Municipal e com uma empresa de produtos alimentícios;

- ABORDAGEM SOCIAL DOS AÇUDES DO CEARÁ: elaboração e negociação do projeto, mapeamento dos açudes e realização do pré-teste. Beneficia usuários de açudes públicos e construídos em regime de cooperação. Há três pessoas responsáveis;

b) atividades culturais:

PROGRAMA DE INFORMAÇÃO CULTURAL: consta de elaboração de cartilha para divulgação nas escolas, visitas às escolas, e a unidades escolares de informática. Está dirigido a professores, estudantes, universidades e artistas plásticos. Há duas pessoas na atividade que é realizada em convênio com o instituto cultural de um banco e com apoio de uma empresa;

- CONCURSO PETROBRÁS 40 ANOS: elaboração do projeto, organização do concurso, correção das monografias/redações. Dirigido a estudantes secundaristas e universitários. Há duas pessoas responsáveis pelo projeto que foi feito em convênio com o Sindicato dos Petroleiros e a Petrobrás;

- c) PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, DAS INTENÇÕES ÀS MEDIDAS, DAS MEDIDAS AOS RESULTADOS: consta da publicação de um livro *Governar para as peculiaridades — trilhando o êxito* sobre as administrações municipais do interior do Ceará e da organização de seminários intermunicipais em dez municípios do Ceará. Atende a prefeitos, vereadores, secretários e

técnicos das administrações municipais, outras ONGs e organizações da sociedade civil.

10. Beneficiários principais: público em geral, professores, estudantes e jovens, empresários, camadas médias em geral e representantes de associações de moradores.

11. Publicações principais: publica manuais e cartilhas entre os quais destacam-se: *Programas de informação cultural* e a cartilha *Botando boneco no Belém*. Publica livros tais como: *Pesquisa Ceará ano 2.000*; *Indicadores de desenvolvimento e desigualdade: Projeto Fortaleza*; *Desocupados (as) quem são, que fazem, que pensam ?*

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Sigla/nome curto: INED

Responsáveis para contato: IVÔNIO BARROS NUNES/MANOEL MOZART MACHADO/RENATA MARIA BRAGA SANTOS

Endereço: SDS Edifício Miguel Badya sl. 102 — 70.300-000 — Brasília — DF

Tel: (061) 321-7207 e (061) 321-8322

Fax: (061) 321-7207

Endereço eletrônico: ined@ax.ibase.org.br

1. Data de fundação: 1990 (de fato), 1989 (legal).

2. Origem: nasceu a partir da iniciativa da equipe que compunha o quadro técnico e dirigente da Coordenadoria de Educação à Distância da Universidade de Brasília. Face a mudanças de caráter político e administrativo na Universidade, e visando a implementar uma concepção mais popular e aberta da educação à distância, optou-se por criar uma organização independente, onde fosse possível desenvolver estudos aplicados e metodologias aplicadas à educação popular.

3. Objetivos gerais: contribuir para o desenvolvimento da cidadania e da vida democrática, através da pesquisa aplicada, da produção e disseminação de metodologias de educação à distância, da capacitação de educadores e da participação em movimentos sociais.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviços: 5

6. Número de voluntários: 10

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) doações individuais: 48%;
- b) venda de produtos e serviços: 44,5%;
- c) empresas: 7,5%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania; assessoria a projetos de educação à distância; capacitação e cursos; publicações e informação.

Projetos ilustrativos:

a) ASSESSORIA ESPECÍFICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. Atende no momento a 200 interessados. Há cinco pessoas prestando serviço para a criação de projetos de educação à distância;

b) EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: montagem e execução de cursos para o período 93/95 intitulados: *Entenda o que é o Congresso Nacional e Movimentos sociais urbanos*. Há 10 pessoas organizando a atividade;

c) CURSOS E SEMINÁRIOS DE INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, atendendo a 500 educadores. Há duas pessoas responsáveis pela atividade.

10. Beneficiários principais: público em geral; outras ONGs; participantes de movimentos urbanos; professores.

11. Publicações principais: revista *Educação à distância* (semestral); boletim *Ética e modernidade*. Publica obras tais como: *A revolução nas prioridades* e *Noções de educação à distância*.

INSTITUTO UNIVERSIDADE POPULAR

Sigla/nome curto: UNIPOP

Responsáveis para contato: ALDALICE M. OTTERLOO/ DIRK OESSELMANN/ JOÃO PAULO T. ARROYO

Endereço: Av. Senador Lemos, 557 — 66.050-000 — Umarizal — Belém — PA

Tel: (091) 224-9074/220-0141

Fax: (091) 225-1668

Caixa postal: 1098

1. **Data de fundação:** 1987 (de fato e legal).
2. **Origem:** no período entre 1984 e 1987, diversas pessoas e entidades de assessoria a grupos populares (estudantes, trabalhadores, intelectuais, religiosos e a FASE, CBB, CIPES, CEPEPO, CPT, SPDDH) reuniam-se para estudar um projeto para uma "universidade popular." Partindo das experiências já existentes no Pará, formularam uma proposta institucional que objetivasse a formação de trabalhadores e lideranças de movimentos sociais. Assim, com o apoio de 15 outras instituições do estado, é com um grupo de fundadores cuja maioria havia integrado o CIPES, Centro de Intercâmbio e Pesquisas Econômicas e Sociais, foi criada a UNIPOP com o mandato de garantir a especificidade relativa à capacitação, tanto em sua estrutura como na programação operacional. Com uma metodologia própria que parte do universo perceptivo dos trabalhadores, a UNIPOP visa atuar no sentido de lhes proporcionar oportunidades de conhecimento e formação da consciência crítica, equipando-os para que assumam seu papel histórico como sujeitos individuais e coletivos.
3. **Objetivos gerais:** contribuir para transformar as relações entre as pessoas, tanto no plano individual como coletivo, valorizando a responsabilidade social, o respeito às diferenças e combatendo a devastação ambiental. Atender às demandas dos movimentos sociais, e de suas entidades de base, no que diz respeito à formação de suas lideranças e participantes.
4. **Âmbito de atuação:** regional, predominando nos Estados do Pará, Amapá e Maranhão.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 19
6. **Número de voluntários:** um internacional.
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.
8. **Fontes de recursos:** agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.
9. **Atividades principais:** educação para cidadania; cursos, palestras, oficinas, encontros e seminários, mesas redondas e assessoria institucional e teológica.

Projetos ilustrativos:
a) PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA MULTIPLICADORES: curso básico de formação sócio-política; curso ecumênico de teologia para o trabalho popular; cursos de metodologia para a análise da conjuntura; oficinas de leitura e interpretação de textos, expressão oral e corporal (teatro, canto, etc.). Atende a participantes dos movimentos sociais (sindicalistas, movimento negro, movimento de mulheres, movimento de meninos e meninas de rua, agentes de pastoral). Há duas pessoas responsáveis pela coordenação da atividade;

b) PROGRAMA DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE ATIVIDADES DE FORMAÇÃO E SERVIÇOS: a pedido dos movimentos sociais, organizam-se atividades específicas de acordo com suas necessidades, sob a forma de oficinas, seminários, palestras, cursos e assessorias. Destina-se a educadores populares, educadores de rua, educadores universitários de programas de ex-

tensão social. Há um coordenador responsável por estas atividades;

c) **PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO INTERNA:** destina-se à reciclagem permanente do pessoal da UNIPOP e dirigentes de outras ONGs. Consta de participação em eventos dentro e fora do estado e a realização pela UNIPOP de curso de neuro-linguística; metodologia para a formação de lideranças; seminários e oficinas sobre a constituição de sujeitos sociais coletivos e sua renovação para a construção da democracia. Há duas pessoas responsáveis.

10. Beneficiários principais: dirigentes dos movimentos sociais sobretudo urbanos; agentes de pastoral e paroquianos; professores em geral; educadores de rua; sindicalistas e outras ONGs.

11. Publicações principais: revista *Cuíra*, (quadrimestral), manuais e cartilhas entre os quais se destacam: *Cristão cidadão, você vota para presidente ?*; *Cidadania e participação*; *Metodologia de análise da realidade*; *Movimento popular em busca de novos caminhos*.

IRMANDADE DE SANTA EDWIGES DE BRAZ DE PINA

Sigla/nome curto: IRSANED

Responsáveis para contato: JOÃO CARLOS CERQUEIRA/ERACLIDES M. DE CARVALHO/Pe. JOSÉ S. ARTOLA

Endereço: Rua 48, Quadra B6, Lote 14 — 21.011-000 — Braz de Pina — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 485-1864

Fax: (021) 485-2095

1. **Data de fundação:** 1964 (de fato), 1979 (legal).
2. **Origem:** IRSANED nasceu a partir da iniciativa dos moradores de favelas de Braz de Pina e Márcilio Dias que pediram ao pároco de Santa Edwiges ajuda para a luta pela terra e a urbanização das respectivas favelas (área de moradia de pescadores). O pároco já havia desenvolvido um trabalho de formação de lideranças cristãs populares. Da união entre os líderes das favelas e os paroquianos passou-se à renovação da Associação de Moradores do local e à criação de uma colônia de pescadores. Para urbanizar as favelas, realizaram um convênio com o estado — programa CODESCO (Companhia Mista de Desenvolvimento das Comunidades) — até que não foi mais possível conviver com o convênio, dadas algumas discordâncias fundamentais. A CODESCO propunha uma remoção branca que prejudicaria 40% da população, sobretudo a mais empobrecida. Por motivo da mobilização na área, o pároco foi expulso de sua igreja. A população o trouxe de volta, para uma das casas da favela, pedindo-lhe que organizasse uma creche comunitária, um curso de alfabetização de adultos e outro para lideranças. Este trabalho, mais tarde institucionalizado, foi a origem de IRSANED.
3. **Objetivos gerais:** a auto-redenção da pobreza, através de programas de ajuda mútua e da criação de um fundo dirigido às prioridades de moradia e geração de renda, envolvendo a sociedade e o estado, a escola e as igrejas.
4. **Âmbito de atuação:** estadual, predominando nos municípios de Caxias e Rio de Janeiro (bairros de Braz de Pina e Penha Circular)
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** IRSANED funciona em regime de trabalho voluntário. Os voluntários mais necessitados e que têm horário definido, recebem ajuda de custo.
6. **Número de voluntários:** dez colaboradores além dos 50 sócios que apoiam as atividades internas.
7. **Faixa orçamentária:** menos de US\$50.000.00.
8. **Fontes de recursos:**
 - a) organismos de governo: 51,2%;
 - b) diretamente de igreja (arquidiocese de Pampulona): 29,5%;
 - c) venda de produtos e serviços: 19,3%.
9. **Atividades principais:** educação para a cidadania e popular, animação e organização social em torno de atividades de serviço, formação crítica e revisão de vida.

Projetos ilustrativos:

 - a) MUTIRÃO DE BRAZ DE PINA: organização da população para reivindicação de moradia. Trata-se da mobilização dos moradores em torno da terra urbana e de financiamentos para a construção de bairros populares alternativos. Atende a 25.000 famílias de 37 bairros do Rio;
 - b) atividades comunitárias:
 - CRECHE COMUNITÁRIA: atendimento a crianças cujas mães necessitam trabalhar fora. Há qua-

tro pessoas dedicadas à atividade que tem apoio da FEEM e da Secretaria Municipal de Saúde;

- SACOLÃO: venda direta de alimentos, do produtor ao consumidor. Dirigido às comunidades carentes faveladas. O projeto é autofinanciado e ainda gera recursos para as atividades de IRSANED;

c) APOIO A PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA E MICROEMPRESAS: atividades de apoio à população mais miserável, excluída do mercado de

trabalho (desempregados, pessoas que nunca chegaram a conseguir emprego). Há sete pessoas na atividade que não têm nenhum apoio financeiro a não ser o que IRSANED consegue em doações.

10. Beneficiários principais: pescadores, egressos detentos, pequenos produtores, favelados e sem teto, analfabetos e artesãos. E ainda empresários e camadas médias.

11. Publicações principais: —

MOVIMENTO DE MULHERES DO CAMPO E DA CIDADE

Sigla/nome curto: MMCC

Responsáveis para contato: ISABEL M. TAVARES DA CUNHA/ELIZABETH CRISTINA T. RAYOL/ELIANE P. LIMA.

Endereço: Av. Bernardo Sayão, Radial II, Q-P, N.24 — 66.023-130 — Jurunas — Belém — PA

Tel: (091) 222-5706

1. Data de fundação: 1978 (de fato), 1985 (legal).

2. Origem: o MMCC teve origem na Comissão Pastoral da Terra do Pará. A CPT realizava encontros de mulheres no estado para refletir a sua participação na sociedade e denunciar as discriminações sofridas. A partir desse processo — que reuniu grupos de mulheres em diversas regiões em períodos distintos — realizou-se em 1985 o Primeiro Congresso do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará, com o objetivo de criar uma representação feminista que coordenasse e unificasse as lutas dos grupos de mulheres no estado. Criou-se então o MMCC enquanto entidade autônoma, a qual aglutina, no campo, mulheres trabalhadoras rurais e, na cidade, domésticas e trabalhadoras da indústria da castanha e do palmito.

3. Objetivos gerais: trabalhar para a formação e capacitação das mulheres em busca de sua cidadania, questionando e denunciando as agressões e discriminações para a constituição de uma sociedade que respeite os direitos humanos, na perspectiva feminista da construção de relações igualitárias de gênero.

4. Âmbito de atuação: estadual.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 10

6. Número de voluntários: 5

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos:

a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 98%;

b) doações individuais: 2%.

9. Atividades principais: assessoria e capacitação para mulheres, denúncias e informações para o público em geral.

Projetos ilustrativos:

a) APOIO À ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES: assessoria para a organização das lutas feministas na defesa dos direitos civis e pela denúncia das agressões e da violência. Destina-se às operárias da castanha e do palmito e às trabalhadoras rurais. Há 12 pessoas na atividade;

b) FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MULHERES NA ÁREA DA SAÚDE E DA SEXUALIDADE: oficinas de debate e cursos. Destina-se às mulheres em geral. Há também 12 pessoas na atividade;

c) PROJETO MENINA, SEMENTE DO FUTURO: oficinas para geração de renda e alternativas profissionais (trabalhos em madeira, reciclagem de papel, produção de papel vegetal, dança, teatro e capoeira). Para adolescentes do sexo feminino, mantido pelo MMCC, sem apoio financeiro.

10. Beneficiários principais: mulheres; mulheres operárias, mulheres trabalhadoras do campo, público em geral.

11. Publicações principais: jornal *Espaço mulher* (trimestral) e manuais e cartilhas, tais como: *Guia contra a violência à mulher*. Produz vídeos, entre os quais se destacam: *Marias da castanha*; *Tribunal contra a violência doméstica e sexual*; *I Encontro de mulheres sindicalistas do sul do Pará*; *Documentário sobre a greve das operárias da castanha*.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Sigla/nome curto: MOC

Responsáveis para contato: CLOVIS RAMOS LIMA / NAIDISON DE QUINTELA BAPTISTA

Endereço: Rua do Pontal, 61 — 44.017-170 — Cruzeiro — Feira de Santana — BA

Tel: (075) 221-1393

Fax: (075) 2211604

Caixa postal: 338

Observação: O MOC dispõe de mais um escritório além de sua sede.

1. Data de fundação: 1967 (de fato), 1970 (legal).

2. Origem: o MOC nasceu a partir da Igreja Católica, como uma instância para realizar serviços sociais, com autonomia em face da estrutura eclesial. A motivação inicial foi minorar a situação de miséria das populações migrantes que permaneciam em Feira de Santana por períodos curtos, tentando seguir para o sul ou voltando a seus locais de origem, uma vez que o município, tradicionalmente, é um entreposto de passagem. Com o apoio da FASE o MOC começou suas atividades na década dos 70, realizando um trabalho comunitário que levava em conta esta realidade, utilizando-se de uma metodologia de trabalho comunitário baseada nos 14 sistemas sociais (saúde, educação, família, segurança etc.) Mais tarde, com assessoria do NOVA (ver neste volume), foi se firmando como uma instituição de educação popular, mudando sua metodologia no sentido de estabelecer uma relação dialógica entre o técnico (educador) e a população, metodologia essa que considera ambos os participantes do ato educativo, como possuidores de saberes que são trocados e não depositados pelo educador, sobre os alunos, (participantes dos grupos educativos). Nesse sentido, o MOC tem construído junto com os grupos que atende, associações urbanas e rurais comunitárias independentes e autônomas, como a AMORUM, ACOMA, ACOMAQ. Atualmente, dedica-se também a atender sindicatos rurais e vem apoiando a pequenos projetos econômicos que funcionam com fundos rotativos. Esta experiência, aperfeiçoada ao longo da história do MOC, suscitou a criação da APAEB, uma

associação autogestionária de pequenos produtores que mantém em comum equipamento comunitário (batedeira e moinho).

3. Objetivos gerais: executar, juntamente com os grupos e comunidades, ações de desenvolvimento que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos (alfabetização, geração de emprego e renda, planejamento agrícola, saneamento etc.). Realizar essas ações objetivando desenvolver práticas referenciais para a elaboração de políticas públicas setoriais e globais, a nível dos municípios. Organizar, educar as pessoas e grupos para o atendimento dos objetivos acima.

4. Âmbito de atuação: estadual, em 14 municípios da BA.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 28 e três estagiários remunerados.

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$400.000.00 e US\$500.000.00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%

9. Atividades principais: educação para a cidadania e assessoria a comunidades e grupos populares.

Projetos ilustrativos:

a) políticas públicas:

- PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PARA GRUPOS ORGANIZADOS DE QUATRO MUNICÍPIOS, para interferir

no campo de elaboração, proposição e exigências de políticas públicas municipais, globais e setoriais. Destina-se a agricultores, professores, sindicalistas, associações e igrejas. Há quatro pessoas na atividade;

- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO BÁSICA RURAL: alfabetização de jovens e adultos rurais além da capacitação de seus professores. O programa de alfabetização é feito com base no estudo das políticas públicas e na expressão de propostas de melhoria/mudança das mesmas. Há dois responsáveis pela atividade;

b) Programas para pequenos produtores:

- SANEAMENTO BÁSICO RURAL: captação e tratamento de água para consumo humano aliado ao tratamento de dejetos. Há uma pessoa responsável pelo programa;

- PLANEJAMENTO, ESTRUTURAÇÃO E VIABILIZAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE de modo a tornar

possível a convivência com a seca. Há quatro pessoas responsáveis pelo projeto;

c) GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA: crédito e capacitação para criação e/ou ampliação de pequenos negócios individuais e comunitários. Negociantes informais, moradores de periferia urbana. Há duas pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: analfabetos, favelados, movimentos urbanos em geral, pequenos produtores, sindicatos rurais.

11. Publicações principais: publica manuais e cartilhas entre os quais se destacam: *Cartilha de saúde* (chás e medicina popular); *Cartilha de alfabetização e políticas públicas* (série de cinco cartilhas tratando de poderes, lei orgânica, instrumentos de participação e etc.). Produz vídeos de documentação do trabalho tais como: *Sisal* e *A luta de Pedra do Cavalo*.

NOVA PESQUISA E ASSESSORIA EM EDUCAÇÃO

Sigla/nome curto: NOVA

Responsáveis para contato: PEDRO GARCIA / JORGE MUÑOZ / REGINA ROCHA

Endereço: Rua Barão do Flamengo, 22 sl. 803 — 22.220-080 — Flamengo — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 205-6219

Fax: (021) 205-6219

1. Data de fundação: 1973 (de fato e legal).

2. Origem: Nova Pesquisa, nasceu como uma tentativa de resposta a uma das carências explicitadas pelas experiências de trabalho no campo da educação popular, reunidas em 1972 em um seminário realizado em São Paulo. Este seminário que teve a participação de 22 programas localizados em 14 estados e cobrindo todas as regiões do país, foi patrocinado pelo Comitê Ad Hoc do Conselho Mundial das Igrejas (CMI), do qual participava uma responsável por projetos no Brasil, do Comitê Católico contra a Fome e para o Desenvolvimento (CCFD), organização francesa. A atividade visava uma consulta às organizações brasileiras até então bastante isoladas, de indicadores para prioridades de apoio financeiro a projetos educativos por parte das ONGs européias. Entre as recomendações finais do seminário estava apontada a necessidade urgente da criação de uma instância que ajudasse na análise, sistematização e avaliação de experiências de base. O grupo organizador do seminário, constituído por três pessoas que haviam sido respectivamente do MEB (Movimento de Educação de Base da CNBB — das equipes de Pernambuco e do Nacional), e de um Programa de Alfabetização de Adultos do Rio de Janeiro, com o apoio da representante do CCFD, decidiu então criar uma pequena instituição que viesse a responder à demanda explicitada no seminário.

3. Objetivos gerais: contribuir para a construção de uma sociedade democrática incentivando e fortalecendo atitudes e padrões de atuação que viabilizem um novo tipo de organização

social. Tendo em vista este objetivo, Nova Pesquisa age junto a diferentes grupos sociais, considerando que a pluralidade cultural destes grupos é um fator primordial de enriquecimento do processo de recriação da sociedade brasileira.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 11

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

Obs: o Nova utiliza sistematicamente um procedimento de divisão de despesas com as entidades contratantes que amplia a possibilidade dos recursos que capta e, metodologicamente, compromete o contratante com a atividade.

9. Atividades principais: assessoria e pesquisa em educação popular.

Projetos ilustrativos:

a) PROJETO MÃOS À OBRA: assessoria a projetos de alfabetização de adultos com operários da construção civil do Rio de Janeiro. Há uma pessoa responsável pela atividade;

b) PROJETO DE PESQUISA E ASSESSORIA A PEQUENOS PRODUTORES E ASSALARIADOS RURAIS. Há duas pessoas na atividade;

c) PROJETO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL: pesquisa e organização das manifestações musicais populares. Atende a trabalhadores da Baixada Fluminense; trabalhadores rurais do Sul da Bahia; moradores da periferia de Florianópolis, SC e trabalhadores da região do Triângulo Mineiro.

10. Beneficiários principais: assalariados rurais e pequenos produtores, moradores de rua, analfabetos, mulheres, favelados e sem-teto.

11. Publicações principais: *Cadernos de educação popular* e *Falas em torno do lixo*, este último em convênio com outras ONGs (ISER e POLIS). Nova produz também discos e fitas k7, resultantes de pesquisas do Projeto de Dinamização Cultural, entre as quais: *Movimento dos compositores da Baixada Fluminense* e *Da Quixabeira pro berço do Rio*, executado pelos trabalhadores rurais do recôncavo e do sertão da Bahia.

NÚCLEO DE APOIO ÀS VIÚVAS DOS TRABALHADORES RURAIS ASSASSINADOS EM CONFLITOS DE TERRA

Sigla/nome curto: NAV

Responsáveis para contato: MARISTELA DE PAULA ANDRADE/VERA LÚCIA SALES/CARLOS APARECIDO FERNANDES

Endereço: Rua Padre Antônio Vieira, 112 — 65.010-430 — Centro — São Luís — MA

Tel: (098) 221-4566

Fax: (098) 221-4566

- 1. Data de fundação:** 1991 (de fato), 1992 (legal).
- 2. Origem:** originou-se de um projeto de extensão da Universidade Federal Maranhense (UFMA) intitulado *Violência contra mulheres e crianças camponesas — o caso das viúvas e dos órfãos de trabalhadores rurais assassinados em conflitos de terra*. O projeto tinha duas vertentes: uma voltada para a produção de conhecimento e outra para a articulação das viúvas em um movimento próprio para que pudessem lutar por seus direitos. Até então, o que existia era um grupo de 15 mulheres viúvas de trabalhadores assassinados que recebiam apoio financeiro para a sobrevivência, de uma entidade filantrópica alemã, através da Igreja Católica. Um grupo de profissionais, do MIRAD, da CPT, da UNICEF, uma jornalista da Arquidiocese de São Luís e um sindicalista, resolveram então institucionalizar a iniciativa visando a constituição de um movimento de defesa dos direitos dessas mulheres, que permitisse romper com as atitudes puramente assistenciais e atuasse nas denúncias e para a mudança da situação com relação aos trabalhadores na região.
- 3. Objetivos gerais:** assessorar o Movimento das Viúvas de Trabalhadores Rurais Vítimas da Violência no Campo; produzir conhecimento que subsidie a ação do Movimento assim como as entidades de classe e de assessoria aos trabalhadores rurais; contribuir para a formação de profissionais voltados para a prestação de serviços aos trabalhadores rurais; atuar junto com entidades congêneres, na defesa dos direitos humanos, contra a impunidade e pelo direito dos trabalhadores rurais à cidadania plena.
- 4. Âmbito de atuação:** estadual.
- 5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 6
- 6. Número de voluntários:** um voluntário/colaborador nacional.
- 7. Faixa orçamentária:** menos de US\$50.000.00.
- 8. Fontes de recursos:** agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.
- 9. Atividades principais:** assessoria, pesquisa, educação política e assistência jurídica.

Projetos ilustrativos:
O NAV organiza todas as suas atividades em torno da estruturação e assessoria ao Movimento das Viúvas dos Trabalhadores Rurais Assassinados. Nesse sentido realizam: acompanhamento jurídico de processos de homicídio de trabalhadores rurais; ações de responsabilidade civil contra o Estado nos casos de assassinato e outras formas de violência; ações coletivas de concessão de benefícios previdenciários a viúvas e órfãos de trabalhadores assassinados; pesquisa jurídica sobre processos judiciais relativos a homicídios de trabalhadores rurais; pesquisa etnográfica sobre as consequências dos assassinatos para as unidades de produção; pesquisa sobre a história de vida das viúvas dos trabalhadores assassinados; pesquisa sobre a exploração do trabalho infantil em áreas de implantação dos chamados grandes projetos.
- 10. Beneficiários principais:** mulheres, trabalhadores rurais, agricultores sem-terra, órfãos de trabalhadores assassinados e crianças trabalhadoras.
- 11. Publicações principais:** produziu o vídeo *Viúvas da Terra*.

OPERAÇÃO ANCHIETA

Sigla/nome curto: OPAN

Responsáveis para contato: IVAR LUIZ V. BUSATTO / EDNELSON SOUZA PEREIRA / ÂNGELA KUROVSKI

Endereço: Avenida Ipiranga, 97 — 78.020-550 — Goiabeiras — Cuiabá — MT

Tel: (065) 322-2980

Caixa postal: 615

Cep: 78.005-970

1. **Data de fundação:** 1970 (de fato), 1969 (legal).
2. **Origem:** a OPAN nasceu em um encontro de Congregados Marianos do Sul do país que, incentivados por um jesuíta da Missão Anchieta (MIA MT), dispuseram-se a um trabalho missionário. Caracterizou-se desde o início como entidade filantrópica e promocional para o trabalho junto aos marginalizados, sobretudo os povos indígenas. Tendo em vista este propósito, comprometia-se a preparar pessoas que se oferecessem para atuar como voluntários. Um ano depois, realizava-se o primeiro curso/treinamento em Lageado, RS, com 20 participantes, dos quais seis partiram para o norte de Mato Grosso e Rondônia, para as Prelazias de Diamantino e Guajará Mirim. Em 1971 novo curso realizou-se para 30 pessoas, das quais dez dirigiram-se para as mesmas áreas. Atualmente, a OPAN desenvolve sete projetos junto a comunidades indígenas, em sua maioria em articulação com o CIMI, Conselho Indigenista Missionário da CNBB, principalmente na Amazônia, priorizando-se os povos sem qualquer atendimento ou sob risco de extinção física ou cultural.
3. **Objetivos gerais:** buscar a promoção dos povos indígenas no Brasil; reunir, selecionar, preparar e enviar pessoas dispostas a realizar um trabalho promocional como voluntários, junto às populações marginalizadas e sobretudo os povos indígenas.
4. **Âmbito de atuação:** regional, nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amazonas.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 18
6. **Número de voluntários:** 22
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$200.000.00 e US\$300.000.00.
8. **Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não governamental: 72,6%;
 - b) agências internacionais de cooperação governamental: 9,5%;
 - c) organismos de governo: 13,4%;
 - d) doações individuais: 4,5%.
9. **Atividades principais:** educação para a cidadania, assessoria e capacitação em apoio aos povos indígenas, denúncias de violações dos direitos dos povos indígenas e preservação ambiental.

Projetos ilustrativos:

A OPAN mantém projetos nas seguintes áreas indígenas:

PROJETO GUARANI: Povo Guarani Kaiowá (educação), três voluntários;

PROJETO PARESI: Povo Paresi (educação), dois voluntários;

PROJETO ENAWENE NAVE: Povo Enawene Nave (saúde e demarcação, pesquisa do potencial econômico), dois voluntários;

PROJETO KAWAHIB: Povo Parintintin (saúde educação e alternativas econômicas), um voluntário;

PROJETO KULINA — MÉDIO JURUÁ: Povo Kulina/Kanamari (saúde, educação, demarcação, organização e alternativas de subsistência), três voluntários, um vigia e um motorista;

PROJETO TAPAUÁ: Povo Paumari (saúde, meio ambiente e organização), dois voluntários e um motorista;

PROJETO KATUKINA: Povo Katukina (saúde, regularização fundiária, economia), dois voluntários e um motorista;

PROJETO ZURUANA: Povo Zuruana (saúde e regularização fundiária), um voluntário e um motorista.

10. Beneficiários principais: povos indígenas da Amazônia.

11. Publicações principais: produz manuais e cartilhas tais como: *Cartilha de saúde Paresi*; *Campanha povos indígenas do vale do Javari*. Produz também livros e dossiês como por exemplo: *Dossiê índios do Mato Grosso*; *A conquista da escrita, iluminuras*; *Ação indigenista como ação política*.

Sigla/nome curto: PROTER

Responsáveis para contato: DANILO PRADO GARCIA FILHO

Endereço: Rua Minerva, 80 — 05.007-030 — Perdizes — São Paulo — SP

Tel: (011) 263-1840 e (011) 864-3980

Fax: (011) 263-1840 e (011) 864-3980

Endereço eletrônico: proter@ax.ibase.org.br

Observação: Possui um escritório regional em Florianópolis, SC, situado à Rua Rio de Janeiro, 646 — 15.600-000 Florianópolis. Telefax: (0174) 42-4728.

1. Data de fundação: 1983 (de fato), 1989 (legal).

2. Origem: nasceu de um instituto criado por um grupo de professores na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1983. O Instituto dedicava-se a pesquisas aplicadas e prestação de serviços em áreas rurais, em particular às comunidades ligadas à Comissão Pastoral da Terra, realizando cursos para agentes de base; assessorias a técnicos do governo que atuavam nas áreas; estudos sobre a comercialização de produtos locais; assessorias econômicas junto a assentamentos rurais. Finalmente, em 1989, o PROTER criou personalidade jurídica própria e os projetos em curso foram transferidos para a nova entidade.

3. Objetivos gerais: dentro de sua vocação principal que é a prestação de serviços, o PROTER pretende contribuir para a construção de novos modelos de desenvolvimento rural que permitam o aprofundamento da democracia; a redução das desigualdades sociais; a preservação do meio ambiente e a segurança alimentar do país.

4. Âmbito de atuação: estadual (São Paulo e Santa Catarina).

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 10

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000,00 e US\$200.000,00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: assessoria técnica, organizacional e econômica para trabalhadores (as) rurais.

Projetos ilustrativos:

a) **ASSESSORIA ECONÔMICA À ORGANIZAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES:** assessoria para a comercialização dos produtos; elaboração de projetos econômicos (montagem, funcionamento e financiamentos); administração e contabilidade. Destina-se a agricultores e assentados (cerca de 20 grupos). Há três pessoas na atividade;

b) **ASSESSORIA, CAPACITAÇÃO E APOIO A GRUPOS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS E SUAS ORGANIZAÇÕES:** no que se refere a relações de gênero, saúde da mulher, políticas de saúde, direitos da mulher. Atende a 15 grupos de mulheres. Há duas pessoas na atividade;

c) **EXPERIMENTAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA** (manejo de solos, produção de sementes, pecuária leiteira, adubação verde). Atende a pequenos produtores da área de Alta Araraquara (10 grupos). Há duas pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: pequenos produtores rurais e assentados; mulheres trabalhadoras rurais; sindicatos rurais.

11. Publicações principais: publica manuais e cartilhas para uso local tais como: *Nosso solo; Reforma agrária; Custeio e Proagro; Comercialização direta; A necessidade faz o sapo pular; Mulheres fazendo sua história; Saúde e meio ambiente.*

PROGRAMA DE APLICAÇÃO DE TECNOLOGIA APROPRIADA ÀS COMUNIDADES

Sigla/nome curto: PATAC

Responsáveis para contato: MARILENE N. MELO/CARLOS ALBERTO APOLINÁRIO/ANTONIO CARLOS P. DE MELLO

Endereço: Rua Dr. Francisco Pinto, 323 A — 58.109-783 — Bodocongó — Campina Grande — PB

Tel: (083) 333-1240

Fax: (083) 333-1240

Caixa postal: 641

- 1. Data de fundação:** 1970 (de fato), 1992 (legal).
- 2. Origem:** o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades foi criado em 1970, por um irmão redentorista e abrigado pela ordem do mesmo nome. Visava a melhoria da população carente, através da pesquisa, aplicação e difusão de tecnologia apropriada. Nos primeiros dez anos, atuou na área da habitação, adaptando técnicas (solo-cimento) e construindo máquinas de fazer tijolos. Apoiava, em regime de divisão meio a meio, a fabricação de tijolos para os interessados e com os que vendia, comprava mais instrumentos para novos usuários. Em 74, chegou-se a construir 60 máquinas para uma agência financiadora do exterior que estava apoiando a reconstrução de casas destruídas pelas enchentes. Em 80, uma avaliação do programa redirecionou a prática para o atendimento de pequenos produtores de comunidades rurais, objetivando-se atingir as causas do problema habitacional urbano e não só os seus efeitos. Desenvolveram-se técnicas de recuperação de solos esgotados e combate à erosão para diminuir os problemas a enfrentar durante a seca em áreas isoladas do Cariri, Carimataú e Seridó. Em 1990, questionou-se novamente o impacto do trabalho e concluiu-se que o programa deveria articular-se mais ao trabalho sindical que demandava apoio para o Pólo do Agreste da Borborema. Em 1991, a Ordem Redentorista resolveu não ter mais o PATAC como um de seus serviços e estimulou uma análise avaliativa sobre a continuidade do Programa. A Equipe do PATAC, a Congregação e representantes de outras ONGs da área, em conjunto, decidiram então criar um projeto autônomo, com formato de associação, constituindo o atual PATAC.
- 3. Objetivos gerais:** assessorar os trabalhadores rurais na construção de uma nova concepção de agricultura no sentido de favorecer o resgate de sua cidadania. Pesquisar, experimentar, gerar e adaptar técnicas apropriadas na área da agricultura, criação animal e da saúde. Difundir tecnologias apropriadas para os pequenos produtores visando aumentar sua produtividade e melhorar suas condições de vida. Estabelecer relações de cooperação com organismos afins tendo em vista a troca de experiências e melhoria mútua.
- 4. Âmbito de atuação:** estadual.
- 5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 19
- 6. Número de voluntários:** —
- 7. Faixa orçamentária:** entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.
- 8. Fontes de recursos:** agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.
- 9. Atividades principais:** assessoria técnica em agricultura alternativa.

Projetos ilustrativos:
a) ASSESSORIA AO MOVIMENTO SINDICAL RURAL: assessoria intensiva a três sindicatos sobre orientações gerais para a pequena produção e tecnologias alternativas. Acompanhamento

das frentes produtivas de trabalho e experimentação com utilização de técnicas agroecológicas. Assessoria ao Departamento Sindical dos trabalhadores rurais da PB, para 35 diretores sindicais e de oposições do Pólo Sindical do Agreste da Borborema. Há dois técnicos na atividade;

b) PESQUISA, ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS AO PEQUENO TRABALHADOR RURAL: testes sobre compostagem rápida; pesquisa sobre alimentação de biodigestor com manipueira; pesquisa sobre alimentação de biodigestor com bagaço de sisal; teste com extrator de óleo a frio de sementes de gergelim, girassol e amendoim; orientação sobre máquina de fazer farinha. Divulgam-se os resultados através de publicações e de assessorias;

c) Treinamento sobre construção de caixa de cimento, captura, revisão e montagem de apiários além de confecção de materiais agrícolas e obtenção de sub-produtos. Atende a 100 pequenos produtores rurais. Há três pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: pequenos produtores rurais (homens e mulheres), assalariados rurais, sindicatos, estudantes e analfabetos.

11. Publicações principais: *Almanaque do pequeno produtor* e *Calendário do pequeno produtor*. Publica também manuais e cartilhas tais como as da série *Tecnologias apropriadas* sobre os temas: abelhas, curva de nível e cobertura da terra.

REDE DE DEFESA DA ESPÉCIE HUMANA-REDEH

Sigla/nome curto: REDEH

Responsáveis para contato: THAIS CORRAL / MARIA APARECIDA SCHUMACHER / SOLANGE DACACH

Endereço: Rua Álvaro Alvim, 21 — 16º andar — 20.031-010 — Centro — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 285-7510

Fax: (021) 556-3383

Endereço eletrônico: redeh@ax.ibase.org.br

1. Data de fundação: 1987 (de fato), 1989 (legal).

2. Origem: REDEH surgiu da necessidade de sistematizar um trabalho na área da saúde, sexualidade e procriação. O pensamento inicial foi criar um núcleo para a difusão do trabalho que já vinha sendo desenvolvido. Em 1987, organizou-se uma ação de protesto contra a aprovação de teste de uma vacina contraceptiva em mulheres brasileiras. A magnitude do impacto da contracepção imunológica se apresentava como uma ameaça à espécie humana. Surgiu daí o nome de Redeh, formato institucional escolhido por parecer às fundadoras menos burocrático, mais ágil e que sugere entrelaçamentos.

3. Objetivos gerais: propor uma discussão política relativa à questão da saúde e sua interrelação com o meio ambiente.

4. Âmbito de atuação: municipal.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 12

6. Número de voluntários: um internacional.

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: análise, informação e pressão por políticas que respeitem a espécie humana e o meio ambiente.

Projetos ilustrativos:

a) CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: arquivo, organização da informação, produção de dossiês e atendimento ao público. Versa sobre sexualidade, saúde da mulher, procriação, direitos reprodutivos, novas tecnologias da reprodução, engenharia genética, ecologia e meio ambiente. Há três pessoas responsáveis pela atividade;

b) REDEH ENTRE REDES: intercâmbio, participação em campanhas, troca de experiências e divulgação de informações através dos seguintes contatos: COMBATON (Articulação de Mulheres Brasileiras para População e Meio Ambiente); Rede Feminina de Saúde e Direitos Reprodutivos; REHUNA (Rede pela Humanização do Nascimento); WEDO (Women Environment and Development Organization); Feminist International Network of Resistance to Reproductive and Genetic Engineering;

c) SEMINÁRIOS E DEBATES: organização de seminários e debates sobre os temas com os quais REDEH trabalha, para atendimento ao Movimento de Mulheres e ao público em geral. Há duas pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: mulheres, outras ONGs, estudantes, jovens, público em geral.

11. Publicações principais: *Cadernos REDEH e Terra feminina*. Publica manuais e cartilhas tais como: *Ciclos da vida; Interrupção da gravidez, o que há de novo?; Caravana da vida*. Publica também livros tais como: *As rotas do norplant e population danger*. Produz vídeos entre os quais destacam-se: *Vida qualidade de vida e Conferência Mulher: procriação e meio ambiente*.

REDE MULHER

Sigla/nome curto: —

Responsáveis para contato: MOEMA VIEZZER / MARILDA ARRIVABENE

Endereço: Rua João Ramalho, 991 — 05.008-002 — Perdizes — São Paulo — SP

Tel: (011)873-2803

Fax: (011) 62-7050

Endereço eletrônico: rmulher@ax.ibase.org.br **Caixa postal:** 1803-Cep.01051

1. Data de fundação: 1981 (de fato), 1983 (legal).

2. Origem: REDE MULHER nasceu por iniciativa de sua fundadora, socióloga, educadora, preocupada com as questões relativas à condição da mulher e que já vinha trabalhando sobre o tema desde 1975. Surgiu da necessidade de implementar iniciativas de educação popular que respondessem às necessidades das mulheres dos setores populares.

3. Objetivos gerais: desenvolver projetos educativos para uma nova relação social de gênero. Apoiar a organização e a articulação de grupos de mulheres dos setores populares.

4. Âmbito de atuação: regional, abrangendo os estados de SP, MG, PR, MT e BA.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 12.

6. Número de voluntários: um voluntário internacional.

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000,00 e US\$200.000,00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 75,3%;
- b) agências multilaterais de cooperação: 24,7%.

9. Atividades principais: educação popular, informação e capacitação.

Projetos ilustrativos:

a) **ESCOLA MULHER E MEIO AMBIENTE:** cursos e oficinas ligadas à questão da mulher e o meio ambiente; publicação dos resultados. Atende aos movimentos sociais, sobretudo às mulheres. Há três pessoas responsáveis pela atividade;

b) **ASSESSORIA A PROJETOS PRODUTIVOS:** capacitação na área de elaboração de projetos, gestão de recursos e administração. Destina-se a mulheres de setores populares. Há duas pessoas na atividade.

c) **ASSESSORIA À EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA:** oficinas de educação popular feminina para trabalhadoras de creches e mulheres em geral. Há duas pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: mulheres; movimentos urbanos e de bairros, sindicatos rurais e pequenos (as) produtores (as).

11. Publicações principais: *Cunhary* (trimestral) e *Cunhary informa* (bimestral). Publica manuais e cartilhas, entre as quais se destacam: *Memórias de encontros; Com garra e qualidade; Abraçar a vida; Feminismo e educação popular.* Produz vídeos tais como: *Mulheres participando; E agora Marla?; Saúde em movimento e Uma grávida em São Paulo.*

S.O.S. CORPO GÊNERO E CIDADANIA

Sigla/nome curto: S.O.S. CORPO

Responsáveis para contato: SILVIA CAMURÇA / MARIA BETÂNIA ÁVILA

Endereço: Rua Major Codeceira, 37 — 50.100-070 — Santo Amaro — Recife — PE

Tel: (081) 423-3044

Fax: (081) 423-3180

Endereço eletrônico: soscorpo@ax.ibase.org.br

1. **Data de fundação:** 1980 (de fato), 1982 (legal).
2. **Origem:** S.O.S. Corpo foi fundada por mulheres, militantes feministas, trazendo experiência anterior de participação no Movimento Feminista na Europa, no Movimento Feminino pela Anistia e em organizações tais como: CEAS, IEPES, AÇÃO MULHER, CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER e FASE. No início, tratava-se de um grupo de reflexão sobre a condição feminina, passando logo a seguir a desenvolver pesquisas, organizar debates e produzir vídeos. Pioneira no Nordeste como ONG feminista, sua aproximação com os movimentos sociais antecedeu o relacionamento com as outras ONGs que veio a dar-se mais tarde, em meados de 1985.
3. **Objetivos gerais:** consolidar a atuação das mulheres no plano individual e coletivo, enquanto sujeitos políticos; contribuir para a formulação de referências para as políticas sociais; ampliar e subsidiar a formação teórico-política de diferentes sujeitos sociais do campo democrático, em uma perspectiva feminista.
4. **Âmbito de atuação:** nacional, predominando no Estado de Pernambuco, nos municípios de Cabo, Serra Talhada, Paulista e Petrolina e na Região Metropolitana de Recife.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 24.
6. **Número de voluntários:** —
7. **Faixa orçamentária:** entre US\$300.000.00 e US\$400.000.00.
8. **Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 95%;
 - b) venda de produtos e serviços: 5%.
9. **Atividades principais:** educação para a cidadania através de capacitação, cursos e assessoria para a elaboração de projetos sociais.

Projetos ilustrativos:

 - a) PROGRAMAS DE FORMAÇÃO:
 - para agentes sociais, educadoras para trabalho com mulheres, em uma perspectiva feminista. Atende a aproximadamente 100 mulheres/ano, de outras organizações que realizam trabalho social. Há duas pessoas responsáveis pelo programa;
 - para agentes de saúde do serviço público, atendendo a aproximadamente 50 pessoas/ano, entre médicos, enfermeiras e atendentes, através de oficinas de sensibilização. Há duas pessoas no programa;
 - para a incorporação de temas relativos a gênero, junto a outras ONGs e prefeituras municipais, através de assessorias específicas. Atende a uma média de 60 pessoas técnicas de outras ONGs e de prefeituras da Região Metropolitana de Recife;
 - b) PESQUISA:
 - investigação, produção de conhecimento e difusão de resultados sobre o tema saúde e direitos reprodutivos, realizada entre trabalhadores rurais. Implica em tradução de textos teóricos, produção de materiais, ciclo de deba-

tes. Atende a pesquisadores de outras ONGs e da Universidade (em torno de 150 mulheres em seminários sistemáticos). Há duas pessoas responsáveis pela atividade;

c) PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO: produção de vídeos e folhetos, documentação e intervenção na mídia. Atende a movimentos feministas, ONGs e público em geral, com ampla divulgação local e nacional. Há cinco pessoas responsáveis pelo programa.

10. Beneficiários principais: mulheres, profissionais da saúde, público em geral, outras

ONGs, acadêmicos e estudantes, camadas médias em geral.

11. Publicações principais: *Jornal da Rede*, (periódico da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos). Publica manuais e cartilhas entre os quais destacam-se *Corpo de mulher; Contratempos do prazer; Direitos reprodutivos e a condição feminina*. Publica livros tais como: *Viajem ao mundo da contracepção*. Produz vídeos: *Almerinda, uma mulher de trinta; Dawn, interegional meeting* e *Em busca da saúde*.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMININA — Serviço de Orientação à Família

Sigla/nome curto: SOF

Responsáveis para contato: CASSIA MARIA CARLOTO / NALÚ DE FARIA SILVA

Endereço: Rua Engenheiro Thomas Whately, 204 — 04.742-130 — Santo Amaro — São Paulo — SP

Tel: (011) 521-9822

Fax: (011) 522-5287

Endereço eletrônico: sof@ax.apc.org

Observação: SOF possui mais um escritório além de sua sede principal.

1. Data de fundação: 1963 (de fato e legal).

2. Origem: o SOF foi fundado por um grupo de profissionais da saúde com o objetivo de implantar um serviço de planejamento familiar. Este grupo baseava-se em uma filosofia sobre a reprodução humana na qual se enfocava sobretudo, a responsabilidade do casal, sobre a decisão a respeito do número de filhos. A família era cadastrada e o casal passava pelos cursos de orientação sobre métodos anticoncepcionais. Havia também um setor de prestação de serviços com atendimento clínico geral, ginecológico e também assistência jurídica. Oferecia-se orientação individual e grupal sobre planejamento familiar. Hoje o SOF é uma ONG feminista que tem por temáticas prioritárias as relações de gênero, a saúde e os direitos reprodutivos e que pretende desenvolver propostas políticas relativas à mulher incorporando-as em um processo global de construção da democracia.

3. Objetivos gerais: contribuir para a identificação e incorporação da temática de gênero pelos movimentos sociais como parte do processo de construção de uma cidadania democrática; para a reflexão, elaboração e implementação de políticas de gênero nas políticas públicas a serem executadas pelos governos municipais, estaduais e federal; a formação de multiplicadoras entre as organizações de mulheres, em seus diversos âmbitos de atuação: movimentos populares urbanos, sindicais autônomos e de mulheres negras; para a organização das mulheres enquanto movimento específico ou com grupos e comissões de outros movimentos; assessorar a formulação de pau-

tas e a reflexão teórica para as organizações de mulheres e órgãos e setores do poder público.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 21.

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$200.000.00 e US\$300.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 97%;
- b) venda de serviços: 3%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania, cursos e elaboração de materiais pedagógicos.

Projetos ilustrativos:

a) CURSO DE DIFUSÃO FEMINISTA E ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO para o movimento sindical e os movimentos populares em geral. Há quatro pessoas responsáveis pelo curso;

b) PROJETO SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS: elaboração de "kits" temáticos compostos por caderno de formação e vídeo; cursos de formação para lideranças; elaboração do *boletim saúde da mulher*; oficinas; debates; seminários, destinados às lideranças dos movimentos de saúde. Há nove pessoas na atividade;

c) APOIO À ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES: assessoria aos grupos de mulheres;

participação em coletivos de formação para relações de gênero; apoio aos grupos de mulheres dentro das centrais sindicais e sindicatos; participação na Rede Feminista de Direitos Reprodutivos. Há nove pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: mulheres.

11. Publicações principais: boletim *Mulher e saúde*; *Série cadernos* sobre temas tais como: saúde e direitos reprodutivos e esterelização feminina. Produz manuais e cartilhas entre as quais se destacam: *Sempre viva*; *Fases da vida*; *Faces da saúde*; *Não à violência* e *Mulheres: nossas vidas nossas lutas*.

SERVIÇO COMUNITÁRIO JUSTIÇA E PAZ DO RECIFE

Sigla/nome curto: SCJP

Responsáveis para contato: TEREZA CRISTINA CAVALCANTI BORBA / CHRISTOPH OSTENDORF

Endereço: Rua Gervásio pires, 404 — 50.050-070 — Boa Vista — Recife — PE

Tel: (081) 222-0846

Fax: (081) 222-0846

1. Data de fundação: 1990 (de fato e legal).

2. Origem: o SCJP nasceu a partir da mudança ocorrida na Arquidiocese de Olinda e Recife quando da substituição de D. Helder Câmara. Na ocasião, os integrantes da equipe de trabalho da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese, em consulta a representantes dos movimentos populares e objetivando a continuidade da ação dentro da orientação que vinham desenvolvendo, decidiram criar uma entidade jurídica autônoma que desse seguimento às atividades.

3. Objetivos gerais: apoiar a população de baixa renda da Região Metropolitana do Recife na luta pela efetivação da cidadania e realização dos direitos humanos.

4. Âmbito de atuação: regional (NE). SCJP atua na área metropolitana de Recife, mas sedia o Regional Nordeste do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 11.

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$50.000,00 e US\$100.000,00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 75%;
- b) doações individuais de paroquianos da Alemanha: 25%.

9. Atividades principais: educação para a cidadania, defesa dos direitos humanos, assessoria jurídica.

Projetos ilustrativos:

a) PROGRAMA DE LEGALIZAÇÃO DA POSSE DA TERRA URBANA: acompanhamento de processos jurídicos, acompanhamento da revisão da lei de uso do solo, capacitação, negociação com o poder público, colaboração no programa PREZEIS-Recife (Zonas Especiais de Interesse Social da Prefeitura de Recife) e ZEIS-Jaboatão (equivalente, da Prefeitura de Jaboatão). O Programa de Legalização atingiu, nos últimos três anos, 51 áreas onde vivem aproximadamente 50.000 famílias. Há seis pessoas responsáveis pelo Programa.

A atuação de acompanhamento ao PREZEIS-Recife e ZEIS Jaboatão implica também em outro projeto como desdobramento, especificamente para a urbanização das áreas. Significa análise dos projetos urbanísticos; apoio à formulação de propostas ao poder público por parte dos moradores, para adequação dos projetos à realidade local; elaboração de projetos arquitetônicos específicos e confecção de materiais didáticos. Atende às associações de moradores das Zonas Especiais de Interesse Social. Há duas pessoas dedicadas especificamente aos aspectos urbanísticos do Programa;

b) PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E REPRESENTATIVIDADE REGIONAL DO MESMO: articulação regional e apoio às articulações do Movimento nos estados; participação nos Encontros Nacionais de Direitos Humanos; elaboração de propostas para a área urbana nas Comissões Nacionais do Movimen-

to. Atende às entidades de direitos humanos da região. Há quatro pessoas acompanhando a articulação regional do Movimento;

c) ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA: significa o acompanhamento de grupos populares, associações e federações, na elaboração, reforma, publicação e registro de seus estatutos; no acompanhamento dos processos eleitorais internos; apoio a encontros de planejamento e avaliação de atividades e assessoria jurídica. São 50 entidades as beneficiárias deste acompanhamento e há seis pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: favelados; associações de moradores, movimentos urbanos e de bairros; professores de escolas comunitárias; deficientes físicos; outras ONGs e público em geral.

11. Publicações principais: produz manuais e cartilhas, entre as quais se destacam: *Cartilha sobre orçamento municipal e Programa PREZEIS*; *Cartilha sobre orçamento e o Fundo para a área de direitos da criança e do adolescente*; cartilha sobre o *Conselho Estadual de Habitação*.

SERVIÇO DE APOIO À PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Sigla/nome curto: SAPÉ

Responsáveis para contato: MARIA AÍDA BEZERRA COSTA / RUTE MARIA MONTEIRO MACHADO RIOS

Endereço: Rua Evaristo da Veiga, 55, 24º andar — 20.031-040 — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 220-4580

Fax: (021) 220-1616

Endereço eletrônico: capina@ax.ibase.org.br

1. Data de fundação: 1987 (de fato e legal).

2. Origem: a criação do SAPÉ é fruto de uma exigência — cada vez mais evidente para pessoas que o fundaram — no sentido de aperfeiçoar a atividade de assessoria a experiências de educação popular, fazendo com que a pesquisa assuma um significado tão importante quanto o que é dado à própria assessoria. Suas fundadoras vinham de experiências acumuladas nesse campo — como a participação nos Programas de Desenvolvimento Comunitário no Vale do São Francisco (CVSF-1959/61), no MEB (Movimento de Educação de Base — 61/71) e em Nova Pesquisa (72/86). Observando as significativas diferenciações culturais que interferem na relação entre educadores e educandos, tanto na aquisição de conhecimentos por parte de ambos como na aprendizagem de novos códigos, as idealizadoras do Sapé propõem-se a produzir referências teóricas específicas para que as assessorias a programas educativos populares mudem de qualidade. Pretendem assim contribuir, de fato, para o aumento da eficácia das intervenções de caráter educativo feitas através de vários tipos de atividades, em todo o país.

3. Objetivos gerais: contribuir para o aumento da eficácia das intervenções educativas no país, investindo na produção de referências teóricas a partir da prática; reforçar iniciativas de pequenos grupos que investem na criação/resgate de valores e formas de organização capazes de contribuir na construção de uma outra qualidade de vida; participar na construção de instrumentos de trabalho que sirvam a esses processos educativos.

4. Âmbito de atuação: nacional.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 6.

6. Número de voluntários: —

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: pesquisa, capacitação e assessoria a trabalhos com grupos populares e programas de alfabetização.

Projetos ilustrativos:

a) na área da pesquisa:

- PROJETO CONFRONTO DE SISTEMAS DE CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO POPULAR: investigação sobre a atividade de alfabetização de adultos, sob a responsabilidade de três pessoas;

- PROJETO PLATAFORMA CONESUL: intercâmbio de experiências de investigação/ação entre ONGs latinoamericanas, também com três pessoas responsáveis;

b) SEMINÁRIOS SOBRE TEMAS ESPECÍFICOS: discussão conjunta de questões da educação, particularmente da alfabetização de adultos; discussão das questões do ensino profissional no Brasil, junto ao Conselho de Escolas Operárias, em convênio com CAPINA (ver nesse volume). Atende a alfabetizadores e monitores de projetos educativos, alunos e professores. Há cinco pessoas trabalhando na atividade.

c) **ASSESSORIAS:** acompanhamento e apoio na avaliação de trabalhos populares de pequenos grupos e para experiências de dinamização de processos coletivos de auto-formação. Atende a agentes de base de experiências diversificadas, alfabetizadores de base e da rede pública. Há cinco pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: analfabetos; professores e estudantes; pequenos produtores e assalariados rurais; participantes de associações de moradores; favelados e sindicatos urbanos; outras ONGs.

11. Publicações principais: SAPÉ publica artigos sobre os temas trabalhados em co-edição, nas revistas de outras ONGs do campo da educação popular, como por exemplo *Tempo e presença* (CEDI), *CADERNOS do Ceas* e *Proposta* (FASE). Produziu o *Almanaque do Aluã*, também com a colaboração de outras ONGs (CECIP, CEPOL, AS-PTA, FASE e CAPINA) e um vídeo que registra aspectos da proposta do Sapé para alfabetização de adultos *Quanto mais sou, mais somos*.

SERVIÇO MAIORIA FALANTE DE COMUNICAÇÃO RACIAL E POPULAR

Sigla/nome curto: MAIORIA FALANTE

Responsáveis para contato: TOGO IORUBA / JÚLIA THEODORO / ARLETE SILVA

Endereço: Rua da Lapa, 200 sl. 808 — 20.021-180 — Lapa — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 224-2034

Observação: MAIORIA FALANTE possui mais um escritório filiado.

1. **Data de fundação:** 1987 (de fato), 1990 (legal).
2. **Origem:** um grupo de profissionais liberais, de maioria negra (jornalistas, professores, contabilistas, desenhistas e poetas), decidiu criar um jornal, MAIORIA FALANTE, considerando o eurocentrismo existente na mídia, a conseqüente estereotipia dos povos não brancos e a carência de meios de informação capazes de expressar a opinião dos afro-brasileiros. As quatro primeiras edições, em regime de auto-produção, buscaram difundir informações sobre o negro brasileiro e de outros países, bem como estender o diálogo com os demais grupos étnicos existentes no Brasil. Com o apoio da Associação dos Ex-Alunos da FUNABEM (ASSEAF) foram estabelecidas relações com outras instituições nacionais e internacionais com o objetivo de viabilizar a continuidade do jornal. A partir da quinta edição, foi obtido apoio financeiro internacional e criou-se um sistema próprio de distribuição. O jornal gerou novas demandas, entre elas a necessidade de se dispor de um Banco de Memória Afro-brasileiro. Este foi inaugurado com uma exposição fotográfica, realizada por ocasião da ECO 92, e um serviço de fotojornalismo. A esta altura, a Razão Social passou a ser Serviço Maioria Falante de Comunicação Racial e Popular, instituição mantenedora do jornal e que realiza outros projetos e programas de cooperação inter-étnica.
3. **Objetivos gerais:** reunir condições para a criação de uma rede de comunicação social que resulte em uma agência de notícias inter-étnica e alternativa, tendo em vista o combate ao racismo e à discriminação.
4. **Âmbito de atuação:** nacional.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 1.
6. **Número de voluntários:** 23 colaboradores nacionais e um voluntário internacional.
7. **Faixa orçamentária:** menos de US\$50.000.00.
8. **Fontes de recursos:**
 - a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 93%;
 - b) venda de produtos e serviços: (jornal, assinaturas e anunciantes) 7%.
9. **Atividades principais:** informação.

Projetos ilustrativos:

 - a) PRODUÇÃO DO JORNAL MAIORIA FALANTE, com uma tiragem de 5.000 exemplares, destinado ao público em geral. Há dez pessoas trabalhando no jornal;
 - b) BANCO DE MEMÓRIA AUDIO VISUAL DO AFRO-BRASILEIRO: registro, documentação fotográfica, textos e estatísticas acerca da situação do negro nas áreas urbanas e rurais do Rio de Janeiro. Há duas pessoas trabalhando neste Banco;
 - c) DIVULGAÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: periódico, em língua inglesa, abordando temas no campo do combate ao racismo e da discriminação racial "The voice of the majority". Há oito pessoas trabalhando no projeto.
10. **Beneficiários principais:** população negra e demais grupos étnicos.
11. **Publicações principais:** jornal *Maioria falante* (bimestral).

SOCIEDADE AFRO-SERGIPANA DE ESTUDOS E CIDADANIA

Sigla/nome curto: SACI

Responsáveis para contato: CARLOS EDUARDO T. DOS SANTOS/ROSANA SOARES ADRIÃO/JOSÉ PEDRO NETO

Endereço: Rua João Pessoa — Edifício Cidade de Aracaju, 320, sala 405 — 49.019-900 — Centro — Aracaju — SE

Tel: (079) 222-8202

Fax: (079) 222-8202

1. Data de fundação: 1986 (de fato e legal).

2. Origem: SACI originalmente teve o nome de União dos Negros de Aracaju (UNA) tendo sido criada alguns meses antes da realização do II Encontro dos Negros do Norte e do Nordeste (ENNNE), realizado em Sergipe em 1986. Naquela etapa a UNA organizou uma sucessão de três encontros estaduais da comunidade negra sendo que dois deles em conjunto com outras organizações. UNA conseguiu também incluir na pauta desses eventos, problemas da comunidade, projetando o movimento para fora do gueto: foi às escolas, atingiu os meios de comunicação e a sociedade como um todo. Nos últimos três anos, vêm sendo pensadas mudanças internas para enfrentar os novos desafios colocados pela conjuntura, e já agora a Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania (SACI) está ampliando seu raio de ação para prestar serviços específicos qualificados à comunidade negra, atingir todo o estado, capacitar os participantes para a atuação em políticas públicas de modo a transformar a realidade da população afro-sergipana.

3. Objetivos gerais: conscientizar a comunidade negra sobre suas reais condições de existência, promovendo a valorização étnica do ser humano afro-brasileiro, através do resgate histórico de seu papel econômico, político, cultural e religioso, na construção de nossa sociedade. Lutar contra qualquer atitude racista ou discriminatória que fira os preceitos básicos da plena cidadania, denunciando sempre as políticas oficiais e oficiosas de extermínio do povo negro e pobre, no Brasil e no

mundo. Apoiar, participar e assessorar, na medida do possível, toda a iniciativa dos movimentos negro e popular que vise a construção de um novo modelo de desenvolvimento, não excludente e democrático.

4. Âmbito de atuação: em três municípios de Sergipe (Lagarto, Aracaju e Socorro)

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: —

6. Número de voluntários: 6.

7. Faixa orçamentária: menos de US\$50.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não-governamental: 92%;
- b) agências multilaterais de cooperação: 0,8%.

9. Atividades principais: análise e pesquisa, atividades culturais e de capacitação.

Projetos ilustrativos:

a) AÇÕES CONTRA A VIOLÊNCIA CRIMINALIZADA: mesas redondas, seminários, produção de materiais (cartilhas e vídeos). Destina-se às mulheres de comunidades urbanas e rurais. Há três pessoas na atividade;

b) PESQUISA SOBRE A QUESTÃO RACIAL NO IMAGINÁRIO POPULAR: investigação e publicação da revista *Gballá*. Destina-se ao público em geral. Há cinco pessoas na atividade;

c) ESPAÇO CULTURAL "ILÊ OCAIA": bar, lançamento de vídeos, poesia, música, comidas típicas,

reuniões, ensaios de grupos afro. Para público em geral, reúne a comunidade negra especialmente. Há cinco pessoas responsáveis pela programação e gestão do espaço cultural.

10. Beneficiários principais: população afro-brasileira distinguindo-se as mulheres, crianças e adolescentes.

11. Publicações principais: *Gballá*, e *Cadernos de conscientização cabeça de negro*. Publicam manuais e cartilhas tais como: *Violência contra a mulher em Sergipe* e *Conhecendo a sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania*. Produziu um vídeo: *Identidade e sexualidade da mulher negra e pobre*.

SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Sigla/nome curto: SMDDH

Responsáveis para contato: CÉLIA MARIA CORRÊA LINHARES / MARIA DAS DORES SILVA SANTOS

Endereço: Rua da Saúde, 243 — 65.010-620 — Centro — São Luis — MA

Tel: (098) 221-3838

Fax: (098) 221-3838

Caixa postal: 1094

1. Data de fundação: 1979 (de fato e legal).

2. Origem: SMDDH foi criada em um momento em que os canais de expressão ainda eram muito limitados, tornando-se um espaço de trabalho e confluência para os movimentos sociais, constituindo-se como um foco de idéias progressistas. Foi fundada por participantes de partidos políticos, de movimentos estudantis, de associações de profissionais, por militantes da pastoral da Igreja Católica e membros do Movimento Sindical.

3. Objetivos gerais: defender os direitos essenciais da pessoa humana; denunciar e combater todas as formas de violação dos direitos humanos, individuais ou coletivas; promover atividades educativas sobre os direitos básicos, individuais ou coletivos, dos cidadãos.

4. Âmbito de atuação: municipal.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 17.

6. Número de voluntários: cinco voluntários colaboradores nacionais.

7. Faixa orçamentária: entre US\$100.000.00 e US\$200.000.00.

8. Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental: 100%.

9. Atividades principais: defesa dos direitos humanos; assessoria jurídica, educativa e organizativa e denúncias de violações.

Projetos ilustrativos:

a) ASSISTÊNCIA JURÍDICA A COMUNIDADES RURAIS: atende a questões emergenciais e acompanha situações pós-conflito, com atividades educativas acerca das alternativas para a sobrevivência, apoiando a organização dos trabalhadores no uso e na posse da terra, e na criação de sindicatos, associações e escolas comunitárias. Há sete pessoas dedicadas à atividade;

b) PROJETO BABAÇU: atua no apoio à sindicalização das quebradeiras, no desenvolvimento da agricultura diversificada em consórcio com as florestas de babaçu, no estudo de culturas extrativistas regionais, na organização de roças e hortas comunitárias, fabriquetas de sabão do azeite do côco, na criação de abelhas para consumo e comercialização do mel. Destina-se ao atendimento direto das mulheres quebradeiras de babaçu e atinge também suas famílias de pequenos produtores rurais. Há duas pessoas permanentes no projeto e duas eventuais;

c) APOIO TÉCNICO A COMUNIDADES RURAIS: levantamento de características de solos, incidência de pragas, cultivos tradicionais e modalidades de comércio em três áreas das Microrregiões do Itapecuru e Mearim. Atende a pequenos produtores rurais. Há uma pessoa responsável pelo projeto.

10. Beneficiários principais: trabalhadores rurais sem terra, posseiros, pequenos produtores, assalariados, mulheres trabalhadoras rurais.

11. Publicações principais: produz manuais e cartilhas entre os quais: *Com os pés na terra e Declaração Universal dos Direitos Humanos — traços da realidade*.

SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Sigla/nome curto: SPDDH

Responsáveis para contato: MARCELO SILVA DE FREITAS / VERA LÚCIA MARQUES TAVARES

Endereço: Travessa Barão do Triunfo, 2129 — 66.087-270 — Pedreira — Belém — PA

Tel: (091) 246-0677

Fax: (091) 246-0677

Observação: SPDDH tem mais um escritório além de sua sede principal.

1. **Data de fundação:** 1977 (de fato e legal).
2. **Origem:** SPDDH foi fundada por pessoas que anteriormente participaram da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e uma pastora evangélica. No início, caracterizou-se pela defesa dos direitos humanos durante a campanha pela anistia e liberdades democráticas, no plano estadual e nacional. Em sua trajetória no combate às violações dos direitos individuais e coletivos, ampliou sua atuação para o atendimento dos trabalhadores rurais, a Campanha pela reforma agrária e em defesa da Amazônia brasileira.
3. **Objetivos gerais:** a defesa intransigente dos direitos humanos em qualquer tempo e lugar, sejam as violações de caráter social, racial, sexual, político, ideológico, ambiental ou econômico. Desenvolver mecanismos de difusão das experiências e reflexões acerca da defesa dos direitos humanos que são realizadas pelos movimentos populares. Promover a capacitação, formação e treinamento de estudantes universitários que se disponham a dedicar seu saber e trabalho às organizações populares. Defender, reprimir ou impedir danos ao meio ambiente, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico e outros interesses difusos da sociedade.
4. **Âmbito de atuação:** estadual.
5. **Número de funcionários e/ou prestadores de serviço:** 10.
6. **Número de voluntários:** —
7. **Faixa orçamentária:** menos de US\$50.000.00.
8. **Fontes de recursos:** agências governamentais de cooperação internacional: 100% (governo canadense).
9. **Atividades principais:** defesa dos direitos humanos, assessoria jurídica, campanhas e denúncias.

Projetos ilustrativos:

 - a) ASSESSORIA JURÍDICA A SINDICATOS RURAIS E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES em questões relativas à posse e uso da terra na região sudeste do Pará e em Belém. Há 10 pessoas na atividade;
 - b) SEMINÁRIO CONSULTA SOBRE GRANDES PROJETOS, NA REGIÃO DE CARAJÁS. Com o objetivo de possibilitar a abertura de um canal de diálogo com os órgãos públicos, empresas privadas nacionais e internacionais, entidades financiadoras e políticos, para que a sociedade possa influir nas políticas de desenvolvimento regional. Atende aos movimentos sociais da região de Carajás. Há três pessoas organizando a atividade;
 - c) FORMAÇÃO E ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DE DIREITO, através de cursos e participação em atividades da sociedade paraense; preparando-os para trabalhar com a população em casos de assistência jurídica.
10. **Beneficiários principais:** sindicatos rurais, posseiros, povos indígenas, mulheres, meninos de rua, outras ONGs.
11. **Publicações principais:** jornal *Resistência*. Publica manuais e cartilhas tais como: *Direitos humanos e constituição*, sobre a violência policial. Publicou livro sobre: *Fazenda Jandaia, um caso autêntico*.

SOLIDARIEDADE FRANÇA BRASIL

Sigla/nome curto: SFB

Responsáveis para contato: AZOU BLAIN / CLÉIA MARIA MILÃO DOS SANTOS / MARIE MOREIRA ALVES

Endereço: Rua União, 12 — 20.220-500 — Santo Cristo — Rio de Janeiro — RJ

Tel: (021) 253-1168

Fax: (021) 233-8057

1. Data de fundação: 1985 (de fato), 1986 (legal).

2. Origem: um grupo de pessoas chegadas do exterior, interessadas em conhecer a realidade brasileira e sem entender o motivo de tanta pobreza, interessou-se em fazer algo de útil e para tal fim, buscou recursos na França. Acreditando que os problemas encontrados no hemisfério sul ultrapassam as suas próprias fronteiras e são da responsabilidade de todos, enfrentaram o desafio de trabalhar em comunidades carentes e dedicaram sua energia à construção de creches. A primeira foi em Boaçú, São Gonçalo. Pouco a pouco, perceberam que não bastava a construção mas que era necessário trabalhar também com as mães e com a comunidade. Hoje, consideram sua intervenção social como um dos caminhos possíveis, buscando metodologias adequadas a cada situação, com vontade de acertar, avaliando constantemente o trabalho, tendo um objetivo comum de mudança.

3. Objetivos gerais: apoiar as propostas dos grupos que trabalham com crianças e adolescentes, principalmente inseridos em comunidades, e que visem a transformação social, econômica e política da sociedade injusta.

4. Âmbito de atuação: Municípios de São Gonçalo, Nova Iguaçu, Itaguaí e Rio de Janeiro.

5. Número de funcionários e/ou prestadores de serviço: 6.

6. Número de voluntários: três colaboradores nacionais e um voluntário internacional.

7. Faixa orçamentária: entre US\$200.000.00 e US\$300.000.00.

8. Fontes de recursos:

- a) agências internacionais de cooperação não governamental: 43,3%;
- b) agências governamentais de cooperação internacional: 7,5%;
- c) agências multilaterais de cooperação: 27,7%;
- d) empresas: 6,6%;
- e) doações individuais: 12 %;
- f) outros: 3%.

9. Atividades principais: trabalho comunitário através de creches; formação de educadores para crianças na fase pré-escolar e para agentes de saúde comunitária.

Projetos ilustrativos:

a) CRECHES E APOIO COMUNITÁRIO:

- localidade de Vila de Cava, Nova Iguaçu: creche comunitária e centro de alfabetização para crianças e adolescentes locais. Há quatro responsáveis;
- localidade Todos os Santos, Nova Iguaçu: creche e posto de saúde, para crianças e comunidade em geral. Há três responsáveis;
- localidade Sinal de Vida, Itaguaí: creche comunitária para atender crianças da localidade. Há um responsável;

b) ASSESSORIA TÉCNICO PEDAGÓGICA EM SAÚDE E EDUCAÇÃO: cursos de reciclagem, seminários e palestras para educadores de creches comunitárias. Há oito pessoas na atividade;

c) PROJETO MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS CRIANÇAS. Cursos de capacitação para educadores de creches. Há oito pessoas na atividade.

10. Beneficiários principais: crianças, adolescentes, público em geral e idosos.

11. Publicações principais: *Boletim de informação SFB.*

LISTA DE ENDEREÇOS DAS ONGs FILIADAS A PARTIR DE JUNHO DE 1994 E DAS ONGs QUE NÃO ENVIARAM AS RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS EM TEMPO HÁBIL

OBS. Nos índices constantes deste cadastro, os nomes destas ONGs encontram-se assinalados com (*).

CEP 05409-001 — São Paulo — SP
Tel: (011) 814-4363 Fax: (011) 853-3861

ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES
RURAIS DO ESTADO DA BAHIA — AATR
Responsável para contato: JOSÉ LUIZ GOMES
Rua Capelinha do Tororó, 1, 1º andar
CEP 40050-120 — Salvador — BA
Tel: (071) 321-7184 e 321-9902

ASSOCIAÇÃO PIRACEMA
Responsável: LEANDRO FEITOSA DE ANDRADE
Rua Monsenhor Andrade, 77
CEP 03008-000 — Brás — São Paulo - SP
Tel: (011) 571-9901

ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS COMUNIDADES DO CAMPO
DO RIO GRANDE DO NORTE — AACCRN
Responsável: OTTO EUPHRÁSIO DE SANTANA
Rua Dr. Múcio Galvão, 449 — Lagoa Seca
CEP 59020-550 — Natal — Rio Grande do Norte
Caixa Postal: 55 — 59001-970
Tel/Fax: (084) 211-6415/211-6131

CENTRO ECUMÊNICO DE CULTURA NEGRA — CECUNE
Responsável: JUAREZ RIBEIRO
Caixa Postal: 2695
CEP 90001-970 - Porto Alegre - RS
Fone: (051) 224-9154 Fax: (051) 221-9886

ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE BEZERROS —
AFABE
Responsável: JOSÉ GERALDO PEIXOTO
Rua Sigismundo Gonçalves, 36
CEP 55660-000 — Bezerros — PE

CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO
— CEFURIA
Responsável: MARIA DAS DORES TUCUNDUVA SANTOS
Rua Dr. Murici, 542 — sala 906
CEP 80010-120 — Curitiba — PR
Telefax: (041) 225-5211

ASSOCIAÇÃO FRANCO ROTELLI
Responsável: PLÍNIO CONSTÂNCIO ALVARENGA NETO
Rua Carvalho de Mendonça, 230 - conj.54 - Vila Mathias
CEP 11070-101 — Santos - SP
Tel: (013) 235-2324

CENTRO DE CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO A
PROJETOS — CECAPAS
Responsável para contato: GILVAN MIGUEL
Rua Secundino Lucio dos Santos, 30
CEP 36.500-000 — Arcoverde — PE
Tel: (081) 821-1292

ASSOCIAÇÃO NACIONAL CASA DANDARA
Responsável para contato: DIVA MOREIRA
Rua Eurita, 587 — Santa Teresa
CEP 31010-210 — Belo Horizonte — MG
Tel: (031) 461-1965/461-4452/485-1501.
Fax: (031) 467-4478 e 485-1501

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS HENRIQUE TRINDADE
— CDHHT
Responsável para contato: TEOBALDO WITTER
Rua Batista das Neves, 627
CEP 78010-110 — Cuiabá — MT
Tel: (065) 322-9408

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO — ANAI/RS
Responsável para contato: RODRIGO VENZON
Rua Dr. Flores, 330/55
CEP 90020-121 — Porto Alegre — RS
Tel: (051) 227-1767

CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS — CEBI
Responsável para contato: ERNY MUGGE
Cx. P. 1051 — Scharlau
CEP 93121-970, — São Leopoldo — RS
Tel: (051) 568-2560 Fax: (051) 568-1113

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA
INTERCOMUNICAÇÃO — ADI
Responsável para contato: ROSA MARIA W.F. SAMPAIO
Rua Capote Valente, 432

CENTRO DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR POPULAR
Responsável para contato: MARIA LUCIA DOS PRAZERES
Rua da Conceição, 100
CEP 52060-130 — Recife — PE
Tel: (081) 568-8946

**CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO
— CPCD**

Responsável: SEBASTIÃO ROCHA
Rua Paraísopolis, 80 — Santa Tereza
CEP 31010-330 — Belo Horizonte — MG
Fone: (031) 463-6357 Fax: (031) 463-0012

**CENTRO PROJETO AXÉ DE DEFESA E PROTEÇÃO À
CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Responsável para contato: CESARE DE FLORIO LA ROCCA
Rua Professor Lemos de Brito, 184
CEP 40140-090 — Salvador — BA
Tel: (071) 235-7619 e 235-6217 Fax: (071) 237-6030

CENTRO SANTO DIAS

Responsável para contato: BENEDITO DOMINGUS MARIANO
Rua Venceslau Brás, 78 — 2º conjunto 202/205
CEP 01016-000 — São Paulo — SP

COLETIVO MULHER E VIDA

Responsável: MARCIA DANGREMON
Tv. João Alfredo, 33 — Carmo
53020-461 — Olinda — PE
Telefax: (081) 439-1848

COOPERATIVA MULTI-DISCIPLINAR — MULTICOOP

Responsável para contato: CARLOS FREDERICO
Av. Beira Mar, 406/1002 — Centro
CEP 20021-060 — Rio de Janeiro — RJ

DINÂMICA E COMUNICAÇÃO — DIC

Responsável para contato: CARLA ESPINOLO
Cx.P. 1061 — Ag. Centro
CEP 50001-970 — Recife — PE
Tel: (081) 222-1061

FUNDAÇÃO ONDA AZUL

Responsável para contato: PITY CANELLA
Rua Alte. Marquês de Leão, 13 sl 102
Centro Empresarial Barra
CEP 40140-230 — Salvador — BA
Tel: (071) 247-5502 Fax: (071) 237-0388

**FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
RURAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO PARANÁ —
RURECO**

Responsável: ARI FROZZA
Caixa Postal: 258 — BR 277 — Km 348
CEP 85100-970 — Guarapuava — PR
Tel: 723-7849 / 723-7310 Fax: 723-7521

GRUPO CULTURAL AFRO REGGAE

Responsável para contato: JOSÉ P. O. JUNIOR
Rua General Rocca, 818 sl 301, Tijuca

CEP 20521-070 — Rio de Janeiro — RJ
Tel: (021) 228-5487 Fax: (021) 232-6249

GRUPO DE RECOMPOSIÇÃO AMBIENTAL — GERMEN

Responsável para contato: ANTONIO FERNANDO DE
SOUZA QUEIRÓZ
Rua Inácio Acioli, 26 — Pelourinho
CEP 40025-100 — Salvador — BA
Tel: (071) 322-1114 Telefax: (071) 321-3968

GRUPO ORIGEM - PROJETO VIA LÁCTEA

Responsável: DENISE ARCOVERDE
Av. Beira Mar, 3661 Loja 19 — Casa Caiada
CEP 53130-540 — Olinda — PE
Tel/Fax: (081) 432-1913
E.mail: origem@ce-pe.itep.br

GRUPO TRANSAS DO CORPO

Responsável: ELIANE GONÇALVES
Rua Oito, 218 - Sobreloja - Centro
CEP 74013-030 - Goiânia - GO
Tel/Fax: (062) 223-3817
E.mail: gtaess@ax.apc.org

INSTITUTO CAJAMAR — INCA

Responsável para contato: VALTER CORREA DA SILVA
Rodovia Anhanguera, Km 46.5
CEP 07750-000 — Cajamar — SP
Caixa Postal: 2081 — Cep: 13.208-990
Tel: (011) 437-3098 Fax: (011) 437-4343

INSTITUTO CIVITAS DE DESENVOLVIMENTO — CIVITAS

Responsável para contato: JORGE BARROS
Rua Buenos Aires, 2 sl. 1303 — Centro
CEP 20070-020 — Rio de Janeiro — RJ
Tel: (021) 253-4080

INSTITUTO DA MULHER NEGRA — GELEDÉS

Responsável para contato: NILZA IRACI SILVA
Pça. Carlos Gomes, 67 5º andar Conj. M
CEP 01501-040 — São Paulo — SP
Tel: (011) 605-3869 fax: (011) 606-9901

INSTITUTO DE ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO — IED

Responsável para contato: LISZT VIEIRA
Rua da Assembléia, 10 sala 816 — Centro
CEP 20119-900 — Rio de Janeiro — RJ
Telefax: (021) 531-2948
E.mail: ied@ax.apc.org.

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS — IEA

Responsável para contato: GUSTAVO LINS RIBEIRO
SCLN 210 bl.C salas 213

RECONSTRUÇÃO - EDUCAÇÃO, ASSESSORIA E PESQUISA
Responsável: VILMA BARBAN
Rua Bráulio Gomes, 107 # 52
Caixa Postal 191
CEP 01059-970 - São Paulo - SP
Fonefax: (011) 257-3502

**SABIÁ - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO
AGRO-ECOLÓGICO**
Responsável: **MARCOS FIGUEIREDO**
Rua Esperanto, 479 - Ilha do Leite
CEP 50070-390 - Recife - PE
Tel: (081) 221-1338

SECRETARIADO OSCAR ROMERO DE DIREITOS HUMANOS
Av. Ipiranga, 1267 8º andar
CEP 01039-000 — São Paulo — SP
Tel: (011) 577-2060

SERVIÇO A MULHER MARGINALIZADA
Responsável: OLÍMPIA GAIO
Rua Guilherme Maw, 64 - Casa 20 - Luz
CEP 01105-040 - São Paulo - SP
Tel: (011) 228-4955 Fax: (011) 227-6825

SERVIÇO DE APOIO À ORGANIZAÇÕES
POPULARES RURAIS — SASOP
Responsável para contato: DORACI CABANILHA DE SOUZA
Rua Tuiuti, 149 1º andar
CEP 40060-020 — Salvador — BA
Telefax: (071) 242-8520 E.mail: sasop@ax.ibase.org.br.

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO RURAL (SÓCIO COLABORADOR) *SEN*

Responsável: ALFREDO SANFER

Rua Figueira de Melo, 358A - São Cristóvão

CEP 20941-000 - Rio de Janeiro - RJ

Tel: (021) 589-9911 e 589-9930 Fax: (021) 589-6600

SERVIÇO MAIORIA FALANTE DE COMUNICAÇÃO RACIAL
E POPULAR — SMFCRP
Responsável para contato: ARLETE SILVA
Rua da Lapa, 200 / 808 — Centro
CEP 20021-180 — Rio de Janeiro — RJ
Tel: (021) 224-2034

SOCIEDADE BRASILEIRA DE OSTOMIZADOS
Responsável: CÂNDIDA CARVALHEIRA
Rua República do Líbano, 35, Centro
CEP 20061-030 - Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021)252-5702 Fax: (021)252-5702

TIJUPÃ ASSOCIAÇÃO AGRO-ECOLÓGICA
Responsável: MARLUZE DO SOCORRO P.SANTOS

Rua Santo Antonio, 226
CEP 65010-590 - São Luis - MA
Tel: (098) 231-5740 Fax: (098) 231-5740

UNIÃO CRISTÃ BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL — UCBC
Responsável para contato: IRACYR DIDUNE
Av. Jabaquara, 2400, Conj. 3
CEP 04046-400 — São Paulo — SP
Tel: (011) 579-2050

UNIVERSIDADE ABERTA — UNIVERTA
Responsável para contato: JOSÉ ANTONIO DOMINGUES
Rua Progresso, 51 Largo das Neves — Sta. Teresa
CEP 20240-060 — Rio de Janeiro — RJ

UNIVERSIDADE POPULAR DA BAIXADA
Responsável para contato: JOSÉ CLAUDIO BARROS
R. Tuiuti, 173 — Anexo — Bairro 25 de agosto
CEP 25070-390 — Duque de Caxias — RJ
Tel: (021) 671-7865 Fax: (021) 772-2716

ÍNDICE DAS ONGS FILIADAS DA ABONG POR SIGLA / NOME CURTO

AATR Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia — BA (*) 205	CAATINGA Centro de Assessoria aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas — PE 42
ABIA Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS — RJ 9	CACES Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais — RJ 48
ABRA Associação Brasileira de Reforma Agrária — SP 8	CAC-PA Centro Alternativo de Cultura — PA 23
ABRAPIA Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência — RJ 11	CAC-RJ Centro de Atividades Comunitárias de São João de Meriti — RJ 47
AÇÃO EDUCATIVA — SP (ver CEDI) 95	CADTS Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico Social — RJ 37
ACOTIRENE Centro Acotirene de Formação Popular — AL 22	CAMP Centro de Assessoria Multiprofissional — RS 45
ADI Associação para o Desenvolvimento da Intercomunicação — SP (*) 205	CAMPO Centro de Assessoria ao Movimento Popular — RJ 41
AFINCO Administração e Finanças para o Desenvolvimento Comunitário — PE 2	CAPC Centro de Apoio a Projetos Comunitários — CE 36
AGEN Agência Ecumênica de Notícias — SP 3	CAPINA Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa — RJ 117
ÁGORA Associação para Projetos de Combate à Fome — DF 18	CASA DA MULHER DO NORDESTE — PE 21
AMEPPE Associação Movimento de Educação Popular Integral Paulo Englert — MG 15	CASA DANDARA 205
ANAÍ/BA Associação Nacional de Apoio ao Índio da Bahia 16	Associação Nacional Casa Dandara
ANAÍ/RS Associação Nacional de Apoio ao Índio — RS (*) 205	CASA DE PASSAGEM Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente Casa de Passagem — PE 24
ANSUR Associação Nacional do Solo Urbano — SP 17	CCLF Centro de Cultura Luiz Freire — PE 51
ARRUAR Assessoria de Urbanização Popular — PE 6	CDDH/BR Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião — RJ 53
ASPLANDE Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento — RJ 7	CDDH/PT Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis — RJ 55
AS-PTA Assessoria a Projetos em Agricultura Alternativa — RJ 4	CDHHT Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade — MT (*) 205
ASSESSORIA 5 Assessoria Cinco, Pesquisa e Estudos da Infância e Adolescência — PE 5	CDHJ Centro dos Direitos Humanos de Joinville — SC 92
AXÉ Centro Projetos Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente — BA (*) 205	CDHMP Centro de Direitos Humanos e Memória Popular — RN 56
BERTHA LUTZ Centro Nacional Bertha Lutz de Assistência, Educação e Promoção da Mulher e da Família — RJ 103	CEADe Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento — BA 93
CAAP Centro de Assessoria a Autogestão Popular — SP 39	CEAP/RJ Centro de Articulação das Populações Marginalizadas — RJ 38

CEAP/RS	Centro de Educação e Assessoramento Popular — RS	58	CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural — PE	61
CEAS URBANO	Centro de Estudos e Ação Social — PE	69	CEPAC	Centro Piauiense de Ação Cultural — PI	106
CEAS/BA	Centro de Estudos e Ação Social — BA	67	CEPAMI	Centro de Estudos e Pastoral do Migrante — RO	75
CEBI/RS	Centro de Estudos Bíblicos — RS (*)	205	CEPEL	Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina — RJ	76
CEBRAIQS	Centro Brasileiro de Informação e Orientação da Saúde Social — RN	27	CEPEPO	Centro de Estudos e Práticas de Educação Popular — PA	80
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análises e Planejamento — SP	26	CEPIA	Cidadania, Estudo e Pesquisa, Informação e Ação — RJ	110
CECAPAS	Centro de Capacitação e Acompanhamento a Projetos — PE (*)	205	CEPIS	Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae — SP	64
CECA/RS	Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria — RS	97	CEPO	Centro de Educação Popular — RS	63
CECA/SC	Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria — SC	99	CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço — BA	118
CECIP	Centro de Criação de Imagem Popular — RJ	49	CESEP	Centro Sergipano de Educação Popular — SE	108
CECOPEs	Centro de Educação e Comunicação Popular D. João Batista da Mota — ES	60	CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares — RS	89
CECUP	Centro de Educação e Cultura Popular — BA	62	CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador — CE	66
CEDAC	Centro de Ação Comunitária — RJ	33	CFÊMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria — DF	100
CEDAP	Centro de Educação e Assessoria Popular — SP	59	CFSS	Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde — SP	111
CEDEC	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea — SP	65	CIAS	Centro João XXIII de Investigação e Ação Social — RJ	102
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará — PA	71	CIDADE	Centro de Assessoria e Estudos Urbanos — RS	43
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação — RJ/SP	94	CIFICA	Centro de Integração e Formação Integral — MT	82
CEMINA	Centro de Projetos da Mulher — RJ	88	CIPES	Centro de Intercâmbio de Pesquisa e Estudos Econômicos e Sociais — PA	83
CENAP	Centro Nordestino de Animação Popular — PE	104	CISMOP	Centro de Investigações Sociais e Solidariedade aos Movimentos Populares — SP	85
CENDHEC	Centro D. Helder Câmara de Estudos e Ação Social — PE	29	CIVITAS	Instituto Civitas de Desenvolvimento — RJ (*)	206
CENPLA	Centro de Estudos, Pesquisa e Planejamento — RJ	81	CJC	Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro — PE	78
CENTRAC	Centro de Ação Cultural — PB	35	CMC	Centro das Mulheres do Cabo — PE	31
CENTRO DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR POPULAR — PE (*)		205	CNDDA	Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia — RJ	20
CENTRO SANTO DIAS — SP (*)		206			

COMULHER	
Comunicação Mulher — SP	115
COMUNICAÇÃO E CULTURA — CE	114
CPV	
Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro — SP ...	57
CRECHEPLAN	
Centro de Estudos e Informações Crecheplan — SP	73
CTV	
Comissão Teotônio Vilela — SP	112
CURUMIM	
Grupo Curumim, Gestação e Parto — PE	139
CVI	
Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro — RJ ..	90
DEFENSORES DA TERRA — RJ	120
DIC	
Dinâmica e Comunicações — PE (*)	205
ECOS	
Estudos e Comunicação em Sexualidade — SP	125
EQUATORIAL	
Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea — CE ..	170
EQUIP	
Escola de Formação Quilombo dos Palmares — PE	122
ESPAÇO	
Espaço Formação Assessoria e Documentação — SP ...	124
ESPLAR	
Centro de Pesquisa e Assessoria — CE	86
ETAPAS	
Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação	
Social — PE	121
FASE	
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	
— RJ	126
Correção dos escritórios	128 e 129
FÊ E ALEGRIA	
Fundação Fê e Alegria do Brasil — RJ	132
FIDENE	
Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do	
Noroeste do Estado — RS	130
FS	
Fundação Samuel — SP	135
GAIPA	
Grupo de Apoio ao Índio Pataxó — BA	142
GAMBÁ	
Grupo Ambientalista da Bahia — BA	137
GAPA/BA	
Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS da Bahia — BA.	141
GASPAR GARCIA	
Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos — SP	101
GEA	
GEA-Formação e Assessoria Sindical — RS	136
GELEDÉS	
Instituto da Mulher Negra — SP (*)	206
GREENPEACE	
Associação Civil Greenpeace — RJ	13
GRUPO CULTURAL AFRO REAGGUE — RJ (*)	206
GRUPO GERMEN	
Grupo de Recomposição Ambiental — BA (*)	206
GSP	
Grupo de Saúde Popular — MT	143
GTME	
Grupo de Trabalho Missionário Evangélico — MT	144
HABITEC	
Fundação Pró-Habitar — PE	133
IBASE	
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e	
Econômicas — RJ	151
IBASP	
Instituto Brasileiro de Amizade e Solidariedade aos Povos	
— PE	149
IBRACE	
Instituto Brasil Central — GO	147
I.D.A.	
Instituto de Divulgação da Amazônia — PA	158
IDAC	
Instituto de Ação Cultural — RJ	154
IDACO	
Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária — RJ	156
IDEC	
Instituto de Estudos da Cidadania — PE (*)	207
IEA	
Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais (*)	206
IED	
Instituto de Ecologia e Desenvolvimento — RJ (*)	206
IFAS	
Instituto de Formação e Assessoria Sindical Sebastião Rosa	
da Paz — GO	164
IFNN	
Instituto de Formação Nativo da Natividade — SP	165
IMOPEC	
Instituto da Memória do Povo Cearense — CE	153
INAC	
Instituto Arnaldo dos Coelhos — PE	146
INCA	
Instituto Cajamar — SP (*)	206
INESC	
Instituto de Estudos Sócio Econômicos — DF	162
INED	
Instituto Nacional de Educação à Distância — DF	172
INDECS	
Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e	
Sociedade — RJ (*)	207
INSTITUTO DO HOMEM — MA	169
INSTITUTO PAIDÉIA — DF (*)	207
INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL — SP (ver CEDI)	96
IPCN	
Instituto de Pesquisa das Culturas Negras — RJ	166
IRSANED	
Irmandade de Santa Edwiges de Braz de Pina — RJ ...	175

ISER	
Instituto de Estudos da Religião — RJ	159
KOINONIA	
Presença Eumênica de Serviço — RJ (ver CEDI)	94
MAIORIA FALANTE	
Serviço Maioria Falante de Comunicação Racial e Popular — RJ	198
MMCC	
Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade — PA	177
MOC	
Movimento de Organização Comunitária — BA	178
MULTICOOP	
Cooperativa Multidisciplinar — RJ (*)	206
NAV	
Núcleo de Apoio às Viúvas dos Trabalhadores Rurais	
Assassinados em Conflitos de Terra — MA	182
NEON	
Núcleo de Estudos e Organização da Mulher — MT (*)	207
NETS	
Núcleo de Estudos Sobre Trabalho e Sociedade — SP (ver CEDI)	94
NOVA	
Nova Pesquisa e Assessoria em Educação — RJ	180
OIODUM	
Grupo Cultural Olodum — BA	138
ONDA AZUL	
Fundação Onda Azul — BA (*)	206
OPAN	
Operação Anchieta — MT	183
OSCAR ROMERO	
Secretariado Oscar Romero de Direitos Humanos — SP (*)	207
PACS	
Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul — RJ	167
PATAC	
Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades — PB	186
PELA VIDDA	
Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS — RJ	145
POLIS	
Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais — SP	161
PRÓ-GENTE	
Ação Cristã Pró-Gente — DF	1
PROTER	
Programa da Terra — Assessoria Pesquisa e Educação Popular no Meio Rural — SP	185
REDE MULHER — SP	189
REDEH	
Rede de Defesa da Espécie Humana — RJ	188
SACI	
Sociedade Afro-Sergipana de Estudos de Cidadania — SE	199
SAPÉ	
Serviço de Apoio à Pesquisa em Educação — RJ	196
SASOP	
Serviço de Assessoria à Organizações Populares Rurais-PTA — BA (*)	207
SCJP	
Serviço Comunitário Justiça e Paz do Recife — PE	194
SEDUP	
Serviço de Educação Popular — PB — SEDUP	19
SFB	
Solidariedade França Brasil — RJ	203
SMDDH	
Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos — MA	201
SOF	
Sempreviva, Organização Feminina — SP	192
S.O.S.	
S.O.S. Corpo, Gênero e Cidadania — PE	190
SPDDH	
Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos — PA	202
TERRAMAR	
Instituto Terramar — CE (*)	207
UCBC	
União Cristã Brasileira de Comunicação Social — SP (*)	208
UNIPOP	
Instituto Universidade Popular — PA	173
UNIVERSIDADE POPULAR DA BAIXADA — RJ (*)	208
UNIVERTA	
Universidade Aberta — RJ (*)	208
VIANEI	
Centro Vianei de Educação Popular — SC	109

ÍNDICE DAS ONGs FILIADAS À ABONG, POR REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

REGIÃO NORTE

Amazonas

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
(FASE—escritório de Manaus) 126

Pará

Centro Alternativo de Cultura — CAC/PA 23

Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará — CEDENPA 71

Centro de Estudos e Práticas de Educação Popular —
CEPEPO 80

Centro de Intercâmbio de Pesquisa e Estudos Econômicos e
Sociais — CIPES 83

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
(FASE—escritórios de Belém, Abaetetuba, Capanema e
Marabá) 126

Instituto de Divulgação da Amazônia — I.D.A. 158

Instituto Universidade Popular — UNIPOP 173

Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade —
MMCC 177

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos —
SPDDH 202

Rondônia

Centro de Estudos e Pastoral do Migrante — CEPAMI . . . 75

REGIÃO CENTRO OESTE

Goiás

Instituto Brasil Central — IBRACE 147

Instituto de Formação e Assessoria Sindical Sebastião Rosa
da Paz — IFAS 164

Distrito Federal

Ação Cristã Pró Gente — PRÓ-GENTE 1

Associação para Projetos de Combate à Fome — ÁGORA . . 18

Centro Feminista de Estudos e Assessoria — CFÊMEA . . 100

Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais — IEA (*) . 206

Instituto de Estudos Sócio Econômicos — INESC 162

Instituto Nacional de Educação à Distância — INED . . . 172

Instituto Paidéia (*) 206

Mato Grosso

Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade —
CDHHT (*) 205

Centro de Integração e Formação Integral — CIFICA . . . 82

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
(FASE —escritório do Vale do Guaporé) 126

Grupo de Saúde Popular — GSP 143

Grupo de Trabalho Missionário Evangélico — GTME . . 144

Núcleo de Estudos e Organização da Mulher — NEON (*) . 207

Operação Anchieta — OPAN 183

REGIÃO NORDESTE

Maranhão

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
(FASE — escritório de São Luís) 126

Instituto do Homem 169

Núcleo de Apoio às Viúvas dos Trabalhadores Rurais

Assassinados em Conflitos de Terra— NAV 182

Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos —
SMDDH 201

Piauí

Centro Piauiense de Ação Cultural — CEPAC 106

Ceará

Centro de Apoio a Projetos Comunitários — CAPC 36

Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao
Trabalhador — CETRA 66

Centro de Pesquisa e Assessoria — ESPLAR 86

Comunicação e Cultura 114

Instituto da Memória do Povo Cearense — IMOPEC . . . 153

Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea —
EQUATORIAL 170

Instituto Terramar (*) 207

Rio Grande do Norte

Centro Brasileiro de Informação e Orientação da Saúde
Social — CEBRAIOS 27

Centro de Direitos Humanos e Memória Popular —
CDHMP 56

Paraíba

Associação SEDUP — Serviço de Educação Popular —
SEDUP 19

Centro de Ação Cultural — CENTRAC 35

Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às
Comunidades — PATAC 186

Pernambuco

Administração e Finanças para o Desenvolvimento
Comunitário — AFINCO 2

Assessoria Cinco, Pesquisa e Estudos da Infância e
Adolescência — ASSESSORIA 5 5

Assessoria de Urbanização Popular — ARRUAR 6

Casa da Mulher do Nordeste 21

Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente Casa de
Passagem — CASA DE PASSAGEM 24

Centro D. Helder Câmara de Estudos e Ação Social —
CENDHEC 29

Centro das Mulheres do Cabo — CMC 31

Centro de Assessoria aos Trabalhadores e Instituições
Não-Governamentais Alternativas — CAATINGA 42

Centro de Capacitação e Acompanhamento a Projetos —
CECAPAS (*) 205

Centro de Cultura Luiz Freire — CCLF 51

Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural —
CENTRU 61

Centro de Estudos e Ação Social — CEAS URBANO 69

Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro —	
CJC.....	78
Centro de Formação do Educador Popular (*)	205
Centro Nordestino de Animação Popular — CENAP ...	104
Dinâmica e Comunicações — DIC (*)	205
Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social —	
ETAPAS	121
Escola de Formação Quilombo dos Palmares —	
EQUIP	122
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	
(FASE — escritório de Recife)	126
Fundação Pró-Habitar — HABITEC	133
Grupo Curumim, Gestação e Parto — CURUMIM	139
Instituto Arnaldo dos Coelhos — INAC	146
Instituto Brasileiro de Amizade e Solidariedade aos Povos	
— IBASP	149
Instituto de Estudos da Cidadania — IDEC (*)	207
S.O.S. Corpo, Gênero e Cidadania — SOS	190
Serviço Comunitário Justiça e Paz do Recife —	
SCJP	194
Alagoas	
Centro Acotirene de Formação Popular —	
ACOTIRENE	22
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	
(FASE — escritório de Maceió)	126
Sergipe	
Centro Sergipano de Educação Popular — CESEP	108
Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania	
— SACI	199
Bahia	
Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do	
Estado — AATR (*)	205
Associação Nacional de Apoio ao Índio da Bahia —	
ANAÍ/BA	16
Centro de Educação e Cultura Popular — CECUP	62
Centro de Estudos e Ação Social — CEAS	67
Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento —	
CEADE	93
Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao	
Adolescente — AXÉ (*)	205
Coordenadoria Ecumênica de Serviço —	
CESE	118
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	
(FASE — escritório de Itabuna)	126
Fundação Onda Azul (*)	205
Grupo Ambientalista da Bahia — GAMBÁ	137
Grupo Cultural Olodum — OLODUM	138
Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS — GAPA/BA ...	141
Grupo de Apoio ao Índio Pataxó — GAIPA	142
Grupo de Recomposição Ambiental — GRUPO	
GERMEM (*)	206
Movimento de Organização Comunitária — MOC	178
Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais-PTA	
— SASOP (*)	207

REGIÃO SUDESTE

Rio de Janeiro

Assessoria a Projetos em Agricultura Alternativa —	
AS-PTA	4
Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento —	
ASPLANDE	7
Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS — ABIA ..	9
Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à	
infância e Adolescência — ABRAPIA	11
Associação Civil Greenpeace — GREENPEACE	13
Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da	
Amazônia — CNDDA	20
Centro de Ação Comunitária — CEDAC	33
Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico	
Social — CADTS	37
Centro de Articulação das Populações Marginalizadas —	
CEAP/RJ	38
Centro de Assessoria ao Movimento Popular —	
CAMPO	41
Centro de Atividades Comunitárias de São João de Meriti —	
CAC/RJ	47
Centro de Atividades Culturais Econômicas e Sociais —	
CACES	48
Centro de Criação de Imagem Popular — CECIP	49
Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião —	
CDDH/BR	53
Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis —	
CDDH/PT	55
Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina —	
CEPEL	76
Centro de Estudos, Pesquisa e Planejamento —	
CENPLA	81
Centro de Projetos da Mulher — CEMINA	88
Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro —	
CVI	90
Centro Ecumênico de Documentação e Informação —	
CEDI/RJ	94
Centro João XXIII de Investigação e Ação Social — CIAS ..	102
Centro Nacional Bertha Lutz de Assistência, Educação e	
Promoção da Mulher e da Família —	
BERTHA LUTZ	103
Cidadania, Estudo e Pesquisa, Informação e Ação —	
CEPIA	110
Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa —	
CAPINA	117
Cooperativa Multidisciplinar — MULTICOOP (*)	206
Defensores da Terra	120
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	
(FASE — escritórios nacional e do Rio de Janeiro)	126
Fundação Fé e Alegria do Brasil — FÉ E ALEGRIA	132
Grupo Cultural Afro-Reggae (*)	206
Grupo Pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente	
de AIDS — PELA VIDDA	145

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas — IBASE.....	151	Centro de Estudos e Informações Crecheplan — CRECHEPLAN	73
Instituto de Ação Cultural — IDAC	154	Centro de Investigações Sociais e Solidariedade aos Movimentos Populares — CISMOP	85
Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária — IDACO.....	156	Centro Ecumênico de Documentação e Informação — CEDI (escritório de São Paulo)	94
Instituto de Economia e Desenvolvimento — IED (*) ..	206	Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos	101
Instituto de Estudos da Religião — ISER	159	Centro Santo Dias (*).....	206
Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Sociedade — INDECS (*)	207	Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde — CFSS	111
Instituto de Pesquisa das Culturas Negras — IPCN.....	166	Comissão Teotônio Vilela — CTV.....	112
Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul — PACS	167	Comunicação Mulher — COMULHER	115
Irmandade de Santa Edwiges de Braz de Pina — IRSANED	175	Espaço Formação Assessoria e Documentação — ESPAÇO	124
KOINONIA-Presença Ecumênica de Serviço — KOINONIA (ver CEDI)	94	Estudos e Comunicação em Sexualidade — ECOS	125
Nova Pesquisa e Assessoria em Educação —NOVA.....	180	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE- escritórios de São Paulo e Jaboticabal).....	126
Rede de Defesa da Espécie Humana — REDEH.....	188	Fundação Samuel — FS.....	135
Serviço de Apoio à Pesquisa em Educação — SAPÉ.....	196	Instituto Cajamar — INCA (*)	206
Serviço Maioria Falante de Comunicação Racial e Popular — SMFCRP	198	Instituto da Mulher Negra — GELEDÊS (*).....	206
Solidariedade França Brasil — SFB	203	Instituto de Estudos Formação e Assessoria em Políticas Sociais — POLIS.....	161
Universidade Aberta — UNIVERTA (*)	208	Instituto de Formação Nativo da Natividade — IFNN	165
Universidade Popular da Baixada (*).....	208	Instituto Sócio Ambiental — (ver CEDI).....	94
Espírito Santo		Programa da Terra — Assessoria, Pesquisa e Educação Popular no Meio Rural — PROTER.....	185
Centro de Educação e Comunicação Popular D. João Batista da Mota — CECOPES	60	Rede Mulher	189
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-escritório de Vitória)	126	Secretariado Oscar Romero de Direitos Humanos (*) ..	207
Minas Gerais		Sempreviva, Organização Feminina — SOF	192
Associação Movimento de Educação Popular Integral Paulo Englert — AMEPPE	15	União Cristã Brasileira de Comunicação Social — UCBC (*) ..	208
Associação Nacional Casa Dandara (*)	205		
São Paulo		REGIÃO SUL	
Ação Educativa — Assessoria, Pesquisa e Informação (ver CEDI).....	94	Santa Catarina	
Administração e Finanças para o Desenvolvimento Comunitário (Núcleo de São Paulo) — AFINCO	2	Centro dos Direitos Humanos de Joinville — CDHJ	92
Agência Ecumênica de Notícias — AGEN.....	3	Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria — CECA	99
Associação Brasileira de Reforma Agrária — ABRA	8	Centro Vianei de Educação Popular — CENTRO VIANEI	109
Associação Nacional do Solo Urbano — ANSUR	17	Rio Grande do Sul	
Associação para o Desenvolvimento da Intercomunicação — ADI (*)	205	Associação Nacional de Apoio ao Índio — ANAI/RS (*) ..	205
Centro Brasileiro de Análises e Planejamento — CEBRAP	26	Centro de Assessoria e Estudos Urbanos — CIDADE ...	43
Centro de Assessoria à Autogestão Popular — CAAP.....	39	Centro de Assessoria Multiprofissional — CAMP	45
Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro — CPV	57	Centro de Educação e Assessoramento Popular — CEAP...	58
Centro de Educação e Assessoria Popular — CEDAP.....	59	Centro de Educação Popular — CEPO.....	63
Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae — CEPIS	64	Centro de Estudos Bíblicos — CEBI (*)	205
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea — CEDEC.....	65	Centro de Tecnologias Alternativas Populares — CETAP	89
		Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria — CECA.....	97
		Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE- escritório de Porto Alegre)	126
		Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado — RS -FIDENE	130
		GEA — Formação e Assessoria Sindical — GEA.....	136

ÍNDICE DAS ONGs FILIADAS À ABONG POR ÁREA TEMÁTICA PREDOMINANTE, PÚBLICO PRINCIPAL E/OU PROJETOS, ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Comentário preliminar:

Uma das características das ONGs é dedicar-se a uma pluralidade de atividades. As especializações não são freqüentes embora existam. Certas ênfases temáticas são mais fáceis de identificar. Os públicos são variados e os tipos de atividades, mesmo que recorrentes, não chegam a caracterizar as identidades com precisão.

Em nosso questionário, nas listas de palavras-chave para definir temas predominantes, públicos atingidos ou atividades principais, 100 % das respostas são múltiplas.

Nesse sentido, qualquer classificação torna-se difícil. No entanto, existe uma demanda permanente para listas específicas dos endereços das ONGs que trabalham com tal ou qual público, em tal ou qual área temática, ou que realizam tais ou quais projetos específicos. Por isso, resolvemos incluir também este índice, tendo consciência de seus limites do ponto de vista do investigador, pois pode ser útil do ponto de vista prático.

O índice foi construído a partir das palavras-chave indicadas no questionário (para público, tema e atividade) e dos projetos ilustrativos que se decidiu utilizar para as fichas do perfil das entidades. Assim, uma mesma ONG pode aparecer em vários títulos. É possível que algumas devam constar ainda em mais itens, pois a ênfase em atividades relativas à determinados temas ou às características principais possíveis de detectar, foram levadas em conta, mas não esgotam a pluralidade e a diferenciação entre as atividades. De qualquer modo, os títulos que aparecem neste índice foram criados a partir da constatação de alguma freqüência tanto nos temas e públicos, como nos tipos de atividades.

Recomendamos aos usuários que consultem o perfil das ONGs no corpo do trabalho, verificando em que sentido foram consideradas como referência dentro da palavra-chave em que estão categorizadas. Mais uma vez repetimos, estamos diante de um endereçamento para busca e não diante de uma classificação.

I. ONGS QUE SE IDENTIFICAM POR UM PÚBLICO PRINCIPAL:

1. Crianças / adolescentes:	CJC	78	PRÓ-GENTE	2
ABRAPIA	CMC	31	REDE MULHER	189
AMEPPE	CRECHEPLAN	73	SFB	203
ASSESSORIA 5	CTV	112		
AXÉ (*)	CURUMIM	139	2. Mulheres:	
CAC RJ	ECOS	125	ACOTIRENE	22
CAMPO	ESPAÇO	124	BERTHA LUTZ	103
CAPC	FASE	126	CACES	48
CASA DE PASSAGEM	FÉ E ALEGRIA	132	CAPC	36
CDDH/BR	FS	135	CASA DA MULHER DO	
CEAP/RJ	GAMBÁ	137	NORDESTE	21
CEBRAIOS	GASPAR GARCIA	101	CEAP	38
CECA/SC	IBASE	151	CEBRAIOS	27
CENDHEC	IBRACE	147	CEMINA	88
CESEP	IDAC	154	CENPLA	81
CFSS	IRSANED	175	CEPIA	110
CIAS	ISER	159	CFÊMEA	100
CIFICA	OLODUM	138	CFSS	111

CMC.....	31	SOS CORPO.....	190	4. Povos indígenas:	
COMULHER.....	115			ANAÍ/BA	16
CURUMIM	139	3. Populações de raça negra:		ANAÍ/RS (*)	205
ECOS	125	AXÉ (*)	205	GAIPA	142
GEA	136	CEAP RJ.....	38	GTME.....	144
GELEDÉS (*)	206	CEDENPA.....	71	IBASP	149
MMCC	177	CTV	112	IBRACE.....	147
NAV	182	GELEDÉS	206	INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL ..	96
NEON (*)	207	IPCN	166	OPAN	183
REDE MULHER	189	OLODUM	138		
REDEH.....	188	SACI	199		
SOF	192	SMFCRP	198		

II. ONGS QUE SE IDENTIFICAM POR TRATAR DE UM TEMA PRINCIPAL OU POR TER PROGRAMAS NESTAS ÁREAS

1. Questões agrárias e agrícolas:

ABRA	8
AS-PTA.....	4
CAATINGA	42
CAPINA	117
CENTRU	61
CEPAMI	75
CETAP	89
CETRA	66
CJC.....	78
ESPLAR	86
FASE	126
GAIPA	142
IBASE.....	151
IBRACE	147
IDACO.....	156
IFAS	164
INSTITUTO DO HOMEM	169
MOC	178
NAV	182
PATAC	186
PROTER.....	185
SMDDH	201
SPDDH	202
VIANEI	109

2. Questões ambientais / ecológicas:

CDDH/PT	55
CECA/SC	99
CECIP	49
CEDEC.....	65
CEMINA.....	88
DEFENSORES DA TERRA.....	120
ESPAÇO	124
FIDENE	130

GAMBÁ.....	137
GREENPEACE.....	13
GRUPO GERMEN (*)	205
IBRACE	147
IDACO	156
ONDA AZUL (*)	206
OPAN	183
POLIS	161
REDE MULHER	189

3. Questões de desenvolvimento regional:

CAATINGA	
(Semi-Árido Nordeste)	42
CNDDA (Amazônia).....	20
FIDENE (Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul)	130
IBRACE (Brasil Central, particularmente o Cerrado)	147
I.D.A. (Amazônia)	158
PACS (Cone Sul).....	167

4. Questões de direitos

humanos:	
CDDH/BR.....	53
CDDH/PT	55
CDHJ.....	92
CDHMP.....	56
CENDHEC.....	29
CESE	118
CTV	112
GASPAR GARCIA	101
IBASP	149
NAV	182
OPAN	183
OSCAR ROMERO (*)	207

SCJP	194
SEDUP	19
SMDDH	201
SPDDH.....	202

5. Questões na área da saúde:

ABIA	9
BERTHA LUTZ.....	103
CAC/RJ.....	47
CASA DE PASSAGEM	24
CEADe	93
CEBRAIOS	27
CECIP	49
CEPIA	110
CEPO	63
CFSS	111
CMC	31
CURUMIM	139
CVI	90
GAPA/BA	141
GSP.....	143
ISER	159
PELA VIDDA	145
SFB	203
SOS CORPO.....	190

6. Questões urbanas:

ANSUR	17
ARRUAR.....	6
CAAP	39
CAMP	45
CDDHBR	53
CDHJ	92
CEAS URBANO	69
CENDHEC	29
CEPEL	76

CEPIS.....	64	INSTITUTO DO HOMEM.....	169	SCJP	194
CIDADE.....	43	IRSANED.....	175		
HABITEC.....	133	POLIS	161		

III. ONGS QUE TRABALHAM COM ATIVIDADES NAS SEGUINTE ÁREAS (entre outras):

1. Atividades de comunicação:

ABRAPIA — (projeto de informação e denúncias junto à mídia — TV, rádio e jornais)	11
AGEN — (agência de notícias).....	3
AMEPPE — (Programa Nas Ondas do Rádio)	15
ASPLANDE — (Projeto TV Popular)....	7
CAC PA — (capacitação de comunicadores)	23
CCLF — (Projeto TV VIVA)CECIP — (educação através da imagem — produtora de vídeos)	51 e 49
CEDAP — (capacitação para publicações)	59
CEMINA — (Programa Fala Mulher)	88
CEPAC — (sistemas de alto falantes em vilas e bairros).....	106
CESEP — (oficinas de comunicação e expressão).....	108
COMULHER — (Programas para TV/ capacitação para vídeos)	115
COMUNICAÇÃO E CULTURA — (capacitação para imprensa comunitária)	114
ECOS — (Projeto Câmera na Mão).....	125
IBASE — (Projetos Nodo AlterNex e IBASE vídeo).....	151
ISER — (Projeto ISER VÍDEO) ...	159
MAIORIA FALANTE (jornalismo alternativo)	198
SEDUP — (programa de rádio) ...	19
OBS: Muitas outras ONGs produzem vídeos e praticamente todas produzem publicações.	

2. Atividades educacionais sob diversos aspectos:

a) Educação/ capacitação profissional e reciclagem:

ABIA — (sobre AIDS para profissionais da saúde).....	9
AMEPPE — (formação para crecheiras).....	15

ASSESSORIA 5 — (formação para crecheiras)	5
BERTHA LUTZ — (formação para profissionais da saúde)	103
CAC/RJ — (capacitação de professores em metodologia própria/ construtivista).....	47
CADTS — (profissionalização — mecânicos, torneiros, ajustadores, serralheiros, fresadores, eletricitas, reparadores de eletro domésticos, instaladores, bobinadores) CAMPO — (profissionalização — instalador elétrico, inglês, datilografia e computação).....	37
CAPINA — (capacitação em escolas operárias)	117
CASA DE PASSAGEM — (capacitação para pessoal que trabalha com adolescentes e profissionalização em corte e costura para jovens).....	24
CIFICA — (profissionalização em corte e costura para jovens).....	82
CRECHEPLAN — (capacitação para crecheiras)	73
CTV — (capacitação /reciclagem para policiais).....	112
CURUMIM — (reciclagem de parteiras tradicionais).....	139
CVI — (formação para "pares" de deficientes físicos)	90
FÉ E ALEGRIA — (formação para crecheiras)	132
FIDENE — (formação para pequenos produtores de leite)	130
HABITEC — (capacitação para construtores de casas)	133
IDACO — (profissionalização para bombeiros hidráulicos, eletricitas, fotógrafos e datilógrafos).....	156
INAC — (capacitação para professores)	146
INSTITUTO DO HOMEM — (capacitação para pequenos produtores).....	169
VIANEI — (capacitação para professores)	109

b) Educação/escolarização/ alfabetização:

CCLF.....	51
CEAP/RS.....	58
CECA/RS.....	97
CEDAC.....	33
CEPEL.....	76
CEPIS	64
CRECHEPLAN	73
EQUATORIAL	170
ESPAÇO	124
ESPLAR.....	86
FIDENE.....	130
GAPA/BA.....	141
IDAC.....	154
INAC.....	146
INED.....	172
UNIPOP	173
UNIVERSIDADE POPULAR (*)	206
UNIVERTA (*)	206

c) Educação popular e/ou para a cidadania:

ACOTIRENE.....	22
AÇÃO EDUCATIVA	95
ASPLANDE.....	7
CAC/RJ	47
CAMP	45
CEAP/RS.....	58
CEAS/BA	67
CECA	97 e 99
CECOPES	60
CECUP	62
CEDAC	33
CEDAP	59
CENAP	104
CENTRAC.....	35
CENTRU.....	61
CEPAC	106
CEPEPO	80
CEPIS	64
CEPO	63
CESEP.....	108
EQUIP.....	122
ESPAÇO	124
ETAPAS	121
FASE.....	126
FIDENE.....	130

IDAC	154
IMOPEC	153
NOVA	180
PRÓ-GENTE	1
UNIPOP	173

d) Educação sindical:

CAMP	45
CEAP/RS	58
CEDI	94
CENTRAC	35
CIPES	83
CISMOP	85
EQUIP	122
ESPLAR	86
ETAPAS	121
FASE	126
GAPA/BA	141
GEA	136
IFAS	164
IFNN	165
PACS	167
PATAC	186
SMDDH	201

e) Educação, lazer e cultura:

ANAÍ/BA	16
AXÉ (*)	205
BERTHA LUTZ	103
CACES	48
CAC/RJ	47
CAMPO	41
CASA DE PASSAGEM	24
CCLF	51
CDDHBR	53
CECA/RS	97
CECUP	62
CENPLA	81
CEPAMI	75
CIFICA	82
COMUNICAÇÃO E CULTURA	114
EQUATORIAL	170
FS	135
ISER	159
NOVA	180
OLODUM	138
SACI	199
SAPÉ	196
SEDUP	19

3. Atividades de geração de renda/ projetos produtivos:

ASPLANDE	7
CACES	48
CAMPO	41

CASA DA MULHER DO NORDESTE	21
CASA DE PASSAGEM	24
CEADe	93
CEAS URBANO	69
CEDAC	33
CMC	31
CEPIS	64
CESE	118
CIFICA	82
CIPES	83
EQUATORIAL	170
FASE	126
FS	135
INSTITUTO DO HOMEM	169
IRSANED	175
MMCC	177
MOC	178
REDE MULHER	189
SEDUP	19
SMDDH	201

4. Atividades de gestão, administração e apoio a pequenos projetos produtivos:

AFINCO	2
CAPINA	117
CENPLA	81
CESE	118
FUNDAÇÃO SAMUEL	135

5. Centros de documentação; bancos de dados; projetos de registro de memória popular:

ABRA — (banco de dados sobre questões agrárias e agrícolas; reforma agrária e política agrícola)	8
ANAÍ/BA — (registro da memória indígena)	16
CAC/PA — (documentação sobre realidade brasileira)	23
CDHMP — (acervo sobre violência criminalizada)	56
CEDI — (acervo sobre povos indígenas e memória operária)	94
CEBRAIOS — (informações sobre mulher e criança)	27
CENAP — (acervo sobre realidade social do Nordeste)	104
CEPEL — (registro da memória do bairro da Leopoldina)	76
CEPO — (projetos de desenvolvimento para a região)	63

CFÊMEA — (direitos da mulher — legislação e jurisprudência)	100
CISMOP — (hemeroteca — conjuntura e políticas sociais)	85
CPV — (30 anos de produção de materiais populares)	57
CVI — (documentação sobre deficiência física)	90
ETAPAS — (registro de história de bairro do Recife e condições de vida da população)	121
FASE — (biblioteca e documentação sobre movimentos sociais no Brasil e acervo de publicações populares)	126
HABITEC — (documentação sobre uso de tecnologias alternativas em habitação)	133
IFAS — (banco de dados sobre informações sindicais)	164
IMOPEC — (memória do estado do Ceará)	153
IPCN — (pequena biblioteca sobre raça negra no Brasil)	166
REDEH — (sexualidade/saúde e direitos reprodutivos)	188
SEDUP — (resgate histórico do sindicalismo rural na Paraíba)	19

6. Projetos de tecnologia alternativa:

AS-PTA	4
CAATINGA	42
CAPINA	117
CETAP	89
CJC	78
EQUATORIAL	170
ESPLAR	86
FIDENE	130
GAIPA	142
GEA	136
HABITEC	133
IBRACE	147
MOC	178
PATAC	186
PROTER	185
SMDDH	201
VIANEI	109

7. Projetos em políticas públicas:

ÁGORA — (política alimentar)	18
AMEPPE — (políticas relativas à criança e adolescentes)	15
ANSUR — (política urbana, sobretudo habitacional)	17

ARRUAR — (política urbana)	6
ASSESSORIA 5 — (política educacional)	5
CAAP — (política habitacional)	39
CAC/PA — (política educacional)	23
CCLF — (política de segurança pública)	51
CDDH/PT — (políticas públicas em geral)	55
CDHMP — (política de segurança pública)	56
CEAS/URBANO — (política urbana)	69
CEBRAP — (programa internacional de capacitação em políticas públicas)	26
CEDEC — (políticas relativas ao poder local/municipalização/descentralização)	65
CEDENPA — (políticas relativas à discriminação racial)	71
CENTRAC — (políticas relativas a orçamento municipal) CEPO — (políticas habitacional, para a saúde e a educação)	35
CIDADE — (política urbana)	43
CJC — (políticas relativas à pesca, à mulher e política agrária)	78
CTV — (política de segurança pública)	112
CVI — (política de acessibilidade para o deficiente físico)	90
EQUATORIAL — (políticas relativas à administração municipal)	170
ESPLAR — (políticas agrária, educacional e relativas à mulher)	86
FASE — (políticas relativas à pequena produção)	126
FÊ E ALEGRIA — (políticas relativas à criança e adolescência)	132
GAMBÁ — (políticas relativas ao meio ambiente)	137
GREENPEACE — (políticas relativas ao meio ambiente e sobretudo referentes ao lixo tóxico)	13
GSP — (políticas de saúde)	143
IBASE — (políticas alimentar, relativas à criança e adolescência e referentes a orçamento público)	151
INESC — (acompanhamento das políticas públicas e legislação nas áreas sociais, no Congresso)	162

MOC — (políticas relativas à gestão municipal)	178
POLIS — (política habitacional)	163
8. Institutos de estudos, análises e pesquisas, ONGs que possuem departamentos de pesquisas e ONGs que desenvolvem projetos de estudo, análise e pesquisa:	
CAC/PA — (condições de trabalho dos professores nas escolas de Belém)	23
CEAP/RJ — (violência urbana)	38
CEAS/BA — (estudos e análises no campo social)	67
CEBRAP — (pesquisas no campo econômico, político e social; no momento, pesquisa sobre crianças de rua e saúde reprodutiva da mulher negra)	26
CEDEC — (pesquisas no campo econômico, político e social; no momento, pesquisa sobre qualidade de vida e meio ambiente em São Paulo e gestão local: o lugar do poder legislativo no sistema político brasileiro)	65
CEPAC — (cesta básica em Teresina)	106
CEPEL — (distribuição do saneamento básico no Bairro da Leopoldina)	76
CEPIA — (violência e desempenho do poder judiciário)	110
CFÊMEA — (direitos da mulher na opinião dos parlamentares)	100
CIAS — (pesquisas no campo da religião e sociedade)	102
CIPES — (preços de produtos alimentícios)	83
CISMOP — (condições de trabalho nas empresas alemãs da região de Campinas)	85
CJC — (pesquisa no campo social, econômico e político; no momento, pesquisas sobre condições de vida dos adolescentes e gênero e condições de vida)	78
ECOS — (família: valores em questão)	125
FASE — (estratégias dos movimentos sociais urbanos: recortes regionais —	

habitação, saúde, educação e saneamento)	126
IBASE — (pesquisas no campo econômico, social e político na ótica da democracia; no momento, pesquisas sobre condições da cidadania no campo e democratização do orçamento público)	151
INAC — (pesquisas no campo educacional; no momento, pesquisa sobre as Escolas Comunitárias de Recife)	146
ISER — (pesquisas no campo social, cultural e religioso)	159
NOVA — (pesquisas no campo educacional; no momento, pesquisa sobre manifestações musicais populares)	180
PACS — (pesquisas políticas e econômicas na América Latina; no momento, pesquisa sobre os 50 anos de Bretton Woods e manifestações globais e suas consequências no Terceiro Mundo)	167
POLIS — (pesquisas no campo das questões urbanas; no momento, pesquisa sobre comportamento do cidadão frente à cidade de São Paulo)	161
SAPÊ — (pesquisa no campo educacional; no momento, pesquisa sobre confronto de sistemas de conhecimento na área da educação popular)	196
SOS CORPO (direitos reprodutivos)	190

9. Serviços de assistência jurídica:

CCLF	51
CDDH/BR	53
CDDH/PT	55
CDHJ	92
CECA/SC	99
CESE	118
CETRA	66
CMC	31
IBRACE	147
PELA VIDDA	145
SCJP	194
SMDDH	201
SPDDH	202

